

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA



**JOVENS E POLÍTICA: O PAPEL DA
SOCIALIZAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Alexandre Manuel Rosa Varela

Tese submetida como requisito parcial para obter o grau de Mestre em Ciência Política

Orientador:

Prof. Doutor José Manuel Leite Viegas

Co-Orientador:

Dr. Sérgio Faria

Abril de 2009

AGRADECIMENTOS

Não foi sem contrariedades que esta dissertação foi concluída, alguns anos após a data inicialmente prevista. Atenuam algumas circunstâncias pessoais e profissionais que, em todo o caso, não apaziguam o desconforto de um compromisso que se dilatou no tempo ao sabor de excessivas descontinuidades.

Há várias pessoas a quem desejo expressar a minha mais genuína gratidão. Antes de mais, aos onze jovens que aceitaram expor partes das suas vidas pessoais e partilhar visões sobre assuntos acerca das quais a maioria não se sentia muito cómoda. Como é evidente, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos às pessoas que me guiaram na investigação. Em primeiro lugar, ao Orientador, Prof. Doutor José Manuel Leite Viegas, pelas observações certas e muitas vezes desconcertantes, pela preocupação com o rigor metodológico e pela inteira disponibilidade com que se envolveu. Em segundo lugar, ao Dr. Sérgio Faria. Pela amizade, pelos ensinamentos e porque, sem ele, dificilmente este trabalho seria o mesmo.

Agradecer naturalmente aos pais e também aos «avós» de Leiria pela paciência e carinho de todos os dias. Ao Luís Bicho, por ser meu amigo. Também por me ajudar a reflectir sobre o tema, mesmo que por ele não sinta uma particular afeição. A todas as pessoas amigas às quais posso finalmente responder sobre o «mestrado» sem evasivas nem encolher de ombros. E a todos os que se dedicam à investigação na área da ciência política.

Em particular, quero manifestar a minha profunda gratidão à Margarida porque me «restituiu» a tese, porque caminha comigo e porque me encoraja na vida de todos os dias.

Finalmente, durante bastante tempo convenci-me que, caso concluísse este trabalho, haveria de o dedicar à Catarina a quem, irremediavelmente, jamais pude ou poderei agradecer. O seu apoio e a confiança foram determinantes no período inicial. Porém, diante das várias circunstâncias da vida e alguma ironia, não o poderei dedicar a outro que não ao Simão, futuro cidadão.

Alexandre Manuel Rosa Varela

RESUMO

Considerado um elemento fundamental da democracia representativa, o sufrágio universal é o meio que os cidadãos têm ao dispor para intervir directamente na escolha dos seus representantes nas instituições democráticas e, assim, expressar o seu apoio ou desacordo com as propostas políticas em «concurso». O decréscimo dos níveis de participação eleitoral observado nos últimos anos, independentemente da fase de consolidação democrática, é fonte de naturais preocupações para a própria legitimidade da democracia. Em particular, o tradicional e elevado abstencionismo observado entre os mais jovens suscita dois tipos de inquietações. Em primeiro lugar, a desmobilização geracional, um arrefecimento geral na participação eleitoral observado de geração em geração. Em segundo lugar, as especificidades próprias de uma fase de vida em que a política não parece ser particularmente entusiasmante.

As explicações do efeito geracional e do efeito dos ciclos de vida respondem muito bem a uma e outra inquietação, serenando alguns temores de crise: de um lado, a adesão a formas alternativas de participação política e, de outro, a convicção de a integração social com a entrada numa nova fase de vida [e o pacote de responsabilidades que a acompanha] favorecer um maior envolvimento político. Porém, interessa também identificar as diferenças que existem entre elementos pertencentes a um mesmo segmento etário. Para isso foram entrevistados onze jovens com vários perfis de integração e relacionamento com a política, interessando em particular, mapear os respectivos trajectos de vida, tendo como grande referência os mecanismos de transmissão de referências políticas. Neste caso, privilegiou-se o enfoque a partir da socialização política, esperando compreender o impacto que a socialização política pode ter na configuração de uma cultura política de participação e envolvimento políticos.

As diferenças observadas estão na base de *tipos-ideais* ou perfis de indivíduos construídos para dar expressão a diferenças fundamentais identificadas nos relacionamentos mantidos com a política. Desde logo, ao nível da participação política (convencional e não convencional) mas também ao nível do envolvimento e interesse pela política.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; participação política; jovens; socialização política; tipos-ideais.

ABSTRACT

Universal suffrage, considered a basic element of representative democracy, is an instrument at the disposal of citizens to enable them to intervene directly in the choice of their representatives in democratic institutions and to express their support for or disagree with the “competing” political proposals. The decreasing levels of electoral participation observed during recent years, regardless of the stage of democratic consolidation, is a natural source of concern in relation to the legitimacy of democracy itself.

The traditionally high level of abstention observed among young people in particular raises two kinds of questions: in the first place, ‘generational demobilization’, a general growing indifference towards electoral participation noticed from generation to generation; in the second place, specific conditions observed at a time when politics does not seem particularly interesting.

‘Generational-effect’ as well as ‘life-cycle’ based explanations may be the answer to both questions, lessening some of the fear of a ‘crisis’ that exists: on the one hand there is the idea of sticking to alternative forms of political participation; on the other hand there is the belief that social integration, at the beginning of a new life cycle [and the arrival new responsibilities], can lead to stronger political involvement. It is also important to identify the existing differences between elements belonging the same age-group.

In order to fulfil the objectives of this study, interviews were held to eleven young people from different political backgrounds, with the particular purpose of trying to ‘map’ their life courses, with reference to the transmission mechanisms of political reference.

In the case of this study, we focused on political socialization, aiming to understand its impact on the configuration of a culture of political participation and involvement. The differences observed are based on ‘ideal types’ or individual profiles constructed to express the major differences which were identified when looking at their relationship with politics, starting at the level of political participation (conventional or non-conventional), and continuing at the level of political involvement and interest in politically related issues.

KEYWORDS: democracy; political participation; young people; political socialization; ‘ideal types’

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
<i>Nota justificativa</i>	1
<i>Objectivos da investigação</i>	4
<i>Estrutura formal</i>	5
PARTE I	8
DEMOCRACIA E CIDADANIA	8
1. O MODELO DEMOCRÁTICO	8
1.1. A democracia e o primado da representação	8
1.2. A participação como pilar da democracia representativa	12
2. TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS ACTUAIS NAS RELAÇÕES DOS CIDADÃOS COM A POLÍTICA	20
2.1. A globalização económica e a perda da capacidade de regulação do Estado	22
2.2. Pós-materialismo e participação política	25
2.3. O capital social e o envolvimento dos cidadãos	31
2.4. O papel dos partidos políticos num cenário de desmobilização partidária	36
2.5. Novos protagonistas na transmissão de informação política	40
2.6. Sociedades actuais: a generalização do descrédito na vida política?	43
PARTE II	47
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	47
3. JOVENS E CULTURAS JUVENIS	47
4. A INTEGRAÇÃO DOS JOVENS COMO FACTOR DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA	52
5. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E TRAJECTÓRIAS INDIVIDUAIS	56
6. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	66
6.1. Exercício compreensivo	66
6.2. Selecção dos entrevistados	73
PARTE III	79
7. OS JOVENS E A POLÍTICA NO ALENTEJO: ONZE CASOS	79
7.1. Anselmo, entre as referências dos pais e a emancipação crítica	79
7.1.1. Caracterização geral	79
7.1.2. Caracterização política	80
7.1.3. Representação das características políticas de Anselmo e dos seus principais agentes de socialização	85

7.2. Basílio: o mundo depois da sua «pré-história»	88
7.2.1. Caracterização geral	88
7.2.2. Caracterização política	90
7.2.3. Representação das características políticas de Basílio e dos seus principais agentes de socialização	95
7.3. Cristina e uma enorme mobilização na defesa do ambiente	98
7.3.1. Caracterização geral	98
7.3.2. Caracterização política	99
7.3.3. Representação das características políticas de Cristina e dos seus principais agentes de socialização	103
7.4. Domingos: «quando lá se apanham já não ligam a ninguém»	105
7.4.1. Caracterização geral	105
7.4.2. Caracterização política	106
7.4.3. Representação das características políticas de Domingos e dos seus principais agentes de socialização	111
7.5. Elisabete: desinteresse e desconfiança	113
7.5.1. Caracterização geral	113
7.5.2. Caracterização política	114
7.5.3. Representação das características políticas de Elisabete e dos seus principais agentes de socialização	118
7.6. A militância casual de Fátima	120
7.6.1. Caracterização geral	120
7.6.2. Caracterização política	121
7.6.3. Representação das características políticas de Fátima e dos seus principais agentes de socialização	125
7.7. Os rituais festivos e os direitos laborais de Gisela	127
7.7.1. Caracterização geral	127
7.7.2. Caracterização política	129
7.7.3. Representação das características políticas de Gisela e dos seus principais agentes de socialização	135
7.8. Aos cinco anos já Hélder agitava as bandeiras nos comícios da avó	137
7.8.1. Caracterização geral	137
7.8.2. Caracterização política	138
7.8.3. Representação das características políticas de Hélder e dos seus principais agentes de socialização	142
7.9. A longa distância que separa a política da vida de Inês	144
7.9.1. Caracterização geral	144
7.9.2. Caracterização política	145
7.9.3. Representação das características políticas de Inês e dos seus principais agentes de socialização	148
7.10. A fonte de inspiração que representa Francisco Sá Carneiro para Júlio	150
7.10.1. Caracterização geral	150
7.10.2. Caracterização política	151
7.10.3. Representação das características políticas de Júlio e dos seus principais agentes de socialização	157
7.11. As prioridades na vida de Luísa e o descrédito dos políticos	159
7.11.1. Caracterização geral	159
7.11.2. Caracterização política	160
7.11.3. Representação das características políticas de Luísa e dos seus principais agentes de socialização	164
PARTE IV	166
8. CONCLUSÕES: O PAPEL DA SOCIALIZAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	166
8.1. O ponto de partida da cultura enquanto elemento orientador das atitudes e comportamentos políticos dos jovens	166
8.2. Socialização e participação política	171
8.2.1. Perfis de relacionamento dos jovens com a política	172
8.2.2. O impacto da socialização política nas atitudes e comportamentos dos jovens	192
8.2.3. Efeito geracional e efeito dos ciclos de vida	204
8.3. NOTAS FINAIS	212

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
ANEXOS	220
ANEXO 1 - Evolução da abstenção eleitoral portuguesa entre 1975 e 2005, por distrito	221
ANEXO 2 - Evolução da abstenção eleitoral portuguesa entre 1975 e 2005, no distrito de Évora	230
ANEXO 3 - Declínio da participação eleitoral em democracias da OCDE, entre 1960 e 2000	239
ANEXO 4 - Guião de Entrevista	241
ANEXO 5 - Fichas 1, 2 e 3	246
ANEXO 6 - Matriz de análise de conteúdo	249

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Caracterização dos entrevistados com base nos critérios de selecção	74
Quadro 2. Cruzamento das variáveis interesse pela política e participação eleitoral	177
Quadro 3. Cruzamento das variáveis interesse pela política e identificação partidária	178
Quadro 4. Cruzamento das variáveis conhecimento político e identificação partidária	179
Quadro 5. Cruzamento das variáveis nível de escolaridade e conhecimento político	180
Quadro 6. Cruzamento das variáveis conhecimento político e participação eleitoral	181
Quadro 7. Cruzamento das variáveis interesse pela política e conhecimento político	182
Quadro 8. Cruzamento das variáveis conhecimento político, interesse pela política, procura de informação política, com socialização política	194
Quadro 9. Cruzamento das variáveis socialização política e participação eleitoral	195
Quadro 10. Índice de convergência entre entrevistados e agentes socializadores de referência	199
Quadro 11. Índice de convergência entre entrevistados e agentes socializadores de referência com a transmissão de informação política	201
Quadro 12. Participação convencional e participação não convencional	206

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Evolução da abstenção eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1975 e nas eleições legislativas portuguesas até 2005	16
Figura 2. Determinantes das atitudes e dos comportamentos políticos dos jovens	62
Figura 3. Caracterização política do sujeito e dos seus agentes de socialização	70
Figura 4. Representação das características políticas de Anselmo e dos seus principais agentes de socialização	85
Figura 5. Representação das características políticas de Basílio e dos seus principais agentes de socialização	95
Figura 6. Representação das características políticas de Cristina e dos seus principais agentes de socialização	103
Figura 7. Representação das características políticas de Domingos e dos seus principais agentes de socialização	111
Figura 8. Representação das características políticas de Elisabete e dos seus principais agentes de socialização	118
Figura 9. Representação das características políticas de Fátima e dos seus principais agentes de socialização	125
Figura 10. Representação das características políticas de Gisela e dos seus principais agentes de socialização	135
Figura 11. Representação das características políticas de Hélder e dos seus principais agentes de socialização	142
Figura 12. Representação das características políticas de Inês e dos seus principais agentes de socialização	148
Figura 13. Representação das características políticas de Júlio e dos seus principais agentes de socialização	157
Figura 14. Representação das características políticas de Luísa e dos seus principais agentes de socialização	164
Figura 15. Representação das características políticas dos militantes, críticos, adeptos e desafectos	189
Figura 16. Caracterização política de Hélder, Cristina, Fátima, Domingos e dos seus principais agentes de socialização política	197

A igualdade, em contraste com tudo o que relaciona com a mera existência, não nos é dada, mas resulta da organização humana, porquanto é orientada pelo princípio da justiça. Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais

Hannah Arendt [2006, 399]

INTRODUÇÃO

Nota justificativa

Quando terminou a componente curricular do Mestrado em Ciência Política – Cidadãos e Democracia na Europa em 2003, havia um conjunto de temas passíveis de serem estudados e integrados em projectos de investigação científica no domínio da ciência política. O estudo dos comportamentos políticos numa perspectiva qualitativa era naturalmente uma das áreas mais entusiasmantes. E, dentro dela, o estudo da participação política dos jovens era seguramente um tema estimulante para outro jovem ocupado em imaginar como seria a democracia portuguesa se todos os cidadãos tivessem perfeita consciência da amplitude dos seus direitos políticos e os exercessem integralmente. Direitos assegurados legalmente e pressupostos teóricos com que os alunos desse mestrado foram confrontados ao longo de um ano lectivo. Desse ponto de vista, as aulas representaram um claro benefício que se traduziu na aquisição de um conjunto de conhecimentos relacionados com teorias políticas, sistemas eleitorais e de partidos, participação e cultura política, entre tantos outros. Como é evidente, um conjunto de conhecimentos que, indubitavelmente, contribuiu para enriquecer a dimensão cívica de quem partiu «à aventura» quando escolheu cursar um mestrado em ciência política.

Em todo o caso, pouco trabalhado do ponto de vista qualitativo, o tema da participação eleitoral dos jovens era também muito excitante pela possibilidade de aventura que estes terrenos pouco explorados prometiam. E, de facto, após vários anos, a participação política dos jovens permanece com uma actualidade impressionante, tendo aliás suscitado uma intervenção preocupada do Presidente da República Portuguesa na Assembleia da República em 25 de Abril de 2008, na sequência de um estudo sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens em Portugal – *Os Jovens e a Política* – realizado pelo Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.

A actualidade deste assunto remete para um problema social com o qual as democracias representativas contemporâneas se debatem e que consiste no pretenso enfraquecimento da legitimidade política das instituições democráticas, decorrente da

crescente abstenção eleitoral. Esta preocupação com o aumento da abstenção eleitoral resulta fundamentalmente da centralidade que a participação eleitoral ocupa no exercício da cidadania. É o meio pelo qual elegemos os nossos representantes, os representantes do povo. Naturalmente que o sufrágio é incontornável do ponto de vista da *praxis* do regime, uma vez que é também com referência a ele que são arquitectados sistemas eleitorais e, em particular, sistemas de conversão de votos em mandatos. São igualmente os seus resultados que distinguem os vencedores dos vencidos, e é através dele que se procura garantir princípios basilares como o da igualdade política. Apesar da existência de outras formas de participação e de exercício da cidadania, o sufrágio universal é, talvez, a referência suprema de uma democracia ao nível do relacionamento entre governantes e governados.

Nos jovens, a abstenção eleitoral atinge tradicionalmente níveis superiores aos registados nas gerações mais maduras, atingindo também valores muito altos entre a população mais idosa. Apelando à teoria dos ciclos de vida, a explicação da abstenção eleitoral entre os mais jovens remete para a integração social operada pela entrada no ciclo de vida dos adultos, caracterizado pela conjugalidade, consolidação de recursos cognitivos, responsabilidades pessoais e profissionais. Porém, há quem defenda que este desinteresse não pode ser analisado unicamente do ponto de vista eleitoral uma vez que os jovens começam cada vez mais a procurar formas alternativas de participação. De acordo com este cenário, a abstenção eleitoral «estrutural» que se verifica entre os jovens pode agravar-se ou ser compensada, conforme se verifique substituição ou complementaridade com outras formas de participação. Na linha dos representantes das teorias da modernização cultural, a reivindicação de formas alternativas de participação e a contestação ao actual modelo, em virtude da mudança paradigmática dos valores sociais de referência, pode contribuir de facto para a perda da centralidade do voto. Nestes termos, o voto tenderá a ser substituído, compensado e/ou combinado por novas formas de participação em que os jovens se envolvem actualmente. Ou seja, o facto de a maioria dos jovens não participar eleitoralmente, não significa que não se interessem pela política e não se envolvam através de outras formas de participação política.

Assim, a abstenção eleitoral dos jovens é a expressão da passagem por uma fase da vida caracterizada pela menor predisposição para a participação eleitoral ou, pelo contrário, ancora-se numa dinâmica mais geral que se deve à mudança paradigmática dos valores de referência? A procura de uma resposta para esta questão tem suscitado muita atenção entre os mais insígnis investigadores sociais. De um lado, os que defendem a entrada no ciclo dos activos como o momento chave para compreender o aumento da participação eleitoral a

partir de um determinado momento etário (a partir dos 30 anos, sensivelmente). Do outro lado, aqueles que defendem ter-se alterado a forma como os jovens de hoje percebem a realidade política, as instituições, os agentes políticos e o seu próprio papel na sociedade.

Há, hoje, tendências e mecanismos de participação alternativa que podem coexistir com as formas convencionais de participação, nomeadamente a participação eleitoral. E, nalguns casos, substituí-las. As gerações mais recentes são os principais dínamos destas formas de participação mais heterodoxas. Contudo, até que ponto a entrada na vida activa por via da acumulação de experiências e saberes, não apazigua esta tendência de contestação à autoridade e reivindicação de novas formas de participação, reduzindo a transição paradigmática a um aspecto enquadrável em culturas juvenis de contestação? Não sabemos responder a esta questão nem é este o objecto desta investigação, apesar de ser uma linha de investigação a considerar.

Seja como for, no seu relacionamento com a política, os jovens não constituem um grupo cultural e socialmente homogéneo; pelo contrário, têm atitudes e comportamentos políticos que não respondem a um padrão único, fruto de elementos como os recursos e as trajectórias de vida de cada um. Os percursos individuais, os grupos de pertença, os processos de socialização primária e secundária, a integração em organizações partidárias, cívicas, culturais, recreativas e desportivas, o estatuto social, a classe social, o nível de instrução e tantos outros factores, determinam diferenças assinaláveis entre indivíduos, não obstante os inevitáveis enquadramentos socioculturais que partilham por força da integração num sistema social mais amplo e comum a todos.

Importa clarificar que o interesse que mobiliza diferentemente os jovens não se deve unicamente a razões de personalidade individual mas sim a uma panóplia de factores de raiz cultural e social que pretendemos aqui explorar e que corporizam diferentes níveis de integração política. Do ponto de vista da cultura política, os valores, as crenças e os significados que circulam numa sociedade podem resultar em diferenças substanciais de assimilação e conseqüente resposta ao campo político. E, do ponto de vista social, factores como a socialização política, a posse de recursos e a integração social em organizações partidárias ou outras concorrem igualmente para altos níveis de integração política, os quais são desigualmente observados nos jovens. Por estes motivos, em nosso entender, a socialização política tem nesta discussão uma importância incontestável porque a abstenção eleitoral verificada entre os jovens também se deve certamente fraca transmissão intergeracional e intrageracional de valores democráticos, normas e conhecimentos

políticos, em harmonia com uma cultura de participação, ancorada nos princípios da democracia¹.

Enquanto processo de transmissão de conhecimentos, crenças, valores e significados que corporizam a cultura política circulante numa sociedade, a socialização política tem um grande impacto nas atitudes e comportamentos políticos dos jovens que mais intensamente se «expuseram» a tais processos de socialização. Permite, também, averiguar a medida da transmissão intergeracional de valores pelas gerações mais antigas. Mais, pelo seu carácter processual e dado que tende a ser intensificada pela integração política, a socialização política merece-nos igualmente particular atenção pela possibilidade de se relacionar directamente com os ciclos de vida e pela partilha de referências políticas entre pares.

Objectivos da investigação

O objectivo fundamental deste estudo consiste em compreender alguns aspectos do relacionamento de um conjunto diversificado de jovens com a política, tendo como ponto de partida os respectivos processos de socialização política. Este objectivo geral é decomposto em três objectivos específicos.

Em primeiro lugar, procura-se identificar diferentes perfis de relacionamento dos jovens com a política. Este objectivo parte do pressuposto que os jovens não são todos iguais e que, perante um dado fenómeno político, reagem diferentemente. Sabe-se que há distintas formas de reacção que vão da abstenção eleitoral à militância activa num partido político, todavia, queremos perceber se entre os jovens considerados existem traços fortes que nos autorizem a fazer uma proposta de perfis ou *tipos-ideais*. Relativamente a este aspecto, inspirámo-nos numa tipologia de envolvimento político desenvolvida por José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, numa investigação do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do ISCTE. Formulada numa pesquisa extensiva a partir do cruzamento de variáveis *interesse pela política* e *proximidade a partido político*, esta tipologia distribui os indivíduos inquiridos por quatro *tipos-ideais*: os *integrados* (com interesse e com proximidade), os *críticos*, (com interesse e sem proximidade), os *seguidores* (sem interesse e

¹ Socialização enquanto resultado de imposições, apreensões mas também como resultado de transacções e trocas entre sujeitos [Gaxie, 2002].

com proximidade) e os *desafectos* (sem interesse e sem proximidade). Partindo desta tipologia, foram acrescentadas outras variáveis trabalhadas nos casos estudados, cujo resultado se adequa às conclusões sugeridas pela tipologia de Viegas e de Faria².

Em segundo lugar, procurar compreender o impacto da socialização política nas atitudes e comportamentos políticos dos jovens. Sujeitos a processos de socialização social, os seus percursos de vida levaram-nos a contactar de modo mais aprofundado ou mais superficial com o fenómeno político, através de interações familiares, amicais, profissionais, escolares ou associativas, assim como através do contexto mais geral, expresso pela assimilação de informação política veiculada pelos meios de comunicação social.

Em terceiro lugar, pretende-se verificar se o fraco envolvimento social e político normalmente atribuído aos jovens pode ser explicado, nos casos considerados, pela transição paradigmática de valores (efeito geracional) ou pela idade (efeito dos ciclos de vida).

Estrutura formal

A estrutura formal deste trabalho foi organizada em torno de quatro partes. Na primeira parte, *Democracia e Cidadania*, são apresentados no Cap. 1 os pressupostos teóricos da democracia representativa enquanto modelo de governação, os quais apelam para a exigência da participação política dos cidadãos. Posteriormente, o Cap. 2 procura reflectir sobre as condicionantes com que as sociedades democráticas contemporâneas se debatem actualmente. Entre estas, a crescente complexidade e a aceleração tecnológica e científica das sociedades altera o relacionamento entre representantes e representados, o qual é também afectado pela globalização económica, com a transferência da decisão para entidades supranacionais e com a sobreposição da lógica económica. O relacionamento entre representantes e representados pode igualmente ser explicado pela erosão do capital social como resultado da crescente individualização das sociedades, assim como pelo enfraquecimento dos laços entre os partidos políticos e os cidadãos. Todavia, as mudanças observadas actualmente resultam também da crescente importância dos *media* na produção

² Viegas e Faria [2008].

e circulação de informação política, ao passo que uma importante transição de valores pode estar na origem de alterações paradigmáticas nos comportamentos políticos das gerações mais recentes. Finalmente, na posse de mais recursos que outrora, os cidadãos dispõem hoje de mais ferramentas – cognitivas e de intervenção pública – que podem colocar ao serviço da avaliação permanente a que sujeitam os actores políticos.

A segunda parte, *Juventude e Participação Política*, delimita o campo de análise, circunscrevendo-o à condição sociocultural da juventude e à importância de processos como a integração e a socialização nas trajectórias de vida. Por conseguinte, no Cap. 3 apela-se às particularidades da condição juvenil numa sociedade que alargou este ciclo de vida, relançando o debate do relacionamento dos jovens com o fenómeno político. O Cap. 4 procura justificar o argumento da integração política favorecer o envolvimento político dos jovens, em parte porque no seio de grupos de pertença dão-se interacções que alimentam o capital social mas, também, porque no seio de grupos politizados como os partidos políticos, as referências ideológicas, as práticas, as experiências e os conhecimentos são objecto de assimilação e transmissão por meio de processos de socialização política. O argumento do importante papel que cabe à socialização política na predisposição de atitudes e comportamentos convergentes com os princípios de uma cidadania activa caracterizada pelo envolvimento cívico e pela participação política dos cidadãos é desenvolvido no Cap. 5. Por fim, surge o Cap. 6, relativo à estratégia metodológica seguida. Este capítulo pretende lançar os capítulos posteriores, apresentando as técnicas e as ferramentas escolhidas para recolher a informação numa perspectiva qualitativa. Num primeiro momento, com uma justificação da opção pela entrevista semi-directiva e com a descrição de um instrumento que pretende ilustrar graficamente os relacionamentos entre os entrevistados e os respectivos agentes de socialização. E, num segundo momento, com a justificação da selecção dos entrevistados, nomeadamente os critérios de idade, sexo, envolvimento e instrução, bem como os critérios de proveniência geográfica.

A Parte III, *Os Jovens e a Política no Alentejo: onze casos*, tem em vista descrever do ponto de vista social e político, cada um dos jovens. São apresentadas as suas principais características sociais e políticas, as suas opiniões, os recursos cognitivos. E são igualmente identificados os pontos mais importantes das suas trajectórias de vida com referência aos seus contactos com o fenómeno político. A descrição de cada um dos casos é desenvolvida tendo em consideração os elementos teóricos apresentados nos capítulos precedentes, procurando enquadrar analiticamente a informação recolhida. Sempre que se justifique,

para reforçar um ponto ou para realçar algum aspecto da vida do entrevistado, recorreremos à citação de frases ou expressões colhidas na entrevista.

Finalmente, na Parte IV, *Conclusões: o Papel da Socialização na Participação Política*, procedemos à interpretação sistemática dos dados, considerando os termos de referência teórica, de modo a responder aos objectivos traçados inicialmente.

PARTE I

DEMOCRACIA E CIDADANIA

1. O MODELO DEMOCRÁTICO

1.1. A democracia e o primado da representação

Passadas três décadas sobre a instauração formal de um regime de governação democrática em Portugal, é hoje aceitável que vigora uma democracia consolidada e estável, apesar do seu breve percurso, quando comparado com outros países. Não obstante a revolução ocorrida em 1974 e a substituição do regime político vigente até então, há alguns factores que concorreram decisivamente para a estabilização e consolidação do regime democrático: a Revisão Constitucional de 1982, contribuindo para equilibrar a balança de poderes entre Assembleia da República, a figura do Presidente da República e a legitimidade castrense; mas também a entrada na Comunidade Económica Europeia (integração numa família de países com tradições e práticas democráticas) e o desenvolvimento económico que lhe esteve associado, com as transferências financeiras permanentes (Fundos Estruturais), que contribuiram para vincular o país ao modelo desenvolvido pela nova «família» europeia.

Neste período de tempo é possível observar muitas transformações ocorridas na sociedade portuguesa em consequência do desenvolvimento económico verificado e na aproximação à Europa ocidental em matéria de direitos sociais. Mas, politicamente, as mudanças também se repercutiram na relação entre a sociedade civil e o Estado, no alargamento do sufrágio universal a todos os cidadãos adultos e, naturalmente, todos os outros critérios institucionais que caracterizam a democraticidade de um regime, segundo Robert Dahl³. Contudo, aquele primeiro aspecto relativo ao sufrágio universal pressupõe um

³ Dahl [2000, 99 e ss].

princípio basilar da concepção da democracia: a igualdade política. Este princípio tem em vista assegurar que todos os cidadãos possuam igual capacidade de intervir e decidir sobre o curso das suas vidas em sociedade⁴. De facto, a democracia portuguesa garante que todos os cidadãos nacionais maiores de 18 anos tenham capacidade eleitoral efectiva mas a ideia de democracia remete para um conjunto de pressupostos que não se esgotam na possibilidade de participar eleitoralmente.

Uma primeira aproximação ao conceito de democracia deve apelar necessariamente às origens etimológicas da palavra, que remontam à Antiguidade Clássica e ao sistema de deliberação praticado na *ágora* das cidades-estado gregas, uma forma de democracia directa, distinta do contemporâneo modelo da representação democrática. Em todo o caso, da conjugação de *Demos* (povo) e *Kratos* (governar), resulta por aglutinação a palavra *democratia* que está na origem da conhecida proposição, *governo do povo*. Uma forma de governação dissemelhante de outros tipos de governação historicamente postos em prática como as tiranias, monarquias, teocracias ou oligarquias.

Daquela máxima releva outro princípio fundamental, o de *soberania do povo*⁵. Nestes termos, fica claro o papel do povo enquanto legítimo decisor dos assuntos da vida colectiva, o qual deverá escolher livremente, em intervalos regulares, os seus representantes para os órgãos de governação. Entramos assim na dimensão da democracia representativa, modelo de governação em que uma minoria (governantes) é eleita pela maioria (governados), de modo a que os primeiros decidam e executam as políticas colectivas na defesa do interesse do Todo, legitimados pelo apoio daquela maioria. Por conseguinte, em democracia representativa, as deliberações colectivas que a todos dizem respeito são tomadas pelos legítimos representantes do povo, eleitos para esse fim⁶.

Considerando o primado da igualdade política, seria actualmente impraticável a democracia directa em delimitações territoriais tão extensas e populosas quanto o são os Estados nacionais, envolvendo a participação de milhões de pessoas sem intermediários eleitos para esse efeito⁷. Uma das excepções previstas em termos de decisão directa é conferida pelo mecanismo do Referendo, que envolve uma consulta directa aos cidadãos sobre um assunto objectivo. Apesar disso e invocando questões de funcionalidade do

⁴ Saward [1994, 13].

⁵ Cfr. Tocqueville [2002, 96 e ss.].

⁶ Bobbio [1998, 53-84].

⁷ É conveniente recordar que na Grécia antiga somente os *cidadãos* tinham direitos políticos (direito de voto). Excluídos daquela condição estavam as mulheres, os escravos e os não locais.

sistema e legitimidade dos parlamentos nacionais, no caso português apenas se recorreu a este instrumento a nível nacional em três ocasiões: em 1998, a propósito da interrupção voluntária da gravidez e do projecto de regionalização e, em 2007, de novo com a interrupção voluntária da gravidez na ordem do dia.

Estes postulados da soberania popular, da participação e da igualdade política, permitem fazer uma leitura da democracia como uma forma de governação e organização institucional de uma dada circunscrição territorial, em que todos são livres de participar num cenário de igualdade política, intervindo directa e indirectamente na vida colectiva. Contudo, para que tais pressupostos sejam observados, é fundamental a existência de uma série de mecanismos institucionais que garantam a exequibilidade do modelo democrático. Por conseguinte, as democracias representativas deverão normalmente assegurar a observância de condições como as que se seguem⁸:

- a) Livre escolha dos governantes pelos governados em eleições livres, justas e em intervalos regulares, asseguradas pelo mecanismo do sufrágio universal;
- b) Pluralismo político, garantido pelo direito de competir pelo apoio e votos em eleições, e que proporcione condições que garantam alternativas reais;
- c) Corpo de direitos fundamentais como a liberdade de expressão e de associação, o direito ao trabalho e ao descanso, de acordo com o primado da igualdade⁹.
- d) Existência de um sistema judicial, de um parlamento e de administração pública que zelem pelos direitos e deveres dos cidadãos, em harmonia com a separação tripartida dos poderes judicial, executivo e legislativo.

⁸ Ver Saward [1994, 16-18]; Touraine [1994, 17-23]; Bobbio [1998, 23-26]; Ver também Dahl [2000, 101]. Estas e outras condições amplamente discutidas à mesa da filosofia política não dispensam outros mecanismos de salvaguarda do processo democrático. Falámos da necessidade de separação de poderes, seguindo a divisão tripartida de Montesquieu, em ordem a salvaguardar os instrumentos institucionais que, por exemplo, limitem aquilo que Tocqueville definiu como a *Tiranía da Maioria*, em nome do respeito pela diversidade e pelas minorias. Porém, um dos mais destacados mecanismos é, sem dúvida, a cidadania inclusiva, legitimada por direitos políticos como o sufrágio universal. Já no decurso do século XIX, John Stuart Mill defendia a extensão do sufrágio universal às classes populares, alegando que a preparação para a democracia reside justamente na prática da mesma, ou seja, na participação e, conseqüentemente, na integração política *latu sensu*, experimentada pelos cidadãos. É aqui que reside um dos aspectos fundamentais da democracia representativa que, por agora, importa reter: a legitimidade política dos representantes resulta da vontade expressa pelos representados em actos eleitorais.

⁹ Da tipologia de Marshall, direitos cívicos, sociais e políticos. Ver Espada [1995].

Como se pode ver, para além de instituições políticas e jurídicas, estes critérios integram ainda um conjunto de direitos cívicos, sociais e políticos em estrita interdependência, os quais deverão funcionar em conformidade com os primados da soberania do povo e da igualdade política. Consequentemente, o efectivo *governo do povo* em democracia representativa só pode ser assegurado num quadro de aceitação geral desses princípios, direitos e mecanismos institucionais. E num quadro em que vigore a interpelação dos governantes pelos governados, seja permanentemente, em intervalos regulares ou pontualmente, como veremos.

1.2. A participação como pilar da democracia representativa

Como é evidente, toda esta panóplia de mecanismos, princípios, liberdades e direitos pode revelar-se, por si só, insuficiente. Parafraseando Alain Touraine, existem três dimensões centrais no conceito de democracia que estão desde logo presentes nas condições enunciadas antes: o respeito pelos direitos fundamentais, a ligação entre o Estado e a sociedade civil mediante o processo de representatividade com ligação à estrutura social e, por fim, a interiorização de um sentimento de cidadania que leve os indivíduos a participar na construção da vida colectiva¹⁰.

Ora, esta última dimensão reveste-se de primeira importância, pois a existência de representantes do povo, bem como a legitimidade política que resguarda a tomada de decisão pelos governantes, procede justamente da capacidade e vontade do povo em exercer os seus direitos de cidadania política, nomeadamente quando é chamado a manifestar a sua opinião nos actos eleitorais que hão-de sufragar os seus representantes.

Efectivamente, a participação eleitoral é apenas uma das dimensões da cidadania política, em tese a mais determinante. Porém, independentemente das formas de participação política e envolvimento cívico, a especificidade dos direitos políticos relativamente aos direitos cívicos e sociais reside na necessidade do seu gozo implicar uma conduta activa por parte de cada cidadão, exigindo uma mobilização que confirme a consagração desses direitos¹¹.

Tal especificidade conduz-nos através de uma condição paralela da democracia: a operacionalização do modelo. Ora, como se depreende, este modelo não dispensa a existência de uma cultura política de participação entre os cidadãos, que os induza a exercer os seus direitos políticos, contribuindo dessa forma para a sustentabilidade das instituições democráticas como as vemos agora.

É precisamente este campo que Alain Touraine explora ao consagrar a ligação da democracia ao conceito de *liberdade do sujeito*, entendendo aqui o *sujeito* como uma construção processada pelo indivíduo ou grupo na qualidade de actor consciente, esclarecido e crítico, cuja acção livre se exprime pela resistência auto-reflexiva a todos os

¹⁰ Touraine [1994, 43-47].

¹¹ Villaverde Cabral [2000, 86].

poderes que circulam na sociedade e que, de algum modo, condicionam e oprimam os indivíduos.

No seguimento deste conceito de Alain Touraine, a cultura democrática definir-se-á pela combinação da *racionalidade, liberdade pessoal e identidade cultural* (formada com base numa consciência colectiva partilhada), levando o sujeito a actuar activamente na construção democrática¹². A racionalidade e liberdade do sujeito num contexto alargado, condu-lo a agir autonomamente em relação à heteronomia da *mimese* mecânica e da ideologia pura. Por conseguinte, para Touraine, a democracia é um processo sem termo e a sua força principal reside na vontade dos cidadãos em agir de forma responsável e colectivamente na vida pública.

Por essa razão é tão importante que, em democracia, os cidadãos expressem criticamente os termos da sua vontade na construção colectiva, oriunda das interacções sociais focadas em objectivos gerais convencionados e institucionalizados (a sobrevivência humana, a paz, o desenvolvimento económico, a justiça, a solidariedade, a educação, a saúde, o respeito pelo meio ambiente, etc.), reflectindo através de uma tal convergência, os distintos graus de integração social.

Mas esta é uma das múltiplas concepções *ideais* da democracia, não reflectindo forçosamente a sua prática, nomeadamente ao nível da afirmação de uma cultura democrática que lhe seja congruente, embora nos pareça pertinente pôr em evidência esta tensão entre a doutrina e realidade. De resto, o exercício da cidadania, como o que temos vindo a aludir, exige uma identificação dos cidadãos com os valores e os princípios democráticos, pelo que, só uma população comprometida com tais pressupostos teria efectivamente condições para assegurar um processo democrático, reflectindo um processo de integração social completo e global¹³. Em todo o caso, tal exigência parece ser constantemente desafiada por um factor crítico: a subjectividade humana, à qual está vedado um acesso objectivo, imediato e perfeitamente claro. Com efeito, a observância dos

¹² Na concepção de Almond e Verba [1963], a cultura política decorre do cruzamento de três tipos de orientações – cognitiva, afectiva e avaliativa – de uma população sobre o sistema político. Assim, a cultura democrática exprime os conhecimentos, sentimentos e valores dos indivíduos sobre a democracia e as exigências que esta lhes coloca ao nível da participação, das suas instituições e dos seus representantes. Contrariamente, a formulação de Touraine denota um *dever-ser*, menos consentâneo com a proposta de Almond e Verba.

¹³ Esta identificação passa necessariamente pela interiorização de tais valores e princípios por cada um dos cidadãos cujas consequências ao nível da acção pressupõem, na sua forma pura, o respeito universal pela ideia de democracia, sem a intromissão de factores externos como a corrupção, a evasão fiscal, a abstenção eleitoral ou, até, a própria necessidade da existência de instâncias reguladoras dos diversos poderes.

valores e princípios democráticos parece ser falível quer ao nível das atitudes subjectivas dos indivíduos, quer ao nível dos seus comportamentos, remetendo-nos esta vicissitude para o universo das dificuldades subjacentes à participação eleitoral e cívica. Em concreto, os indivíduos não interiorizam do mesmo modo padrões mentais nem agem de forma uniformizada com respeito aos mesmos.

Até aqui, temos vindo a tratar da democracia *ideal*, enquanto modelo de governação representativa. Este modelo reivindica (desde autores como Tocqueville e Stuart Mill) a existência de cidadãos orientados por uma ética de responsabilidade, na posse de instrumentos de participação e de informação política e, acima de tudo, que se sintam profundamente identificados com os valores e princípios democráticos. Nesse caso e em resultado do exposto, a participação política prefigura-se como um instrumento imprescindível para consubstanciar o processo de representação democrática.

No entanto, a prática da democracia põe a claro o desfasamento substancial entre a democracia *ideal* e a democracia *real*, ou seja, entre a teorização e a prática democrática. De acordo com a concepção mais convencional de participação política (participação eleitoral), o cenário de um défice participativo tolhe a desejada aproximação entre modelo e realidade porque a observação dos dados referentes a eleições em todo o mundo dá-nos conta de uma efectiva diminuição da participação eleitoral¹⁴.

As conclusões retiradas por Martin Wattenberg na sequência de uma observação a 16 democracias sem voto obrigatório, é inequívoca: num período de tempo de 40 anos (entre 1960 e 2000), a abstenção eleitoral aumentou em todos esses países, com variações que oscilam entre os 33,9% e 1,5%¹⁵.

¹⁴ Como é natural, a participação eleitoral não prescinde da existência de votantes e, se estes podem ser definidos “como o conjunto de indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral activa [delineada em parte pela inscrição no recenseamento eleitoral, a partir de uma determinada idade], exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos, na eleição em causa” (Freire e Magalhães, 2002, 21), já a abstenção eleitoral envolve duas variantes: a oficial e a real. A abstenção oficial considera a diferença entre os indivíduos inscritos no recenseamento eleitoral e o número destes que exerceram de facto o seu direito de voto. A abstenção real, por sua vez, resulta da diferença entre os eleitores que exerceram o seu direito de voto e o total de indivíduos em idade de votar. A distinção entre ambas decorre sobretudo da inscrição no recenseamento eleitoral, o qual, apesar de ser obrigatório em Portugal, nem sempre é efectivado por todos os jovens nas condições requeridas. O recenseamento eleitoral é, por assim dizer, o mecanismo que activa a capacidade eleitoral de qualquer cidadão em idade de votar. Mas esta distinção também pode decorrer de duplas inscrições (normalmente, na sequência de mudança de residência) e do não abatimento dos eleitores falecidos.

¹⁵ Wattenberg [2002, 28].

O aumento da abstenção eleitoral é extensível a várias democracias no mundo, independentemente da fase de consolidação em que se encontram. Essa transversalidade é novamente confirmada por Martin Wattenberg, que, a partir dos dados do IDEA (International Institute for Democracy and Electoral Assistance), traçou a tendência de declínio da participação nos países da OCDE¹⁶.

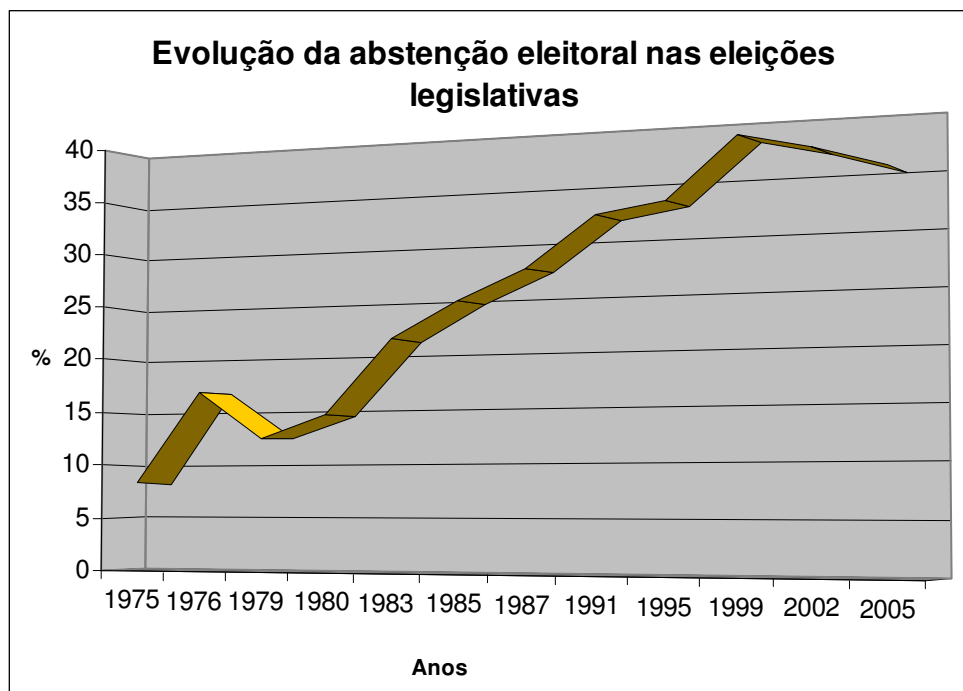
A título ilustrativo, no caso português, vemos como o fenómeno da abstenção eleitoral é transversal a todos os actos eleitorais, apesar de as eleições legislativas surgirem como as mais participadas e as europeias com os maiores níveis de abstenção eleitoral¹⁷. Pela especial relevância das eleições legislativas no sistema político português, em termos de eleição de deputados e da constituição do governo, este acto eleitoral é, ainda assim, aquele que apresenta valores médios mais altos de participação eleitoral.

No entanto, uma simples observação diacrónica como a que sugerimos no Gráfico I permite verificar como, após a euforia participativa do período imediatamente pós-revolucionário, se seguiu uma acentuada tendência de descida, ligeiramente contrariada nos dois últimos actos eleitorais, segundo dados das entidades competentes.

¹⁶ Wattenberg [*idem*, 30]. Apesar das *nuances* eleitorais relativas às diferenças entre sistemas maioritários ou proporcionais, presidenciais ou parlamentares, organizações federais ou unitárias do Estado, voto obrigatório ou voto facultativo, a desmobilização participativa parece percorrer indiferentemente todo o género de regimes democráticos, independentemente da sua fase de consolidação. Informação disponível em http://www.idea.int/vt/survey/voter_turnout5.cfm. Portanto, não há evidências empíricas definitivas de que em regimes menos desenvolvidos económica e socialmente, como vulgarmente sustentado pelas teorias do desenvolvimento humano, os índices de mobilização sejam propriamente, menores. O mesmo se passa no caso inverso. Há sim, uma tendência de descida da mobilização eleitoral, transversal a diversas democracias. Ver a este respeito, Freire e Lopes (2002); Wattenberg (2002).

¹⁷ A média de abstenção oficial nas eleições legislativas, calculada para o período entre as primeiras eleições livres (1975) e 2005, ronda os 25%. No caso das europeias, esse valor cifra-se nos 52%. Nas autárquicas, a média é de 35% e nas presidenciais é aproximadamente 30%. Por outro lado, nos três referendos realizados em 1998 e 2007, a abstenção foi superior a 50% (Fonte: MAI-STAPE). Para aprofundar este assunto, consultar Freire e Magalhães (2002).

Figura 1. Evolução da abstenção eleitoral para a Assembleia Constituinte de 1975 e nas eleições legislativas portuguesas até 2005



Fonte: MAI-STAPE

Perante esta evolução – transversal a todo o mundo democrático – há motivos para questionar por que razão se demitem alguns cidadãos do exercício de direitos políticos conquistados, sabendo que lhes permitem manifestar livremente uma opção política, tomando parte nos destinos do todo. Por conseguinte, a diminuição da participação eleitoral induz sérias implicações no próprio modelo de democracia, uma vez que é da participação eleitoral e da livre escolha entre várias alternativas que advém a legitimidade democrática dos representantes do povo¹⁸. À luz dos pressupostos democráticos que justificam a participação convencional, a abstenção eleitoral causa fragilidades e um desgaste do vínculo entre cidadãos e Estado, ameaçando afectar o princípio de representatividade e, assim, do *governo do povo*, aqui entendido nos moldes da democracia representativa¹⁹.

¹⁸ Ver Bobbio [1998, 23-26].

¹⁹ Ver Norris [1999, 1-5]. No entanto, há visões do fenómeno que em nada coincidem com a leitura geral. Conforme as explicações de Viegas e Faria (2004, 221), para além de reflectir desinteresse e desafiar o princípio da representatividade, a abstenção eleitoral pode revelar-se não apenas um sintoma de indiferença mas também um sinal de comodidade perante uma realidade que não justificará a particular atenção dos eleitores. Ou seja, nestes termos tal como sugerido por Viegas e Faria, a abstenção eleitoral poderá representar um indicador de garantias asseguradas, independentemente do resultado final.

Motivada seja por que razões forem, esta abstenção não significa que a participação política se quede confinada à modalidade eleitoral. Com efeito, não obstante o sufrágio eleitoral ser o pilar da participação política, existem outros mecanismos através dos quais os cidadãos podem intervir politicamente na vida pública. Um exemplo destes mecanismos de intervenção é-nos dado pela concertação social, para não falar das petições, participação em assembleias municipais e outras formas de participação não convencional de que trataremos adiante. Efectivamente, é importante verificar como uma concepção não convencional de participação tem conquistado importância, sobretudo a partir da generalização dos movimentos sociais da década de 60 do século XX. Deste alargamento da participação a formas de participação que deambulam muitas vezes na fronteira da legalidade, releva a emergência de um relacionamento diferente com o sistema político, eventualmente menos preocupado com transformações ideológicas de fundo e mais concentrado na acção com referência a problemas concretos, objectivos, quotidianos.

Seja como for e apesar das novas modalidades de participação não convencional (manifestações, desobediência civil, petições, boicotes, participação em movimentos cívicos e outros), a participação eleitoral aparenta continuar a ser a forma privilegiada em democracia representativa para coligir expressões de vontade individual, consubstanciadas posteriormente nas escolhas político-partidárias dos representantes nos órgãos executivos e deliberativos.

Tal como procurámos introduzir no início deste capítulo, a participação política é o garante da democracia representativa. A diminuição da participação, neste caso da participação eleitoral, tem consequências evidentes em qualquer projecto de democracia representativa. Recordemos que, exceptuando o modelo de democracia directa, o próprio conceito contemporâneo de democracia apela para a ideia de representatividade no que respeita à atribuição da decisão colectiva pelos governados aos governantes. Num cenário de contínuo aumento da abstenção eleitoral, a ideia de democracia corre permanentemente o risco de ser estiolada, em virtude da diminuição da legitimidade democrática.

Há aqui dois aspectos de particular importância. Em primeiro lugar, a noção de que a democracia envolve o sufrágio universal, o qual é creditado por um conjunto de direitos políticos ao dispor dos cidadãos. Em segundo lugar, a transformação operada na dimensão da representatividade, nomeadamente com a redução da base social de apoio: o cenário em que a maioria social não legitimou democraticamente a maioria eleitoral. Nas palavras de

Norberto Bobbio, a inversão dessa tendência pode ser feita com a educação para a cidadania, uma das promessas não cumpridas com a afirmação do modelo democrático²⁰. Neste contexto, Bobbio destaca a importância do exercício da prática democrática como elemento de preparação dos cidadãos para a democracia.

Contudo, independentemente da pretensa crise do modelo democrático que temos vindo a tratar, fundada em parte no decréscimo da participação eleitoral, verifica-se paradoxalmente um processo global de democratização do mundo.

Efectivamente, nas últimas décadas tem sido operada uma substituição de regimes autoritários por regimes democráticos a um ritmo assinalável, em particular após a dissolução do Bloco de Leste, iniciada em 1989 com a queda do Muro de Berlim²¹. Daí para cá, um pouco por todo o mundo e conforme a panóplia de motivações, tem-se assistido a uma popularidade da democracia sem precedentes históricos.

Se, para Fukuyama, esta popularidade se deve à constatação do fracasso dos outros modelos concorrentes (comunismo e fascismo) e ao reconhecimento da democracia liberal como a «forma definitiva do governo humano», para Anthony Giddens, são as mudanças sociais ocorridas numa ordem global, reflexiva e comunicativa, que estão na origem desta popularidade²². Para além disso, Giddens discorda de Fukuyama na medida em que este apenas considera a dimensão de sucesso da democracia, obliterando as crises de representação, a apatia e indiferença dos cidadãos, factores potencialmente degenerativos do processo democrático. Na proposta de Giddens, a democracia é assim concebida como um processo histórico em constante redefinição, e não um estágio último da evolução política das sociedades. Assim sendo, não se trata de um estágio de desenvolvimento garantido e dado como absoluto, como defende Fukuyama, porquanto só no seu incremento, fortalecimento e disseminação poderá encontrar condições para resistir a dinâmicas que lhe são estranhas e indesejáveis. Num plano global, o ressurgimento dos nacionalismos radicais em países ocidentais, os fundamentalismos religiosos, o predomínio do económico sobre o político, entre tantos outros factores, configuram por isso mesmo uma panóplia de sucessivos e constantes desafios à democracia.

Todavia, não obstante a popularidade mundial da democracia, os regimes democráticos são confrontados com uma contradição fundamental: a desmobilização

²⁰ Bobbio [1998, 43].

²¹ Ver, a este respeito, Huntington [1996].

²² Giddens [1997, 91-97].

participativa, paradoxalmente enquadrada num cenário em que a exigência de participação política configura a legitimidade do modelo democrático.

2. TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS ACTUAIS NAS RELAÇÕES DOS CIDADÃOS COM A POLÍTICA

A tendência de abstenção eleitoral observada por todo o mundo democrático tem suscitado controversos debates sobre a sustentabilidade do modelo democrático e o primado da representatividade, levando politólogos do mundo inteiro a debruçar-se sobre um problema susceptível de implicar ameaçadoras repercussões na qualidade das democracias. Se a operacionalização das democracias representativas depende da conversão de votos que expressam a vontade dos eleitores em mandatos outorgados aos representantes, o instrumento da participação eleitoral representa, para a generalidade dos investigadores, um importante indicador de qualidade da democracia.

Se alguns discorrem sobre as estruturas macro-sociais relacionadas com o próprio processo civilizacional e democrático (os sistemas eleitorais e de partidos, o individualismo, a ascensão do mercado enquanto entidade reguladora, etc.), outros concentram a sua atenção nos factores de ordem individual, susceptíveis de influenciar as atitudes e comportamentos políticos dos eleitores (performance dos governantes, insatisfação com o modelo democrático, socialização política, etc.). Tanto uma como a outra perspectiva podem ajudar a compreender melhor um fenómeno cuja leitura só pode ser apreendida a partir da articulação das diferentes abordagens sobre a desmobilização participativa. Importa conhecer alguns dos pressupostos de partida propostos para a compreensão mais genérica da abstenção eleitoral e da relação do eleitorado com a democracia, sabendo que as causas possíveis para tal comportamento podem variar consoante a ecologia do meio (local, regional, nacional), num determinado momento histórico.

Durante o presente capítulo são apresentadas algumas transformações e tendências que poderão ajudar a compreender melhor a desmobilização participativa da população e que têm sido estudadas a partir de matrizes teóricas diversas. A leitura destas diferentes e, por vezes, conflituosas abordagens é incontornável para compreender de que formas se expressa uma pretensa crise de representação suscitada pela desmobilização participativa, cujas raízes poderão radicar no crescimento generalizado de um sentimento de desafeição política.

Em todo o caso, neste capítulo destinado a uma revisão bibliográfica de âmbito genérico e eminentemente descritivo, são identificadas alterações na centralidade decisora dos Estados, nos valores sociais de referência cuja pretensa substituição configura uma autêntica transição paradigmática, na orientação individualista das sociedades contemporâneas e, também, na mediação da relação entre representantes e representados.

2.1. A globalização económica e a perda da capacidade de regulação do Estado

A par da desmobilização participativa sinalizada pelo aumento da abstenção eleitoral em diversas democracias, podemos identificar uma série de mudanças sociais que, à semelhança das críticas de Anthony Giddens a Fukuyama no que respeita à redefinição permanente dos sistemas políticos, formam um quadro geral de transformações em matéria de relacionamento com o campo político²³.

Uma dessas mudanças tem justamente a ver com os vertiginosos avanços tecnológicos em áreas tão distintas como a industrial ou a comunicativa. Neste campo, o mais recente assombro remete para o ritmo e escala da interconectividade, tornando possível a troca de grandes volumes de informação em tempo real. Por conseguinte, todas as inovações tecnológicas e científicas que, a um ritmo inaudito, têm vindo a transformar o mundo desde a revolução industrial, permitiram aproximar países e culturas de uma forma dificilmente imaginável há um par de séculos, abrindo caminho à actual troca de informações e decisões em poucos segundos e com repercussões a milhares de quilómetros de distância. Estes avanços tecnológicos estão na base da actual interdependência com epicentro nos mercados.

Por conseguinte, o ritmo acelerado das trocas comerciais e financeiras, assim como a fluidez da comunicação de informação, pessoas e bens, geraram uma interdependência crescente entre os países, assente no predomínio do *princípio de Mercado* e da *racionalidade cognitivo-instrumental* da ciência, tal como defendido por Boaventura Sousa Santos²⁴.

²³ Giddens [1997].

²⁴ Cfr. Santos [2000, 47-77] O autor recorre à tipologia da racionalidade de Weber. Boaventura Sousa Santos distingue dois pilares de conhecimento, regulação e emancipação e sugere que durante a modernidade ocorreu uma colonização do conhecimento emancipação pelo conhecimento regulação. No interior do pilar da regulação, sobrepôs-se o princípio de mercado aos princípios de Estado e comunidade. Dentro do pilar da emancipação, vingou a lógica da racionalidade instrumental em detrimento das restantes – estético-expressiva e moral-prática. Ver também a este respeito Habermas [1997]. Por acção racional teleológica entende Habermas, a acção instrumental orientada por regras técnicas sustentadas pelo saber empírico. Tais regras implicam *prognoses* que se podem revelar verdadeiras ou falsas mas que, em todo o caso, resultam de estratégias racionais analíticas localizadas espacio-temporalmente com vista à realização de fins definidos sob condições (pré) determinadas, isto é, obedecem a um raciocínio orientado teleologicamente [*ibidem*, 33 e 129-145].

Tendencialmente regulada e incrementada pela lógica do mercado e apesar de incorporar outras dimensões (culturais, políticas), a globalização deve muito do seu ritmo e interdependência aos avanços tecnológicos proporcionados pela racionalidade científica.

Se, por um lado, a globalização favorece a democratização no mundo através da sua dimensão comunicativa, como sustenta Giddens, por outro lado, acarreta contrariedades para o Estado-Nação, nomeadamente a parcial perda de controlo ao nível da regulação, anteriormente confinado às fronteiras físicas dos países²⁵. Esta perda de influência e controlo em áreas outrora monopolizadas pelos Estados é acompanhada pela crescente interdependência numa economia mundial em que as multinacionais económicas assumem maior protagonismo do que há escassas décadas atrás. Mas também se faz acompanhar pela deslocação da decisão para instâncias transnacionais, de que são exemplo o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou a própria União Europeia.

Desta alteração no poder de regulação dos Estados, decorre uma ameaça para a democracia, nomeadamente a emergência de um sentimento de impotência entre os eleitores, impossibilitados de intervir em algumas das decisões que se localizam para lá da esfera das políticas nacionais e locais.

Efectivamente, uma grande parte de decisões tem hoje implicações globais, anulando a centralidade da representatividade governativa: ao verem transferidas decisões para entidades transnacionais e poder de influência para organizações económicas internacionais, os Estados correm o risco de hipotecar alguma da legitimidade democrática que lhes é conferida pela participação eleitoral.

As expectativas depositadas pelos eleitores são ultrapassadas por dinâmicas com epicentro em entidades internacionais que não foram sufragadas pelos primeiros, contrariando por esta via o próprio princípio da representatividade. Adicionalmente, o elo de ligação entre governo representativo e cidadãos é afectado em casos específicos, pela dificuldade dos Estados em responder a certos desafios para os quais dispõem de fraca capacidade de intervenção. À maioria dos Estados, por exemplo, é-lhes vedada a decisão sobre a produção diária de barris de petróleo, motor das economias mundiais, afectando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

²⁵ Castells [1999, 243-258]. Segundo Manuel Castells, esta perda de controlo tem repercussões no campo do económico com a transnacionalização da produção e da definição de políticas económicas, mas também no campo da comunicação e informação, determinado pela interdependência da economia e pelos avanços tecnológicos. Ver também Held [2002].

Nesta linha de raciocínio, a perda de autonomia estatal pode resultar num défice de confiança nas instituições democráticas e no apoio político expresso pelos cidadãos, os quais são susceptíveis de concorrer, juntamente com outros factores, para dois tipos de consequências: sob a forma de reacção por meios não convencionais de participação, reivindicação e protesto que galgam as fronteiras nacionais, como é o caso da habitual mobilização em torno das cimeiras dos países mais industrializados (G8); ou, em contrapartida, a ausência de reacção, atestada pelo desinteresse e apatia gerados na sequência de um sentimento de frustração face à externalidade de decisões tomadas por formas de «governança» sem a tradicional legitimidade democrática, isto é, sem o necessário sufrágio pela população.

2.2. Pós-materialismo e participação política

Falámos atrás da hipótese de reacção a decisões internacionais através de meios de participação não convencionais que vão além dos grandes movimentos sociais que caracterizavam, por exemplo, a luta sindical do início do século XX. Com efeito, este tipo de participação política germinada nos novos movimentos sociais durante a década de 60 do século XX envolve um pressuposto inovador, o qual remete para uma alteração do paradigma cultural dominante. Essa alteração deve-se, segundo investigadores como Ronald Inglehart e Russel Dalton, a uma transição colectiva dos valores de referência, com repercussões evidentes na forma como os cidadãos se relacionam com a política²⁶.

Ronald Inglehart, em concreto, argumenta que a substituição geracional dos valores de referência – materialistas por pós-materialistas – reforça a tendência para a prática de um envolvimento cívico mais activo e não convencional pelo que, o declínio da participação eleitoral, nos termos em que é concebido usualmente, pode degenerar na falácia da apatia política generalizada. Quer isto dizer que o declínio da participação eleitoral pode ser entendido como um falso problema, na medida em que a participação convencional tenderá a ver a sua centralidade substituída ou complementada por formas de participação alternativas²⁷.

Segundo Inglehart, após um primeiro estágio de desenvolvimento iniciado com a industrialização durante o século XIX, estamos hoje perante uma transformação paradigmática no que respeita a alguns valores sociais de referência, cuja génese é identificada no período posterior à II Guerra Mundial, nomeadamente após o enorme esforço de reconstrução empreendido nos países mais envolvidos. Após tamanha devastação provocada pelo conflito mundial e as dramáticas consequências que daí resultaram para as populações, seguiu-se um período de contínua prosperidade económica, bem-estar social, generalização do acesso à educação e clima de paz, inoculando na sociedade uma sensação e confirmação de segurança, estabilidade e conforto. Em contrapartida, a resposta político-institucional de muitos dos Estados ocidentais foi reforçada pelos princípios socialmente equitativos e redistributivos que caracterizam o

²⁶ Ver Inglehart [1997] e Dalton [1998]. Ver também Kriesi [1999] e Norris [1999, 3].

²⁷ A participação dita convencional reporta-se às formas de participação eleitoral, partidária, institucional. Em contrapartida, a participação dita não convencional integra formas de participação mais informais como as petições, voluntariado em ONG's, manifestações ou acções de protesto.

Estado Providência, acrescentando um elemento de estabilidade social, solidariedade institucional e organização, num mundo, até aí precário.

Perante a constatação de dinâmicas de progresso e desenvolvimento económico, este período acarretou um sentimento de maior confiança social, vinculado desde logo à garantia de satisfação de necessidades primárias (fisiológicas e de segurança), cujos efeitos imediatos se ligam à subtracção ou suavização da incerteza a que o *princípio de sobrevivência* humana se sujeitava historicamente. Convém salientar que a centralidade deste princípio reside no facto da precariedade material da sobrevivência humana ter sido relativamente superada nos países ocidentais com a prosperidade económica e as suas consequências a jusante, diminuindo consideravelmente a imprevisibilidade da sobrevivência²⁸. Para isso muito contribuíram as conquistas no plano dos direitos sociais, ao nível da protecção social e da regulação laboral, a generalização de serviços de saúde (com a diminuição da mortalidade infantil e o aumento significativo da esperança de vida). A confiança social é, neste período, um dado evidente e o *baby boom* da década de 50 do século XX é talvez o seu melhor indicador.

É desse quadro de transformação social que, na opinião dos teóricos da modernização cultural, resultam as premissas conducentes a um enfraquecimento dos valores materialistas e, desse modo, à transição paradigmática observada nas sociedades industriais avançadas, nomeadamente na substituição de valores materialistas por valores pós-materialistas. Mas, ainda a montante desta problemática, importa referir que a noção de valores sociais remete para a consolidação e interiorização colectiva de princípios gerais e orientações, crenças e preferências colectivas, organizando-se numa visão do mundo que varia de cultura para cultura, constituindo-se como guias de orientação comportamental dos indivíduos, expressos numa ordem de prioridades e grandeza de adesão.

Os valores *conjuntivos* (acomodação, assimilação e cooperação) são, compreensivelmente, mais valorizados na escala do que os valores *disjuntivos* (guerra, tensões sociais), porque fomentam a paz, a harmonia, o equilíbrio. Quanto à posição que ocupam numa cultura, temos os valores *centrais* (partilhados genericamente por todos) e os *variantes* (configuram-se como alternativas aos valores centrais). Quanto ao lugar que ocupam num sistema de valores, observam-se os *estruturantes* (encontram-se na base da estruturação social, podendo ser para alguns o trabalho, para outros a justiça, a religião, o amor, a amizade, a família) e os *periféricos* (de ordem de adesão mais sectorial e

²⁸ Cfr. Inglehart [1997, 31-33].

circunstancial). Do conflito ou tensão entre valores, resultam frequentemente problemas sociais, associados à disparidade entre valores sociais e os comportamentos exibidos²⁹.

Em face do exposto, as preocupações com a desafeição política jamais se colocariam caso os princípios e valores democráticos não se constituíssem como pilar do ordenamento social e político de uma sociedade. Daí também a centralidade deste conceito nas teorias da modernização cultural, que vê uma transformação operada no ordenamento dos valores nas sociedades industriais avançadas: dos valores materialistas, conotados com a segurança física, económica e com a confiança do progresso característica da primazia conferida à racionalidade instrumental, para os valores pós-materialistas, com maior ênfase na igualdade sexual, tolerância, equidade, crítica da ciência, consciência ecológica, pacifismo, em suma na auto-expressão³⁰.

Para melhor compreender a transformação sugerida por Inglehart, a teoria da mudança intergeracional de valores combina dois domínios que sustentam a tese, de acordo com a qual se observa uma substituição dos valores materialistas pelos pós-materialistas: *hierarquia de necessidades e socialização*.

O primeiro domínio decorre da denominada hipótese da *escassez*, relacionada com a procura de satisfação de necessidades, de acordo com a qual as necessidades prioritárias e, portanto, mais valorizadas pelos indivíduos, são as que ainda não viram satisfeitas. Parte-se do pressuposto *maslowiano* de que, hierarquicamente, as primeiras a sê-lo, são as necessidades fisiológicas e de segurança (primárias). Estruturalmente satisfeitas as necessidades primárias, as gerações recentes tenderão a valorizar mais as restantes, ou seja, colocarão no topo da hierarquia de realizações, as necessidades secundárias, que se referem à realização pessoal ou profissional, ao contrário das gerações precedentes, primeiramente concentradas nas realizações materiais³¹.

Esta hipótese é combinada com a hipótese da *socialização*, mecanismo a partir do qual são veiculados e reproduzidos os principais valores e respectiva hierarquização. Neste caso,

²⁹ Cfr. Rezsohazy [1976] e Rocher [1971].

³⁰ Cfr. Inglehart [1997].

³¹ Numa análise transnacional conduzida por Inglehart em 1993, em países com diferentes níveis de desenvolvimento económico, é concluída uma diminuição do respeito pela autoridade em concomitância com o aumento do PIB *per capita*. Neste sentido, é o sentimento de segurança económica que reduz a necessidade de autoridade forte assegurada pela religião e pelos Estados [Inglehart, 1999, 238-241]. Esta conclusão permite averiguar como crises económicas de larga escala serão por conseguinte susceptíveis de alterar a manifestação de valores pós-materialistas, relegando-os para um plano comportamental secundário na medida da urgência em satisfazer necessidades primárias.

Inglehart atribui grande importância à dimensão da socialização intrageracional, isto é, entre uma mesma geração de indivíduos, porque é no seio desta que se produzem referências culturais de clivagem intergeracional. Por seu turno, a dimensão intergeracional da teoria de Inglehart é validada pela substituição gradual de valores pelas sucessivas gerações e não pela troca ou substituição abrupta de valores entre duas gerações.

Na sequência da operacionalização destas hipóteses, Ronald Inglehart vem defender que as sociedades industriais avançadas conhecem alterações nas suas trajetórias sociopolíticas em dois aspectos fundamentais:

- a) quanto ao *sistema de valores*, a ênfase axiológica colocada anteriormente pelas sociedades no crescimento económico (ideia de progresso) e no conforto material em virtude da escassez (segurança física e económica) dá agora lugar à qualidade de vida e a uma maior expressão do sujeito, libertando-o para realizações menos «mundanas» como consagrar a maior parte do tempo à satisfação de necessidades básicas. Dá-se, por assim dizer, uma substituição dos valores materialistas (gerações mais antigas) pelos valores pós-materialistas (gerações recentes).
- b) quanto à *estrutura institucional*, verifica-se uma ruptura gradual com a organização burocrática, decorrente do seu duplo esgotamento, verificável ao nível da limitação do modelo em termos de eficácia funcional e ao nível da aceitabilidade das massas cada vez mais exigentes e em ruptura com os tradicionais modelos de autoridade. Em particular num quadro de grande desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação.

Contrariamente, durante a década de 60 do século XX e com a inicial convivência entre valores materialistas e pós-materialistas nas sociedades industriais avançadas, Herbert Marcuse vem exprimir as suas reservas quanto ao rumo das mesmas, com óbvias implicações no plano político. De acordo com este representante da Escola de Frankfurt, o período do Estado Providência é bastante associado à repressão dos instintos através da satisfação de necessidades engendradas artificialmente pelo mercado³². Integrados nos

³² Na concepção de Marcuse, as necessidades falsas, “são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça (...) comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam (...). Tais necessidades têm um conteúdo e uma função sociais determinados por forças externas sobre

sistemas de produção e consumo, os indivíduos veriam liquidada a cultura bidimensional da crítica ao paradigma dominante, sujeitando-se progressivamente à apatia do pensamento unidimensional, numa *sociedade da abundância*, confortavelmente assegurada pelo Estado Providência.

Todavia, Marcuse centra as suas preocupações na emancipação ideológica face ao capitalismo e não necessariamente, na auto-expressão proclamada por Inglehart. Nesse sentido, parece ser justamente a superação das necessidades primárias, através da satisfação de necessidades secundárias numa «sociedade abundante», que cria as condições para que a bidimensionalidade do pensamento não se extinga. A assunção dos valores pós-materialistas com base na auto-expressão pode ser, a esse nível, paradigmática. No fundo, essa satisfação de necessidades vem contribuir para a emancipação do indivíduo, em ordem a estabelecer três tipos de ruptura com o paradigma hegemónico da Modernidade: a rejeição da Modernidade e das suas lógicas racionais e autoritárias; a revalorização da tradição que a Modernidade tendia a obliterar com o progresso, em face da apologia frenética da novidade; e, finalmente, o emergir de novos valores e estilos de vida, tolerância e liberdade individual.

No plano político, as principais consequências desta mudança de valores, consistem na reivindicação de formas alternativas de participação, na erosão das lealdades partidárias e na recusa da autoridade unívoca das instituições. As reivindicações das novas gerações tendem portanto, na perspectiva de Inglehart, a secundarizar os valores, benefícios e preocupações materialistas, afastando-se das propostas tradicionais dos partidos políticos de massas. Por outro lado, a maior autonomia individual opõe-se à autoridade política presente na maioria das decisões tomadas pelas elites políticas em democracia representativa e ao modelo burocrático de organização das instituições públicas e dos domínios por elas tutelados.

Nesta sequência de ideias, compreende-se o menor envolvimento em formas convencionais de participação política (militância partidária, participação eleitoral), com reflexo no crescimento dos níveis de abstenção eleitoral, precisamente em virtude da reivindicação de formas alternativas mas legítimas de participação. Este desgaste surge fortalecido no seio dos novos movimentos sociais de contestação à guerra, à globalização

as quais o indivíduo não tem controle algum; o desenvolvimento e a satisfação dessas necessidades são heterónimos” [Marcuse, 1979, 26]. Este tipo de necessidades corresponde de um modo geral às necessidades secundárias desenvolvidas na tipologia de Maslow. No entanto, Marcuse atribui-lhes uma função determinista que gera uma relação de dominação passiva com os indivíduos.

económica ou à deterioração ambiental, o qual provoca uma transformação do envolvimento cívico no espaço público, diminuindo a centralidade da participação convencional.

Porém, no caso português, a participação não convencional não parece colher particularmente mais adeptos em detrimento de outras formas de participação mais convencionais. A publicação do relatório intitulado “Os Jovens e a Política” vem confirmar esta ideia ao indicar um maior apoio a formas não convencionais de participação – traduzido pela eficácia atribuída a formas convencionais e não convencionais – pelo segmento etário dos 15-17 anos³³. Dos 18 anos em diante, assiste-se a um aumento gradual do apoio a formas convencionais de participação, indiciando tratar-se de uma questão que se reporta aos ciclos de vida e não necessariamente a uma transição paradigmática de valores.

Contrariamente ao que se poderia esperar, são também os mais jovens quem atribui mais eficácia a formas convencionais de participação como “colaborar com partidos” ou “contactar políticos”. A excepção é o voto (é útil recordar que se trata de um segmento etário privado da sua capacidade eleitoral), embora a este respeito, o padrão de resposta de eficácia do voto atribuído pelos jovens adultos (18-29 anos), não se afaste significativamente do registado nos restantes segmentos etários. Na verdade, os autores deste relatório concluem que, “exceptuando o voto, a população portuguesa tende a ser céptica em relação à eficácia da participação política convencional”³⁴. Todavia, esse cepticismo parece ser extensível às formas de participação política não convencional já que, como foi dito, a eficácia a este tipo de participação tende a diminuir com a idade. Nestes termos, é aconselhável manter algumas reservas quanto à substituição de formas de participação e de uma substituição gradual de valores. De facto, as diferenças manifestadas pelos vários segmentos etários são evidentes, contudo, a explicação da substituição geracional de valores pode estar a obscurecer a explicação dos ciclos de vida: os mais jovens atribuem mais eficácia a todas as formas de participação sem excepção, a qual vai diminuindo, também sem excepção, nos restantes segmentos etários. Neste caso, as diferenças entre os segmentos etários podem encontrar explicação na integração social.

³³ Magalhães e Moral [2008, 27 e ss.].

³⁴ *idem* [2008, 35].

2.3. O capital social e o envolvimento dos cidadãos

A transição de valores a que fizemos referência atrás não pode, como é evidente, ser desligada da própria transformação do capital social acumulado por uma sociedade. Tal como entendido por Robert Putnam, o capital social refere-se ao conjunto de costumes, saberes e experiências acumulados, que são partilhados intergeracionalmente pela comunidade³⁵. Trata-se de uma espécie de valor colectivo, acrescentado pela complexidade das interacções sociais que se dão entre os indivíduos de grupos ou sociedades. Esse conjunto de costumes, saberes e experiências pode determinar a orientação de processos sociais como a cooperação, acomodação, assimilação, conflito, oposição e competição.

No que respeita ao capital social e à sua importância na questão relacionada com a sustentabilidade do modelo democrático, deter-nos-emos particularmente sobre o papel reservado à cooperação porque se trata de um processo social intimamente relacionado com a «exigência» de unidade e consenso em torno de princípios democráticos fundamentais, como é o caso da participação, representação e envolvimento cívico dos cidadãos. A cooperação social privilegia uma conduta de actuação colectiva naquilo que se refere à prossecução de objectivos gerais comuns. Assim, se a democracia enquanto modelo de governação é objectivo central das sociedades e aceite como tal pela maioria dos cidadãos, nesse caso a participação política é inegavelmente um dos meios privilegiados para o atingir. A participação política representa, nestes termos, uma forma de cooperação social tendo em vista um fim, ou seja, a reprodução e consolidação do modelo democrático de governação.

Mais facilmente discernível nos grupos primários do que em grupos secundários, a cooperação é favorecida pelo capital social de uma população. Este capital social é, por sua vez, assegurado por normas sociais de reciprocidade (com referência ao outro) e, em estreita relação, pelo sentimento de confiança social. Na verdade, Putnam acredita que o capital social pode ser efectivamente medido pela acumulação de confiança e reciprocidade na comunidade ou entre indivíduos.

Ora, acontece que o aumento da complexidade social e do desenvolvimento tecnológico contribuiu para criar condições favoráveis ao aumento da individualização, acarretando mudanças evidentes no relacionamento entre os indivíduos. Por outras

³⁵ Putnam [1993].

palavras, a confiança no outro alicerça-se fortemente na partilha de normas e referências comuns, assim como no princípio de reflexividade da nossa acção. Sucede que, no caso das sociedades ocidentais contemporâneas, algumas dessas normas de reciprocidade presentes nas representações colectivas tendem a diluir-se na medida do declínio das relações de proximidade social e do aumento das relações impessoais, das alterações na estrutura familiar tradicional e, da assunção da orientação individualista a que tivemos ocasião de aludir³⁶. Estas mudanças têm repercussões no plano da acção colectiva porque a cooperação necessária à prossecução de objectivos partilhados sofre uma quebra com a diminuição das redes de reciprocidade e confiança social. A este respeito, o recuo do envolvimento cívico e o recuo da confiança social são duas faces da mesma moeda.

Para Putnam, a funcionalidade em termos de acção colectiva (o envolvimento cívico enquanto expressão do capital social) depende da confiança social, das normas de reciprocidade e objectivos partilhados pelos membros de uma comunidade. Porém, para que haja cooperação social, é fundamental que se verifique um sentimento generalizado de confiança na acção dos outros: confiança no sistema judicial, jurídico e cultural; confiança no construtor automóvel, nas regras rodoviárias definidas pelo Estado, nos semáforos e nos outros condutores quando se circula numa estrada. O mesmo tipo de confiança que depositamos ou não nos representantes democraticamente eleitos e nas instituições públicas, mandatados para decidir sobre aspectos importantes das nossas próprias vidas.

Ora, actualmente fala-se com alguma insistência no desgaste da relação entre representantes e representados, o qual tem óbvias consequências ao nível da fragilização dos laços de confiança entre ambos. As más performances governativas, o anormal funcionamento de algumas instituições, os escândalos políticos, as suspeitas de corrupção e acusações de favorecimento em benefício próprio, são alguns dos elementos mediatizados que provocam essa desconfiança e que se expressam por um descrédito latente da política. Como se não fosse suficiente, este discurso é, por vezes, reforçado pelos próprios actores políticos com o objectivo de se demarcarem dos seus opositores e os atacarem perante a opinião pública. Por conseguinte, a fragilização dos laços de confiança entre representantes e representados tem óbvias repercussões na cooperação social (materializada pela exigência

³⁶ A este respeito e parafraseando Putnam, os sinais de capital social como a confiança, normas e redes tendem a ser cumulativos e da sua conjugação resulta um equilíbrio social com altos níveis de cooperação, reciprocidade, envolvimento cívico e bem-estar colectivo. Estes aspectos definem a comunidade cívica. O contrário desta proposição representa a reprodução de uma comunidade «não cívica», indiferente à *coisa pública*. Ver Putnam [1993, 177].

de participação política, alimento da democracia), já que acarreta o aumento da desmobilização participativa e do desinteresse pela política. E é a este nível que o capital social, enquanto elemento que favorece a cooperação, pode ser entendido como um factor fundamental para a definição de uma cultura política de participação uma vez que lhe consagra alguns dos principais ingredientes: confiança social e normas de reciprocidade entre os elementos de uma sociedade.

Como vimos, Robert Putnam foca a sua análise sobre a participação no declínio do envolvimento cívico e no declínio da confiança social, procurando explicar por aí os factores que conduzem à desafeição política³⁷. Nestes termos, o capital social de uma sociedade que expresse um consenso alargado relativamente aos valores e princípios democráticos, que transmita eficazmente as normas sociais aos seus membros e que favoreça um clima de confiança social, tenderá a estimular a emergência de uma cultura de participação política.

Associada ao capital social, surgem os níveis médios de instrução detidos pelo conjunto dos cidadãos, na medida em que a instrução favorece a aquisição de conhecimento e competências específicas (comunicativas, cívicas), os quais contribuem para enriquecer as interacções sociais que dão substrato ao capital social, como ficou assente no início deste subcapítulo. O aumento dos níveis de instrução pode, em consequência, contribuir para fortalecer o nível das interacções sociais e, com elas, as redes de reciprocidade. Admitindo que o conhecimento e as competências adquiridas no decurso da educação formal contribuem para a interiorização e clarificação dos papéis sociais pelos indivíduos, concluímos que os deveres cívicos e a interdependência social saem reforçados com o aumento do nível de instrução de uma região ou de um país.

A importância da instrução é frequentemente apontada em termos de aquisição e consolidação dos conhecimentos – pela via da assimilação proporcionada pelas interacções, experiências e sistema formal de ensino – que permitem aos indivíduos fundamentar e concretizar as suas escolhas entre alternativas, mercê de um maior sentimento de competência. Contudo, apesar de nas sociedades industriais avançadas se verificarem os mais elevados níveis de instrução de sempre, somos paradoxalmente confrontados com os maiores níveis de desmobilização e desinteresse pela política, aferidos em particular, pelo aumento da abstenção eleitoral. Esta contradição é interessante porque em tese, as pessoas mais instruídas tenderão a expressar grande sentido cívico e um maior interesse pela

³⁷ Cfr. Putnam [1993, 167-177].

política³⁸. A instrução tende pois, a fornecer maiores aptidões cognitivas. No pressuposto de a instrução favorecer a posse de informação assimilada, é aceitável concluir que as pessoas mais instruídas estejam na posse de mais e melhores recursos para decidir em consciência e de forma emancipada. Possuem, por assim dizer, maiores níveis de competência subjectiva³⁹. Dito de outro modo, estão em condições de decidir com maior autonomia e racionalidade, acrescentando o elemento racional à mimese social que afeiçoa os indivíduos a um clube, um partido, uma tradição, uma cultura. Desta forma é esperado que os indivíduos mais instruídos e com mais competência subjectiva desenvolvam aptidões analíticas que vão além da reacção mecânica a um símbolo (logótipo de um partido político, por exemplo) e a um significado normalmente expresso em oposições semânticas binárias (*partido dos ricos/partido dos pobres; direita/esquerda; comunistas/fascistas; ateus/cristãos*). Assim, a instrução surge como um factor crítico no aumento do capital individual, por sua vez credor do capital social de uma comunidade através das interacções que se dão normalmente no seio de uma sociedade⁴⁰.

Até aqui temos vindo a falar de níveis absolutos de instrução. Convém não esquecer que, se as sociedades contemporâneas são as mais instruídas de sempre, isso não significa que a instrução seja, *de per se*, condição suficiente para a consolidação de uma cultura política de participação. Factores como a integração política, a socialização política e, a um nível genérico, a cultura, não podem obviamente ser desconsiderados. Em suma, não obstante estarmos diante das gerações mais instruídas de sempre, factores como o individualismo, o descrédito da vida política e a alteração da hierarquia nas escalas de

³⁸ Curiosamente, uma das principais características do eleitorado volátil, ao qual Bernard Manin faz referência no tipo de público actual, é justamente um interesse pela política menos dependente da ligação partidária e, efectivamente, associado a maiores níveis de instrução. Nesse caso, o aumento constatado do eleitorado volátil (eleitorado politicamente esclarecido, municiado com um tipo de racionalidade instrumental no momento da escolha que lhe permite fazer uma distinção autónoma entre as alternativas), seria um indicador de maior mobilização política, quando o que se verifica é aparentemente o contrário. O aumento dos níveis de instrução parece conduzir por um lado, ao aumento da volatilidade do voto e por outro, à rejeição das formas convencionais de participação (pela via da desafeição). A este respeito, Villaverde Cabral construiu um índice de cidadania política que vai além da participação eleitoral. A partir da participação associada e da automobilização, Cabral sustenta a instrução como o melhor preditor, seguido da exposição aos *média* e da mobilização cognitiva, para compreensão dos factores que estão por detrás da maior propensão para o exercício de cidadania [Cabral, 2000, 94-105]. Nestes termos, verificamos como a instrução poderá favorecer o interesse pela política, estando por vezes também associada à ruptura com lealdades partidárias que se reconhece no eleitorado volátil.

³⁹ Almond e Verba *apud* Norris [2004, 154-156]. Almond e Verba [1970, 32 e ss]. Ver ainda Freire e Magalhães [2002, 132].

⁴⁰ Cfr. Norris [2004, 154-156] e Wattenberg [2002, 66-78].

valores, são susceptíveis de afectar negativamente a confiança social e, em particular, o interesse em participar politicamente.

2.4. O papel dos partidos políticos num cenário de desmobilização partidária

Sem a pretensão de questionar a primazia dos partidos políticos na mobilização política, é evidente que os partidos não mobilizam militantes e simpatizantes como outrora. Essa evidência é dada pelo aumento da abstenção eleitoral e pelo aumento do eleitorado volátil, fenómenos indiciadores de diminuição das fidelidades partidárias. Uma vez mais, esta constatação parece ser transversal a diversas democracias e dá-se num quadro de desafeição política ao nível da militância e também da própria identificação partidária⁴¹.

Recapitulando, é evidente que os partidos políticos ocupam um papel central na democracia representativa porque constituem o elo representativo por excelência entre eleitores e eleitos. De resto, a importância dos partidos políticos em matéria de representação é reconhecida no plano da mobilização de votantes, na clarificação ideológica através de clivagens bem demarcadas e na representação dos interesses dos seus eleitores, quando no governo ou na oposição. Mas, à medida que o projecto da Modernidade avançou, a participação eleitoral evoluiu a par da evolução dos próprios partidos, com a generalização do sufrágio universal ao longo do século XX. De facto, esse é um período em que a participação eleitoral aumenta substancialmente em todo o mundo, em virtude da segunda e da terceira vaga democratizadora, assim designadas por Huntington para se referir a blocos de períodos temporais em que regimes não democráticos se tornaram democráticos, em particular no período que se seguiu à II Guerra Mundial e após a própria revolução portuguesa em 1974.

O alargamento do voto através do sufrágio universal conduziu, no entanto, a uma fragmentação partidária, da qual resultaram novos partidos políticos, contribuindo para o reforço representativo das clivagens sociais que mobilizam os cidadãos, com base nas suas referências e identidades grupais de pertença e de referência (ideológicas, territoriais, culturais, linguísticas ou étnicas). Assim, todos os fragmentos ideológicos presentes numa sociedade estariam representados em governos e parlamentos por partidos políticos, independentemente dos sistemas eleitorais e partidários.

Entre as funções normalmente assumidas pelos partidos políticos, em particular na relação com o eleitorado, é naturalmente aceite que, ao reforçarem as clivagens sociais, simplificam as escolhas dos eleitores; funcionam como agentes educadores e de

⁴¹ Cfr. Dalton e Wattenberg [2000, 19-36].

socialização; distribuem e disseminam informação política; criam símbolos de identidade e de lealdade, servindo como faróis orientadores para os eleitores; e mobilizam eleitores para a participação eleitoral⁴². Todavia, autores como Wattenberg e Dalton sugerem que as organizações partidárias têm experimentado nas últimas décadas profundas transformações que parecem contribuir decisivamente para a tendência abstencionista, a qual evolui a par do decréscimo da identificação partidária⁴³.

Consubstanciando o que foi dito a respeito da identificação partidária, importa mapear esse enfraquecimento dos laços entre partidos políticos e cidadãos. Em primeiro lugar, observa-se gradualmente uma substituição dos agentes envolvidos na divulgação de informação política. Actualmente, múltiplos grupos de interesse e pressão e, sobretudo os *mass media*, disputam a divulgação e produção de conteúdos políticos. Esta proliferação de agentes detentores e, nalguns casos, produtores de informação política acaba por perturbar a hegemonia dos partidos neste domínio, confrontando-os com uma série de leituras sobre fenómenos e acontecimentos políticos que não reflectem necessariamente as suas. Tudo isto, pese embora o profundo investimento que os partidos e líderes partidários realizam nos *media*, procurando convenientemente a sua instrumentalização enquanto veículo de transmissão e difusão de informação.

Em segundo lugar, rompendo com a organização tradicional dos partidos (neste caso, os partidos de massa) e com a dimensão dos líderes enquadrados por um aparelho, assiste-se hoje a uma personalização da política, sujeitando as lideranças a uma mediatização constante em torno das próprias qualidades e virtudes dos líderes. Nesta personalização é fundamental a personalidade dos políticos e as técnicas de comunicação, instrumento fulcral para a persuasão⁴⁴. Como consequência de toda a mediatização a que são sujeitas as campanhas eleitorais, um dos factores que obscurecem a identificação partidária resulta

⁴² Dalton e Wattenberg [2000, 3-20].

⁴³ Cabral [2000, 91]. A identificação partidária ocupa uma posição central na análise da participação eleitoral, dada a sua propensão para estimular o envolvimento e militância partidária e ser estimulada por estes. Nesse caso, a integração política levada a cabo pelos partidos é hoje menor, medida pelo decréscimo da identificação partidária e do sentimento de pertença. Mas a identificação partidária pode funcionar igualmente enquanto elemento que estende a dimensão competitiva dos partidos, para os militantes e simpatizantes de um partido. Warren Miller nota que o conceito foi desenhado para ser semelhante à filiação religiosa. E o termo «identificação» foi usado para exprimir a assunção de um relacionamento que envolve a extensão do ego [Wattenberg, 2002, 66]. Assim, o facto de o partido ganhar transforma o militante num «vencedor» por acréscimo. Neste sentido, os eleitores que se identificam com o partido vencedor assumem como deles a vitória do partido (numa perspectiva de fidelidade política), por analogia com o fervor competitivo desencadeado pelos fãs de futebol, por exemplo. Ver ainda, Freire [2000, 120-121].

⁴⁴ Galbraith [1983, 54-63].

justamente da transição do referencial político dos eleitores, sujeito a uma maior volatilidade gerada por lideranças cíclicas e por uma análise racional dos elementos em disputa.

Em terceiro lugar, a parte do capital social que é potenciada pelo aumento dos níveis médios de instrução e pela disseminação de informação levada a cabo pelos *media* contribuiu para essa volatilidade do eleitorado, menos comprometido partidariamente. A resposta dos partidos resulta então num esbatimento das clivagens ideológicas, repercutindo-se na indiferenciação das propostas partidárias, convergindo para um «centro ideológico». Este processo está na origem do conceito *catch all party* desenvolvido por Otto Kirchheimer para designar a polarização partidária empreendida pelos principais partidos que, flexibilizando o seu referencial ideológico, partem pragmaticamente em busca dos maiores apoios possíveis. Este alargamento resulta numa contracção dos pequenos partidos. Parafraseando Villaverde Cabral, a intensidade da identificação partidária é inversamente proporcional à dimensão dos partidos. Em particular no caso português, os maiores partidos são justamente os que mantêm uma mais fraca relação de fidelidade com o *seu* eleitorado, estando por isso mais sujeitos à flutuação da opinião pública e às oscilações eleitorais⁴⁵.

Antigamente, pelo contrário, as clivagens sociais reflectidas nos partidos geravam relações de maior fidelidade entre o eleitorado e as organizações partidárias, assim como sentimentos de pertença e identidades de classe (conservadorismo e socialismo; esquerda e direita; proletariado e burguesia), que eram projectados por uma relação de confiança, hoje progressivamente fragilizada por avaliações à performance da governação, em grande parte pela acção dos meios de comunicação social.

Finalmente, a assunção de valores pós-materialistas modificou a relação do eleitorado com os partidos políticos, mensurável pela rejeição de organizações autoritárias, verticalizadas, rígidas e burocráticas. Desta forma, os novos valores partilhados por sucessivas gerações alimentam o desgaste das estruturas assentes na autoridade unívoca dos partidos, apelando em contrapartida à participação não convencional, autónoma e sem expressar afinidades ou filiações partidárias⁴⁶.

⁴⁵ Cabral [2000, 91]. Sobre a erosão das clivagens partidárias, ver também Manin [1995].

⁴⁶ Em estudos transnacionais (em 21 países) com referência aos *World Values Survey* de 1981 e 1990, Inglehart demonstra que apesar do aumento generalizado da abstenção, sobe o interesse pela política. Por outro lado, constata que os níveis de lealdade e identificação partidária são efectivamente mais altos nas gerações mais antigas. Assim, sugere que é manifesta a desadequação da oferta partidária, uma vez que a maioria dos partidos institucionalizados é do tempo dos conflitos sociais e das grandes conquistas sociais, profissionais e económicas, estruturando a sua acção não muito distante destas linhas de actuação [Inglehart, 1997, 308-312].

Em conclusão, coexistem várias tendências actuais que, em última análise, constituem importantes factores de desmobilização eleitoral. Naturalmente que o enfraquecimento da mediação que os partidos tradicionalmente desenvolvem entre representantes e representados está associado à erosão da identificação partidária. A entrada em cena de novos agentes na transmissão de informação política, a crescente personalização da política e o aumento da volatilidade contribuem para fragilizar o elo que outrora ligava partidos e eleitores. Por conseguinte, é com referência ao declínio da identificação partidária que a influência dos partidos políticos se torna mais precária, quer ao nível da desmobilização, quer ao nível da volatilidade do voto.

2.5. Novos protagonistas na transmissão de informação política

Temos vindo a procurar enquadrar teoricamente o tema da desafeição política. No subcapítulo precedente, ficou expresso que um dos factores que mais contribuem para esse fenómeno foi a perda do monopólio da informação política pelos partidos políticos. Essa perda justifica-se pelo crescimento da complexidade no campo da comunicação e transmissão de informação. O aumento da interdependência económica (contribuiu para a disseminação de órgãos privados de comunicação social) e dos avanços tecnológicos (possibilitaram o acesso privado a alta tecnologia), deslocaram parcialmente o controlo exercido pelos actores políticos sobre a produção e circulação de informação política para o campo da comunicação. Com efeito, os meios de comunicação de massa são hoje um intermediário político de larga difusão, em particular ao nível da distribuição de informação política e da própria formação de opinião pública⁴⁷. A televisão, em particular, constitui um poderoso instrumento de difusão do debate político porque garante uma maior igualdade de acesso ao universo da política. E este campo pode jogar efectivamente um papel fundamental na consolidação da democracia, bem como no processo de democratização.

No entanto, mais do que a simples veiculação de informação política, no campo de actuação dos *media* joga-se também a capacidade de persuasão da opinião pública, facto a que não é alheia a personalização da política, favorecida por uma abordagem de maior proximidade afectiva e familiarização com o líder político (a família, a biografia de um líder, a formação de carisma), apelando à apreensão sensível do fenómeno, por vezes em prejuízo da apreensão racional: cultivam-se paixões e o culto da personalidade.

Paralelamente, a formação da opinião pública deixou de ser prerrogativa dos agentes políticos, sendo antes objecto de disputa em inúmeros domínios, com especial ênfase no do mercado. Trata-se, neste caso, de uma opinião pública formada no palco dos *media*, sujeita à sua ordem discursiva, matizada pela sua lógica, a qual não se dissocia de aspectos relacionados com a produtividade, as audiências e as necessárias fontes de financiamento que só o domínio do mercado pode assegurar.

Perante a enorme influência que os meios de comunicação social têm na vida quotidiana e o grau de complexidade atingido no domínio da transmissão de informação, é lícito afirmar que nas sociedades contemporâneas o maior volume de informação política

⁴⁷ Cayrol [1994, 423]. Manin [1995].

assimilada pelos cidadãos é assegurado inequivocamente pelos *media*. Em virtude desta supremacia, os *media* passam a ser o veículo privilegiado de comunicação, influência e persuasão políticas, levando os próprios actores políticos a entrar na arena mediática e a sujeitar-se às condições dos *media* e a escrutínios mediáticos permanentes, cujas avaliações ditam a permanência de líderes, políticas e estilos de governação.

Neste sentido, os meios de comunicação de massa assumem-se como um poderoso *médium* de condicionamento social que conquista e mantém a submissão externa por via da padronização de massas imposta pelo mercado e que é oponente da autonomia individual⁴⁸. Este condicionamento resulta da “organização” enquanto fonte de poder e do exercício de poder persuasivo inerente às tecnologias audiovisuais⁴⁹. Mas resulta também da ideia de neutralidade e objectividade associada à informação jornalística, a qual, mercê de um tratamento profissional, qualificado e presumivelmente equidistante, adquire o estatuto de fonte de verdade adstrita ao relato dos factos e ao desprendimento de quem produz a informação.

Para compreender melhor o relacionamento dos *media* com o campo da política convém salientar que, em primeiro lugar, a interdependência económica intensificada pelo modo de produção capitalista veio reforçar a conexão dos sistemas social, económico, ambiental e até político, configurando-a sob a forma de rede reflexiva e interactiva⁵⁰. Acontece que esta forma de capitalismo é distinta das anteriores, justamente porque é complexamente global e porque a rede de fluxos financeiros se superiorizou aos restantes domínios, levando-os a adoptar a sua lógica de funcionamento: investimento da rede financeira nos *media*, serviços, saúde, educação e retorno do capital investido à mesma rede financeira para posteriores aplicações. Assim, o modo de produção capitalista impôs a sua lógica de funcionamento aos restantes domínios, entre os quais o da comunicação.

Em segundo lugar, a política não é propriamente um objecto de consumo de massas, apesar de lhe ser dedicada uma secção nos noticiários televisivos, nos jornais e nas rádios. Com efeito, a lógica de consumo de factores de entretenimento e lazer que parece guiar os meios de comunicação de massa sobrepõe-se à natureza crítica da informação política,

⁴⁸ Cfr. Galbraith [1983, 40-53]. E é através da influência e persuasão resultante do tipo de condicionamento implícito que é obtida a crença em mensagens, notícias, reportagens, como sendo inquestionáveis, em parte devido à imagem de suporte ao conteúdo [Galbraith, 1983, 187-192].

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Castells, define a rede na sociedade de informação como um conjunto de nós interconexos, ligados entre si com referência aos diversos campos de onde provêm: campo da política, da alta finança ou dos *media* [1998, 525-530].

esvaziando-a de conteúdo ou, simplesmente, acantonando-a em compartimentos específicos. Ou seja, em virtude da sua forte ligação ao hedonismo e à satisfação imediata de objectos de consumo, o consumo de massas alimentado pelos *media* prescinde do domínio tradicional da luta, do debate ideológico e programático, e da reflexão, características do campo político⁵¹. Se, por um lado, os *media* são mais permeáveis a interesses económicos e nalguns casos, dependentes desses interesses, por outro lado e não obstante o ambiente em que as gerações actuais são socializadas ser um ambiente altamente mediatizado, é particularmente simples evitar qualquer tipo de exposição a conteúdos de natureza política devido à proliferação de canais televisivos privados, revistas e jornais especializados em áreas específicas⁵². Isto significa que os meios de comunicação de massa reagem à segmentação social com a segmentação da oferta de objectos de consumo, posicionando-a em função dos interesses específicos.

Mas, como é evidente, se os *media* reflectem o modo de funcionamento do sistema capitalista e alteram a lógica de produção e circulação de informação política, tal não significa que o campo político não explore as potencialidades desta nova lógica. Esse aspecto é observável na criação de gabinetes de imprensa, na contratação de profissionais da comunicação pelos partidos e no envio permanente de notas de informação às principais redacções de imprensa, rádio e televisão. Porém, o aproveitamento dos *media* pela política encontra uma contradição incontornável: perante o eficaz *médium* de condicionamento que representam os meios de comunicação de massa e a mediatização a que a política é sujeita, observamos como a informação política pode permanecer distante do objecto de interesse das massas, contribuindo para a desmobilização a que temos vindo a aludir.

⁵¹ A este respeito, Lipovetsky parafraseia Bell para quem “o hedonismo está na origem de uma crise espiritual susceptível de levar ao abalo das instituições liberais. O hedonismo tem como efeito inelutável a perda da *civitas*, o egocentrismo e a indiferença pelo bem-comum, a ausência de confiança no futuro, o declínio da legitimidade das instituições” [Bell *apud* Lipovetsky, 1989, 119]. Paralelamente, “a política entrou na era do espectacular, liquidando a consciência rigorista e ideológica em benefício de uma curiosidade dispersa, captada por nada e por tudo. Daí a importância capital de que se revestem os *media* de massa aos olhos dos políticos; não tendo outro impacto para além do que a informação veicula, a política é obrigada a adoptar o estilo da animação, dos debates personalizados, das perguntas-resposta, etc., único estilo capaz de mobilizar a atenção do eleitorado” [Lipovetsky, *idem*, 38]. Ou seja, para captar a atenção do eleitorado o campo da política tem que necessariamente transformar-se em objecto de consumo de massas.

⁵² Cayrol [1994, 429-430].

2.6. Sociedades actuais: a generalização do descrédito na vida política?

A confiança que os cidadãos depositam nos executivos, intimamente ligada ao grau de satisfação com a performance de políticos e governos é variável de país para país e de região para região. É contextual, é conjuntural. Ainda que percebamos que muitas das políticas locais são condicionadas por órgãos e agentes internacionais, é entre representantes directos e representados que a confiança se deteriora ou consolida, afectando a credibilidade dos actores políticos. Ou, em contrapartida, gerando sentimentos de impotência e frustração pela transferência de variadas decisões para organismos que não foram sufragados por essas populações.

Por conseguinte, é na análise subjectiva de cada um à performance e legitimidade política dos eleitos e das instituições que os representados farão a sua avaliação, traduzindo-se em mais ou menos apoio reflectido pelas suas escolhas. Como é evidente, os representantes terão tanto mais apoio, quanto mais positiva for a avaliação das suas performances pelos representados.

Nesse caso, importa perceber qual a medida de generalização da desmobilização participativa no campo dos apoios, isto é, importa conhecer os níveis de apoio ou as circunstâncias que o retiram a regimes e governos. Porque, se todas as tendências que temos vindo a descrever poderão condicionar o comportamento das populações das democracias contemporâneas, em contrapartida, os tipos de apoios e a sua intensidade fazem parte dos *input's* que os cidadãos conduzem ao sistema político. Ou seja, os níveis de apoio configuram a parte do fluxo comunicativo que compete aos cidadãos na relação biunívoca entre estes e os eleitores, o qual pode ser expresso pelos votos, por manifestações, por greves ou por outras formas de comunicação no interior do sistema político.

Nas medidas de apoio inicialmente enquadradas por David Easton e desenvolvidas por Russel Dalton, somos confrontados com uma distribuição de tipos de apoio político, representada por um *continuum* de apoio político dos cidadãos. Nas extremidades desse *continuum* é assinalado o *apoio específico* e o *apoio difuso*⁵³. O apoio difuso dá relevo às

⁵³ A tipologia de Dalton remete para um *continuum* que vai do geral para o particular. No topo do apoio difuso encontramos o apoio à comunidade política e o apego aos princípios do regime democrático. Neste tipo de apoio, enquadram-se os princípios gerais, orientações ideológicas de fundo. À medida que o grau de generalização se vê afunilado no sentido duma situação concreta como a satisfação com a performance do

grandes questões ideológicas, estruturais e de fundo – a concordância com a democracia, com o combate à pobreza, etc. – enquanto o apoio específico se detém sobre aspectos mais contextuais, processuais e, por isso, de natureza mais variável como, por exemplo, a reforma do sistema de ensino, a decisão de uma obra pública ou a forma como são geridos os recursos do Estado.

Com respeito a esta tipologia e após ser sujeita a uma análise transnacional, não merece contestação a evidência empírica do apoio à comunidade política e aos princípios democráticos do regime, os quais não são questionados nos seus princípios basilares. Quer isto dizer que as investigações realizadas registaram um grande nível de apoio difuso à democracia.

As diferenças começam a surgir à medida que nos vamos deslocando ao longo do *continuum* em direcção à extremidade oposta, indicadora de um tipo de apoio mais segmentado, isto é, o apoio específico a políticas de governação, a orientações ideológicas, à acção política concreta. Não só a performance governativa, institucional e dos agentes políticos é mais variável entre os países, como o consenso tende naturalmente a diminuir quando comparado com o apoio difuso. Nesse caso, não são os valores centrais da democracia e representatividade que são contestados mas o desempenho dos agentes políticos em matérias concretas. Tal constatação leva Klingemann a rejeitar a ideia de uma crise da democracia representativa enquanto modelo político. Na sua opinião, a insatisfação expressa por representados em todo o mundo através da contestação directa e indirecta (abstenção eleitoral) remete para uma dimensão mais funcional da democracia e não para o campo dos princípios. Nesse caso, prossegue, estaremos perante um fenómeno de *democratas insatisfeitos* e não perante o alastramento da rejeição da democracia enquanto modelo orientador da vida política das sociedades contemporâneas⁵⁴.

Contudo, estas diferenças respeitantes ao grau de satisfação com a performance dos políticos, das políticas seguidas e das próprias instituições democráticas, reflectem-se em níveis diferentes de confiança, indicador fundamental na equação multi-causal da participação política.

regime, das instituições e das próprias autoridades, o apoio é considerado num patamar mais específico, concreto, particular. Em cada um destes níveis são identificados dois tipos de crenças políticas resultantes das orientações afectivas e das avaliações instrumentais. São essas duas dimensões – nível de apoio político e tipo de crença, que Russel Dalton sistematiza. Ver Dalton [1999, 58-60]. Ver também Norris [1999, 16] e Klingemann [1999, 33].

⁵⁴ Klingemann [*idem*, 45 e ss] e Magalhães [2004, 333-361].

Com efeito, a confiança envolve uma relação de empatia, na qual pontifica a crença de que o outro velará pelos nossos interesses e objectivos como se fossem os seus próprios, criando por esta via as bases de uma relação de cooperação, como vimos a respeito do capital social. Em contrapartida, implica também o assumir de um certo risco pela incapacidade de prever o comportamento futuro dos outros: confia-se no outro, mesmo sabendo de antemão que, no futuro, as suas atitudes e comportamentos poderão não corresponder às nossas expectativas. Esse risco é, por assim dizer, diminuído com a materialização da integração social e de sentimentos de pertença, com o conhecimento sedimentado e proximidade com o outro e, com a partilha de normas e valores sociais com vista à cooperação.

Perante esta configuração relacional, quando se confia no outro, a vida torna-se mais fácil, as transacções sociais mais eficientes e a cooperação mais fluida, à semelhança do próprio processo civilizacional. Desta forma, a confiança pode ser entendida como parte integrante do capital social sedimentado pelo percurso histórico das civilizações e, por isso, relacionada com a capacidade de gerar entreaajuda, cooperação e reciprocidade na resolução de obstáculos perante a adversidade. Contrariamente, o facto das redes de relações primárias face-a-face caracterizadas pela proximidade terem vindo a deteriorar-se em face da crescente urbanização, do anonimato, isolamento e do enfraquecimento dos laços familiares, não só afecta o capital social como atinge o sentimento de confiança que se repercute no próprio relacionamento entre representantes e representados⁵⁵.

São várias as causas de erosão da confiança política, associada à quebra de apoio específico na avaliação a performances políticas. Se essa erosão pode radicar na incapacidade dos governos em manter um ritmo contínuo de progresso e desenvolvimento económico, outros factores há que minam a confiança entre cidadãos e Estado, por exemplo ao nível do reconhecimento da perda de protagonismo dos Estados nos assuntos comuns de regulação estatal. Mas a própria existência de cidadãos cada vez mais críticos, autónomos e instruídos a questionar as tradicionais formas de autoridade, contribui para o acentuar de um permanente questionamento decorrente de avaliações à actuação dos governos. Entre estas, o desempenho orçamental, o combate à fraude fiscal, a idoneidade das elites

⁵⁵ Newton [*idem*, 176]. Efectivamente, as recentes mudanças nos estilos de vida têm conduzido a um declínio da confiança social, com repercussões no envolvimento cívico e na confiança política. Mas, para além desta relação centrada no plano individual, Kenneth Newton observa que a confiança social aumenta com os níveis de satisfação com a vida, status sócio-económico, instrução e rendimento, diminuindo normalmente entre as minorias étnicas, classes operárias e perante factores como o desemprego, baixa instrução e pobreza [*ibidem*, 180].

políticas, a corrupção, as reformas educativas, o sistema nacional de saúde e a própria ineficácia em reduzir as assimetrias sociais são apenas alguns exemplos.

Em suma, a confiança política é sujeita a grandes variações conforme a avaliação feita à actuação governativa e conforme as orientações afectivas, das quais destacamos o apoio subjectivo aos partidos, a identificação partidária e os sentimentos gerados relativamente aos comportamentos dos actores políticos. Trata-se portanto de uma avaliação que espelha as experiências, percepções e expectativas individuais, as quais são também determinadas socialmente através do discurso vigente veiculado pelos meios de comunicação de massa e pelo próprio resultado das múltiplas interacções sociais. Como é evidente, a avaliação feita pelos representados à acção dos representantes e das instituições públicas tem repercussões na confiança depositada nos representantes, a qual oscila com as conjunturas específicas que as instituições e a própria sociedade atravessam.

PARTE II

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

3. JOVENS E CULTURAS JUVENIS

Apesar do fenómeno da abstenção eleitoral ter aumentado significativamente nas últimas décadas, é empiricamente reconhecido ser entre os jovens que atinge níveis particularmente elevados, sobretudo durante os primeiros anos das suas respectivas vidas eleitorais activas⁵⁶.

No entanto, o exercício eleitoral é somente uma das formas de participação política, a qual, não recolhendo especial interesse entre os jovens releva, ainda assim, de uma ideia generalizada e mistificada da juventude como um segmento etário insensível aos assuntos políticos. Sob esse prisma, a desafeição juvenil em relação à política seria uma espécie de estágio evolutivo insuperável, comum à generalidade dos jovens. Incapaz de se autonomizar de tal determinismo e de acordo com aquela leitura, a maior parte dos jovens seria culturalmente homogénea, apática e indiferente aos assuntos políticos.

No seguimento desta leitura que remete para a primazia dos ciclos de vida, a maioria dos jovens só encontraria condições para despertar de uma «existência anestesiada» à medida que assumisse as responsabilidades profissionais e familiares que atestam normalmente a entrada no ciclo de vida dos adultos. Embora válida, esta visão remete para uma clara assunção da ética da responsabilidade cingida ao mundo do trabalho e às responsabilidades da vida conjugal. Nesse caso, a conjugalidade, a paternidade e a profissão seriam, *de per si*, factores suficientes que ajudariam à explicação dessa progressiva integração social, expressa pelo aumento da participação eleitoral com o aumento da idade. Mas também sucede que, como procurámos clarificar anteriormente, este fenómeno da abstenção eleitoral entre os jovens não é recente, desafiando o que nos diz Ronald Inglehart a respeito da transição paradigmática de valores. Segundo este autor, a substituição de valores materialistas pelos valores pós-materialistas ocorre num quadro de contestação à

⁵⁶ Ver Freire e Magalhães [2002, 131-137]; ver ainda, com referência à desafeição juvenil em relação à política Wattenberg [2002, 11-57]; Dalton e Wattenberg [2000, 3-34].

autoridade e conseqüente «fuga» para formas alternativas de participação, particularmente entre os jovens. Contudo, o fraco envolvimento eleitoral dos jovens não é uma novidade, como nos explica Martin Wattenberg⁵⁷.

Assim, é fundamental perceber se a desmobilização eleitoral dos jovens resulta dos ciclos de vida e da cultura juvenil que lhes subjaz ou se resulta, em contrapartida, de uma alteração das referências e valores culturais.

Na presença das dúvidas que se levantam com a interpretação da desmobilização eleitoral a partir de abordagens teóricas distintas, a explicação dos ciclos de vida e a explicação geracional podem não ser mutuamente exclusivas. Para compreender melhor esta problemática, importa considerar que nem os jovens são todos iguais e orientados por padrões culturais idênticos nem a idade estabelece disposições padronizadas em todos eles. Por conseguinte, esse sentido de responsabilidade «súbito» sugerido pela integração em ciclos de vida pode afinal ser identificado nas experiências e exigências quotidianas, advenham elas do relacionamento específico dos jovens com os pais, os amigos, professores, organizações juvenis, trabalho ou perante si próprios. No mesmo sentido, há um conjunto de referências, vivências e socializações que permitem despertar interesses distintos, independentemente da fase do ciclo de vida em que um jovem se encontra.

Efectivamente e ainda no que respeita à problemática que envolve o conceito de juventude, defendem alguns autores – entre os quais sinalizamos Braga da Cruz ou José Machado Pais – que esta fase de vida é efectivamente associada à idade biológica mas também à idade social, isto é, a juventude pode ser igualmente entendida como o produto de uma construção social levada a cabo pelos *media*, por actos administrativos legitimados por pareceres técnico-jurídicos e até por discursos políticos⁵⁸. O conceito de juventude assim entendido pressupõe uma definição atribuída social e biologicamente. Consequentemente, é um conceito variável historicamente.

Por outro lado, varia igualmente consoante os meios específicos em que se dão as diversas interacções, indiciadoras de processos de socialização e integração em grupos sociais (a pertença a grupos profissionais, étnicos ou «tribais», bem como as referências familiares, regionais ou religiosas), denotando diferentes matrizes sub-culturais.

⁵⁷ Wattenberg [2002].

⁵⁸ Cfr. Braga da Cruz [1984, 285-308]; Pais [1990, 137-165].

Com efeito, pegando na definição de Ronald Inglehart, o conceito de cultura apela a um conjunto de valores e conhecimento transmitido de geração em geração, sendo interiorizado e partilhado pelas pessoas dessa sociedade. Enquanto a natureza humana é inata e universal, a cultura resulta de uma aprendizagem e varia de sociedade para sociedade⁵⁹. Ou seja, poderá integrar transformações que são fruto das interações e das consequências materiais e imateriais das mesmas em grupos sociais permanentes ou ocasionais. Logo, colocando a tónica numa dimensão mais restrita do conceito de cultura, José Machado Pais entende por cultura juvenil, “o sistema de valores socialmente atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase de vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais”⁶⁰.

Contudo, o estudo das culturas juvenis fica incompleto se os jovens não foram investigados a partir dos seus contextos vivenciais e quotidianos, porque é “no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e acção”⁶¹. São estas particularidades individuais e grupais que os distinguem e os posicionam com referência a um padrão de normalidade: a juventude. Nestes termos, para além das claríssimas diferenças de base cultural entre um jovem *yanomami* e um coetâneo sueco, dentro de um mesmo país as distinções são óbvias entre jovens de meios rurais e urbanos, entre jovens estudantes e jovens com responsabilidades familiares, entre jovens provenientes de meios familiares mais ou menos politizados, entre jovens com mais ou menos conforto material ou entre jovens de diferentes etnias e orientações sexuais.

A percepção destas distinções de base cultural é clarificada por José Machado Pais ao colocar em evidência algumas transformações por que têm passado os jovens portugueses: o retardamento da entrada na vida activa, alongando por isso mesmo a fase de vida juvenil, resultante das necessidades de qualificação escolar; mas também as transformações estruturais na família tradicional e, finalmente, a massificação do ensino, que aumenta o período de escolarização (em número de anos), contribuindo para o alongamento da juventude enquanto fase de vida. Mas este padrão que «infantiliza» os jovens aos olhos das gerações precedentes sobrevive num patamar de generalidade no qual as malhas são suficientemente largas para não coligir atitudes e comportamentos totalmente

⁵⁹ Inglehart [1997, 15].

⁶⁰ Pais [1990, 163].

⁶¹ Pais [1996, 54-56].

descoincidentes: dos apáticos aos mobilizados em estruturas políticas e associativas, dos marginais aos jovens integrados e com carreiras promissoras.

Por conseguinte, como resultado da crescente complexidade das sociedades contemporâneas ocidentais e apesar de múltiplas características que funcionam como denominador comum para as juventudes de todo o mundo, não é possível conceber uma cultura juvenil única – ostentando práticas e concepções culturais uniformizadas – expressa etariamente através de uma fase de vida, cujas clivagens se posicionam em convergência com a cultura dominante em termos inter-geracionais (corrente geracional da sociologia da juventude). Inversamente e sem pôr de parte o que foi dito, interessa aludir também à juventude como um conjunto social necessariamente diversificado, do qual emergem diversas culturas juvenis matizadas por clivagens de natureza intra-geracional que são marcadas por desigualdades sociais (corrente classista da sociologia da juventude).

Se o efeito do ciclo de vida nos adverte justificadamente que a acumulação gradual de conhecimento, a entrada na vida activa e as responsabilidades familiares estimulam o interesse e a preocupação em intervir nos assuntos públicos, o efeito geracional poderá apontar efectivamente para uma alteração nos perfis de participação, reivindicativos de formas alternativas de participação – entre as quais emerge a participação não convencional – associadas à transformação operada ao nível dos valores pós-materialistas. Mas entre as duas, há um enorme universo que nos cabe explorar, nomeadamente o elemento da «interacção quotidiana», no qual se dão as trocas relacionadas com a socialização política e integração que, adiante, retomaremos.

Como é evidente e não obstante as clivagens inter-geracionais, as culturas juvenis podem ser referenciadas em função do contexto específico em que evoluem, o qual é assegurado por uma multiplicidade de variáveis como o local de residência, referências históricas objectivas (um bairro politicamente activo, por exemplo), grupo socioprofissional dos pais, grupo de amigos, tipo de música preferida, gosto pelo desporto, influências escolares ou até a pertença a uma organização política juvenil.

Consoante as culturas juvenis, assim se manifestam os jovens relativamente ao fenómeno político e eleitoral, não sendo por isso aceitável considerar que, entendidos como um todo, os jovens não se interessem pela política apenas porque se verificam elevados níveis de abstenção eleitoral num intervalo de idades específico. Os jovens e as culturas juvenis que exprimem e os matiza não são idênticas e, quanto a isso, as referências históricas ao tradicional envolvimento dos estudantes em acções de protesto assim como o

envolvimento em organizações partidárias juvenis, atestam esse elemento distintivo de uns grupos em relação a outros, evidenciando distintas orientações políticas.

Pelos motivos invocados, é nosso entendimento que as culturas juvenis são construídas pela confluência de valores, crenças, símbolos, normas e práticas partilhadas que tanto podem ser *inerentes* a uma fase de vida como podem ser *assimiladas* através da interacção e socialização. Mas que se afirmam, independentemente do contexto, enquanto culturas frequentemente opostas ao conceito de cultura dominante. Seja por oposição à cultura das gerações mais velhas, seja por oposição à cultura de classes dominante⁶². Ora, a exigência de participação que decorre num quadro atitudinal de orientações cognitivas, afectivas e avaliativas relativamente ao sistema político (segundo o conceito de cultura cívica de Almond e Verba) esbarra naturalmente num padrão de culturas juvenis em oposição com os valores das gerações mais velhas.

Apesar desta clivagem de base entre culturas juvenis e a cultura de participação dominante, a diferenciação do contexto continua a ser particularmente importante se “entendermos as culturas juvenis como resultado de processos específicos de socialização”, as quais podem ser o resultado de interacções mais ou menos permanentes com elementos de gerações distintas⁶³.

⁶² Pais [1990, 160].

⁶³ *Idem* [1990, 164]

4. A INTEGRAÇÃO DOS JOVENS COMO FACTOR DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

À semelhança do que vimos anteriormente, a abstenção verificada nos primeiros anos que consagram a passagem à «maioridade política» regista quase sempre os maiores níveis, comparativamente aos restantes grupos etários. Efectivamente, a observação empírica habilita a concluir que os maiores níveis de participação eleitoral se concentram nas fases de idade intermédia, isto é, sensivelmente entre os 30 e os 65 anos de idade, apresentando frequentemente uma distribuição curvilínea⁶⁴.

Em todo o caso, essa distribuição da abstenção por idades não afecta indiferentemente todos os jovens, justamente porque as suas coordenadas de mobilização política variam consoante os recursos de que dispõem, referências políticas favorecidas por processos de socialização e integração social que hão-de configurar atitudes específicas e outros tantos comportamentos políticos⁶⁵. E, assim sendo, toda essa multiplicidade de variáveis, acrescidas de outros factores como a situação perante o emprego, as expectativas de vida, a avaliação geral da situação governativa do país e a intensidade das vivências são susceptíveis de posicionar diferentemente os jovens ou grupos de jovens, com respeito à participação política. Seja ao nível da participação convencional (participação eleitoral, contactos com políticos, militância partidária, etc.), seja no campo da participação não convencional (acções de protesto, tomadas de posição em órgãos de comunicação social, colaborar com organizações voluntárias, etc.).

Esta multiplicidade de variáveis é normalmente enquadrada pelos processos de integração social, a qual funciona como elemento clarificador de atitudes e comportamentos políticos, reflectindo aquilo que, num determinado contexto, é ou não razoável no ajustamento permanente e recíproco entre sociedade e indivíduo. Dito de outro modo, a própria participação e envolvimento cívico podem surgir como indicadores de integração

⁶⁴ Ver Milbrath *apud* Della Porta [2003, 89-90]; Wattenberg [2002, 24 e ss.]; Reto e Sá [2000, 68-69]. Ver também, a este respeito Magalhães e Moral [2008].

⁶⁵ Cfr. Freire e Magalhães [2002, 121-136]. Convém ter bem presente, no que respeita às atitudes políticas, nomeadamente à confiança e satisfação com a política, que os jovens enfrentam progressivamente maiores entraves à sua entrada na vida activa, remetendo-os ao desemprego e aos trabalhos precários. Ora, a imprevisibilidade quanto a perspectivas e escolhas futuras, a encruzilhada em que se acham, tende a favorecer um distanciamento e desconfiança entre os mais jovens, ao se darem conta de promessas adiadas, sonhos alterados e ao esquecimento a que são votados. Ver Pais [2001].

social, em função da qual a intensidade e o grau de envolvimento variam. Altos índices de integração social enquadram, do ponto de vista teórico, indivíduos mais activos na defesa das estruturas ideológicas e materiais que constituem o fundamento das sociedades em que vivem. Neste campo, podemos considerar um *continuum* que vai da integração social *de jure* à integração *de facto*, ou seja, do mais elementar enquadramento social dos indivíduos enquanto membros de uma sociedade até à consubstanciação material desse enquadramento em acções concretas e envolvimento políticos, cívicos, comunitários, profissionais, familiares. No caso do campo político, o expoente será a militância partidária activa e a eleição ou nomeação para cargos públicos. Mais uma vez e considerando as palavras de Manuel Villaverde Cabral, a materialização dos direitos políticos carece de uma atitude activa, a qual será favorecida por diferentes níveis de integração social e política. Estas são duas realidades que poderão nem sempre coincidir, embora partamos do pressuposto que são realidades cumulativas, isto é, um elevado nível de integração político-partidária tende a estar associada a elevados índices de integração social.

Nestes termos, a integração política que envolve a militância partidária activa e o envolvimento não convencional mais enérgico, ocupa um lugar de relevo na mobilização política porque é o meio pelo qual os indivíduos se envolvem directamente com fenómenos de natureza política, actuando e interagindo com eles. É também por meio da integração política e, em paralelo, da socialização política, que se desenvolve e incrementa a identificação partidária e o interesse pela política, indicadores vulgarmente considerados de enorme utilidade na análise das atitudes políticas.

Retomando a problemática dos ciclos de vida, é evidente que a idade é uma variável de primeira linha, uma vez que é no decurso das experiências e conhecimentos acumulados que a informação política é processada e consolidada. De acordo com esta leitura, a idade pode contribuir para a afirmação de um *sentimento de competência subjectiva* com vista a uma tomada de posição mais informada e crítica, que pode ter lugar em actos eleitorais ou em simples comentários entre amigos a respeito da performance de um governo. Entre os militantes em partidos ou estruturas políticas, é naturalmente no decurso da idade e do tempo de pertença que os laços partidários são reforçados, promovendo um maior envolvimento que se há-de consubstanciar no fortalecimento da identificação partidária a um nível de maior militância. Convém finalmente ressaltar o facto da identificação partidária gerar sentimentos de pertença cuja intensidade varia naturalmente entre a militância activa

e a simples simpatia partidária⁶⁶. Assim, a idade é assumida como um factor crítico de integração política que se encontra intimamente relacionada com os processos de socialização política.

A integração em determinados grupos sociais, organizações partidárias e sindicais ou simplesmente em comunidades mais ou menos implicadas politicamente pressupõe, de antemão, um conjunto de pessoas em interacção com vista à consecução de um ou vários objectivos comuns. Ora, os grupos sociais são frequentemente caracterizados por serem identificáveis, estruturados formal ou informalmente, apresentarem papéis e funções diversas e congregarem os seus membros em torno de interesses e valores comuns. Ainda dentro de uma concepção relacional, estas condições consagram normalmente um processo de socialização e educação informal entre os membros. Estes processos decorrem naturalmente da partilha e difusão de informação política, assim como da intensificação de sentimentos de pertença. Neste campo, a identificação com um objecto (um partido político, uma religião ou um clube de futebol), gera frequentemente sistemas de solidariedade entre os seus membros que se desenvolvem com referência à partilha de objectivos, contribuindo para a cooperação cívica, clubista ou religiosa. Em suma, gerados pela integração em grupos sociais, estes sistemas de solidariedade encontram nas normas de reciprocidade grupal e na intensificação do envolvimento, alimento privilegiado para a mobilização activa. Neste ponto importa ter em mente aquilo que foi dito acerca do capital social, medido pelas redes de reciprocidade e pela confiança, o qual é favorecido pelo envolvimento cívico e partidário.

Em todo o caso, apesar da existência de organizações partidárias juvenis e de outras organizações relativamente politizadas ou de envolvimento cívico, cujos processos de integração política são frequentemente intensos, não será leviano afirmar que a maioria dos jovens jamais esteve integrada em semelhantes estruturas, indicando que a integração político-partidária não é um processo generalizado entre os jovens portugueses⁶⁷.

Por outro lado, os jovens são por vezes postos à margem das preocupações dos partidos por duas razões que podem surgir interligadas. Em primeiro lugar, sendo um eleitorado recente e frequentemente passivo no plano da participação convencional, não constitui um público-alvo prioritário na competição pelos votos, em particular em países com estruturas demográficas envelhecidas. Em segundo lugar, as referências e

⁶⁶ Com respeito à competência subjectiva adquirida com a idade, ver Freire e Magalhães [2002, 135]. Quanto ao aumento e reforço dos laços partidários, ver Dalton e Wattenberg [2000, 30].

⁶⁷ Cfr. Magalhães e Moral [2008, 39].

reivindicações dos jovens podem manifestar-se algo desfasadas dos programas partidários, concentrados em problemáticas e assuntos só excepcionalmente comuns e coincidentes com os interesses e percepções genéricos dos jovens. Consequentemente, a própria sensação de distância ao poder acaba por funcionar como mais um mecanismo de desmobilização eleitoral⁶⁸.

Em suma, o desinteresse político dos jovens identificado há décadas, persiste e é acentuado pelas lacunas de integração política, ao nível da pertença a associações cívicas ou organizações partidárias, mas também é constatável pelo défice de familiarização com o exercício da cidadania activa, consentido por alguma inércia do próprio sistema formal de ensino. Por outro lado, o aumento da mediatização e dos objectos de entretenimento hedonista, aumenta a passividade receptora dos jovens naquilo que Bernard Manin denominou a *democracia do público*⁶⁹, porquanto é como espectadores – e não como participantes – que, em muitos casos, os jovens se configuram.

⁶⁸ Ver Cabral [2000, 109].

⁶⁹ Ver Manin [1995].

5. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E TRAJECTÓRIAS INDIVIDUAIS

A socialização política, fortemente associada a dinâmicas decorrentes da integração política mais ou menos institucional – politização do meio familiar e profissional, envolvimento em organizações partidárias, cívicas, associativas – está seguramente entre os mais importantes mecanismos que contribuem para a definição de atitudes e comportamentos convergentes com uma cultura política que privilegie a participação e o envolvimento cívico. Como é evidente, essa importância joga-se desde logo na transmissão, apreensão e transacção de referências políticas (que se traduzem em formas de estar, ser e sentir) e, também, de recursos cognitivos.

Na generalidade dos casos em que a socialização contempla a temática política para além de todas as outras, os primeiros contactos com esse universo dão-se no seio da família ou de grupos de amigos, podendo adquirir um carácter mais ou menos intenso no decurso das trajectórias individuais de cada um. Sob este ponto de vista, comportamentos tão díspares, como a militância partidária e a total apatia no relacionamento com objectos políticos, podem ser estudados com algum detalhe a partir das teorias da socialização. Em particular, podem ser estudados considerando as trajectórias de vida, no decurso das quais se dão a transmissão e apreensão de referências e reprodução de valores sociais que ordenam, classificam e avaliam as realidades sociais num dado contexto. Esta hipótese de trabalho pressupõe que se verifique, de facto, a interiorização de elementos cognitivos, normativos e axiológicos circulantes numa sociedade e que são transmitidos pelas pessoas. Os elementos que são objecto de processos de socialização serão, por sua vez, reproduzidos com maior ou menor precisão, dada a sua permanente sujeição a juízos individuais, necessários pelas constantes «actualizações» feitas pelos indivíduos.

Genericamente, a socialização pode ser entendida como constrangimento, interiorização passiva e inconsciente, como imposição de regras a partir do exterior, de modo heterónimo. Trata-se, neste caso, de um processo de interiorização de referências sociais que se reproduzem no espaço e no tempo e que envolvem a apreensão de vários elementos cognitivos, normativos e axiológicos no longo termo. Neste sentido, a socialização é entendida como processo determinista assente na transmissão intergeracional, reproduzindo-se por inculcação no indivíduo socializado enquanto receptáculo de maneiras de ser, pensar e agir.

Mas também pode ser vista como uma troca de referências sociais entre agentes em interacção, uma renegociação permanente pelo actor livre e responsável pelos seus actos ou um processo adaptativo do indivíduo guiado pelos seus próprios recursos cognitivos⁷⁰. De acordo com estas ideias, esta leitura da socialização está mais próxima da *liberdade do sujeito* invocada por Touraine, aqui entendida como factor crítico de interacção, dominado pela troca de referenciais axiológicos, normativos e cognitivos entre sujeitos, capazes da actualização ou produção de tais referenciais.

De acordo com estas duas abordagens decorrem dois modelos explicativos: de um lado, o modelo mais determinista que nega uma atitude activa aos indivíduos nos processos de socialização. Do outro lado, encontramos um modelo compreensivo, que actua a partir das disposições do sujeito, aceitando-o como capaz de empreender estratégias racionais e habilitado a dar significação aos seus actos⁷¹. Esta é uma abordagem centrada em realidades que se ancoram em conjunturas específicas, à qual não é estranha a ideia de interacção enquanto processo conducente à troca simbólica, cognitiva e empírica entre indivíduos.

Mas, se o enquadramento ecológico gerado pelas cosmovisões, pelo crescente protagonismo dos *media*, pela interdependência que restringe a actuação dos Estados e pela formação de novas orientações culturais, assume uma dimensão exógena ao indivíduo, por outro lado há toda uma dimensão interior que não pode ser descartada. E esta dimensão é feita das visões e valorizações individuais, dos esquemas de percepção do mundo e dos instrumentos cognitivos (empíricos e racionais) dos indivíduos que, com ela, se constituem enquanto agentes capazes de dar significado à sua acção de socialização. De um lado, é feito apelo aos contextos sociais e institucionais, do outro, é feito apelo às interacções sociais e à capacidade de agir racional e estrategicamente⁷².

Considerando este primeiro enquadramento, importa convergir para uma definição possível que sintetize as duas abordagens. Para Anthony Giddens, a socialização resulta de “processos sociais através dos quais as crianças desenvolvem consciência de normas e valores sociais e alcançam uma noção própria de eu-social, [reflectindo a interiorização de maneiras de ser, pensar e agir que são características de um grupo, comunidade ou sociedade e que aí circulam]. Embora os processos de socialização sejam particularmente significativos durante a infância e adolescência [socialização primária] continuam, até certo

⁷⁰ Ver a este respeito, Gaxie [2002].

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² Ver Pettersson [2003, 4].

ponto, presentes durante o resto da vida [socialização secundária]. Nenhum indivíduo está imune às influências de outros à sua volta, modificando constantemente o seu comportamento durante todas as fases da sua vida”⁷³. A última parte desta definição reveste-se de particular interesse pois remete inequivocamente para um processo histórico, evolutivo, o qual se liga particularmente à avaliação permanente feita pelos indivíduos, de que falámos no início deste capítulo.

Assim, a socialização primária corresponde às aprendizagens ocorridas durante a infância, através de contactos no seio da família, em grupos de amigos e no sistema formal de ensino. Implica uma interiorização de normas, papéis, práticas e atitudes reconhecidas e assimiladas no mundo objectivo envolvente, levando a criança a identificar-se com tais práticas, adoptando-as como suas. Estas aprendizagens hão-de ser complementadas por processos ulteriores, constitutivos de socializações secundárias. Estas vêm espelhar o resultado da trajectória biográfica do indivíduo, em termos de mobilidade social, pertença a diversificados meios – familiares, conjugais, profissionais, amicais, culturais, comunitários, confessionais, associativos, sindicais – pondo em evidência os papéis sociais desempenhados⁷⁴.

Finalmente estas socializações secundárias são ainda marcadas por aspectos mais contextuais provenientes do meio ambiente, reflectindo crises, guerras, desenvolvimento económico, industrialização, instabilidades políticas e tudo o que possa influenciar as disposições cognitivas, valorativas e comportamentais dos indivíduos. Neste caso, a socialização pode também ser marcada, no plano político, pelas transformações nos partidos, ideologias e lideranças, a par das transformações das próprias sociedades. E, também, no plano cultural, ao nível da transmutação dos valores encorajados e tidos como estruturantes das sociedades ocidentais. Ou seja, a socialização pode ser desenvolvida através de processos educativos formais, mas também mediante fenómenos de identificação com grupos de referência, transmissão simples de referenciais sociais, filtragem de conteúdos, imitação, adaptação e inovação.

Na obra clássica de Almond e Verba, *The Civic Culture*, é advogado que a participação política e o exercício de uma cidadania activa exigem uma atitude motivacional específica e a posse de recursos (cognitivos, afectivos e avaliativos), os quais tendem a facilitar um maior

⁷³ Giddens [1997, 871].

⁷⁴ Berger e Luckmann [1999].

envolvimento na vida da sociedade pelos seus membros⁷⁵. Estes recursos a atitudes face à cidadania e à participação política não são inatos, não são transmitidos geneticamente. Sendo assim, só reproduzidos socialmente, como resultado de interações específicas, é que poderão originar uma *cultura cívica* de participação. Aí reside a centralidade da socialização política enquanto elemento fundamental para a emergência de uma cultura cívica em que a participação e o envolvimento político sejam normativos sociais e valores encorajados.

De resto, entre uma série de factores objectivos e subjectivos, no seu estudo sobre a socialização política, Daniel Gaxie demonstra claramente que as preferências expressas a propósito de objectos políticos (na capacidade de eleição entre alternativas políticas) são o resultado de juízos apoiados em valorações que funcionam como instrumentos de classificação e avaliação das realidades sociais e políticas num dado contexto. Esses instrumentos são o produto das experiências individuais e da interiorização de normas subjectivas de envolvimento cívico que, sem embargo, são configurados pelo esquema mental desenvolvido por cada indivíduo e lhe permite estabelecer prioridades e hierarquias na avaliação que faz à realidade. Ora, estes instrumentos valorativos são precisamente desenvolvidos nos processos de socialização, definindo atitudes concretas face ao fenómeno político e, em particular, à participação. Daqui se conclui que as atitudes políticas se traduzem num comportamento contextual e orientado hierarquicamente, em termos de prioridades, na decisão de cada indivíduo ou grupo de indivíduos relativamente a objectos políticos.

Esta perspectiva enfatiza claramente a importância da socialização nos primeiros anos de vida, embora o momento decisivo para a socialização política ocorrer frequentemente na passagem da juventude para a vida adulta⁷⁶. Nesta medida, também os ciclos de vida não só posicionam diferentemente os indivíduos quanto à maturidade e consolidação da informação política como os poderá definir quanto a uma ética «etária» da responsabilidade, isto é, o assumir de responsabilidades perante a sociedade, perante o outro e o próprio. Não é necessariamente a idade mas sim a conjugação da idade e de etapas de vida, como o casamento ou a entrada na vida activa, que intensificam a integração social.

⁷⁵ Almond e Verba [1970]. Dentro das atitudes cívicas indispensáveis à formação de uma cultura cívica e desenvolvidas com o decorrer dos anos por cada indivíduo, Almond e Verba identificam três tipos: orientações cognitivas (posse de conhecimento e informação), orientações afectivas (crença no regime e na importância do papel de cada um, nos assuntos da sociedade) e orientações avaliativas (implicam a capacidade de analisar e avaliar criticamente a performance dos governos e dos políticos, consubstanciando-se na rejeição ou aprovação dos representantes). Ver também Norris [2004, 154-156].

⁷⁶ Pettersson [2003].

Este momento crítico dá-se com o assumir de responsabilidades, com o processamento fluído de informação política acumulada – daí resultando menores custos na escolha eleitoral, por exemplo – e, com o despertar de interesse pelos assuntos de espectro colectivo dado pelo progressivo alargamento das visões sobre o mundo.

Em face do exposto, o alcance da socialização política reveste-se de extrema variabilidade, admitida em função do percurso de cada indivíduo, ao longo do qual o contacto com objectos de natureza política pode ser identificado na mais tenra idade ou já numa fase de vida mais avançada, consoante a circunstância ou conjunto de circunstâncias que estiverem na sua origem. É a este respeito que José Machado Pais se pronuncia ao chamar a atenção para a importância dos pontos de inflexão – *turning points* – como pontos críticos de viragem ou ruptura com a linearidade e com as perspectivas de previsibilidade e uniformidade consagradas à vida de um jovem ocidental⁷⁷.

Apesar destes pontos de inflexão, definidores de novos rumos e novos esquemas de percepção do mundo nos quais se reflecte o súbito interesse pela temática política ou o seu inverso, há padrões de comportamento associados à condição juvenil. E também é nestes que importa reflectir, sobretudo se há sintomas reveladores de, entre os jovens mais mobilizados, o envolvimento político ser particularmente favorecido pela exposição a noticiários, reportagens e debates políticos veiculados nos *media*, pela integração em organizações partidárias, sindicais ou cívicas, pelo ambiente familiar politizado e, pela interacção com amigos envolvidos civicamente.

No estudo realizado por Manuel Braga da Cruz sobre as elites políticas juvenis, isto é, focalizado nos jovens militantes de organizações partidárias juvenis, foram empiricamente verificados alguns daqueles sintomas⁷⁸. Neste caso em particular, os principais agentes de socialização provaram suceder pela ordem que se segue: os amigos, os meios de comunicação de massa e os pais. Só muito raramente a família afastada, vizinhos e professores. De qualquer forma, convém frisar que o estudo se debruça sobre jovens com um alto grau de integração política. Em todo o caso, Braga da Cruz revela que o interesse dos jovens militantes pela política terá despertado com frequência no seio da família, na escola e no convívio com os amigos, resultante portanto, de contactos face-a-face.

Por outro lado, numa investigação realizada por Thorleif Pettersson sobre os valores de referência e a educação cívica entre os adolescentes, foi inicialmente assumida como

⁷⁷ Pais [2001, 104].

⁷⁸ Braga da Cruz [1990, 234-235].

segura a ideia de o desenvolvimento humano, enquanto factor de incremento da autonomia humana e da liberdade de escolha entre alternativas se encontrar fortemente associado a valores emancipatórios e a altos níveis de realização económica⁷⁹.

Porém, contrariamente ao esperado nesta investigação inspirada pela matriz da modernização cultural, T. Pettersson conclui que são os jovens originários de países com menores oportunidades de desenvolvimento humano quem acolhe com maior entusiasmo e apoia a cidadania activa enquadrada em valores pós-materialistas (protestos pacíficos, actividades de promoção da qualidade de vida, protecção ambiental e defesa dos direitos humanos).

Esta conclusão de T. Pettersson vem questionar, como é evidente, essa ideia da participação política alternativa assente em valores pós-modernos estar mais associada a um elevado grau de satisfação de necessidades e conforto material. Sem embargo, vistas as coisas deste ângulo, a teoria de Inglehart encontra aqui algumas dificuldades, uma vez que a *hipótese da escassez* inerente ao *princípio de sobrevivência* e à procura de satisfação de necessidades básicas não se enquadraria linearmente no plano da participação cívica nestes países com fortes limitações económicas. Contudo, tal não tem que significar que, nos países com menores índices de satisfação de necessidades fisiológicas, os valores pós-materialistas não se disseminem também entre as gerações mais recentes. Nesse caso, a ênfase deverá colocar-se mais numa ideologia geracional reproduzida socialmente e facilitada pela disseminação de ferramentas e mecanismos outrora pouco explorados ou conhecidos. Podemos, em contrapartida, admitir que em resultado dos processos de globalização e da reprodução da ideologia dominante que aqueles acarretam, se verifica uma maior aceitação desses valores. A este respeito, é exemplar o relativo consenso popular observado em questões como a defesa do meio ambiente e da conservação das espécies. Mas também parece ser clara a grande «dispersão» comportamental entre vários países, regiões, cidades, quer no tipo de relacionamento com as respectivas autoridades quer no objecto do protesto ou reivindicação.

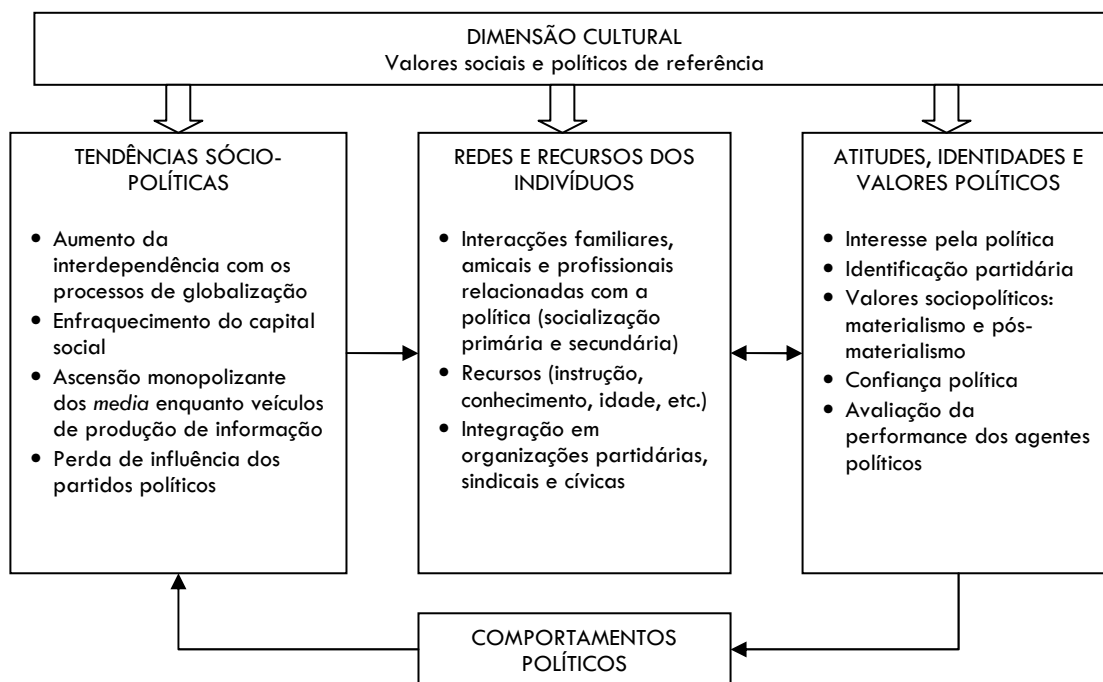
Em conclusão, podemos sugerir que o envolvimento político dos jovens tende a aumentar consoante a exposição a processos de socialização e integração políticas, em virtude dos quais, se hão-de configurar comportamentos característicos de diversos tipos de

⁷⁹ O desenvolvimento humano considerado por Pettersson é aqui tido como a combinação interdependente de três factores: recursos, valores emancipatórios e direitos humanos, os quais se relacionam respectivamente com as trajectórias socioeconómicas, os processos de mudança axiológica e com os processos de democratização. Welzel *apud* Pettersson [2003, 1 e ss.].

participação (convencional, não convencional ou mista) e, claro, comportamentos abstencionistas.

Em face de tudo o que foi dito e de modo a clarificar uma aproximação à problemática da participação em democracia, o Modelo de Análise que se segue pretende sintetizar a relação de interdependência, em permanente tensão, considerando os determinantes da participação política. O esquema pretende também sinalizar os factores de socialização e integração políticas que definem graus distintos de interacção, apreensão e processamento de informação política. A partir da relação entre estes dois níveis deverá ser possível identificar algumas das principais orientações políticas que norteiam a acção individual dos jovens.

Figura 2. Determinantes das atitudes e dos comportamentos políticos dos jovens



A *dimensão cultural* relaciona-se com o conceito de poder instituidor abordado por Cornelius Castoriadis⁸⁰. Este tipo de poder funciona como um elemento não perceptível que

⁸⁰ Tanto a socialização primária — através dos quadros de referência que são produto do imaginário colectivo transmitido pela história, costumes, tradições — como a socialização secundária — através da escola que legitima e impõe as orientações globais de uma sociedade — trabalham para criar pré-disposições homogêneas nas crianças, inclinando-as a ver e sentir as coisas de modo semelhante. Este processo de

reproduz e transmite a cultura dominante, legando aos membros a estrutura cultural vigente. Entendemos esta *dimensão cultural* no seu sentido mais determinista apesar da margem que os indivíduos e os grupos sociais dispõem para influenciar reflexivamente essa dimensão cultural (não estática).

No que diz respeito às *tendências sociopolíticas* que actualmente se observam, destacamos quatro vectores que contribuem para alterar o relacionamento entre representados e representantes.

Em primeiro lugar, a perda de controlo pelos Estados nacionais perante as novas dinâmicas de globalização pode induzir um sentimento de ingerência nos eleitores de um país. Questiona-se então a utilidade da participação política quando se consegue discernir que uma grande parte das directivas, normas e orientações são definidas por organizações supranacionais e por empresas multinacionais.

Apesar disso, a própria globalização favorece processos sincréticos no plano cultural, dos quais resulta a disseminação mundial de valores pós-materialistas defendida pelos teóricos da modernização cultural. Nesse caso, a globalização tanto pode gerar sentimentos de impotência e desinteresse, como a adopção de formas de participação e contestação alternativas, inscritas no quadro da participação não convencional.

Em segundo lugar, a diminuição das redes de reciprocidade, do envolvimento cívico e da confiança social (resultante da crescente complexidade social) não favorecem a integração nem sentimentos de pertença, alterando por sua vez a dinâmica de reprodução e transmissão de capital social. E, a este respeito, a integração e o sentimento de pertença são fundamentais para a interiorização e partilha de valores e princípios democráticos. Como consequência deste enfraquecimento dos laços sociais, é natural que os indivíduos exibam comportamentos progressivamente afastados das atitudes solidárias e cooperantes mais características das sociedades tradicionais, em detrimento de um maior desprendimento e apatia face à *coisa pública*.

imposição de referências culturais colectivas, designa-o Castoriadis por *poder instituidor*, poder que “nunca é plenamente explicitável; exerce-se, por exemplo, pelo facto de qualquer recém-nascido ter de se sujeitar, mediante a sua socialização, à imposição de uma linguagem; ora, uma linguagem não é apenas isso, é um mundo. Também se sujeita à imposição de condutas e comportamentos, de atracções e rejeições, etc. Este poder instituidor que nunca pode ser completamente explicitado, permanece, em grande parte, escondido nas profundezas da sociedade (...) Podemos vê-lo ao constatar, em primeiro lugar, que qualquer sociedade deve conservar-se, preservar-se, defender-se”, transmitindo intergeracionalmente a cultura dominante e os valores sociais de referência [Castoriadis, 1998: 184].

Em terceiro lugar, com o crescente protagonismo dos meios de comunicação de massa, prefigura-se a formação de um novo monopólio no domínio da distribuição da informação política, constituindo fortes mecanismos de reprodução da cultura dominante (em cumplicidade com os próprios partidos políticos que são conduzidos a delegar implicitamente essa função em agências noticiosas). Se, por um lado, os *media* permitem um acesso mais generalizado à informação política, por outro lado, são mais susceptíveis de dispersar e enviesar a informação veiculada, por esta ser sujeita a inúmeros filtros.

Seguidamente, para além da interdependência económica tender a sobrepor a sua lógica de investimento, a própria lógica dos meios de comunicação de massa (contrariamente à comunicação social anteriormente orientada para as elites) é a do consumo de produtos de entretenimento e lazer ligados à satisfação hedonista que configura os cidadãos como público, como receptor passivo de conteúdos. Por esta via, os meios de comunicação de massa acentuam a desmobilização de cidadãos podendo, em contrapartida, contribuir para reforçar a mobilização dos mais integrados, com um acréscimo de informação especializada e direccionada para nichos específicos de mercado. Esse é o caso dos programas televisivos de debate político ou a contratação de analistas políticos pelas estações de televisão e jornais. Em suma, os meios de comunicação social de massa têm suficiente poder para incrementar o exercício da participação e cidadania activa e crítica. Mas também o têm para contribuir na cedência de terreno à desafeição política. São, por assim dizer, funcionalmente ambivalentes.

Em quarto lugar, a perda de influência dos partidos políticos com reflexos no enfraquecimento da identificação partidária encontra boa parte das suas causas na diversificação das fontes de informação política, personalização da política, esbatimento das clivagens ideológicas e desfasamento da oferta partidária em relação à procura.

Em suma, o enfraquecimento dos laços partidários, a canalização do interesse para objectos de consumo afastados de uma cultura política de participação, a sensação de subordinação do político ao económico e a diminuição das redes de envolvimento cívico são ingredientes sociais potenciadores do afastamento e desmobilização política.

A conjuntura social expressa pelas tendências indicadas e referencial cultural são, *grosso modo*, comuns a todos os indivíduos. Contudo, a forma como é interpretado pode ser variável consoante os recursos possuídos, interacções e as trajectórias de vida. Demos a esses factores o nome de *redes e recursos dos indivíduos* porque se trata de conjuntos de elementos na posse de cada indivíduo que lhe permite processar a informação recebida

consoante as ferramentas de que dispõe. Entre estas incluímos os recursos, a integração política e os processos de socialização política.

A integração social tem uma importância determinante porque se prefigura como um processo fundamental de ajustamento recíproco de elementos constitutivos de um dado sistema, favorecendo por essa via a interiorização de valores e princípios democráticos. A integração destes valores e princípios, transmitidos em grande parte por via da socialização, torna-os essenciais no exercício de uma cidadania activa, tal como é reconhecido por Almond e Verba. De acordo com o que foi dito e de acordo com os próprios objectivos deste trabalho, a socialização política é aqui reconhecida como a nossa principal linha de atenção porque permite verificar, caso a caso, de que forma contribui a transmissão inter-geracional e intra-geracional de valores, normas e recursos cognitivos que distinguem uma cultura política de participação de uma cultura política passiva.

A dimensão das *atitudes, identidades e valores políticos* tem implícito um afunilamento das dimensões precedentes com ênfase no indivíduo. É a este nível que os indivíduos se exprimem politicamente e é através dele que são captadas as características políticas de cada um, seja de um ponto de vista conjuntural seja de um ponto de vista das orientações políticas, ideológicas e axiológicas por que se guiam e reflectem nos comportamentos políticos subsequentes. Nesta dimensão são integrados o interesse que os indivíduos manifestam pelos assuntos de natureza política, enfatizando igualmente a importância que tem a identificação partidária na proximidade com o fenómeno político. Além disso, a problemática levantada pela transição de valores defendida por Ronald Inglehart remete igualmente para um relacionamento diverso com a política expresso por comportamentos políticos alternativos à participação eleitoral. A confiança política, intimamente ligada à avaliação da performance dos actores políticos e à própria intensidade do envolvimento justifica também atitudes distintas.

6. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

6.1. Exercício compreensivo

A metodologia seguida neste trabalho comporta naturalmente alguns pressupostos teóricos e práticos que devem ser elucidados. Desde logo, a opção por um modelo explicativo assente numa abordagem sociológica compreensiva, neste caso concreto, demorando-se nos aspectos relacionados com a socialização e integração social. A este respeito, a análise compreensiva de um fenómeno social como a participação política dos jovens incide na captação do comportamento revelador de uma atitude cujo sentido conferido por cada actor social à sua própria acção é passível de uma interpretação explicativa, possivelmente ou não diferente daquela pressentida ou desejada pelo actor.

O sentido e o significado da acção social conferidos pelo actor são elementos fundamentais da interpretação dos esquemas de percepção, vivências, atitudes e comportamentos políticos exibidos. Mas esta análise centrada no indivíduo “não prescinde do seu ponto específico, o facto social e, portanto, a ordem, os valores, as normas só existem como produto da subjectividade”, a partir da qual se formam estruturas sociais que são realizações colectivas⁸¹. Como tal, a compreensão de atitudes e comportamentos políticos a partir de processos de socialização e integração políticas pressupõe a exploração de uma densidade analítica só possível pelo estudo das trajectórias e condições individuais. A este respeito, é vantajoso focar a atenção no *cruzamento de sentidos e experiências* quotidianas, espontâneas ou estruturadas, formais e informais, bem como nos *sistemas de valores sociais* e nas cosmovisões do mundo envolvente. Todas estas dimensões podem ser reveladoras de sentimentos como a confiança política, níveis de identificação partidária, o tipo de relacionamento mantido com a política e o sentimento conjuntural a respeito dos actores políticos. Em contexto de recolha de informação a partir de entrevistas, a densidade

⁸¹ Almeida [1982, 60]. De resto, a justificação por uma metodologia específica de recolha de informação como as entrevistas em profundidade e a generalização de padrões e regularidades observadas nos entrevistados a indivíduos que exibam características semelhantes, motivam João Ferreira de Almeida a fazer referência ao pressuposto individualista. Para este autor, o pressuposto individualista surge “sempre que a análise sociológica elege a subjectividade do actor como o seu único ou principal objecto (...) [tomando] o indivíduo como lugar exclusivo de geração de sentido e de acção, a que são recondutíveis todos os efeitos sociais. Nestas condições, o social só pode ser pensado como um conjunto de elementos adicionados, como a resultante de agregações individuais” [ibidem, 66-67].

analítica que aqui sugerimos deve privilegiar a descontinuidade das trajectórias individuais de vida, cerzindo os episódios de vida através de desconstruções semânticas por parte do investigador, através do recurso frequente à analepse no sentido de romper com a linearidade do método biográfico. Desta forma, espera-se que o entrevistado tenha a oportunidade de se reposicionar sempre que surja um dado novo causado pelos seus próprios exercícios de reflexão sobre acontecimentos passados.

Como foi dito, pretende-se romper desde logo com a tradicional linearidade dos métodos biográficos, cuja busca de sentido se ancora numa sucessão encadeada de factos e acontecimentos. Para isso é indispensável procurar interpretar as opções de vida, os detalhes e relacionar entre si os descontínuos de vida que poderão dar sentido a um dado posicionamento individual perante diferentes manifestações do político⁸². Tal aproximação implica uma atitude heurística que busque uma saturação permanente do objecto, mais coincidente com as técnicas qualitativas. Importa, por isso, reter aspectos relacionados com o sentido que o indivíduo dá às suas próprias acções e percepções, quando descreve o meio familiar, se pronuncia sobre as suas crenças e expectativas, assume simpatias políticas ou desabafa sobre as coisas que o indignam no mundo da política.

Para satisfazer estes requisitos, é privilegiada a técnica das entrevistas semi-directivas⁸³, no limiar da não directividade. Esta opção pretende deixar margem de liberdade ao entrevistado para explorar e aprofundar temas, procurando também transformar o entrevistador num interlocutor preocupado com a descodificação em tempo real de sinais, silêncios e mensagens escondidas a que possa regressar através da reformulação de questões e solicitação de esclarecimentos. Este tipo de posicionamento procura assegurar, por fim, que o entrevistador seja mais um elemento desafiador e não um mero inquiridor. A realização deste género de entrevistas tem em vista ultrapassar a reconhecida rigidez que acarretam as entrevistas orientadas a partir da leitura de um guião inflexível e estruturado com perguntas de resposta fechada. Apesar da comodidade que representa para o investigador o manuseamento de guiões estruturados de entrevista, o resultado pode revelar-se insuficiente para captar toda a riqueza dos conteúdos e discursos proferidos pelo

⁸² Pais [2001].

⁸³ A entrevista semi-directiva (clínica ou estruturada) é aquela em que o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem que obter reacções por parte do entrevistado, mas a ordem e o critério com que os irá introduzir são deixadas ao critério deste, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista. A utilização de um guião de entrevista pouco rígido permite filtrar assuntos e concentrar o entrevistado numa temática alicerçada no objecto de estudo, concedendo, em todo o caso, a suficiente margem de liberdade ao entrevistado para estruturar o seu próprio pensamento e o desenvolva aprofundadamente.

entrevistado, sejam eles manifestos ou latentes, conscientes ou inconscientes⁸⁴. Para isso é fundamental que o investigador, mais do que inquirir, como foi dito, oriente e sinalize temáticas, induza à exploração de assuntos que não-de ser dissecados pelo entrevistado num espaço de narração desenvolvido fundamentalmente por este, com referência aos estímulos, desafios, dúvidas e encorajamentos do seu interlocutor.

Ao contrário de outras técnicas de recolha de dados mais vocacionadas para o tratamento estatístico, aplicadas a amostras representativas, este tipo de entrevista conduz o investigador à submersão dentro de uma série de casos particulares seleccionados pela sua pertinência e diversidade, com vista à compreensão de atitudes e comportamentos políticos dos entrevistados. Paraphraseando a este respeito José Machado Pais, “os estudos de casos, como acontece com as demais metodologias qualitativas, orientam-se por uma epistemologia interpretativa. Ao estudar-se um caso, o objectivo não é o de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir”⁸⁵.

Por esta via, a compreensão dos processos de socialização e integração políticas poderá habilitar a inferir padrões de atitudes e comportamentos para o contexto em que foram produzidos, ligando-os a trajectórias, ciclos e experiências de vida potencialmente partilhados por vários entrevistados. Por conseguinte, no decurso da análise das entrevistas, são frequentemente identificados factores susceptíveis de repetição em circunstâncias análogas ou que apresentem um padrão de ocorrência comum a diversos indivíduos, possibilitando a formulação de tipos ideais. Cada entrevista é pertinente pela diversidade de posições e expectativas face a um mesmo fenómeno, neste caso particular, de natureza política. Como tal, a diversidade dos casos estudados e o aprofundamento dos conteúdos a que são sujeitos proporcionam uma abundância e riqueza de informação que faz de cada entrevistado um caso singular, mas portador de regularidades e padrões.

O recurso ao guião prevê uma primeira fase exploratória de colheita de informação mais geral sobre o indivíduo, referente a características sociográficas, como, por exemplo, a naturalidade, estado civil, situação face ao trabalho, escolaridade e religião. Ainda nesta primeira etapa do guião, é pedido ao entrevistado que se pronuncie genericamente sobre a cidade em que vive e os seus habitantes para, por fim, ser confrontado com a sua própria

⁸⁴ Cfr. Ruquoy [1997, 89].

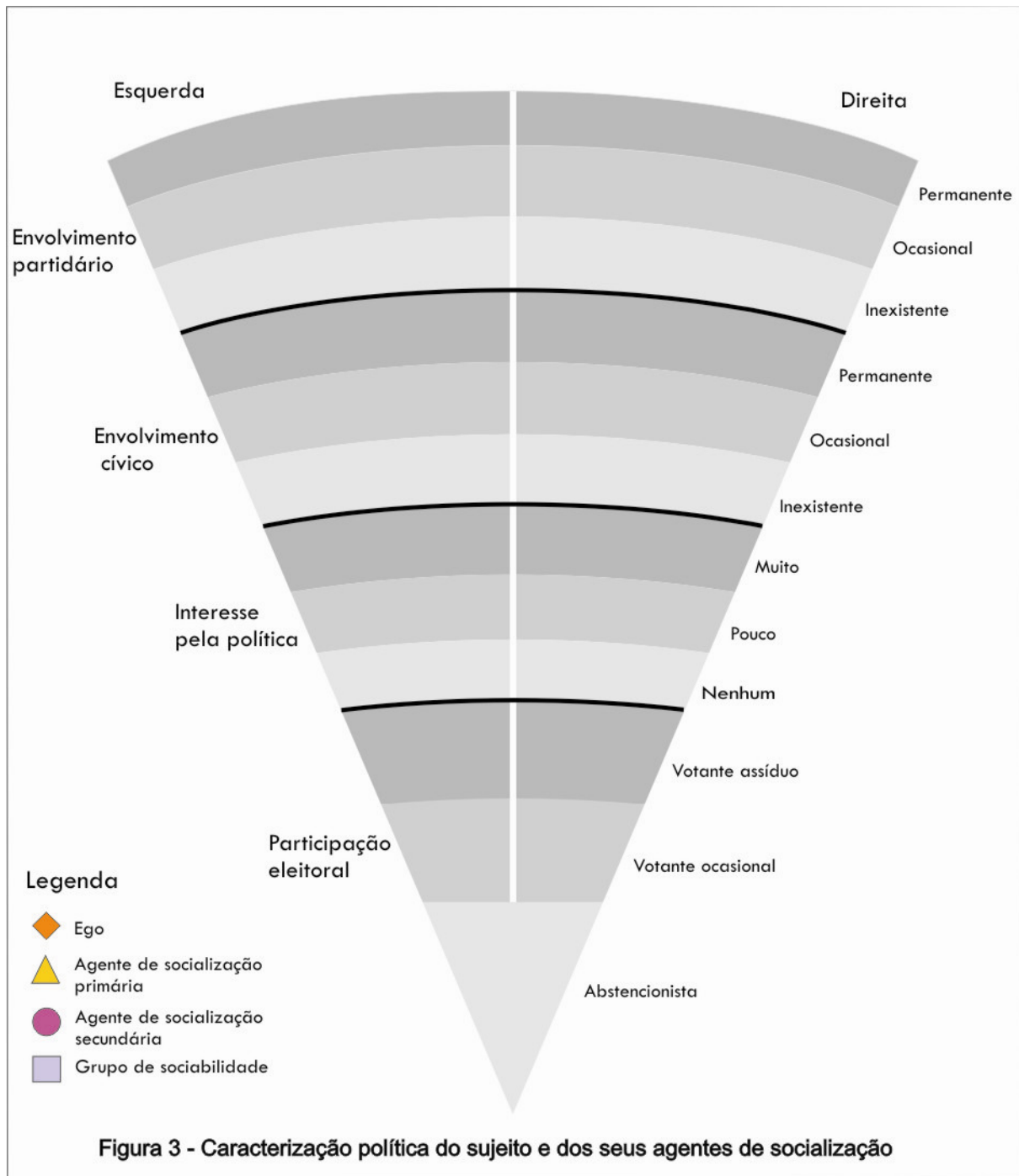
⁸⁵ Pais [2001,109]

identidade ideológica. O objectivo desta primeira fase reporta à fixação de posicionamentos pessoais e a uma estratégia de «tomar o pulso» ao entrevistado, granjeando descortinar por aqui algumas das portas de acesso aos seus esquemas de percepção do fenómeno político, nomeadamente com a ênfase política eventualmente colocada na apreciação da cidade.

Na segunda parte, o entrevistado é incitado a fazer uma viagem pelas suas vivências e pelas suas experiências actuais e passadas, em círculos distintos como a família, os amigos e os colegas. Privilegiando os processos de socialização política a que foi sujeito e a integração em estruturas de acção de natureza cívica ou partidária, durante este segundo tempo, os conteúdos a explorar e desenvolver ganham uma crescente densidade à medida que o entrevistado é levado a olhar retrospectivamente para as suas aprendizagens e interacções desde a mais tenra idade, imputando-lhes os seus próprios significados e explicações.

Finalmente, durante a derradeira parte da entrevista, é pedido ao entrevistado que dê as suas opiniões sobre a democracia, o sistema político, os partidos políticos e o desempenho dos executivos. Paralelamente, é também durante esta fase que o entrevistado se posiciona definitivamente quanto às suas próprias atitudes e comportamentos políticos, podendo ser pontualmente confrontado com declarações prestadas previamente. Estas interpelações têm uma função de sistematização de pensamentos, sobre os quais se espera que o entrevistado raciocine atribuindo-lhes significados, por vezes, inauditos. Por outro lado, também são úteis para clarificar declarações e desfazer equívocos interpretativos do entrevistador.

A necessidade de simplificar a leitura acerca das redes de interacções políticas a que foram sujeitos os entrevistados durante os seus respectivos processos de socialização, levou-nos a construir diagramas individuais como o que se apresenta abaixo na figura 3.



Em cada um desses diagramas são projectadas graficamente as principais redes de relacionamento político de cada um dos entrevistados (Ego), nas quais surgem representados os *agentes socializadores de referência*. Quer o entrevistado quer os seus agentes de socialização primária e secundária – bem como grupos de sociabilidade com os quais o entrevistado interage – s são distribuídos consoante as suas respectivas orientações políticas pelas diversas dimensões em análise: ideologia, envolvimento partidário, envolvimento cívico, interesse pela política e participação eleitoral.

Como se pode ver na figura 3, os diagramas são constituídos por cinco dimensões com referência às quais são representados os entrevistados, os seus agentes de socialização e os grupos de sociabilidade:

- a) Universo ideológico: o diagrama é rasgado ao meio por uma linha vertical que separa os universos ideológicos da *direita* e da *esquerda*. O sujeito e os agentes de socialização são distribuídos à direita e à esquerda desse meridiano. O indivíduo sem qualquer identificação ideológica é representado ao centro do diagrama.
- b) Envolvimento partidário: nesta dimensão é representada a passagem mais ou menos permanente e intensa dos indivíduos por estruturas partidárias. Representa igualmente a não passagem por estruturas desse género. Ou seja, os indivíduos são integrados em três níveis, consoante o tipo de relacionamento que têm com partidos políticos, o qual varia consoante o grau de proximidade e colaboração. Este grau foi seccionado em três níveis: *colaboração permanente* (implica uma militância activa), *colaboração ocasional* (implica contactos esporádicos e pontuais com partidos políticos; e, também, uma militância pouco activa), e *inexistência de colaboração* (sem qualquer ligação a partidos políticos).
- c) Envolvimento cívico: à semelhança da dimensão anterior, os indivíduos são representados em três níveis no que diz respeito ao grau de proximidade e envolvimento em associações, estruturas sindicais ou outras⁸⁶. Mantêm-se os graus de *colaboração permanente*, *ocasional* e não colaboração, através da *inexistência* de contactos com este tipo de organizações.
- d) Interesse pela política: a dimensão do interesse pela política é decomposta em três níveis – *muito*, *pouco* e *nenhum* – os quais atestam a variabilidade do interesse com que os entrevistados, os seus agentes de socialização e, de um modo genérico, os seus grupos de sociabilidade acompanham o fenómeno político.
- e) Participação eleitoral: a dimensão da participação eleitoral integra igualmente três níveis que correspondem a três perfis de participação, isto é, o *votante assíduo*, o *votante ocasional* e o *abstencionista crónico*. O primeiro perfil de participação ilustra o votante exemplar que manifesta a sua vontade em todos os actos eleitorais. O votante ocasional é aquele votante cujo comportamento político oscila

⁸⁶ As associações são vistas como «escola de democracia» para Tocqueville: são espaços de socialização e aprendizagem política e cívica que integram socialmente os indivíduos e os mobilizam com referência a interesses comuns.

contextualmente consoante as apreciações pontuais, constrangimentos e prioridades individuais. Por seu turno, o abstencionista coincide com o tipo de eleitor contestatário ou desmobilizado que, não encontrando motivos suficientes que justifiquem um comportamento distinto, opta por ficar em casa. Nesta dimensão são igualmente representados ao longo do meridiano que divide o diagrama, os eleitores voláteis, isto é, aqueles que, independentemente de se identificarem no plano ideológico com partidos ou áreas, não seguem um padrão comportamental convergente com a fidelidade partidária.

Regressando aos agentes de socialização, convém salientar que se trata de pessoas que, por um motivo ou outro, são referenciados pelos entrevistados e associados a experiências, discursos ou outro género de contactos com a política. Na generalidade dos casos, são pessoas próximas como familiares e amigos, os quais, por via da proximidade, influenciam o relacionamento dos entrevistados com a política. Em todo o caso, o simples facto de, no decurso da entrevista, serem directamente referenciados, implica-os necessariamente no percurso de vida de cada entrevistado, com a salvaguarda da possibilidade de serem referenciados em fases distintas da vida de cada um dos entrevistados, nomeadamente nos períodos da socialização primária e secundária.

Cada agente de socialização é considerado um indivíduo e não um colectivo de pessoas. Para isso foi criada a figura «grupo de sociabilidades», correspondente a grupos de pessoas que tanto podem ser entendidos como *grupos de pertença* ou como *grupos de referência*.

6.2. Selecção dos entrevistados

Os critérios que nortearam a selecção dos entrevistados procuram captar a diversidade do objecto de análise, orientando-se para uma estratégia de saturação de informação. Apesar de não responder perante critérios de ordem quantitativa, esta selecção respeita alguns factores que recobrem a diferença social que nos é dada pela análise quantitativa, dentre os quais destacamos idade, sexo, nível de escolaridade e grau de envolvimento político-partidário.

Apesar de a selecção ter procurado respeitar equilibradamente os três primeiros critérios, o quarto critério indicado ocupa uma clara centralidade, atestada pelos objectivos desta investigação. Assim, sem prejuízo para os três critérios – idade, sexo e nível de escolaridade – a selecção dos entrevistados foi organizada em função de dois grupos distintos, conforme o grau de integração em organizações cívicas e partidárias: os que integram direcções associativas, militam em partidos políticos, são activistas de organizações sindicais, ambientais ou outras; e os que não se encontram envolvidos em organizações de natureza político-partidária. Em suma, os critérios de selecção referidos são os seguintes:

- a) Idade: em face do que vem sendo dito, os menores índices de participação eleitoral verificam-se nos segmentos etários mais jovens, tendendo a aumentar nos escalões etários seguintes. Assim, a selecção dos indivíduos a entrevistar privilegiou o segmento etário compreendido entre os 18 e os 30 anos de idade, justamente o ciclo de vida em que estes jovens dispõem de capacidade eleitoral e, em simultâneo, entram numa fase de transição da vida juvenil para a vida adulta.
- b) Sexo: apesar do esbatimento de algumas diferenças entre sexos no que respeita ao acesso e interesse pela política, continuam a verificar-se diferentes padrões de participação entre homens e mulheres.
- c) Grau de escolaridade: remete para o nível de competências cognitivas, ou seja, para o nível de conhecimento político, associado ao nível de escolaridade. O conhecimento político é subsidiário do grau de «competência política». Foram definidos dois níveis: o *Superior*, no qual estão integrados os indivíduos com habilitações ou frequência universitária; e o Básico/Secundário, relativo aos indivíduos que apenas frequentaram ou concluíram esses dois graus de ensino.

- d) Envolvimento político: os graus de envolvimento político medem o posicionamento de pessoas bastante mobilizadas (quer pela via das associações, sindicatos ou partidos) e de pessoas não afectas ou com baixo grau de integração política, cujas diferenças podem resultar em diferentes padrões comportamentais ao nível da participação. Portanto, consideram-se dois grupos de pessoas: os que se envolvem em associações ou partidos e os que não se envolvem em qualquer tipo de estrutura.

Outros factores que funcionam normalmente como indicadores de integração social não são aqui desconsiderados, apesar de não figurarem entre as quatro ordens de critérios descritos. Recordamos que estes foram considerados apenas para efeitos de selecção dos entrevistados.

Quadro 1. Caracterização dos entrevistados com base nos critérios de selecção⁸⁷

Nome	Sexo	Idade	Grau de Escolaridade	Envolvimento Político
Anselmo	Masculino	21	Superior	Não
Basílio	Masculino	30	Superior	Sim
Cristina	Feminino	30	Superior	Sim
Domingos	Masculino	30	Básico/Sec.	Não
Elisabete	Feminino	29	Básico/Sec.	Não
Fátima	Feminino	22	Básico/Sec.	Sim
Gisela	Feminino	26	Básico/Sec.	Sim
Hélder	Masculino	29	Básico/Sec.	Sim
Inês	Feminino	19	Superior	Não
Júlio	Masculino	28	Superior	Sim
Luísa	Feminino	29	Superior	Não

Tendo em atenção os pressupostos práticos apresentados no início deste capítulo, a opção tomada quanto ao universo de entrevistados considerado para efeitos de pesquisa, entendeu-se ainda circunscrever todos os entrevistados a duas delimitações: uma territorial e a outra, de ordem quantitativa.

⁸⁷ Por razões relacionadas com a garantia de anonimato, todos os entrevistados são aqui designados por nomes próprios fictícios e sem nenhuma correspondência com a realidade.

Quanto à primeira delimitação, a selecção dos entrevistados sujeitou-os a um mínimo denominador comum com referência à residência em Évora. A opção por seleccionar residentes em Évora tem que ver com justificações históricas e sociais.

Em primeiro lugar, do ponto de vista histórico, o Distrito de Évora tem-se caracterizado ao longo destes 32 anos de eleições democráticas, por altos índices de participação eleitoral, comparativamente aos desempenhos dos restantes distritos portugueses. Com efeito, o Distrito de Évora apresenta uma performance interessante ao colocar-se entre os cinco distritos mais participativos, consideradas as diversas eleições disputadas em democracia entre 1975 e 2005, só ultrapassado por Braga, Porto e Portalegre⁸⁸. Por outro lado, apreciadas as mesmas eleições em todos os concelhos do Distrito de Évora, verificamos que o concelho de Évora apresenta uma taxa de abstenção total muito próxima à taxa do distrito, significando que os altos índices de participação se mantêm no concelho⁸⁹. No mesmo sentido e pelos motivos históricos e económicos conhecidos, o Alentejo tem uma experiência alargada de acção colectiva política e cívica, observável pela forte presença do associativismo cultural, desportivo e recreativo, para além das inúmeras experiências de cooperativismo rural e habitacional⁹⁰.

Em segundo lugar, há aspectos sociais que merecem uma particular atenção. Por um lado, do ponto de vista demográfico, observa-se uma recomposição do tecido social eborense, dominado por movimentos migratórios nos dois sentidos, resultantes das características da cidade e da grande mobilidade que proporcionam as novas acessibilidades físicas e tecnológicas. Por ser uma capital de distrito do interior com alguma dinâmica económica, a cidade de Évora continua a ser um pólo de atracção para populações de zonas periféricas que aqui procuram trabalho e residência. Por outro lado, apesar da saída de muitos jovens que optam por continuar os seus estudos superiores noutras cidades e que já não regressam, verificam-se contrapartidas com a entrada de estudantes universitários provenientes de outras partes do país e que aqui acabam por fixar residência. E, de facto,

⁸⁸ Segundo dados oficiais do STAPE e CNE e calculados individualmente os diversos actos eleitorais entre 1975 e 2005, o Distrito de Évora apresenta uma taxa média de abstenção na ordem dos 29,89%, somente atrás de Braga (27,43%), do Porto (29,58%) e de Portalegre (29,78%).

⁸⁹ Convém ter presente que a população com capacidade eleitoral do Concelho de Évora corresponde quase a metade dos eleitores do Distrito de Évora. Apesar de a abstenção observada no concelho de Évora (30,78%) ser ligeiramente superior à verificada no distrito, as performances do concelho nesta matéria são, ainda assim, francamente superiores à média nacional: 32,97% de abstenções eleitorais.

⁹⁰ As cooperativas de habitação são responsáveis pela construção de uma grande parte dos fogos construídos em Évora nos últimos trinta anos. Os preços inflacionados pela especulação imobiliária em torno dos terrenos urbanizáveis são, de algum modo, suavizados com a disponibilização de habitações de custos controlados, tornando estas cooperativas muito populares.

segundo dados do INE, o efectivo populacional do concelho de Évora tem-se mantido estabilizado em torno dos 55 000 habitantes ao longo dos últimos 25 anos. Por outro lado, no aspecto relacional, reportemo-nos ainda à mesmíssima natureza confluyente da cidade. Sendo Évora uma cidade do interior do país, possuidora de múltiplos pontos de contacto com a dimensão mais rural, é, ainda assim, uma capital de distrito caracterizada por ambiências urbanas, as quais são proporcionadas pelos milhares de estudantes universitários provenientes de todo o país, pelos organismos regionais da administração pública que fixam técnicos qualificados, por décadas de interacção permanente com turistas de todo o mundo e pela proximidade física e cultural com os grandes centros urbanos.

Em concreto, a escolha de Évora é determinada igualmente por a sua estrutura social reunir em paredes-meias, características urbanas e rurais que partilham espaços e convivem nas atitudes dos eborenses. Por esta via, parece-nos possível captar pela mais fina malha das representações individuais, padrões culturais associados à ruralidade e vivências urbanas dos entrevistados, as suas origens familiares e enquadramento geral das interacções sociais de modo a compreender melhor os relacionamentos destes jovens com a política. Este aspecto configura a existência destes jovens entre dois tipos de referenciais: o urbano, mediatizado e no qual se dão as suas interacções intrageracionais; e o rural, produto das interacções intergeracionais. A insistência nesta dicotomia entre as vivências urbanas e rurais tem que ver com dois aspectos. Por um lado, o entendimento sociológico dos meios urbanos estarem associados a uma maior cultura cívica de participação. Por outro lado, as diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano têm sido progressivamente esbatidas, mitigando a própria dicotomia entre valores urbanos e rurais através da propagação e assimilação de valores, atitudes e comportamentos urbanos, difundidos pelos *media* e pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Mas também pelo multiculturalismo crescente, favorecido pelo aumento de contactos nacionais e internacionais decorrentes da mobilidade ao nível das viagens e passeios, do ensino superior, das exigências de flexibilidade colocadas pelo mercado de trabalho e dos novos fenómenos migratórios. A este respeito importa ainda salientar que, segundo dados do INE, o peso relativo dos jovens em Évora com menos de 24 anos é de 25,48% relativamente ao total de residentes no concelho. Por este peso ser ligeiramente superior no país – 26,98% – cremos que a estrutura demográfica de Évora não difere substancialmente da estrutura demográfica do país, caracterizada por um envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária.

Para além desta delimitação territorial e em face da natureza subjacente à aplicação e tratamento de entrevistas em profundidade, procedeu-se também a uma delimitação

quantitativa. A definição de 11 entrevistas afigurou-se como o número mais razoável porque se pretende captar a diversidade suficiente que confirme a singularidade de cada caso, embora prenunciador de regularidades e padrões extensíveis a outros indivíduos ou grupos. Posteriormente, conforme já foi dito a respeito das entrevistas semi-directivas em profundidade, também neste caso se recorreu ao mesmo princípio de economia processual descrita na explicação da delimitação territorial. A complexidade do tratamento que exige cada entrevista em profundidade denota um processo moroso que percorre todas as fases: realização, transcrição e análise. Nesse sentido, a análise de uma quantidade substancialmente superior de informação recolhida comportaria certamente o consumo de mais tempo e dispersaria a análise em profundidade, concentrada nas singularidades de cada entrevistado.

Em suma, a partir da pesquisa documental existente, útil para especificar e delinear com detalhe o objecto de estudo – os processos de socialização e integração enquanto definidores de atitudes e comportamentos políticos entre jovens eborenses – as entrevistas semi-directivas revelam-se, neste caso, o instrumento mais adequado para delimitar e compreender os sistemas de representações, percursos, interações e esquemas de percepção de cada indivíduo entrevistado, no respeitante à sua relação com a dimensão política. Para isso, foram seleccionados 11 indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de idade, de ambos os sexos e instrução variável. Contudo, a principal segmentação das categorias a estabelecer no universo de indivíduos seleccionados apela à distinção entre o envolvimento ou não envolvimento em organizações cívicas e político-partidárias, como foi referido.

As entrevistas foram realizadas entre Maio e Junho de 2007, gravadas em suporte áudio e transcritas integralmente. Após esse período foi construída uma matriz de análise de conteúdo. Não tendo sido encontrada a necessidade de recorrer a técnicas que envolvessem análises de discurso, de enunciação ou de avaliação, a análise de conteúdo foi desenvolvida a partir da construção de uma matriz de análise onde foram integradas as várias dimensões a estudar, de forma a uniformizar as declarações quando confrontadas com as mesmas variáveis. Nela, foi operada uma categorização, operacionalizada em dois momentos: em primeiro lugar, vertendo excertos de declarações agrupados em torno da homogeneização de significados e sentidos; em segundo lugar, procedendo à conversão dos excertos de declarações em unidades de registo e de contexto, aferidas na sequência da interpretação comparativa entre os casos e da atribuição de significância e familiaridade a cada uma dessas unidades de registo e contexto. Finalmente, houve lugar a uma análise objectiva das

opiniões, dos contextos, das justificações, das omissões (os não ditos reveladores de sentido) e dos significados, por meio da inferência ou dedução lógica, a qual permitiu estabelecer a ponte entre a descrição inicial e a interpretação. Este processo permite responder, antes de mais, às causas que estão na origem de um determinado fenómeno, ou seja, o que originou um posicionamento, uma opinião, um comportamento ou um acontecimento.

Apesar da intenção em dar a maior margem de liberdade para que cada entrevistado se sentisse confortável num espaço de narratividade construído por si, a especificidade do tema nem sempre o consentiu. Em concreto, essa limitação foi experimentada em todos os casos em que o entrevistado não se sentia à vontade com o tema, por razões relacionadas com a falta de interesse pela política ou pela falta de conhecimento. Adicionalmente, todos os entrevistados foram informados previamente acerca do objecto da conversa. Este facto pode contribuir para uma retracção e contenção opinativa, a qual motive uma maior intensidade de intervenções do entrevistador, facto que é confirmado pela própria duração das entrevistas. Esta situação foi claramente observada nas entrevistas concedidas por Domingos, Elisabete, Fátima, Inês e Luísa. Inversamente, as entrevistas de Anselmo, Gisela e, sobretudo, de Basílio, Cristina, Hélder e Júlio revelaram um maior à vontade com os assuntos, fruto de maior experiência, envolvimento e conhecimentos políticos. Nos primeiros casos citados foi evidente uma preocupação em dar as respostas «certas» ou adequadas, como se estivesse em causa a própria competência individual de cada um, numa matéria em que as referências eram mínimas.

PARTE III

7. OS JOVENS E A POLÍTICA NO ALENTEJO: ONZE CASOS

7.1. Anselmo, entre as referências dos pais e a emancipação crítica

7.1.1. Caracterização geral

Nascido em Évora há 21 anos e a frequentar um curso superior de gestão de empresas na cidade que o viu nascer, Anselmo é um jovem despreocupado que divide os seus tempos livres entre as competições de carrinhos telecomandados, os amigos, a namorada e os trabalhos sazonais cujos rendimentos lhe vão dando para os gastos. Gosta de ter uma vida social intensa, facto que sustenta através dos amigos de liceu e através dos amigos da universidade. Dois grupos de amigos com quem divide o seu tempo. Para além disso, entra habitualmente em competições de carrinhos telecomandados numa equipa em que ele conduz e o pai assume as funções de mecânico. Sem entender a licenciatura que frequenta como o curso dos seus sonhos, não se mostra muito preocupado relativamente ao futuro. A motivação não é a melhor mas esse aspecto não lhe rouba o sono.

Nas suas palavras, vai “levando a vida”, sem se preocupar muito com as coisas que normalmente atormentam outros. Como em outros assuntos que teremos oportunidade de verificar com maior detalhe, o ateísmo de Anselmo reflecte o posicionamento religioso dos pais, um casal de funcionários públicos, classe média e com um nível de envolvimento cívico e político particularmente alto.

Relativamente à cidade onde vive, acredita que “é o ideal” para viver, apesar de notar que faltam algumas coisas que ele pode encontrar noutros locais. Ainda assim, sente-se satisfeito por residir em Évora. Do ponto de vista ideológico, diz-se de esquerda: “em 90% das coisas sou de esquerda”. Os pais também.

7.1.2. Caracterização política

Anselmo tem por hábito colaborar voluntariamente no bar de uma associação cultural fundamentalmente vocacionada para o teatro, cuja matriz de actuação reflecte muito a matriz de pensamento político dos seus dirigentes – esquerda comunista – entre os quais se contam os próprios pais. Além da característica sempre intervencionista das peças de teatro criadas e do perfil dos associados, o relacionamento institucional com as autoridades locais também contribui para denunciar a animosidade e a desconfiança da colectividade relativamente ao município. Naturalmente que a dependência económica que sente em relação aos pais tem os seus ecos na colaboração que mantém com a referida associação.

Mas a sua convivência com abordagens politizadas à realidade não se fica por aqui. Apesar de nunca se ter envolvido em partidos políticos e desta colaboração com a associação ser pouco ou nada vinculativa, Anselmo cresceu num ambiente muito politizado e desde cedo se habituou a ouvir com muita frequência, conversas e intermináveis discussões relacionadas com esse universo. Como o próprio indica, em sua casa *“fala-se por tudo e por mais alguma coisa. Em tudo aparece política e se está a discutir política”*.

Sem nunca terem efectivamente militado em algum partido político, os pais de Anselmo ostentam convicções férreas – sobretudo o pai – e já manifestaram publicamente o seu apoio ao PCP em algumas ocasiões, sendo militantes desse partido uma boa parte dos amigos que frequenta a sua casa e ali debatem assuntos do quotidiano em redor da mesa. De facto, a rede de amizades dos pais é bastante implicada politicamente, estendendo-se essa orientação ideológica à estrutura social de outras colectividades em que têm participado. Este aspecto é confirmado pelas declarações de Anselmo quando se refere ao relacionamento de amigos dos pais com o poder local, os quais são na maior parte dos casos, inflexíveis defensores do comunismo e das virtudes da revolução proporcionada pelo 25 de Abril de 1974, período que foi vivido muito intensamente e na maior parte dos casos em plena adolescência.

O meu pai trabalha com o Teatro T e o Teatro T é CDU, toda a gente sabe⁹¹. E depois, o presidente [da câmara municipal] passou a ser PS e tivemos dificuldade «por isto e por aquilo». O teatro esteve para deixar de ser do Teatro T e por aí fora. Por causa da Associação E, que também é bastante marcada a nível político e também não tem apoio porque a câmara é PS e... acabamos por falar bastante disso. E há pessoas amigas que estão na câmara e têm problemas.

Perante este intenso mas indirecto contacto com a política, Anselmo admite a influência dos pais nas suas opiniões pessoais e nas suas tendências. Contudo, expressa também a consciência que tem da sua imaturidade e do processo de crescimento por que está a passar.

Ainda sou jovem e... pronto, toda a vida ouvi [falar de política] néé?! Chegou uma altura em que me comecei a interessar e também vou dizendo algumas coisas, cada vez mais. À medida que vou crescendo, tenho capacidade para me integrar nas conversas e para dizer aquilo que penso. (...) Sempre gostei de falar e sempre me interessei por política (...) Quando vamos crescendo, vamos tomando consciência. Pelo menos vamos percebendo o que se passa à nossa volta mas também, quanto mais velho for mais me vou interessando (...) Acho que vai surgindo à medida que vamos crescendo e evoluindo mentalmente. Acho que sim. Não houve um marco [ou baliza que determinasse um maior ou menor interesse].

Esta fase de crescimento na qual se situa e perante a qual justifica um aumento de interesse e competência para falar sobre assuntos políticos é reforçada com a entrada na universidade, num curso em que uma boa parte dos colegas exhibe tendências ideológicas próximas do centro-direita. A interacção e convivência entre diversas fontes de informação (diversos pontos de vista) favorecem uma maior amplitude cognitiva e ideológica. Isso mesmo parece ser observável em Anselmo quando, a dada altura da entrevista, admite discordar muitas vezes do pai – de matriz ideológica comunista – aproximando-se inclusive de algumas concepções liberais.

⁹¹ A mãe do Anselmo é economista e o pai é desenhador. Embora sejam ambos funcionários públicos, o pai de Anselmo dedica-se à fotografia, colaborando regularmente com uma companhia de teatro.

Não acho que o meu pai tenha razão nem em 90% sequer. Acho que tem razão em muitas, a minha mãe tem noutras, os meus amigos têm noutras e os amigos dos meus pais têm noutras. O gajo que fala na televisão tem razão nisto mas naquilo já não. Eu vou buscar um bocadinho a todo o lado, para me ajudar a formar as minhas ideias, os meus ideais.

Se os pais sempre exerceram uma influência ideológica muito acentuada sobre Anselmo, as experiências de vida, os conhecimentos académicos e, sobretudo, o relacionamento com colegas e amigos alinhados por outras matrizes ideológicas, têm estimulado em Anselmo a formação de um espírito crítico capaz de questionar o mundo à sua volta. É exactamente essa atitude que evidencia quando sustenta que todos têm a sua razão e ninguém é dono dela.

Apesar de conviver desde cedo com pessoas muito activas politicamente e nalguns casos, eleitas para órgãos locais e nacionais, Anselmo nunca se interessou por partidos políticos. Tal como os pais, resguardou-se a esse nível e nunca militou em nenhum partido político. Mas esse aspecto não o impediu de, à semelhança de outros jovens, ter integrado uma vez uma lista vencedora para a associação de estudantes da escola secundária que por casualidade era de direita, como veio a perceber mais tarde. A sua participação, como faz questão de frisar, resumiu-se a contribuir com uns preservativos para uma actividade de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e à cedência da sua imagem para efeitos propagandísticos. Era bastante novo e foi arrolado na lista, não por motivos ideológicos mas por motivos meramente sociais: o rapaz que o convidou era um dos mais populares da escola. Como recusar? De resto, sem projecto e sem actividades, nunca se sentiu comprometido com a associação de estudantes nem com a direcção que apoiou, ainda que longinquamente.

Com um nível de conhecimentos a respeito das clivagens ideológicas, partidos políticos, sistema eleitoral e actualidade bastante razoável, Anselmo reconhece que a televisão e os pais são a sua principal fonte de informação política. Todavia, embora não seja uma pessoa que procure com frequência esse tipo de informação, tem o hábito de ler notícias que lhe interessam nos jornais e Internet, havendo inclusive, alturas em que assiste a debates no canal parlamento. Normalmente, esse maior interesse acontece em períodos eleitorais ou quando os meios de comunicação de massa se concentram com grande intensidade em acontecimentos polémicos ou medidas controversas do governo.

Talvez esse interesse crescente em fase de amadurecimento, a necessidade de diversificar as suas fontes de informação e a vontade de alimentar ideias próprias que não convergem necessariamente com as dos pais ou de outras pessoas (que «nem sempre têm razão»), expliquem a ausência de uma identificação partidária. Ideologicamente marcado pela esquerda, Anselmo diz receber influências de partidos como o PS, BE e PCP, não hesitando em afirmar que, no plano nacional, gosta que seja o PS a vencer, talvez influenciado pela dinâmica reformista do actual governo. Essa dinâmica pode facilmente cativar um jovem, em particular se são anunciadas rupturas com a ordem vigente que é, afinal, a das gerações precedentes. Por outro lado, para além da motivação ideológica, este apoio ao PS vem acompanhado de um raciocínio instrumental. Percebendo que só muito dificilmente haverá algum partido de esquerda no governo para além do PS e realçando a convergência entre algumas das suas preocupações sociais e as dos socialistas, prefere que seja aquele partido a formar governo em detrimento dos partidos da direita. No plano local a realidade é outra e a CDU continua a exercer uma enorme influência e, acima de tudo, é alternativa com ambições legítimas em sair vencedor de qualquer acto eleitoral.

O desejo de autonomia da vontade referido anteriormente é expresso pelos seus itinerários políticos. O facto de não se identificar com partidos políticos e negar simpatias com dirigentes políticos, reflecte-se nas suas opções eleitorais: vota sempre mas nem sempre no mesmo partido, fazendo questão de desenvolver uma avaliação racional de contexto às propostas e aos competidores. Essa justificação é que permite explicar o facto de, não se sentindo verdadeiramente socialista, admita votar no PS para as próximas legislativas, pois considera positivas as medidas desenvolvidas pelo governo. Um raciocínio ligeiramente diferente parece estar por trás do seu apoio a Manuel Alegre nas últimas presidenciais. Embora socialista, este candidato não foi apoiado pelo seu partido de sempre, tendo concorrido contra o próprio PS.

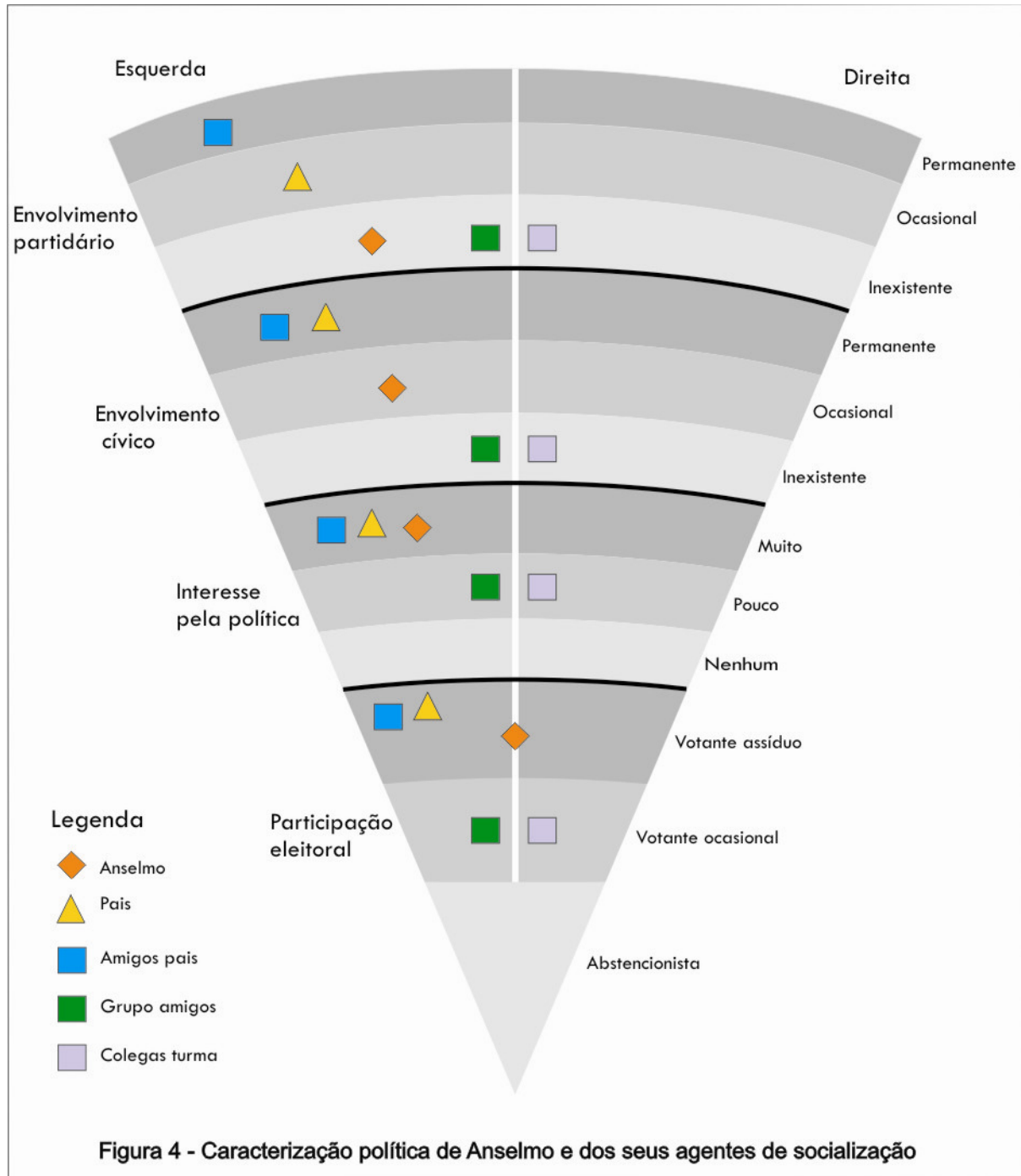
Eu utilizo o voto útil. Ponto n.º 1! Mudo muitas vezes no partido em que vou votar e acabo por mudar também o líder político que se candidata àquele cargo. Se eu prefiro aquele senhor que está ao lado, não vou votar no outro senhor porque o partido dele me diz mais (...) Distingo as eleições e, depois, utilizo o voto útil. Obriga-me a ter que votar num partido em que, se calhar, até nem ia votar; num partido ou num líder. E votei no Manuel Alegre porque preferia o gajo a todos os outros que lá estavam. E eu não sou PS. Nem voto no PS. Votei no gajo e até acho que o gajo é uma pessoa com... se ele voltasse a concorrer, eu voltava a votar nele.

Como na maior parte dos casos que são analisados, a sua imberbe participação política extingue-se praticamente na participação eleitoral pois só por duas ou três ocasiões recorreu a formas alternativas de participação, nomeadamente com a assinatura de outros tantos «abaixo-assinados», nos quais não vislumbra um grande alcance.

Sentindo-se de um modo geral satisfeito com as instituições públicas apesar das múltiplas ineficiências de que ouve falar, olha com alguma desconfiança para os partidos e deputados, lote onde não inclui os líderes partidários e ministros que considera “uns monstros de trabalho”.

Ao contrário da avaliação positiva que faz ao governo, reflectindo muito mais a interacção e convivência que mantém com os amigos e colegas conotados com a direita, a performance do PS à frente do município é criticada com alguma dureza por Anselmo. Neste caso em concreto da política local, da sua análise emergem claramente à superfície as dificuldades vividas pelos amigos dos pais, as acusações e as contradições que identifica nos pais. Toda esta avalanche de informação funciona, antes de mais, como um *apport* de conhecimento que ainda não se sente capaz de contrariar, limitando-se a apreender e reproduzir algumas das referências políticas das pessoas que fazem parte do seu universo de sociabilidades.

7.1.3. Representação das características políticas de Anselmo e dos seus principais agentes de socialização



Ao ilustrarmos graficamente a sua rede de interações com respeito aos principais agentes de socialização (fig. 4), é possível verificar vários tipos de influências.

Apesar de Anselmo não se rever em nenhum partido político em concreto, contrariamente ao que acontece com os pais, a influência destes é clara no posicionamento ideológico à esquerda exibido por Anselmo, mas também no nível de envolvimento cívico e nos hábitos de participação. E é o próprio que admite esta influência, quando confrontado com a necessidade de identificar pessoas que o tenham marcado directamente do ponto de vista político. Tal como os pais, também Anselmo se interessa muito pelo fenómeno político, acompanhando-o com bastante assiduidade. Os conhecimentos exibidos, a diversificação das suas fontes de informação política e a procura deste tipo de informação não desmentem o interesse que se prolonga muito para lá dos momentos «quentes» da política nacional.

Em contrapartida, não sendo perfeitamente coincidente do ponto de vista partidário (até porque Anselmo admite já ter votado em vários partidos da esquerda), esse posicionamento relativamente errante pelo universo da esquerda confere-lhe uma visão mais maleável do que aquela que identifica no pai. É possível que a rejeição da visão única dada pelo apego a um partido político resulte de clivagens geracionais, as quais são acicatadas por experiências e aquisição de conhecimentos que a universidade e os grupos de amigos lhe dão. Mas também pela circunstância de ser um eleitor recente e pelo desprendimento próprio de quem nunca se envolveu em estruturas partidárias.

Por outro lado, o facto de Anselmo não referenciar indivíduos específicos que possam funcionar enquanto agentes de socialização secundária reforça a importância do papel exercido pelos pais neste domínio. Assim é quando indica dois grupos de amigos com tendências distintas (o da universidade, mais conotado com a direita; e o grupo de amigos do liceu, mais conotado com a esquerda) mas sem ter tido a necessidade de identificar alguém em especial. São os pais e é o grupo de amigos destes (figura quadrangular azul), as referências políticas deste jovem, aqui e além, pontuadas por circunstâncias e elementos pontuais e sem expressão relevante.

Contudo, o relacionamento com colegas e amigos mais posicionados à direita provenientes do meio universitário e a própria evolução no ciclo de vida parecem ser factores interessantes para compreender algum distanciamento relativamente aos pais no plano das convicções partidárias, menos definidas em Anselmo. Esta pequena divergência é-nos sentenciada por Anselmo quando dispara que o pai nem sempre tem razão naquilo que diz. Mas não deixa de admitir e de concordar com ele em diversas matérias, dando a sensação de pretender marcar ao longo da entrevista uma posição que o autonomize da tutela paternal através da afirmação de uma vontade própria, emancipada.

Em suma, observadas estas cinco variáveis, concluímos Anselmo não coincide rigorosamente com os pais no grau de envolvimento partidário e cívico. Neste patamar, sobretudo o pai, demonstra ser um homem muito implicado politicamente mesmo que não assuma a institucionalização partidária (apenas tem colaborado pontualmente com partidos políticos sem nunca se ter filiado). Além disso, apesar de se mostrar identificado com a esquerda, não se revela um jovem com uma identificação partidária claramente definida como os pais. Talvez neste ponto seja fundamental apelar para as diferenças de enquadramento histórico: a adolescência de Anselmo é passada num período de estabilidade, consolidação democrática, direitos garantidos, ao passo que a adolescência dos pais foi toldada por uma época muito agitada social e politicamente. Assim, os pais não só se assumem destacadamente como os principais agentes de socialização de Anselmo como representam referências basilares nas próprias atitudes e comportamentos políticos do rapaz.

7.2. Basílio: o mundo depois da sua «pré-história»

7.2.1. Caracterização geral

Com 30 anos e um percurso académico e profissional atribulado, Basílio apaixonou-se por Évora quando veio de Trás-os-Montes para estudar num curso que não conhecia e cuja imagem era vulgarmente minorizada, em parte pela usual associação a «competências femininas» e pela ideia de uma espécie de *babysitting* sem grandes exigências técnicas que se colou ao curso de educação de infância. Entrou numa segunda fase de candidaturas, ele, “um dos melhores alunos da turma”, porque não estava atento às coisas e a sua escola ainda não dispunha de “acompanhamento psicológico”. Entrou no Ensino Superior mas desde o início pensou em mudar de curso. O melhor aluno da turma e seu amigo de sempre na desatenção e na vinda para Évora, acabaria por se transferir ao cabo de dois anos para Coimbra. Basílio permaneceu, talvez conquistado pelo novo entendimento acerca do curso e, certamente nessa altura, já perdido de amores por Évora.

Aprendeu a gostar da licenciatura e a valorizá-la, insurgindo-se actualmente contra aqueles que têm uma ideia errada dessa actividade com alto grau de responsabilidade social, observando-a a partir de uma perspectiva psico-sociológica. E, para o confirmar, até iniciou recentemente um mestrado em psicologia da educação. Mas a vida não lhe tem sido favorável no plano profissional. Com passagens temporárias por creches e projectos de educação ambiental, complementadas pelas explicações, nunca conseguiu a estabilidade desejada e, neste momento, encontra-se a trabalhar em mais um projecto, desta vez da universidade, cuja precariedade não lhe permite encarar com a vida com muito optimismo.

Agora sou um free lancer a fazer um part-time e a ganhar 300 euros por mês em recibos verdes na área das TIC. Supostamente estaria a fazer acompanhamento de professores e alunos na área dos jardins-de-infância – acompanhamento pedagógico: professores aprenderem a publicar coisas da turma, alunos fazerem uns desenhos, escreverem uns textos e navegarem, procurarem alguma coisa. Essa parte pedagógica que todos gostávamos que acontecesse, mas não acontece (...) Voltei à estaca zero. Eu não tenho tempo para pensar em motivação, eu sinto-me uma espécie de bombeiro [na escola] (...) Enerva-me só ser um part-time e não ganhar justamente por isso. E não dar para nada. Ganhar pouco, é uma merda. E

além de ganhar uma merda, aquilo que faço é, pronto, mesmo que fosse um part-time... é injusto! Epá, eu continuo a dar. Enquanto tiver para dar, dou. Fiz uma coisa que nunca tinha feito – estou aqui há doze anos – que foi enviar dois CV's para duas empresas em Lisboa. Nunca tinha feito isso.

De qualquer modo, a vinda para Évora tornou-se um marco na vida de Basílio. A tal ponto que, como refere, produziu-se uma alteração na forma como vê o mundo e o experimenta. Esse novo mundo que a saída de Trás-os-Montes lhe revelou foi facilmente assimilado, não só devido à beleza da cidade e dos campos como também pela grande diversidade de pessoas que veio encontrar numa cidade tão interior como Mirandela.

Imagina que eu sou a História e eu costumo-lhe chamar o renascimento da minha história. O contexto alargou. Eu estava em Mirandela, o contexto do nordeste transmontano, era um contexto de liceu, um contexto de cidade, um grupo de amigos (...) E, Évora não. Évora tem gente de todo o país, o mundo universitário, para lá da própria Évora havia um mundo universitário que trazia ou dava por caminhos por todo o país e... isso preenchia-te e dava-te... todo este mundo, toda esta diversidade.

Educado segundo cânones católicos muito por acção da irmã do pai, a quem foi delegada durante algum tempo a tarefa de educação do pequeno Basílio por força do trabalho dos pais, hoje não se considera um católico embora reconheça que se trata de um processo algo delicado em virtude da interiorização da matriz a que foi sujeito. A responsabilidade da tia termina quando se dá a mudança para a escola de Mirandela e a falta de tempo leva os pais a impedir que continuasse a assistir às missas ao domingo de manhã. Para ele, foi um alívio.

7.2.2. Caracterização política

Na sua casa, não havia muito o hábito de falar de política. A não ser os comentários do pai, motorista de um alto quadro da função pública, os quais reflectiam um posicionamento tendencialmente «do contra» e imperava a ideia “*de que os políticos são todos maus e querem é mamar no bernal*”. Não deixa de ser interessante olhar como por vezes, as próprias ideias simplistas como esta habitualmente expressa pelo pai – “*querem é mamar no bernal*” – podem contribuir para a pouca atracção que a política pode despertar num jovem. E foi isso que aconteceu até uma certa idade, como veremos.

Por força da natureza do seu trabalho, era natural que o pai de Basílio conhecesse alguns meandros da política e, apesar de nunca ter tido outro interesse que não fosse criar os filhos, chegou a colaborar numa campanha eleitoral do PSD a troco de um dinheiro extra para a família. Mas, segundo Basílio, o pai votava frequentemente no partido da oposição, alternando entre PSD e PS. Em contrapartida, da mãe, ninguém sabia qual o partido merecedor do seu apoio. Mas Basílio desconfia que seria o Partido Comunista pois, na sua opinião, a sua mãe tem preocupações e atitudes que muito a aproximam do comunismo. Para lá das especulações jamais confirmadas sobre as afinidades políticas da sua mãe, é desse tempo um acontecimento muito marcante da sua infância e que importa enquadrar. Num contexto familiar e regional muito formatado pela orientação e autoridade eclesiástica, Basílio tem cravada na sua memória aquela interpelação de um tio que o repreendeu implicitamente na sequência de um gesto com o braço esquerdo.

Eu lembro-me deste episódio, tinha uns 3 ou 4 anos e fiz qualquer coisa com o braço esquerdo. E eu tinha um tio que me viu a fazer qualquer coisa com o braço esquerdo e me perguntou se eu agora era dos vermelhos. Cumprimentares alguém com a mão esquerda é uma coisa de vermelhos. Epá, América, McCartismo. Fazes uma coisa com a mão esquerda e dizem-te «ouve lá, mas tu agora és vermelho, ou quê»? Sempre achei aquilo muito estranho. E depois via na televisão, mãos e mãos e festas do Avante e Alentejo e a gente comunista toda contente a reclamar com as merdas. Eu via em casa a família toda a reclamar com as merdas dos políticos mas depois só via vermelho na televisão quando alguém, de facto, reclamava massivamente. Não... CDS, PSD, um impacto da religião brutal.

Esse episódio reporta-se naturalmente a um meio muito marcado pela Igreja e que tem ecos mais tarde quando chega a altura de ingressar no Ensino Secundário. Desta feita, são os avisos do padre da aldeia a advertir para os cuidados a ter com a disciplina de filosofia e com as coisas subversivas que os professores ensinam às crianças mais incautas. Esta advertência acabaria por funcionar ao contrário, aumentando substancialmente o interesse pela disciplina de filosofia, interesse que conserva. Com a filosofia e a história, por volta dos 15-16 anos, sente que se começa a interessar pelo acompanhamento de assuntos de actualidade, pelas notícias. Mas como faz questão de frisar, nunca se interessou verdadeiramente por política: gosta de observar o fenómeno e os seus actores com um olhar curioso. E fá-lo, recorrendo à televisão e aos jornais online, procurando activamente informação sobre assuntos da actualidade que lhe interessem. A «imposição mediática» de temas excessivamente cobertos pelos *media*, causam-lhe frequentemente um desinteresse súbito, reconhecendo no entanto, que as campanhas eleitorais e o debate programático dos partidos lhe despertam maior curiosidade. A este respeito é interessante notar como, por vezes, as próprias ideias depreciativas que são banalizadas em sociedade («querem é mamar no bernal») são alimento para a pouca atracção que a política pode despertar num jovem, sobretudo quando educado num meio que o habituou a considerar algumas práticas como moralmente condenáveis. E quando refere que nunca se interessou verdadeiramente por política, insistindo na representação que tem de si mesmo como alguém que tem um olhar curioso sobre o fenómeno, Basílio demarca-se desse universo e critica o seu modo de funcionamento, sobreinvestindo de sentido os pilares da democracia e da vontade do povo através de disposições morais. Esse sobreinvestimento é um aspecto comum e observável em quase todos os 11 indivíduos entrevistados.

Sem nunca se ter envolvido com organizações político-partidárias, tem um ou dois amigos que são militantes do PS e PCP, embora a política não seja propriamente o elo que os une. Apesar disso recorda que certa vez, quando tinha 14 anos, se inscreveu numa actividade do PS à qual acabou por não aderir devido aos 5 contos que tinha que pagar. Mas continuou a receber em casa até há bem pouco tempo, correspondência do partido em causa, pelo qual sente alguma simpatia. Sem exprimir uma grande fidelidade partidária, identifica-se com uma esquerda que revela “consciência do presente”, demarcando-se do PCP, não obstante ter convergido em tempos com os ideais comunistas. Esse posicionamento é evidente quando identifica as suas influências ideológicas. Sem manifestar uma fidelidade partidária evidente, Basílio declara a sua simpatia pelo PS e, sobretudo,

manifesta a sua autonomia no momento em que é instado a pronunciar-se sobre as clivagens partidárias.

Bom, imagina os cadernos [programáticos]. O do PS é aonde eu vou beber mais. Bebo no Bloco e no comunismo, bebo no PS, bebo no PSD – esta preocupação ou atenção no indivíduo – e no CDS eu acho que não bebo nada. Mas bebo maioritariamente no PS, no contexto de hoje no nosso país. Bebo depois, talvez no Bloco de Esquerda a par do Partido Comunista e bebo um bocadinho, quase nada, no PSD. (...) Por essa ordem. PS, BE, PCP. E PSD, menos.

Este posicionamento relativamente oscilante é confirmado pelo historial de participação eleitoral. Começou a votar frequentemente desde que fixou a residência em Évora, há quatro ou cinco anos, justificando esse comportamento pelos constrangimentos em matéria de mobilidade. Por outro lado, integrando-se no eleitorado socialista admite ter votado em outros partidos políticos de esquerda, vinculando esse carácter autónomo da avaliação racional ao contexto, aos equilíbrios e às alternativas em disputa. Revelando um bom nível de conhecimento político estimulado por uma atitude crítica e pelos recursos fornecidos pelo sistema formal de ensino (alguns professores de referência, as disciplinas de história e filosofia), Basílio insiste nesse olhar atento à realidade política e reivindica o privilégio de ser um observador não participante.

No entanto, traído pela paixão que tem por Évora, não resistiu igualmente aos encantos de uma colectividade cultural centenária localizada no centro nevrálgico da cidade intra muros. Integrado progressivamente por amigos numa colectividade mergulhada na decadência de práticas ilegais encobertas por cortinados andrajosos, tomou a certa altura a iniciativa de reunir um grupo de pessoas e tomar de assalto o poder por meio de eleições. Nessa altura, encontrava-se em exercício uma direcção que iniciou uma ténue transição, com a recuperação e promoção de algumas actividades culturais. Numa dessas iniciativas, Basílio foi dar com um elemento da própria direcção a pregar com longos pregos de aço umas fotografias nas paredes do antigo palácio que alberga a sede da colectividade. Indignado com a decadência, irado com aquele comportamento irresponsável de membros da direcção, decidiu juntar um grupo de amigos, acabando por vencer as eleições com margem folgada.

Após dois mandatos como presidente e um rol de acções que expurgaram a casa de algumas práticas ilícitas, a colectividade foi revitalizada e reaberta à cidade como nos

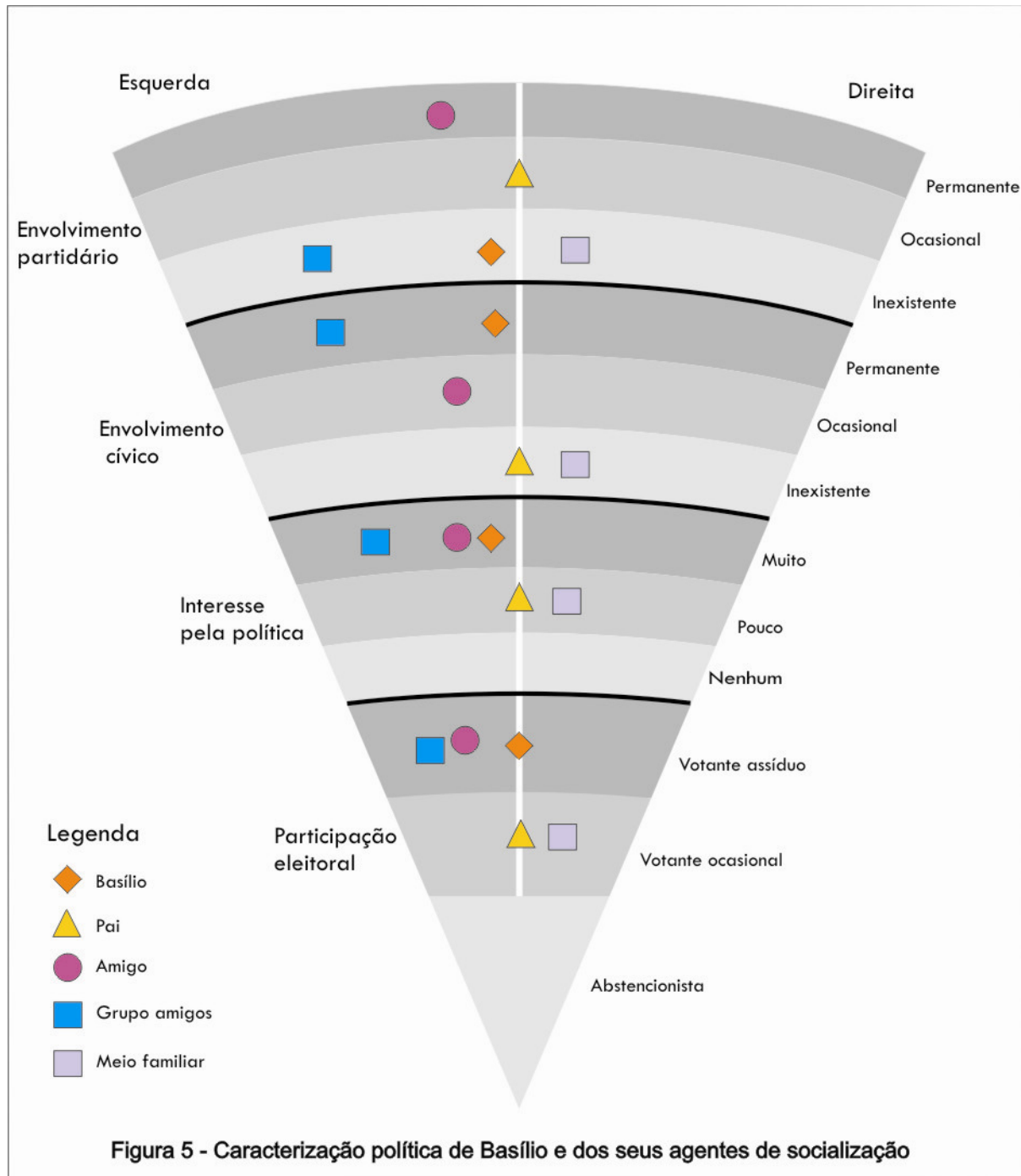
tempos em que acorriam aos seus bailes as meninas casadouras e os filhos dos lavradores. Perante a pequena revolução operada, Basílio mostra-se contidamente satisfeito com o trabalho desenvolvido e com o facto de ter conseguido reunir algumas pessoas em torno de um objectivo comum. Mas, apesar disso, nunca entendeu o esforço e a dedicação sob um ponto de vista político, isto é, admite que todas as tomadas de decisão são eminentemente políticas mas sem alicerces político-partidários que as sustentem.

Não falo com os meus amigos de política a este nível mas percebo que há uma perspectiva e um ponto de vista em qualquer discurso. Há sempre uma entoação política, filosófica, sobre as coisas – todos têm sempre uma posição política em relação às coisas. (...) Se há decisões políticas que são tomadas na associação à qual presido, elas que interessem para o dia-a-dia da casa ou da associação. Ter discussões filosóficas e políticas que interessem à casa. Seria um desperdício ter outro tipo de conversas em reuniões de direcção.

Profundo apoiante da democracia, Basílio é também um defensor na manifestação da vontade popular, quer através da participação eleitoral quer no plano da intervenção cívica. E entende a sua acção à frente da direcção como uma forma de intervenção cívica, não sob um ponto de vista reivindicativo mas construtivo. Colocar a colectividade em movimento significa disponibilizar actividades e projectos de grande interesse cultural e didáctico aos seus associados. Ao contrário, a acção reivindicativa directa fosse através de manifestações, fosse de outro modo, nunca o cativou. E atendendo às circunstâncias, de que modo conquistou ele o poder na associação senão por meio de mecanismos que seguem esquemas de autoridade e hierarquia institucionalizados? A sujeição às exigências institucionais e a importância que atribui à participação eleitoral não significam que Basílio exclua formas alternativas de participação, antes pelo contrário. Estas formas de participação são, para ele, um mecanismo importante de afirmação de vontades ainda não inteiramente exploradas pelos cidadãos. A sua renitência remete apenas para a incompatibilização da sua forma de ser com a exuberância muitas vezes associada a tais formas de participação. Não serão esses os casos dos boicotes ou de simples petições mas não deixa de ser curiosa esta atitude de maior passividade quando foi Basílio quem teve a iniciativa de reunir um grupo de amigos e apresentar uma lista às eleições na associação a que preside.

Basílio apresenta-se como um jovem crítico, frequentemente indignado com a sua situação profissional e com a realidade envolvente mas que respeita o *establishment*, tal como o seu pai que, não obstante o intenso reparo que lhe mereciam os partidos, nunca deixou de votar. À distância de alguns anos, parece claro que o conhecimento e as experiências adquiridas, aliados a uma predisposição criada com base em episódios aparentemente insignificantes – a admoestação do tio que simbolicamente representa o contrário das imagens de alegria e contestação da festa do Avante e que convergiam com essa atitude que reconhecia nos pais, assim como as chamadas de atenção do padre da aldeia – ditaram em Basílio um interesse pela política que se foi aprofundando e sedimentando sem, no entanto, transpor a barreira da curiosidade com que olha o fenómeno.

7.2.3. Representação das características políticas de Basílio e dos seus principais agentes de socialização



As influências políticas dispersas entre dois mundos – o que deixou atrás de si em Mirandela e o mundo em que vive actualmente – são observáveis pela dispersão ideológica

das pessoas com quem se relaciona no presente e no passado (ver fig. 5). Talvez a sua própria afeição com os princípios do socialismo resultem, como ele próprio indica, dos «copos aonde vai beber», retirando um pouco de cada um deles. Um amigo representado no diagrama surge na sequência da sua permanência em Évora e milita no PS, partido com o qual Basílio mais se identifica, embora não exclusivamente.

Não obstante um ligeiro afastamento, parece claro que Basílio mantém um padrão eleitoral próximo do exibido pelo pai, incluindo o espírito de contestação que caracteriza no último. Um ligeiro afastamento que adquire contornos de ruptura quando toca a deixar bem clara a fronteira com a cultura paroquial do meio familiar e social de onde provém. Neste caso, denota-se claramente uma clivagem que se expressa em termos geracionais, nomeadamente com a crítica implícita à tia, ao tio, ao padre da aldeia e ao próprio pai (figura quadrangular cinzenta). Esse aspecto é suavizado pela manifesta empatia com uma presumida [desejada por Basílio?] simpatia comunista da mãe e pelas recordações infantis das festas comunistas que testemunhavam a contestação do seu meio familiar levada à prática⁹². Por conseguinte, Basílio revela no plano das convicções ideológicas, na cultura de participação e no envolvimento, muito mais afinidades com o presente da sua vivência em Évora do que pelo seu percurso anterior – a sua «pré-história» – em Trás-os-Montes. Em contrapartida, o espírito crítico que configura de algum modo a sua volatilidade e o espaço ao centro onde se sente bem, ligam-no ao perfil do pai.

A síntese entre estes dois mundos tem as suas raízes na transição a que foi sujeito com a entrada na universidade. E é, de facto, possível observar uma certa equidistância entre a esquerda (personificada nos colegas de Direcção) e o centro-direita, no qual também diz «beber» (personificado no tio, no padre da aldeia e no próprio enquadramento social da sua terra).

Também do ponto de vista do envolvimento parece continuar a verificar-se uma ruptura entre esses dois mundos, tendo a história recente representado uma maior preponderância nas atitudes e comportamentos políticos de Basílio. Sem embargo, importa referir que, não obstante o facto de Basílio se ter feito homem fora de casa à semelhança de outros tantos jovens deslocados, a reprodução de um modelo de comportamento com referência ao pai não é de modo algum posta de parte. Isto é, apesar de Basílio ter reunido uma variedade de elementos e instrumentos que o ajudaram a formar a sua própria

⁹² Basílio desconfia que o sigilo da mãe acerca do seu sentido de voto poderia indiciar uma simpatia secreta pelo PCP, uma vez que, como ele refere, a mãe «tem tudo para ser comunista».

identidade política, fosse através da auto-reflexão fosse através de *input's* externos como os provenientes de amigos e de um referencial sociocultural distinto, Basílio conserva diversos pontos de contacto com aquele que, na nossa opinião, funciona como o mais aproximado agente de socialização: o pai.

Efectivamente, tal como o pai, também Basílio se revela crítico do sistema político e seus actores, facto que simbolicamente é expresso de forma recorrente pela frase “querem é mamar do bernal”. Cumulativamente, também não mostra rendido aos encantos políticos e ideológicos de nenhum partido em particular, apesar de reconhecer a influência de vários desses partidos. O interesse com que segue o fenómeno político resulta de duas predisposições que, de resto, se complementam. Por um lado, o desejo que tem em aprender e, por outro, a curiosidade de perceber de que forma funciona um sistema cujos *output's* têm óbvias repercussões na vida das pessoas.

7.3. Cristina e uma enorme mobilização na defesa do ambiente

7.3.1. Caracterização geral

Cristina é bióloga numa ONG ligada ao ambiente, adora o que faz e, não obstante o seu trabalho depender da aprovação dos projectos que são candidatados a fundos nacionais e comunitários, não entende essa contrariedade como um factor de insegurança laboral. Antes pelo contrário, confia na qualidade do seu trabalho, na sua determinação e no futuro.

O seu percurso profissional delineou-se de forma algo precoce quando, por volta dos 14 anos, iniciou as suas colaborações voluntárias com a ONG ligada ao estudo do ambiente onde trabalha actualmente. Os amores da irmã por um dos fundadores levaram a pequena Cristina a conhecer a associação ambiental e a envolver-se gradualmente nas actividades desenvolvidas, trilhando um percurso que haveria de culminar com a profissionalização da «brincadeira» e com a responsabilidade de integrar a direcção há alguns anos. Os passeios e as actividades no campo deram progressivamente lugar à organização de sessões de *moonwatching* e projectos de educação ambiental.

Por seu turno, a licenciatura em biologia afigurou-se-lhe naturalmente como a fase seguinte num percurso muito concentrado na conservação da natureza. Hoje, as questões relacionadas com o meio ambiente, biodiversidade e desenvolvimento rural estão entre os projectos que coordena profissionalmente. De resto, a ligação à terra estava-lhe no sangue. Director regional de um banco, o pai dividia o seu tempo livre entre as propriedades rurais do avô e a Associação de Agricultores do Distrito de Évora, sobrando-lhe ainda espaço para a família e para os amigos.

7.3.2. Caracterização política

Educada no seio de uma família tradicional, Cristina habituou-se às frequentes reuniões de amigos e às jantaras organizadas mensalmente pelo pai, as quais resvalavam quase sempre para a temática da política, da posse das terras e do poder. Sem nunca ter militado em partidos políticos, era evidente o apoio ao PSD e isso reflectia-se no posicionamento ideológico assumido nas reflexões, comentários à actualidade ou debate que ocorriam quotidianamente ou nessas reuniões.

Bem, as minhas recordações, quando era mais nova, era que o meu pai principalmente – a minha mãe não tanto – falava bastante sobre política com os colegas e amigos que convidava lá para casa. Tenho esta recordação. Lembro-me de ouvir o meu pai e a minha mãe comentarem as notícias enquanto estávamos a jantar. E sei que isso me influenciou até uma dada altura. O que eles pensavam era uma referência para mim, em certa medida. E depois, quando comecei a ser mais autónoma, começou-se a falar de... eu comecei a falar com eles, a dizer o que achava das coisas. E depois, quando eu comecei a ter mesmo as minhas opiniões vincadas e a serem diferentes das deles, tornou-se um bocado difícil falar.

Esta altura em que começa a ser difícil comunicar com os pais coincide com a entrada de Cristina na universidade e a conseqüente deslocação para a distante cidade de Vila Real. O alargamento das experiências que implica a saída de casa para estudar fora, o súbito investimento de responsabilidades, o contacto com outras pessoas e outras forma de pensar, proporcionaram-lhe a sedimentação de um espírito crítico independente, como ela própria sublinha. A par dessa autonomização cognitiva e de raciocínio, o interesse pela política acaba por surgir de forma gradual depois de ter entrado para a universidade. Hoje, gosta de se manter informada sobre tudo em geral, concentrando em particular a atenção nas matérias de ambiente e nas directivas comunitárias que regulam este sector. Admite que muito desse interesse vem-lhe do trabalho, assim como do contacto com amigos e colegas com quem partilha experiências e conhecimentos.

Uma pessoa vai mudando: é feita de interações, né? Então, acaba por mudar e por influenciar obviamente com o filtro do espírito crítico que é a minha perspectiva pessoal e

visão pessoal sobre as coisas, mas... vão-me enriquecendo, vão contribuir para ganhar novas opiniões.

Para além deste intenso envolvimento na ONG com que trabalha, durante a sua estadia em Vila Real contribuiu ainda para a criação de um núcleo de estudos para a protecção do ambiente. Recorda-se que as temporadas passadas no início da sua permanência em Trás-os-Montes eram interessantes, embora algo esvaziadas de um conteúdo a que já se tinha habituado. Sentia falta das actividades no campo, da observação de aves e do preenchimento de fichas de observação. Conheceu algumas pessoas e surgiu o NEPA.

No primeiro ano, andava mais a explorar o facto de ter saído e estar noutra terra. E quando estabilizei, a nível da descoberta, começou a surgir aquela vontade inata de fazer algumas coisas para além do estudar e ir ter com os amigos. Sentia falta do que tinha cá, fazia parte de uma associação; fazer coisas, participar para algo, construir, organizar e não sei quê. E depois, conheci, tive conhecimento que esse núcleo estava a surgir, conheci uma pessoa – penso eu – e comecei a ir às reuniões e depois, pronto, comecei a propor coisas e a fazer.

Se a orientação político-partidária dos pais, bem como a forma de lerem o mundo a influenciou durante a infância e a adolescência, as suas experiências de vida e o conhecimento adquirido imprimiram uma maior autonomia na forma como vê o mundo e os políticos. À cautela, diz não se identificar nem com a esquerda nem com a direita mas deixa escapar alguma simpatia com a esquerda quando é instada a pronunciar-se sobre os partidos e as ideologias que dominam o universo político português. Este posicionamento não fere de morte a influência política do pai, uma vez que se depreende pela sua argumentação acerca dos partidos que o PS veio ocupar o espaço político do PSD, ou seja, o PS actual aproxima-se muito do PSD de outrora, o qual, se habituou a respeitar.

Acho que [o governo PS] tem feito um bom trabalho e tem sido uma reforma em termos de rigor e competência, que não é muito usual no meio político: é mais no meio empresarial. Por exemplo, as reformas na Administração Pública, a mexida nos professores, a medida nos privilégios de algumas classes privilegiadas, parece-me muito bem. Fico espantada por haver

um partido no nosso país que tenha uma posição que pareça assim tão impecável como eles estão a ter. Obviamente que não concordo com tudo, nem pouco mais ou menos (...) Gosto mais do BE mas não é um partido completo. Gosto um bocadinho do PS por ter tido coragem – como a gente já falou – mas faz muito jogo político e toma opções erradas.

Na verdade, ao identificar-se com algumas políticas desenvolvidas actualmente pelo PS, Cristina aparenta posicionar-se nesse espaço ideológico reclamado tradicionalmente pelo PSD e hoje ocupado pelo PS, reflectindo certamente todo o referencial político do meio onde cresceu. As medidas empresariais de que fala são um reflexo das medidas normalmente desenvolvidas pelos partidos liberais, mais concentrados em favorecer a vitalidade do mercado.

Isso não a impede de namoriscar a esquerda mais urbana e centrada em problemáticas actuais, convergindo com a opinião positiva que tem sobre a oposição construtiva e crítica em que situa o Bloco de Esquerda. As afinidades com o Bloco de Esquerda exprimem em boa medida a empatia com o empenho, a pequenez das minorias e a confrontação das autoridades responsáveis, que também reconhece no seu trabalho.

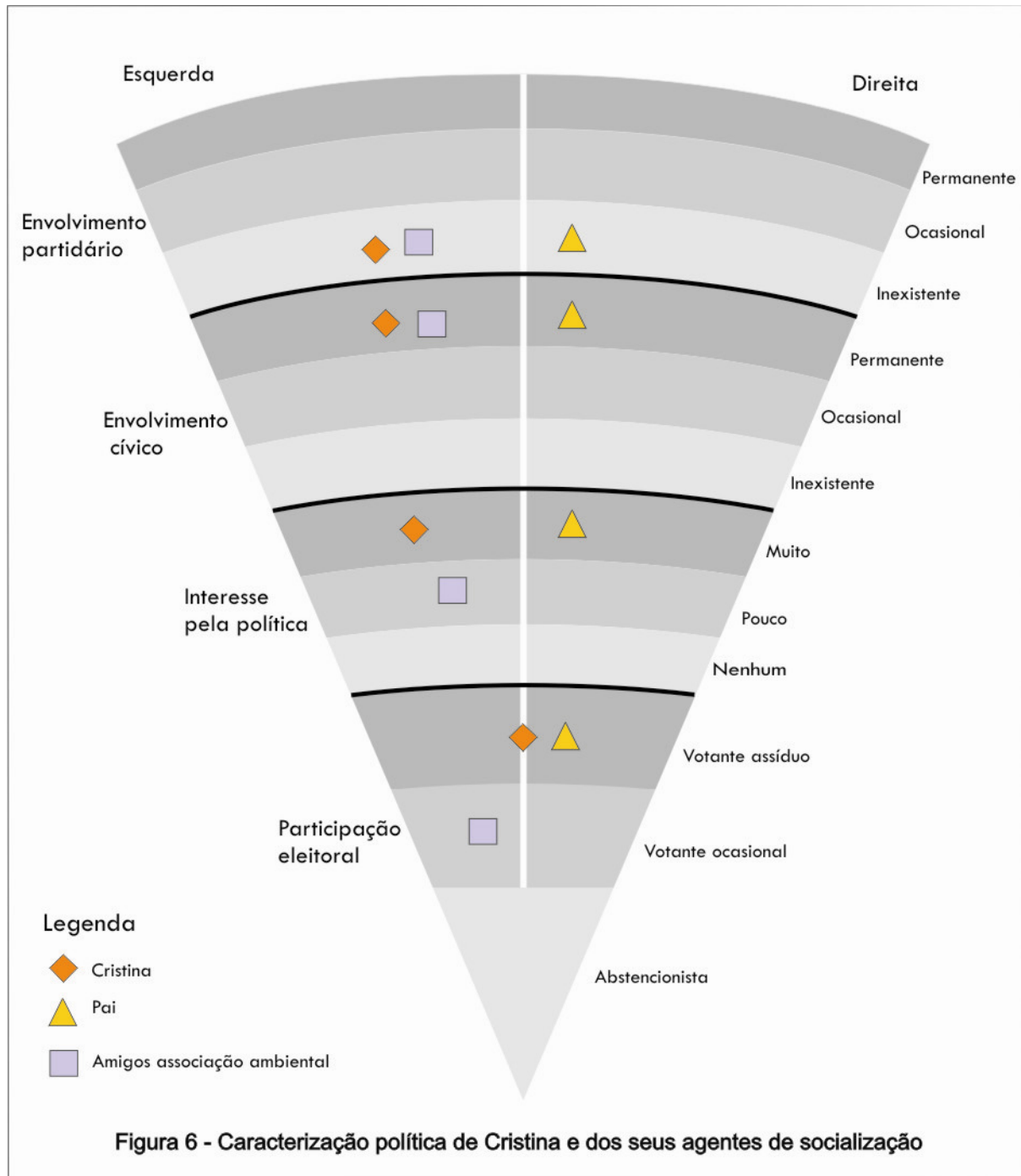
De resto, a sua profissão exige uma postura muito semelhante, em virtude das matérias complexas de que trata para governos que relegam para segundo e terceiro planos a conservação do ambiente. Por isso, adpta da descentralização e da autonomia local, mostra-se contra os modelos tradicionais de decisão, os quais não respeitam as especificidades locais nem consideram verdadeiramente as vontades das populações. Este aspecto ganha uma importância crucial uma vez que Cristina é peremptória ao declarar como insuficiente a forma de participação mais convencional.

Nem pouco mais ou menos! Não! Não é de todo [suficiente a participação eleitoral]. O que gerou um descrédito, ou seja, as pessoas também já não se manifestam nos processos formais que existem porque já sabem que cai tudo em saco roto. Então, o que é que vão lá fazer? A verdade é que a nossa sociedade participa pouco mas acho que também tem esta causa: do descrédito, da pessoa achar que não vai fazer a diferença (...) Devia ter uma parte descendente em que são definidas políticas orientadoras, tudo bem. Mas depois, tem que haver uma territorialização das políticas. Que acho que isso, por um lado, deve ter em conta esta base ascendente, ou seja, o que as pessoas querem para o poder local e daí para cima (...) Então, acho que as orientações estratégicas podem vir de cima, mas depois, tem que se

ter em atenção as especificidades de cada região: por um lado, as especificidades biofísicas e, por outro, as especificidades que são as vontades das pessoas.

A este respeito, é curioso notar a coerência destas declarações com o seu comportamento habitual perante as eleições e a sua própria consciência cívica: vota quase sempre quando é chamada a isso e, não obstante, mantém-se activa através da ONG assumindo posições reivindicativas, enviando pareceres às autoridades competentes e participando em fóruns que lhe permitam influenciar o curso inabalável da economia. Mas raramente tomando decisões de ruptura, consubstanciadas em acções de protesto porque, diz: *“eu acho que são importantes mas eu, pessoalmente, não me identifico muito com esse tipo de intervenção”*.

7.3.3. Representação das características políticas de Cristina e dos seus principais agentes de socialização



Conforme se pode observar na fig. 6, apesar da rede de relacionamento que procuramos relacionar com a socialização política não ser extraordinariamente marcada, o

intenso envolvimento cívico de Cristina foi naturalmente favorecido pela sua integração em estruturas associativas em Évora – através da irmã e dos amigos – e em Vila Real. Mas também pelo próprio envolvimento do pai, o qual, terá exercido alguma influência ideológica sobre Cristina, pelo menos até à sua saída para a universidade. Naturalmente que o associativismo emerge num contexto específico ligado à conservação da natureza. Porém, não é irrelevante o facto do associativismo ao qual esteve ligado o pai se relacionar com a agricultura, um sector de actividade cuja proximidade à natureza é incontestável. Seja como for, verifica-se uma coincidência nas práticas que não é de somenos importância e é natural que tanto Cristina como a irmã tenham assumido desde muito cedo e sem grandes constrangimentos a responsabilidade de se envolverem activamente em colectividades, tendo como referência o próprio envolvimento do pai.

Ao observarmos a fig. 6 constatamos que os diversos níveis de envolvimento ou colaboração com partidos, associativismo, interesse e participação eleitoral de Cristina convergem frequentemente com os do pai. A excepção é a identificação partidária. Mais alinhados pela direita, ambos os pais surgem como apoiantes da social-democracia ao passo que Cristina parece deambular pela esquerda sem, todavia, afirmar qualquer predilecção partidária.

Com efeito, apesar de muitas referências transmitidas pelos pais terem permanecido no seu discurso – que, como ela sugere, se mantiveram quase inalterados até à idade adulta – Cristina não partilha com os pais a identificação partidária. Não se revê em nenhum partido político apesar de reconhecer aspectos positivos e aspectos negativos no PSD dos pais, no BE e no governo actual (PS).

7.4. Domingos: «quando lá se apanham já não ligam a ninguém»

7.4.1. Caracterização geral

Nascido em Évora há trinta anos, Domingos cresceu no centro histórico da cidade e foi criado pelos avós maternos. A circunstância da separação dos pais ditou uma maior afinidade com o avô materno com quem ia à pesca e aos petiscos quando era garoto. O avô materno era, também, quem exercia verdadeira autoridade sobre Domingos e desempenhou um papel determinante numa altura em que se instalou a confusão na cabeça do rapaz. E alguns vícios perniciosos. Talvez também o tenha ajudado manter a crença num deus criador e regulador do mundo porque, como diz, “tem que haver alguma coisa”.

Seja como for, tem trinta anos e, como tantos jovens portugueses, ainda não conseguiu estabilizar profissionalmente. Com habilitações literárias ao nível do 2º Ciclo do Ensino Básico, torna-se com alguma frequência o elo mais fraco dos vários trabalhos por onde já passou. Tem passado por vários locais mas as coisas não têm sido favoráveis. Até há um mês atrás estava desempregado e ia ganhando uns trocos num *part-time* que consistia em acompanhar um idoso invisual à pastelaria, ao café ou a consultas no médico. Fazia também de motorista sempre que o «patrão» necessitava de se deslocar a uma casa que possuía perto de Lisboa.

O contrato recém-assinado com uma empresa de tintas, apesar de precário, não parece incomodar particularmente Domingos que, talvez resignado pelo desfecho das suas experiências passadas e por ter consciência da dificuldade em manter um emprego, exhibe ainda assim a convicção de que tudo vai correr bem. Até porque conhece os novos patrões e colegas, tudo «boas pessoas».

Pelo que os meus colegas me têm dito, a empresa faz um contrato porque... aquilo.... Têm que fazer mas dizem que... por norma, se aquilo correr bem, depois é renovado automaticamente. Se correr tudo bem, é coisa para continuar (...) o pessoal que lá está, já os conhecia também... Até patrões e tudo. Parece ser tudo boas pessoas.

7.4.2. Caracterização política

De resto, esta confiança nas pessoas e a proximidade é um elemento central e recorrente na avaliação de Domingos aos políticos. Profundamente decepcionado com o sistema político, votou apenas duas vezes, logo no início. Lembra-se que numa delas, foi para dar o voto a um vizinho que se candidatava pelo PS à junta de freguesia da sua área de residência. Um bom homem. Por conseguinte, quando instado a pronunciar-se sobre características valorizadas nos políticos, surge de imediato a disponibilidade e proximidade demonstrada por alguns políticos locais sempre que cumprimentam as pessoas na rua e ouvem os seus lamentos ou sugestões. E di-lo como se essa atitude fosse sinónimo de resposta às necessidades e problemas das pessoas, representando uma relação de causa-efeito. Talvez aí residisse a sua esperança porque no fundo, é como ele diz, quando os políticos se apanham com o poder, depressa esquecem as pessoas e as promessas que fizeram. Esta falta de honestidade que Domingos identifica nos políticos e o facto de não os ver dar efectivamente nada a ninguém – a não ser a «quem eles querem» – contribuiu para que nem sequer se dignasse votar com o passar do tempo.

Política... Eu pouco ligo à política. E só o que tenho visto ao longo de muitos anos, desde que me entendo, é que, eles prometem mundos e fundos e depois, quando lá se apanham, não fazem nada daquilo que prometem, nem dão nada a ninguém. Eles querem é ir para lá e ajudar quem eles querem e... os da cor deles. E depois esquecem-se do pessoal trabalhador e das pessoas que têm necessidades.

O discurso reivindicativo de Domingos centra-se muito nas dificuldades materiais sentidas pela classe baixa onde se revê: o desemprego, a falta de apoio social, a excessiva carga fiscal e a inflação. Paralelamente, não hesita em apelidar BE e CDU como os defensores das «classes trabalhadoras» em que ele se insere, não obstante numa das eleições em que participou ter votado no vizinho do PS. Contudo, prossegue, não vota naqueles partidos porque as eleições são monopolizadas pelo PS e PSD. Logo, sabendo de antemão desta vitória anunciada, talvez sinta que o seu voto é um voto desperdiçado, inútil. Esta posição parece querer dizer que o exercício da democracia não é entendido como um fim em si mesmo, explorando apenas essa dimensão instrumental que efectivamente

corporiza o voto. Caso contrário, iria sempre a jogo, fosse qual fosse a sua previsão do resultado. Nesta linha de raciocínio, Domingos deixou de votar porque não vence, porque não sente benefícios directos na sua vida decorrentes da sua conduta cívica e porque, de facto, nunca se interessou verdadeiramente por política. Nem muito nem pouco.

Hoje vive com o pai mas quando os progenitores se divorciaram, o pequeno Domingos foi viver com os avós maternos. Os avós paternos acolheram a irmã mais nova. O avô que o criou, na altura já reformado da carpintaria, fazia uns biscates e, nas muitas horas vagas, tinha uma paixão pela pesca cuja «segunda parte» tinha lugar numa qualquer tasca da zona. Fossem as percas e a achigã arrancadas ao rio durante a manhã ou outra coisa qualquer, o avô fazia parte dos devotos do petisco. E Domingos acompanhava-o para todo o lado. Inclusive, algumas vezes para as sedes do PCP e do PSD, locais em que as ideologias perdiam a sua carga à mercê do estômago e do convívio. Com efeito, apesar de ter alguma inclinação pelo PSD, o avô materno de Domingos ficava-se pelas simpatias e, na verdade, nem sempre lhe calhava bem ir votar porque, como afiança Domingos, «a política nunca entrou em casa» e os petiscos nas sedes desses dois partidos faziam parte de uma casualidade mais utilitarista do que ideológica. A exposição a uma ideologia não seria facilitada naqueles meios porque a sede dos partidos era vista apenas como um bar, totalmente desinvestido da carga simbólica e ideológica de uma sede partidária. Atesta-o o facto do avô mais próximo do PSD frequentar mais a sede do PCP do que a do PSD, não só porque era mais próxima de casa como também porque era mais popular. E não era no PCP que o avô votava...

Esta atitude denota algum desprendimento quanto a fidelidades partidárias, assim como uma atitude utilitarista que os levava a escolher apenas os locais onde pudessem conviver com mais à vontade e cozinhar os petiscos, tornando-os mais baratos. Pagavam o vinho ao homem. Neste contexto, Domingos só poderia possivelmente ser sujeito a uma socialização política (efectiva e doutrinal), caso fosse esse o propósito do avô. Mas o que se verifica é que nem sequer a fidelidade partidária do avô coincidia expressamente com a frequência da sede do partido apoiado. Além desse facto, acresce o argumento do principal motivo dessa frequência serem os petiscos, que poderiam ter lugar em qualquer parte do mundo... Porém, como o próprio indica, as sedes dos partidos que frequentava em garoto eram para ele vulgares bares.

Mesmo quando era ainda gaiato, fui bastantes vezes à sede do PC e outras, à sede do PSD... e no entanto não... quer dizer, ia lá, eles tinham lá um bar, uns rebuçados e não sei quê... bebia um sumo e... aquilo para mim, era um bar, não era um partido, que eu não ligava àquilo (...) Andava quase sempre com eles [avô e amigos] também. Ia lá por ir com eles, pela companhia. Era um bar, com sumos e eu ficava todo contente. Comprava um rebuçado. Mas não ia lá por aquilo ser um partido. Nessa altura, nem sabia que aquilo era um partido.

Ainda que mais tarde viesse a ter consciência dos meios que em algumas ocasiões frequentava, o interesse pela política permaneceu residual e hoje permanecem raras as conversas sobre política que tem em casa com o pai e com amigos. Não obstante o pai – com quem vive actualmente – simpatizar com o PS e ser um assíduo eleitor, a sua referência foi sempre o avô materno, mesmo em alturas complicadas da sua vida cujo percurso foi marcado por comportamentos marginais associados ao consumo de drogas. Por vezes os temas de actualidade são alvo de comentários mas sempre numa perspectiva antagónica que remete para cada um dos lados os trabalhadores oprimidos e a classe política cheia de privilégios. Até porque, para o entrevistado, a direita é dos ricos e a esquerda defende os pobres.

Às vezes leio aqueles títulos, aquelas letras gordas... Sei lá, às vezes, o preço que vai aumentar, às vezes a falar dos ordenados deles: «o deputado não sei quantos ganha não sei quantos mil contos e tem não sei quanto para gastar com a família e tem um telemóvel do Estado e tem escolaridade dos filhos paga pelo Estado». Quer dizer, eles têm muito quem os ajude ainda mais, sem eles precisarem.

Apesar dessa prosaica polarização ideológica, nunca se sentiu identificado com nenhum partido político, preferindo destacar essas qualidades de proximidade que identifica em alguns políticos provenientes de diferentes quadrantes partidários. Sem nunca ter votado no BE, adianta que simpatiza com o seu líder – Francisco Louçã – porque gosta de o ouvir falar, porque defende muito a classe trabalhadora. Esta sobrevalorização dos políticos em relação aos partidos – entidades abstractas e sem cara – é confirmada pela opinião latente de que os partidos são feitos pelas pessoas e por algum desconhecimento de que as ideologias são vectores cruciais na orientação de cada partido. Esta atitude converge mais uma vez com o motivo que o levou a votar no vizinho do PS (que morava na mesma rua

onde foi criado) em detrimento do vizinho da CDU (que morava a algumas ruas de distância). Da mesma forma, as preferências manifestadas por políticos locais, independentemente dos partidos políticos de proveniência.

Acho que iria mais pelo líder porque partidos... não conheço... a única pessoa que podia conhecer no partido era o líder. Ou alguém que estivesse dentro desse partido, que se candidatasse a líder desse partido... tipo... no caso do PS, o... como é que ele se chama, aquele que é daqui de Évora... o Capoulas Santos. O Capoulas Santos, se ele se candidatasse ao cargo de ser o cabecilha do PS, eu era capaz de votar no Capoulas Santos, por ele, mas não por ser o partido, o PS (...) por conhecer e por o cumprimentar e acho que é uma pessoa muito popular. Sempre que o encontro, cumprimento-o, tal e qual como o que estava aqui na Câmara, o... Abílio [antigo presidente da autarquia, eleito pela CDU]. O Abílio também é uma pessoa que a gente encontra aí na rua e cumprimenta-o. E parece ser uma excelente pessoa. Já o José Ernesto [actual presidente da autarquia, pelo PS], na altura da campanha também cumprimentava toda a gente e... hoje em dia, pelo que as pessoas me têm dito, parece que passa aí na rua por certas pessoas e que... não conhece ninguém. Na altura da campanha conhecia toda a gente e cumprimentava toda a gente e hoje, desde que está na presidência da Câmara, passa pelas pessoas e parece que não conhece ninguém.

A desafeição demonstrada e as acusações dirigidas aos políticos não obnubilam a convicção que tem acerca da importância da participação em democracia, mesmo que ele próprio não participe eleitoralmente nem numa perspectiva mais ampla de intervenção cívica. O apoio difuso à democracia não é posto em causa, embora não poupe palavras quando toca a mostrar a sua indignação perante o rumo do país. Porém, na sua perspectiva que é afinal comum em todos os entrevistados, seria importante que os políticos fossem sérios e resolvessem os problemas concretos das pessoas. A não observação desta visão ideal da política funciona neste e noutros casos estudados como um dos elementos que mais contribuem para o desinteresse e desilusão que alguns dos entrevistados exibem, seja num plano opinativo seja no plano participativo.

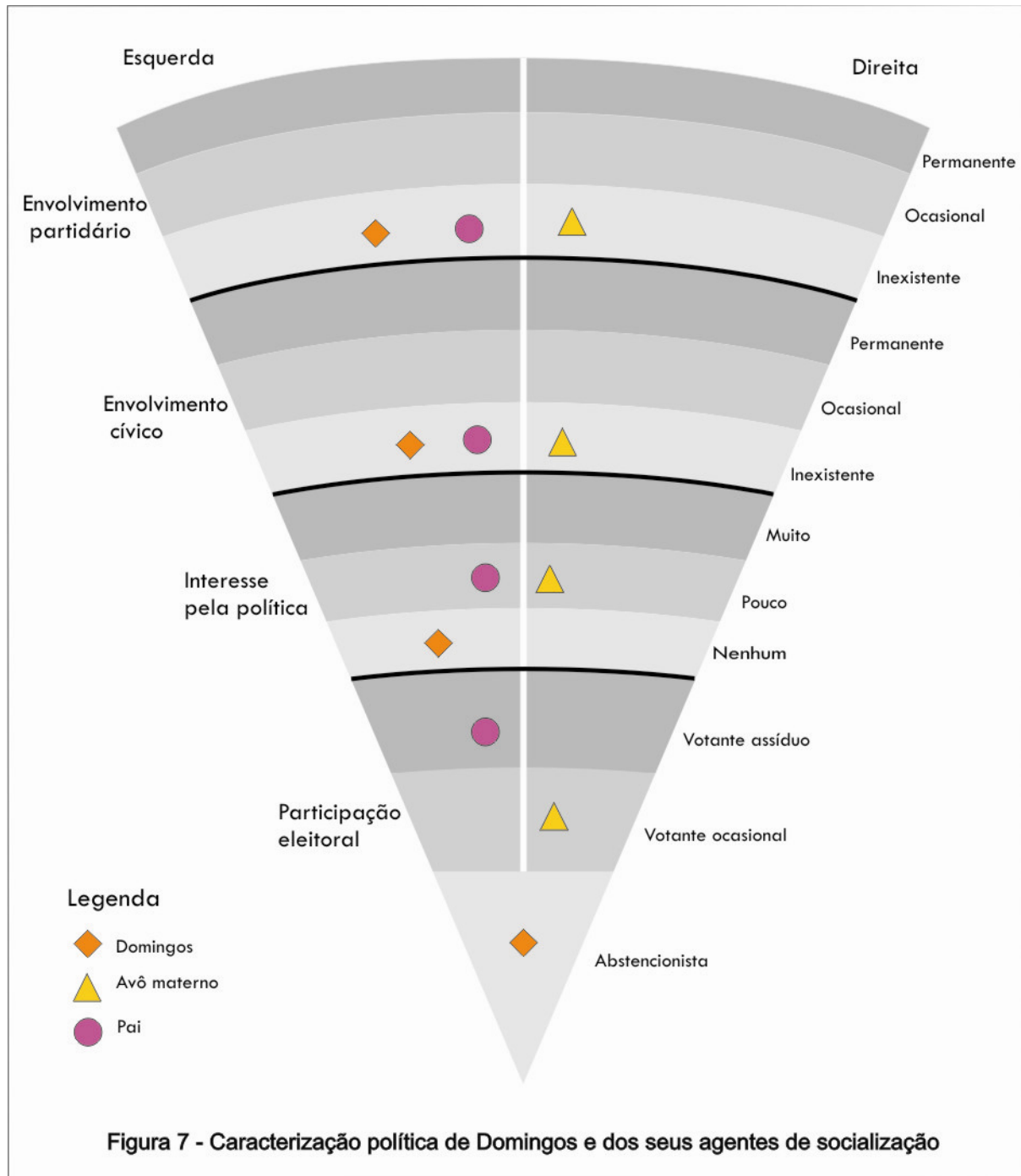
[Os políticos] deviam retribuir, deviam ver que há pessoas... eles só vão para lá porque algumas pessoas lá os puseram. Só que depois de lá se apanharem: «estou aqui, sou eu que mando e as coisas agora são feitas à minha maneira» (...) eles, o que prometem na altura da

campanha, depois de estarem lá no poder, podiam ver: «olha, prometi isto e aquilo. As pessoas puseram-me cá porque prometi isto e aquilo... eu vou cumprir com aquilo que prometi (...)». Mas eles, não sei porquê... não sei se depois... não sei o que é que eles pensam depois de lá estar mas ninguém faz nada daquilo que promete.

O facto de ligar a acção política às consequências que tem na sua vida individual, explica a diferente avaliação que faz aos executivos governativos a nível nacional e local. Quanto ao primeiro, responsável pelo aumento de impostos, pelo aumento da inflação, pela perda do poder de compra e pela imoralidade de ter «ministros» a ganhar «1500 ou 2000 contos», Domingos não hesita em considerá-lo negativo. Quanto ao executivo municipal, apesar desse comportamento ziguezagueante do seu presidente, aprova na quase totalidade tudo o que tem feito. Excepto aquilo que poderia fazer, nomeadamente, acabar com os bares no centro histórico – onde vive – autênticas fontes de insegurança e de desassossego para quem trabalha.

Centrado nas suas necessidades imediatas e na fraca observação de cumprimento de promessas, Domingos alia claramente estas indignações à ausência de um referencial político e cognitivo para se abster de participar, justificando a sua abstinência com a desoladora questão: porquê votar?

7.4.3. Representação das características políticas de Domingos e dos seus principais agentes de socialização



Se a socialização política de outros entrevistados é relativamente clara, no caso de Domingos subsistem algumas dúvidas sobre os seus agentes de referência. Talvez o avô

materno seja a sua principal referência, por ter sido este quem acompanhou mais directamente o seu crescimento e se responsabilizou por este. Inclusive numa altura da vida de Domingos em que a «desorientação» do jovem atingiu níveis preocupantes para a família. Mas, em qualquer caso, o comportamento e atitudes políticas do pai encontram-se algo distantes dos comportamentos políticos de Domingos. Ao contrário deste, o pai exerce o seu direito de voto com alguma regularidade, revela algum interesse pela política e identifica-se com um partido político (PS).

Com a excepção da ideologia, o avô materno é quem se aproxima mais do padrão comportamental de Domingos. Esta proximidade é reforçada ao nível dos comportamentos eleitorais. No caso do avô materno, a identificação partidária com o PSD parece menos férrea do que aquela que Domingos identifica no pai, no entanto, convém lembrar que foi com o avô materno que Domingos cresceu, tendo passado a viver com o pai sensivelmente desde que o avô faleceu.

Em todo o caso, a ausência de agentes socializadores de referência que pautem o seu relacionamento com a política de forma activa, acompanha a apatia política de Domingos cuja remota afinidade ideológica com o pai parece ser mais fruto do acaso do que efectiva socialização política. Nesse caso, o posicionamento à esquerda de Domingos parece dever-se mais a preconceitos socioeconómicos que associam a esquerda aos pobres do que a um entendimento claro sobre a política, democracia e cultura de participação que o levasse a decidir sobre um campo ideológico ou o outro.

7.5. Elisabete: desinteresse e desconfiança

7.5.1. Caracterização geral

Sem ter conseguido encontrar um trabalho na área de animação sociocultural para a qual direccionou os seus estudos num curso técnico profissional com equivalência ao ensino secundário, Elisabete trabalha há já alguns anos como operadora de *call center*, com um contrato de 6 meses renovável automaticamente. A incerteza é grande, o ordenado é reduzido e a motivação é mínima, levando-a a permanecer conformada perante um mercado de trabalho com poucas oportunidades. Como ela diz, antes no *call center* do que numa loja.

Muito por força da relação que mantém com Ricardo há cerca de três anos e que a levou a mudar-se para casa deste, esta jovem eborense de vinte e nove anos divide o seu tempo entre o café do namorado e o trabalho no *call center*. Apesar da sua juventude, a circunstância de consagrar o seu tempo ao café e ao trabalho não lhe deixa uma vida social muito intensa até porque, no centro das suas preocupações está a estabilidade conjugal que, em muito, seria conseguida se tivesse maior estabilidade profissional.

Proveniente de uma família da classe média, Elisabete não revela convicções religiosas claras nem acentuadas, apesar de reconhecer que talvez exista alguma entidade meta-empírica que regule o curso das coisas. Gosta da cidade onde vive embora indique algumas limitações inerentes a uma cidade do interior, de média dimensão.

7.5.2. Caracterização política

As recentes idas às urnas nas últimas eleições presidenciais, legislativas e no referendo à IVG não escondem o enorme desinteresse que Elisabete sempre manifestou pela política. Este é um assunto em que não se sente muito à vontade e com o qual nunca se relacionou. Por um lado, os seus interesses na adolescência eram aqueles que são comuns à maioria dos jovens nessa fase de vida e, por outro, nunca contactou com pessoas que fossem uma referência para si nesse campo. A excepção foram as aulas de história que, de um ponto de vista meramente académico, lhe forneceram as bases do pouco conhecimento político que ainda hoje detém.

Em casa, recorda, a possibilidade da família se reunir acontecia à noite como na generalidade das famílias dos seus amigos. Os pais regressavam de mais um dia de trabalho, ela e o irmão mais novo regressavam, por seu turno, de mais um dia passado na escola. A interacção familiar resumia-se na maior parte das vezes a pôr a escrita em dia durante o jantar: saber como tinha corrido o dia na escola, desabafar sobre as incidências no trabalho. Os pais sempre foram pessoas de ir votar e apesar de nunca terem militado em partidos políticos ou nouro tipo de organizações, Elisabete consegue situar as preferências políticas do pai no universo da esquerda, nomeadamente na CDU. Mas a relativa certeza que manifesta quanto às simpatias do pai, desvanecem-se no caso da mãe, mulher que talvez andasse mais pelo centro.

O desinteresse pela política é extensível ao universo de amigos e colegas, com os quais só muito raramente se comenta qualquer assunto que esteja na ordem do dia. E sempre foi assim, mesmo que fosse para debater questões ligadas ao seu próprio emprego e à insatisfação que sente.

Apesar da televisão e dos jornais que actualmente vai consultando no estabelecimento de restauração do companheiro, o contacto de Elisabete com a política começa a dar-se há 3 anos atrás quando conheceu o Ricardo, com quem vive. Muito atento à actualidade, Ricardo formou-se em gestão de empresas mas preferiu gerir um pequeno café pertencente à família. A mãe de Ricardo, professora reformada e o pai, antigo director duma dependência do Banco de Portugal, partilham com o filho a identificação partidária com o PSD. De facto, é o Ricardo quem lhe começa a dar uma outra perspectiva acerca da importância da

participação e da democracia, sendo também ele a principal fonte de informação de Elisabete.

O Ricardo fala muito de política. Aliás, desde que estou com ele é que estou mais actualizada, mais interessada nos temas da política – nunca me interessou, sinceramente. O Ricardo vota, cumpre todos os deveres cívicos (...) Mas... desde que estou com ele, acho que... tenho... pelo menos, tenho ficado mais actualizada, acerca desses assuntos da política (...) Mas apesar de ter aumentado o interesse... acho que não é mais o interesse, acho que é mais informação... acerca das coisas... aumentou... mas a minha opinião continua a mesma.

E a opinião remete para a leitura descrente acerca do sistema político e dos seus agentes. A essa opinião não é alheia a ideia que tem acerca da corrupção generalizada que grassa na sociedade, nem do despesismo perpetrado pela Administração Pública, defendendo que em Portugal tudo está mal, da saúde aos tribunais. A insatisfação laboral manifestada, a falta de oportunidades e a própria dificuldade que Ricardo encontra para atrair clientes, reforçam esta visão pessimista numa mulher de vinte e nove anos que ambiciona estabilidade e, futuramente, ter filhos.

Neste país, neste momento, acho que não está nada bem. Nada. Nem saúde, nada! [P] Nem ensino... nada (...) Acho que é um bocado mesmo o meu feitio estar um bocado descrente. Acho sempre que as pessoas que estão no poder acabam por abusar sempre do poder que têm. Seja ele político ou... não sei. E faz-me ser um bocado descrente nessas pessoas.

Esta afirmação surgiu na sequência de uma interpelação sobre a influência política que pudessem ter os seus pais, os amigos ou Ricardo nas suas atitudes e nos seus comportamentos em relação à forma como vê a política e, conseqüentemente, a participação. Contudo, a hipótese de ser influenciada nesse aspecto é energeticamente rejeitada por Elisabete, preferindo apelar apenas à sua própria genética e à interpretação autónoma que faz do mundo que a rodeia. Em todo o caso admite que o aumento de informação fornecido por Ricardo a levou a modificar algumas concepções acerca da importância de participar eleitoralmente, embora mantenha a falta de interesse pela política ao não acompanhar temáticas relacionadas, ainda que mediatizadas pelos meios de

comunicação social. O facto de ter votado nas últimas ocasiões em que os eleitores foram chamados a participar e a intenção de repetir a experiência em futuros actos eleitorais, confirma que há influências, não no plano ideológico mas sim ao nível da funcionalidade do sistema.

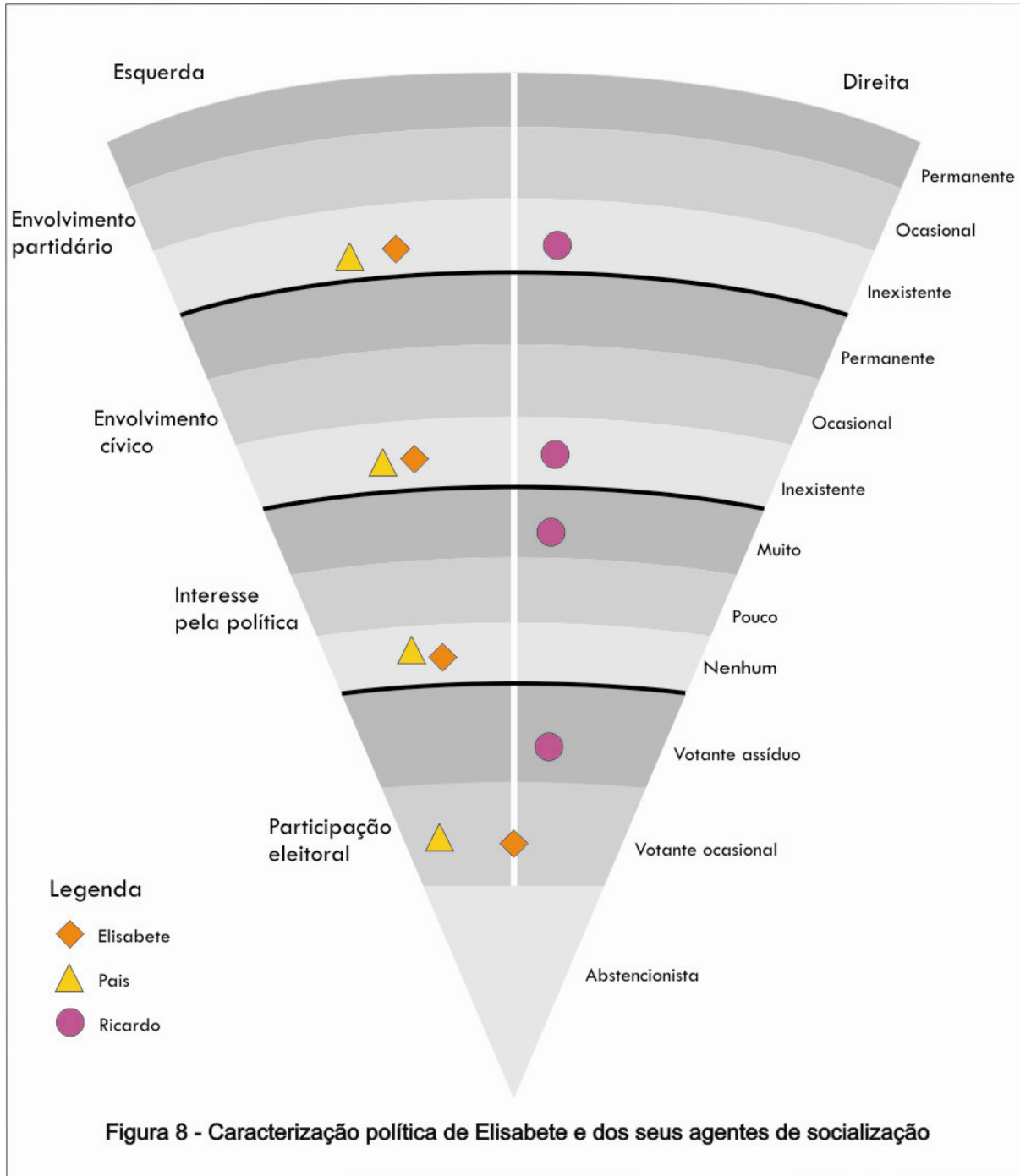
Provavelmente são as influências do Ricardo mas... Ele diz: «é importante um voto». E se calhar até é... não sei... até que ponto é importante um voto, ou não (...) Agora acho que é importante. Dantes não achava tanto mas... agora ele diz e eu concordo. Acho que é importante votar. Estás a contribuir para... estás a dar a tua opinião. Dantes não era um bocado assim: era mais desligada do que o que sou agora (...) Eu acho que... na altura, quando não votava, é porque quando tu não votas, não queres saber e não estás a par das coisas. Não queres saber, não estás a par das coisas [logo], não te interessa. Era, se calhar, na altura. Tens 18 anos: «ah, não temos hospitais», é aquela fase em que tu estás... estás mais desligado desses assuntos da política. Se calhar, só quando tu cresces, tens outras responsabilidades, né? E queres ter um filho, por exemplo, é que vês que os hospitais não têm condições nenhuma, comparadas com os hospitais do norte da Europa, dos países «civilizados».

A convivência com Ricardo e a maturidade que lhe têm dados as experiências, as responsabilidades e os anos de vida parecem exercer uma alteração nas atitudes que, como ela própria chama a atenção, eram totalmente diferentes quando tinha dezoito anos e não tinha contas para pagar. De qualquer modo, permanece essa falta de confiança em partidos e políticos, que se estende a todo o universo de instituições públicas, assim como à avaliação que faz do governo PS e do executivo municipal, também PS.

Não confio na Câmara nem nos tribunais. Acho que há muita corrupção a todos os níveis em Portugal... na saúde, não sei porque é que nós pagamos impostos, porque não temos condições nenhuma na saúde. Portanto, agora vou começar a protestar... não sei para onde é que vai o dinheiro todo que nós pagamos de impostos. Vi uma reportagem há pouco tempo nos países nórdicos, na Finlândia: pagam impostos elevadíssimos. Só que têm os frutos, têm sistemas de saúde espectaculares. E nós não temos nada. Não temos absolutamente nada. Não sei para onde é que vai esse dinheiro. Não sei, sinceramente, não sei.

Contudo, estes protestos que Elisabete exterioriza perante um sujeito que lhe faz perguntas sobre política e que, segundo ela, são-lhe inatos, raras vezes foram materializados sob a forma de participação política. Em parte porque, como fez questão de frisar, desde que está com o Ricardo começou a corroborar a opinião deste sobre a importância do voto.

7.5.3. Representação das características políticas de Elisabete e dos seus principais agentes de socialização



O histórico de votações de Elisabete vagueia pelo centro político com alguma inclinação para a esquerda, particularmente visível quando se demarca de Ricardo através

de um comentário irónico acerca da identificação partidária deste com o PSD. Com efeito, votou em Cavaco Silva nas Presidenciais, contribuiu para eleger José Sócrates nas Legislativas e apoiou a esquerda no referendo realizado recentemente a respeito da interrupção voluntária da gravidez. Essa volatilidade que, de resto, não configura qualquer identificação partidária, é curiosamente convergente com a ideia que defende acerca da necessidade de haver sempre um equilíbrio em tudo. Confessando-se “perdida nessa área”, Elisabete admite o seu desconhecimento e, na procura desse equilíbrio, opta pela previsibilidade daquilo que pensa conhecer em detrimento do desconhecido, pois para si, partidos como o CDS-PP são partidos de «extrema-direita» a evitar.

O pouco à vontade com a temática, contrariada há pouco tempo pela relação com o companheiro, confirma o relacionamento longínquo de Elisabete com a política. Com excepção da assiduidade eleitoral (relativamente alterada nos últimos tempos através da convivência com Ricardo), a proximidade do seu nível de interesse com o interesse residual pela política que identifica nos pais é clara. A semelhança comportamental com os progenitores denuncia a ausência de uma socialização política em contexto familiar que ela, em todo o caso, confirma: em casa, o pouco tempo livre era dedicado à família, ao acompanhamento da vida escolar dos filhos.

7.6. A militância casual de Fátima

7.6.1. Caracterização geral

Originários de Evoramonte, a cerca de 20 km de Évora, os pais de Fátima fixaram residência em Évora ainda antes de a filha ter idade para receber a instrução primária. Foi nessa cidade que a rapariga fez o seu percurso escolar e foi na mesma cidade que conheceu Jorge, o namorado.

Aos vinte e dois anos, Fátima é funcionária de um Cartório Privado e satisfeita por ter conseguido um emprego estável quando comparado com outros e que lhe permitiu enquadrar as competências técnicas adquiridas num curso profissional com equivalência ao 12º ano de escolaridade. Diz ser católica não praticante e, quanto a classes sociais, auto-posiciona-se na classe média. Normalmente, ocupa os seus tempos livres com a natação e, como é evidente, com Jorge.

Relativamente distante dos assuntos que dominam a actualidade, o único assunto que actualmente lhe pode causar alguma preocupação especial é o emprego porque, apesar de tudo, não é tão seguro como seria no Estado.

7.6.2. Caracterização política

Quando o encontro foi combinado na sede do PS era sabido que, à partida, Fátima era uma jovem militante com 22 anos de idade, eventualmente com convicções cimentadas pelos tempos passados na Juventude Socialista, recheada de histórias de campanhas eleitorais e comícios para contar. Os cálculos iniciais saíram gorados e a confirmação foi dada aos primeiros minutos de entrevista, caracterizados por um surpreendente pouco à vontade. Este facto foi certificado pela sua incapacidade em desenvolver conteúdos quer relacionados com as suas opiniões quer sobre as suas próprias experiências. Por conseguinte, uma entrevista que se pretendia aberta e com poucas intervenções do entrevistador, converteu-se num desfilar de perguntas e respostas directas.

Com aproximadamente um ano de militância, as iniciativas ou acções em que interveio resumem-se a um apoio pontual a Mário Soares nas últimas eleições presidenciais. Um apoio meramente presencial num comício direccionado às «bases». A inexistência de integração política, medida neste caso pela ausência de sentimento de pertença é de imediato manifestada quando lhe é pedido para se posicionar ideologicamente à esquerda ou à direita ou, até, quando lhe é pedido para caracterizar o partido onde milita. À cautela, disse ser de esquerda. Mas nunca soube ou quis explicar porquê. De facto, o pouco conhecimento que exhibe ao longo da entrevista sobre assuntos políticos, ideologias ou medidas tomadas pelo governo que o seu partido sustenta na Assembleia na República e na Câmara Municipal, é consentâneo com o fraco interesse pela temática.

Não posso dizer que sinto-me integrada... porque não há muita... não é verdade. Não há muito (...) Não... como é que hei-de explicar, não... (...) Não me sinto à vontade muito... para falar sobre política. Não, sinceramente, eu não percebo muito. É a realidade.

Esta constatação de existirem militantes que não sentem o apego pelo partido normalmente identificado nos militantes mais mobilizados, que não se reconhecem nem se revêem nas suas posições, não estava prevista quando solicitei ao funcionário do partido que me indicasse uma militante para a entrevista. A incógnita permanecia por desvendar, porque nem no trabalho, nem na escola ou em casa, era discerníveis pontos de contacto que

justificassem a actual militância. Em casa, apenas o pai tem o hábito de votar e muito raramente se registam comentários sobre assuntos políticos de actualidade. Em casa, a política sempre entrou em casa à hora das refeições pelos telejornais, como na generalidade dos casos estudados. Mas sem que constituísse um particular interesse, a não ser que grandes medidas fossem anunciadas. Boas ou más. Resguardada desses universos e sem um especial interesse desenvolvido na área, é natural que Fátima tivesse mais que fazer do que pensar numa carreira política ou, simplesmente, militar num partido político.

A chave para a resolução do problema residia no namorado. Fátima mantém um relacionamento afectivo há 5 anos com este rapaz, o Jorge. Uns seis meses antes de Fátima se filiar, Jorge tinha dado o primeiro passo e passou a ser militante do PS, influenciando claramente a decisão da rapariga. É claro que Fátima foi atrás de Jorge, embora se tenha furtado a explicar as razões que, sem embargo, nos levantaram a suspeita: uma «ponte» profissional, um súbito interesse ideológico pelo PS ou, simplesmente, conseguir conciliar os interesses de Jorge com a sua própria gestão do tempo consagrado ao namoro. É natural que a militância exigisse mais tempo de Jorge, sobretudo em época de eleições; e esse distanciamento numa relação em que as partes vivem debaixo do mesmo tecto que os respectivos pais, determinasse a necessidade de Fátima acompanhar Jorge. Também é possível que o envolvimento das eleições atraíssem a rapariga ou, simplesmente, algum interesse utilitarista tenha mobilizado subitamente a sua atenção.

Certo é que, da conversa, ficou claro que a militância de Fátima não se deve à justificação ideológica nem foi para colaborar activamente com o partido que decidiu inscrever-se.

Jorge é, certamente, o motivo que justifica a militância de Fátima. Embora também seja devido a ele que ela vota regularmente, sempre que aos domingos a vai buscar para exercer esse direito, a verdade é que no plano do interesse e do conhecimento, pouco conseguiu acrescentar.

Não é obrigar, mas... Ele vai votar e depois vou eu ou vai ele mas... se calhar, digo sinceramente, se fosse sozinha a ir votar, se calhar não ia.

O conhecimento, ainda que muito fraco, que demonstra ter sobre actualidade, deve-o ao namorado e aos amigos do namorado porque da comunicação social, pouco retira. E do

partido, muito menos. Normalmente não procura informar-se nem se lhe vislumbra uma grande vontade em acompanhar temas de actualidade, episódios políticos ou medidas tomadas pelo governo. Em todo o caso, nota alguma evolução quanto ao interesse, em particular em alturas ou circunstâncias mais mediatizadas ou mais comentadas, como por exemplo, as épocas de eleições.

Se calhar, é mesmo por [?] em momentos desses. Se calhar, se tivesse mais tempo, se calhar até procurava. Mas não tenho tempo para procurar. É a realidade. Se calhar, procuro mais agora do que procurava há dois anos ou um ano e tal atrás... já há outras coisas que me despertam mais a atenção.

O nível de conhecimento é aqui posto à prova quando associado ao nível de integração. Como vimos, apesar de militante, Fátima não se identifica verdadeiramente com o partido, com a sua ideologia ou com os conteúdos programáticos e essa curiosa desafeição constata-se mais uma vez quando lhe são colocadas questões acerca dos distintos partidos políticos que conhece em Portugal. Com respostas tiradas «a ferros», Fátima alerta de imediato para a circunstância de nada ou pouco saber sobre política, procurando-se desculpar com a falta de interesse. Consegue, por exemplo, identificar o líder do Bloco de Esquerda mas, enquanto militante do PS, não consegue dizer se concorda com o actual governo ou não. E quando lhe perguntamos sobre o seu próprio partido, a resposta é conclusiva.

Eu sou muito sincera, muito sincera. Muito básico mesmo, é o que eu sei sobre partidos (...) É a realidade.

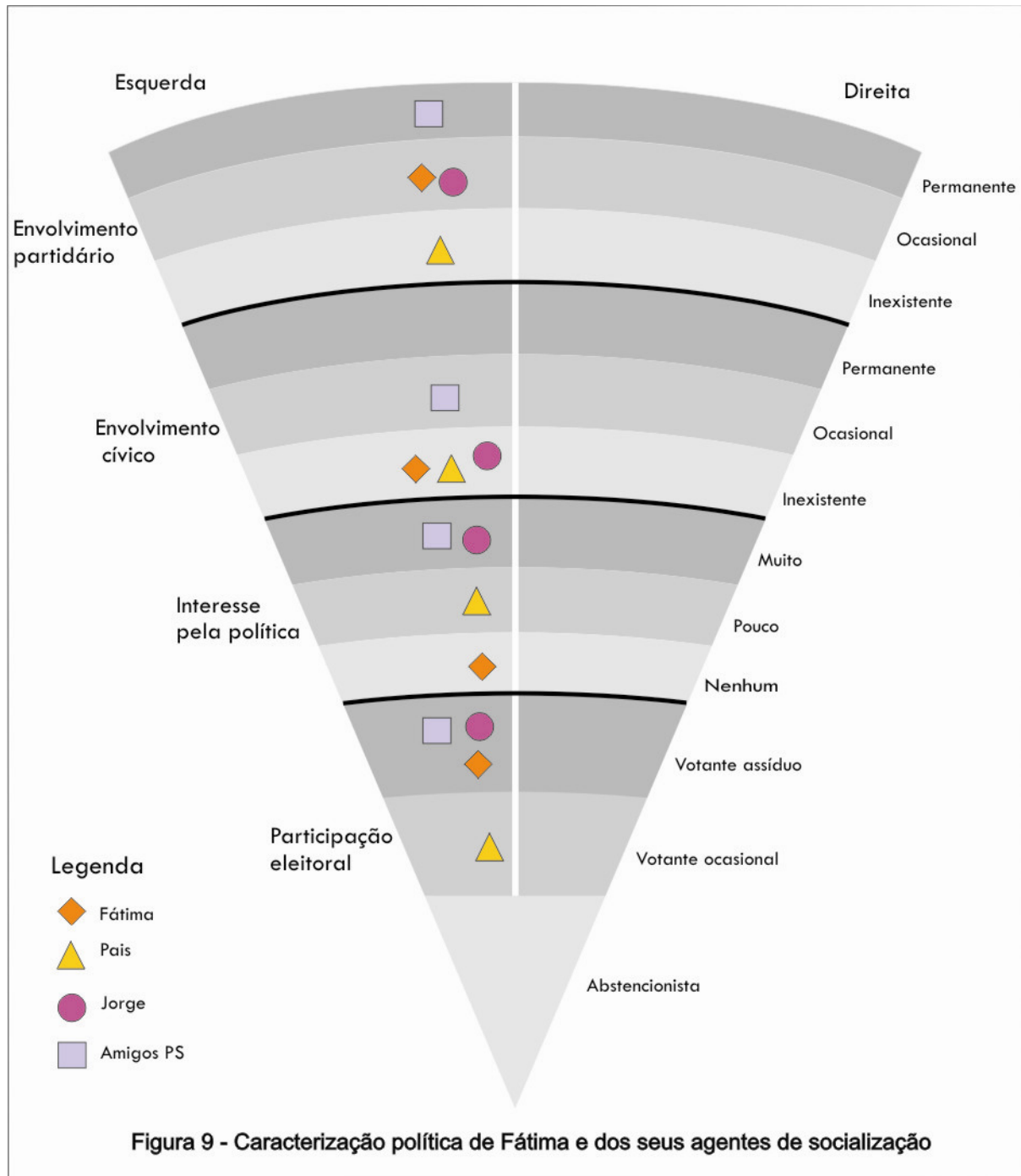
Essa falta de entendimento é extensível ao próprio desnorde que manifesta ao não conseguir dar uma explicação clara sobre os motivos que a levaram a aderir ao PS e não a outra força política qualquer. Os que foram insinuados anteriormente remetem para as ideias que foram especuladas no decurso da entrevista e na sua posterior análise. E no final, acaba por reconhecer não estar segura porque apoia uns e não outros. Ainda insistimos em perguntar se sentia maior proximidade com o PS mas, mais uma vez, a resposta foi elucidativa, ao rematar no final com um dúbio «não sei».

Desde que sou militante... por exemplo, quando houve eleições, eu apoiava na altura... foi o Mário Soares (...) porque, é assim, defendi... defendi, quer dizer [?] Se calhar, em relação ao PSD e à CDU, se calhar, não ia para lá, né? Mas, se calhar, pensava [um pouco melhor]. Não sei...

Esse aspecto é ainda corroborado quando se pronuncia acerca dos executivos do PS no governo e na Câmara Municipal de Évora, sobre os quais não se sente apta para emitir uma opinião. E, com efeito, ao longo da entrevista fica-se com a sensação de não haver nenhuma ou quase nenhuma identificação partidária com o partido em que milita. Quando confrontada com realizações ou acusações ao partido veiculadas pela comunicação social, a sua postura indiferente não lhe motiva qualquer defesa ao PS ou ao Presidente da Câmara.

No mesmo sentido e demonstrando que o discurso político favorecido pela integração política num partido nunca está presente nas suas opiniões, quando tece comentários acerca de um qualquer aspecto com o qual tenha sido confrontada, nem utiliza uma linguagem mais politizada nem se escuda no espírito de corpo que o sentimento de pertença provocaria em militantes que sentissem em causa a integridade do partido. Nessas ocasiões, fala em nome individual e numa perspectiva sempre desligada, como se nem ela nem o namorado fossem filiados num partido político. Ao contrário, após uma breve troca de impressões com o namorado - que entretanto entrara na sala - percebeu-se de imediato que a atitude de defesa do partido e a generalização à primeira pessoa do plural das suas opiniões pessoais era em tudo contrastante com a de Fátima, permitindo-nos confirmar as suspeitas levantadas a propósito da sua filiação no PS.

7.6.3. Representação das características políticas de Fátima e dos seus principais agentes de socialização



A «dimensão política» de Fátima é em tudo contrastante com as suas responsabilidades de militante, aproximando-se mais da «dimensão política» dos pais. Ao

contrário de outros indivíduos que, não obstante o distanciamento familiar com o universo político, revelam um enorme interesse por essa dimensão (como é o caso de Basílio, já aqui tratado), o envolvimento militante de Fátima é francamente circunstancial, levando-nos a questionar sobre qual seria o seu posicionamento efectivo no diagrama representado na fig. 9, se o namorado fosse social-democrata ou comunista: é o namorado quem a instiga a votar, foi o namorado quem a levou à militância e é o namorado quem lhe diz em quem votar.

De facto, do ponto de vista formal, Fátima age de forma muito semelhante ao seu namorado ou ao grupo de amigos militantes no PS: é militante do mesmo partido e vota em todas as eleições. Porém, do ponto de vista psicológico, as suas atitudes parecem muito mais próximas das atribuídas aos pais: só vota porque Jorge a «obriga», não se interessa minimamente por assuntos políticos nem está a par deles, só aderiu ao PS porque Jorge decidiu dar esse passo.

Contudo, apesar das semelhanças que a aproximam do padrão comportamental dos pais, é Jorge quem aparenta ditar o seu comportamento político. A excepção desta convergência com Jorge verifica-se justamente ao nível do interesse pela política, dimensão que se caracteriza por um grande desfasamento entre Fátima e o seu agente socializador [político] de referência.

7.7. Os rituais festivos e os direitos laborais de Gisela

7.7.1. Caracterização geral

Nasceu e cresceu em Évora no seio de uma família tradicional, católica, sendo a mais nova de quatro irmãos. A diferença de idades nunca lhe permitiu relacionar-se muito com os irmãos. No entanto, foi com alguns deles que conheceu uma associação e o espírito das causas. Relacionados com a Liga de Protecção da Natureza, foi através dos irmãos que, adolescente, tomou contacto com a defesa ambiental e com o voluntariado. Esse espírito mantém-se.

Quando Gisela concluiu o 9º ano e decidiu pôr termo aos estudos, estava longe de prever que aos 26 anos dependeria tanto dos pais como quando era adolescente. A mãe, assistente de acção educativa, conseguiu arranjar-lhe um *part time* na escola onde trabalha, a dar apoio como auxiliar aos alunos do ensino especial. Um trabalho exigente mas ao seu gosto. Porém, as escassas horas de trabalho e a inexistência de qualquer vínculo ao Ministério da Educação não são definitivamente compensados pelos 74 euros mensais que leva para casa, valor muito aquém da prestação de 185 euros que tem todos os meses com um carro. Distantes vão os tempos em trabalhava numa equipa de gerência na Telepizza. Mas, como diz, “não dava para mandar” e uma depressão precipitou as coisas.

Como é natural, hoje a sua principal preocupação é arranjar emprego e os seus esforços e revoltas orientam-se em função dessa necessidade. Neste como em outros casos, há uma notória hierarquização de necessidades não satisfeitas. E é quando esta satisfação mais depende de terceiros – como os políticos e os governos – que se dispensa mais atenção aos elementos que supostamente contrariam a sua plena pessoal e profissional. A teoria dos ciclos de vida e das responsabilidades assumidas com a idade desempenha aqui um papel fundamental: em circunstâncias normais da actualidade portuguesa, um aluno universitário não tem outras responsabilidades senão o seu próprio desempenho escolar, sobre o qual deve prestar contas a si próprio e perante os pais que o financiam (o seu «governo»).

À medida que se entra na vida adulta e nas incidências que acarreta, as responsabilidades aumentam forçando uma maior interacção do indivíduo com as instituições políticas, administrativas e sociais. São então canalizadas energias em função de preocupações e problemas, dispostos numa ordem de prioridades para resolver. O interesse

em assuntos relativos a emprego e a saúde são naturalmente prioritários em Gisela: o seu bem-estar imediato passa por estas duas dimensões. O Serviço Nacional de Saúde, porque tem implicações enormes na sua auto-estima e na saúde de uma jovem adulta sujeita recentemente à colocação de uma banda gástrica. Em contrapartida, o emprego significa a garantia de uma autonomia reivindicada.

7.7.2. Caracterização política

Ironicamente, as preocupações que tem hoje relativamente à procura de emprego são semelhantes às que lhe tomavam a alma de assalto quando tinha 18 anos e se dispôs a iniciar a sua vida laboral. Nessa altura, os receios que tinha acerca de entidades patronais potencialmente desrespeitadoras de direitos laborais contribuiu para que se filiasse na JCP, a estrutura juvenil de um partido que já lhe era familiar pela proximidade da tia materna.

Na altura, eu comecei a trabalhar muito cedo, com 17 anos comecei logo a trabalhar. Desisti da escola. Então, a ver que realmente eles [PCP] puxavam para ajudar, ajudar-nos a encontrar emprego e a lutar para não sermos enganados. Portanto, essa parte também... sempre foi, sempre me ajudaram muito... sei lá, outras coisas... essa da união... é... não ligar a certas coisas mais banais mas sim... Não! Os outros partidos têm mais aquela do poder, do «posso e mando e quero», portanto, mais... como têm mais poder, não sei, preocupam-se com coisas que não têm tanta importância. Mesmo na cultura, eles [os do PCP] gostam de ler (...) Não sei, não sei explicar... é a ideia que eu... sei lá.

A expectativa de ver os seus direitos salvaguardados com a ajuda do partido foi determinante. Porém, a sua adesão tem outros contornos. Há duas características em Gisela que merecem ser destacadas. Por um lado, o sentido de solidariedade e voluntarismo que a levava a ajudar os irmãos mais velhos nas suas aventuras associativas, que a colocava na linha da frente sempre que era chamada a realizar actividades na JCP, nos escuteiros ou agora, no voluntariado que desenvolve no hospital. Por outro lado, esse sentido de segurança e protecção que lhe dá a integração num colectivo. Apesar disso, a segurança e a solidariedade não foram os únicos factores que ajudaram a despoletar a militância.

Após cerca de 8 anos na JCP, decidiu suspender a sua militância há um ano atrás porque entrou na fase em que deveria transitar para o PCP, propriamente dito. Esta importante decisão em suspender a sua actividade foi determinada pelo facto de estar saturada de ver sempre os mesmos a trabalhar e por sentir que, na sua opinião, ou transitavam todos ou nenhum. «Todos», são os amigos com quem começou a caminhada, atitude que reforça esse sentido de colectivo.

A gente, no partido, tínhamos sempre... éramos sempre os mesmos, éramos sempre as mesmas pessoas. Então, às tantas, desmotiva uma pessoa. Antes, somos sempre nós a fazer as coisas, sempre nós a puxar por tudo e então, percebi que também não era assim muito activa. Mas nas coisas, nas actividades todas, ia sempre (...) E... depois os outros não estavam e... se isto é para irmos todos, ou vai todos ou não vai nenhum.

Outro aspecto distintivo de Gisela é o gosto pela festa popular porque, como ela própria admite, nunca foi uma daquelas comunistas que sabiam de «trás para a frente os estatutos do partido» como muitos dos camaradas de partido. A sua colaboração sempre foi mais manual e presencial, pois nunca se sentiu com competência para intervir perante uma plateia, apesar de ainda ter pertencido a comissões regionais da JCP. Ora, as actividades da JCP consistiam muito em organização de festas e de eventos e foi precisamente esta vertente do partido que mais a atraiu.

Em primeiro lugar, porque a sua tia materna, simpatizante do partido comunista, exerceu uma profunda influência sobre Gisela. Foi com esta tia que experimentou as primeiras saídas nocturnas, as quais acabavam frequentemente em ambientes politicamente marcados pelo Partido Comunista. Foi também esta tia quem a levou à Festa do Avante e quem lhe dava conselhos sobre o trabalho, direitos dos trabalhadores e outros aspectos da vida. Desses alertas resultou a decisão final em aderir à JCP.

A minha tia sempre foi assim... de esquerda. E ia ao 25 de Abril, aos primeiros de Maio. Ia assim a essas festas todas e levava-me com ela. A partir daí comecei a ter assim aquele gosto de ir com ela. (...) Falava muito com a minha tia, a minha tia explicava, sempre explicou tudo, sempre... como ela é mais nova, tem 40 anos, 38, sempre foi aquela coisa com os sobrinhos, pronto, está ali, vai com a gente para a discoteca, e vai connosco e vai explicando. À medida que vais entrando para o trabalho, ela explica-te, vai-te explicando «olha, tens que... não te deixes... fazer assim, faz assado, há aquelas regras que tens que cumprir». Pronto, e ela foi-me incutindo essas coisas que... Ela sempre foi muito sindicalista.

Em segundo lugar, Gisela tinha vários amigos que, por uma razão ou por outra, também se sentiam próximos dos ideais comunistas. Começaram por frequentar algumas festas, a colaborar em algumas actividades e, no momento seguinte, eram todos militantes.

À segunda vez que eu fui assim a um café concerto, inscrevi-me. À primeira não me inscrevi, andava a ver, eles disseram: «vá, anda lá ver». Aquilo até tinha um debate, a gente estávamos ali e depois tinha um espectáculo. Fiquei interessada, depois eles mandaram-me uns folhetos, eu comecei a ler – também gostava de saber, née – comecei a ler, comecei a ver que realmente era coisas que eu gostava e... a favor do que eu penso e... fiquei. Depois, à segunda vez que lá fui... eles também sempre explicavam, íamos para o café, eu perguntava e eles explicavam e foi andando assim, até que, ao segundo concerto... depois aquilo era logo ali ao pé da Festa do Avante, eu inscrevi-me para... para o partido, fui à Festa do Avante e aquilo (...) foi fluindo.

Para além disso, Gisela também reconhece a influência de uma prima e do marido, ambos militantes «ferrenhos», com os quais sempre sentiu uma grande afinidade. Mas se este ambiente fora de casa era extraordinariamente aberto, festivo e esquerdista, já em casa as coisas foram sempre diferentes neste capítulo da política, assumida claramente como um tabu. Os pais nunca foram muito de se manifestar mas Gisela só veio a compreender algumas atitudes conservadoras e pouco dialogantes do pai, quando decidiu filiar-se na JCP. O entusiasmo com que aderiu à causa motivou uma intervenção surpreendente da mãe que, em segredo, lhe revelou que o pai, hoje motorista no Estado, tinha sido funcionário da PIDE. Gisela não queria acreditar. Hoje, desconhece se o pai tem conhecimento dessa confidência da mãe. Por isso, nunca toca em assuntos de política que motivem reacções emotivas da parte do pai, que responsabiliza naturalmente os comunistas pelo sofrimento que sofreu e que, indirectamente, infligiu à família.

Porque o meu pai... primeiro, o meu pai... o meu pai foi... isto é complicado... o meu pai foi antigo... trabalhava em Lisboa e na altura, pronto... pediram-lhe para ir trabalhar para o aeroporto... pela PIDE. Portanto, ele nem estava dentro do esquema, queria ganhar dinheiro... Ele nem sabia bem o que é que era e entrou para a PIDE. Quando rebentou o 25 de Abril, ele viu-se aflito com a situação – ele estava no aeroporto a pedir só os passaportes – e quando rebentou o 25 de Abril, ele entrou em pânico e foi-se oferecer à polícia porque não...

não tinha nada a ver com aquilo e queria... pronto, não queria ir por água abaixo. No entanto, ele foi lá, insistiu, eles mandaram-no embora para casa. Ele foi lá, insistiu e ficou preso durante dois anos. Sem nunca ver nada, sem nunca ter nada, mas... para ficar bem com ele próprio, ficou...

Com o marido na prisão durante dois anos e com dois filhos pequenos na altura, a mãe de Gisela enfrentou naturalmente sérias dificuldades, deixando antever que a alegria pelas escolhas políticas da filha não seria coisa óbvia. Hoje, a política resume-se a comentários pontuais a uma medida do governo ou qualquer outro assunto mediatizado pelos *media* pelo que, como se disse, nunca foram de debater assuntos políticos em casa. Essa atitude algo distante é corroborada por Gisela pois, em bom rigor, só se começou a interessar por política quando entrou para a JCP, admite. Até aí, eram as festas com a tia e todo aquele envolvimento mas nada que lhe motivasse especiais considerações. Esta informação funciona como uma possível explicação da festividade, associada aos sentidos voluntarista e colectivo, enquanto grande causadora da adesão à JCP. E não é de estranhar que se verifique uma reprodução de modelos de comportamento porque, sem nunca ter sido militante, a tia materna sempre se interessou muito pelos eventos, comemorações e festas organizados pelos comunistas, levando a sobrinha tantas vezes a recolher essas experiências. Frequentando aqueles meios e com amigos militantes, é natural que as suas convicções políticas convergissem inequivocamente com o comunismo.

Como se disse, Gisela nunca se sentiu vocacionada para a política em si nem exprime conhecimentos distintos sobre ideologias, partidos, sistemas políticos ou eleitorais. Depois de tantos anos na JCP demonstra ter alguns conhecimentos mas que estão mais ao nível das suas experiências pessoais do que ao nível da teoria pura. Tanto mais que, quando chamada a pronunciar-se sobre as diferenças entre esquerda e direita centra a base da apreciação, não em ideologias mas em representações mentais, em imagens pré-definidas e não sujeitas a um exame crítico: «esquerda é bom», «direita é mau». Refere que tem amigos que supostamente levaram uma «lavagem cerebral» mas é incapaz de detectar uma pretensa «lavagem» a que ela própria foi sujeita quando faz este tipo de apreciação, com base numa dicotomia eminentemente moral (juízos morais). A integração política e a socialização que lhe subjaz (pela tia, pelos amigos, pela prima), neste caso de índole comunista, não encontra resistência ou contraditório precisamente pela ausência de um contra-peso, que poderia ter

sido colocado pela escola, pelo aprofundamento do estudo teórico, pelas opções políticas do pai (se este não optasse pelo silêncio) ou por outras pessoas.

Com efeito, as ideias preconcebidas ou preconceitos observados no seu discurso são de tal ordem manifestos que não hesita em generalizar a caracterização que faz da base social de apoio da direita.

Eles são mais individuais, cada um por si... e toca a andar. E a gente não, a gente luta ali todos e faz as coisas e estamos ali na rua a gritar e a... coiso... e eles não. Eles estão muito mais... tenho a expressão debaixo da língua e não sou capaz... são mais... egoístas (...) como já nasceram quase em berços de ouro, a maior parte deles, e nunca tiveram dificuldades a nível de trabalho, ou entrar para uma universidade ou, o que quer que seja, eles não sabem das dificuldades que têm e este... e o meu partido, como a maior parte deles são funcionários ali de... do mais baixo, ali até ao médio, dão mais valor ao que se ganha, ali ao esforço que fazemos para atingir aquele objectivo. E eles, não. Não sabem. Estão é a aumentar preços, aumentar tudo. Eles estão lá, não lhes faz falta.

No mesmo sentido, as suas referências políticas são algo díspares mas evidenciam outra característica de Gisela, já abordada indirectamente: a popularidade e simplicidade das pessoas. Se, por um lado, não hesita em referir nomes como Jerónimo de Sousa e Carlos Carvalhas porque são pessoas acessíveis, por outro, não tem pejo em confessar a sua simpatia por... Alberto João Jardim.

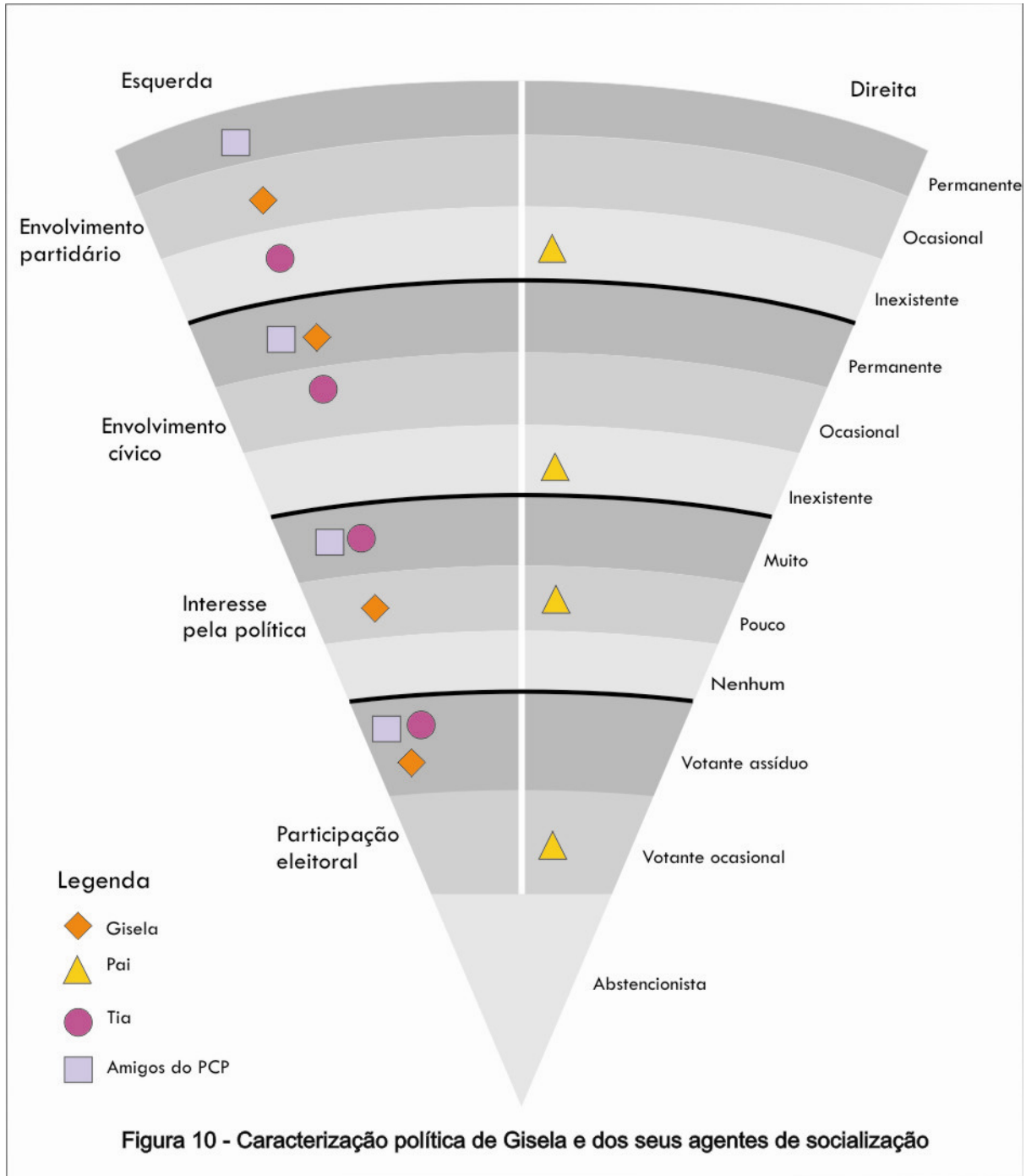
Gosto deles os dois. Já os conheci pessoalmente e, pronto, convivi com eles e achei-os pessoas calmas, simpáticas... ali... estão ali muito bem e falam com quem tenham que falar e... estão ali... [descontraídos] (...) [Alberto João Jardim] porque é... entra mais dentro de... é o mais corriqueiro, lá está: vai às pessoas, brinca com as pessoas, está ali, embora também tenha coisas que eu também não gosto mas...

Contudo, esta falta de coerência ideológica nas atitudes não tem paralelo ao nível dos comportamentos eleitorais de Gisela. Eleitora assídua, Gisela vota sempre no PCP, demonstrando inequivocamente a sua grande identificação partidária ao contrário da ideológica. Para além desse tipo de participação, sempre se envolveu no trabalho

associativo, bem como em greves e manifestações, normalmente convocadas pelo PCP ou por plataformas de esquerda em que o PCP se envolvia.

Por via do sentimento de pertença, pelas impressões que troca com amigos e blogues destes que consulta (desde que colocou a banda gástrica e por motivos alimentares, deixou de ver os telejornais), a sua avaliação ao governo, câmara e instituições públicas é naturalmente negativa, parecendo reproduzir mais informação do que aquela que produz.

7.7.3. Representação das características políticas de Gisela e dos seus principais agentes de socialização



A fig. 10 permite-nos visualizar a extraordinária diversidade de orientações políticas das pessoas com quem Gisela se relaciona ao longo da vida e que, de uma forma ou de outra, lhe transmitiram referências, conhecimentos e práticas.

A proximidade ideológica e militante com um grupo de amigos militantes (no qual se inclui uma prima) indiciam uma forte componente de integração política, testemunhada pela militância num partido de grande intensidade de acção como o PCP. Porém, a grande referência de Gisela é indubitavelmente a tia materna, a qual lhe deu pistas sobre como zelar pelos seus direitos e a iniciou no universo relacional comunista, apesar de essa tia nunca se ter filiado no PCP. Não sendo explícita a clivagem intergeracional em virtude da juventude da tia (apenas alguns anos mais velha), certo é que se denota uma certa cultura de oposição à cultura dominante, expressa em termos geracionais pelo permanente antagonismo com o pai e, em termos de classe, pelo antagonismo sentido pelos «de nariz empinado» e pela direita.

O diagrama representado na fig. 10 indica uma grande proximidade nos planos da ideologia, participação eleitoral, envolvimento partidário e envolvimento político com os amigos da JCP. Porém, em nosso entender, a circunstância de a tia nunca ter sido militante não lhe retira a maior parcela de protagonismo na formação cívica e política de Gisela porque, de facto, como ela faz questão de sublinhar, quem a levou para o meio foi a tia e foi ela também quem lhe transmitiu os ideais comunistas.

7.8. Aos cinco anos já Hélder agitava as bandeiras nos comícios da avó

7.8.1. Caracterização geral

É difícil distinguir onde começa e onde termina a política na vida de Hélder porque, efectivamente, o mundo dos partidos políticos acompanhou-o permanentemente desde tenra idade.

Aos 29 anos, Hélder é funcionário do PCP. Após um trajecto na JCP a acumular cargos na organização juvenil do Partido Comunista, cuja intensidade e inúmeras exigências determinaram um atraso significativo nos estudos (tem o 12º ano de escolaridade por concluir) acabaria por ingressar como funcionário no partido há cerca de dois anos atrás, para fazer aquilo que mais gosta: a defesa dos direitos consagrados pelo 25 de Abril e a luta contra as injustiças perpetradas pelos partidos de direita.

Este discurso é, de facto, recorrente. E facilmente se chega à conclusão de que as raízes desta profunda integração remontam à sua infância. Aos cinco anos de idade já acompanhava a avó nos comícios, agitava bandeiras e sentia o frenesim das campanhas eleitorais. A avó, eleita pela CDU numa junta de freguesia rural situada num concelho confinante com o de Évora, foi uma das primeiras mulheres do país a afirmar plenamente a sua autonomia política e os novos direitos que a democracia lhe proporcionava. Uma mulher de armas cuja motivação e convicções terá «transferido» para a filha.

7.8.2. Caracterização política

Foi na universidade que o pai de Hélder conheceu aquela que seria a sua camarada para a vida e, fosse por que motivo fosse, certo é que naqueles tempos quentes pós-revolucionários, acabaram ambos por se filiar na UDP. Militantes fervorosos durante algum tempo, acabariam mais tarde por tomar a decisão de se afastar da colaboração activa quando vieram os filhos, só a retomando quando Hélder e a irmã já não precisavam de atenção permanente. Depois desse interregno, a UDP deu lugar ao PCP. Hoje, o pai de Hélder eleito na Assembleia Municipal de Évora pela CDU.

Os meus pais começaram com... o percurso dos meus pais, os meus pais estavam, portanto, a seguir ao 25 de Abril, estavam ligados à UDP – União Democrática Popular – depois, portanto, andaram sempre envolvidos, mais ou menos envolvidos politicamente. Quando a gente nasceu – eu e a minha irmã – assumiram claramente um corte de afastamento – afastamento militante, atenção! (...) Depois a gente foi, foi crescendo, née, e, e... o meu pai retomou a militância muito mais activa: hoje é eleito, é o chefe da bancada da CDU na Assembleia Municipal de Évora. E a minha avó era Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz.

Ao recordar estes aspectos da sua vida, Hélder não esconde o profundo orgulho que tem na sua família e na educação que teve, considerando-a exemplar porque os pais procuraram sempre dar-lhe o máximo de informação que interessa. A este respeito justifica o cancelamento da militância dos pais pela preocupação que sempre expressaram em ter tempo para os filhos e transmitir-lhes a sua forma de ver o mundo a qual passa, na sua opinião, pelo “exercício das ideias” e pela responsabilização que, por exemplo, não identifica em alguns camaradas de partido. Quanto à transmissão de ideais e modelos de comportamento, não sobram grandes dúvidas acerca da influência dos pais, a qual é positivamente reconhecida por Hélder. Como ele próprio admite, quem vive naqueles meios é necessariamente influenciado por uma determinada matriz de pensamento. Ele não seria obviamente uma excepção.

Profundamente identificado com a ideologia marxista, a sua vida parece andar à volta da política quase como se dela dependesse para viver. A própria participação num teatro amador de uma colectividade ideologicamente conotada, de raiz operária, cujo presidente da direcção é o próprio pai, assim como o facto de os amigos serem fundamentalmente militantes, deixam antever uma vida profundamente consagrada à causa que, de resto, começou muito cedo. Aos 16 anos, tomou a iniciativa de se dirigir à barraca do PCP na Feira de S. João, formalizando a sua adesão nessa ocasião. Provavelmente perante pessoas conhecidas há muito tempo, uns amigos e outros colegas dos pais. Mas três anos antes, já dava a cara numa lista para a associação de estudantes, na qual haveria de permanecer durante 6 anos. Sem a colaboração formal do PCP, reconhece que já nessa altura o apoio tácito do partido era manifesto e os elementos da direcção não escondiam o diapasão por que se guiavam. Não obstante esta precocidade, teremos que remontar ainda um ano e concentrarmo-nos nos seus 12 anos de idade para perceber, no meio deste percurso de vida tão marcado pela intervenção cívica e política, onde começa realmente o seu envolvimento formal.

A origem está localizada a milhares de quilómetros de distância e foi despoletada por um acontecimento trágico ocorrido no cemitério de Santa Cruz, em Dili, capital de Timor-leste, então ocupado pela Indonésia. E, como não podia deixar de ser, o PCP surge como a força política de referência na defesa dos direitos humanos, logo, um factor adicional à formação de uma identificação com esse partido que já vinha da convivência familiar.

Eu comecei a trabalhar nestas áreas, nestas coisas ligadas ao associativismo e à participação cívica quando tinha 12 anos, com o movimento Évora Por Timor, que foi um movimento importantíssimo, mesmo importantíssimo em Évora. Foi um movimento em Évora, para já, um movimento em Évora, decisivo, no quadro da ligação às pessoas e de levar às pessoas o que é que era a questão de Timor e sempre, logicamente com a perspectiva da luta, da autodeterminação do povo timorense, née (...) o único partido, durante a invasão de Timor pela Indonésia, que em Portugal, afirma praticamente imediatamente a independência de Timor... e... se opõe à invasão, é o PCP (...) Timor hoje é independente. E logicamente, politicamente, precisamente isso marcou pela persistência. Portanto, com quem persiste, com quem não desiste, née? Fundamentalmente, acho que é por aí.

A identificação com o partido e o sentimento de pertença são de tal forma evidentes que seria aqui trivial referir que nunca votou em outro partido que não no PCP. Com efeito, a sua personalidade confunde-se muitas vezes com as prerrogativas e as posições do PCP, reproduzindo lealmente as orientações do partido. É quase como se Hélder fosse o predicado do sujeito PCP ou, de outro modo, como se fosse um braço de um imenso corpo. Essa atitude é observável frequentemente, seja na legitimidade do partido para reivindicar um papel central na autodeterminação de Timor-Leste, seja, por exemplo, na acusação propagandística e de manipulação que faz à maioria dos órgãos de comunicação social, contrapondo com a legitimidade ideológica que tem o jornal O Avante. Ao assumir-se como uma publicação partidária, O Avante distingue-se de todos os outros por duas grandes razões: porque assume claramente a condição de porta-voz oficial de um partido e porque a sua credibilidade lhe vem da verdade dos seus conteúdos, ao contrário de outros órgãos de comunicação social, dissimulados e ao serviço de interesses específicos.

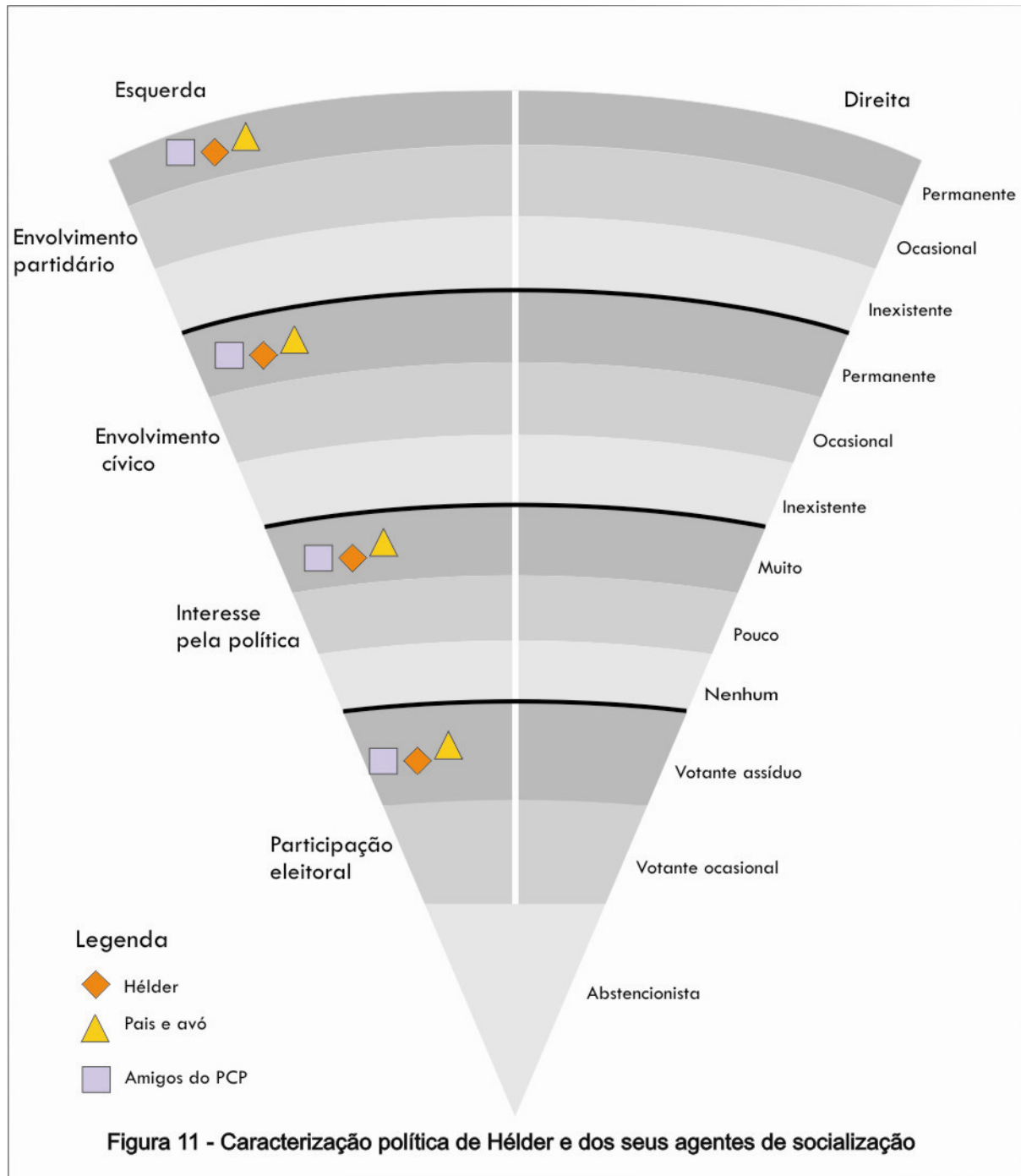
Quando ligo a televisão e ligo o telejornal – da SIC ou da TVI ou do Canal 1 – eu sei que tenho que ter obrigatoriamente «n» filtros. Sei que aquilo não é informação clara (...) Sei que a informação que nos dão é parcial! E toda ela, parcial! Leio o Público, o Canal 1, a SIC, a TVI, leio o Avante. Só que, lá está, o Avante ao militante... a gente chama órgão central do PCP... A televisão, o Canal 1, não chama órgão central do governo ou do Estado; a SIC, não lhe chamam órgão central do Belmiro de Azevedo mas quem é que é o presidente? É o Belmiro de Azevedo... E depois, têm um discurso que aquilo... «somos todos imparciais», quando no fundo, isto também é mentira que repetida muitas vezes passa a verdade. E a gente precisa desses filtros e só com a leitura e com o estudo é que a gente consegue sacar a verdade.

E a verdade é insofismável, indignando-o profundamente a constatação dos manuais escolares integrarem na mesma categoria de regimes totalitários, o regime soviético e o regime nazi. Este atentado inaceitável merece de Hélder um repúdio veemente, levando-o a justificar esse repúdio com a natureza distinta de cada um dos regimes citados: “*um é um movimento libertador... outro é de... é de chacina, é de repressão*”.

Claro que, em matéria de conhecimento acerca do funcionamento do sistema político em Portugal, Hélder mostra-se bastante competente, habilitando-o a tecer duras críticas à forma como são desenvolvidas as políticas públicas em Portugal. São estas políticas que degradam a relação do eleitorado com o Estado, assim como o clima de suspeição e

incompetência que gira em torno da Administração Pública, na qual Hélder deposita toda a sua confiança. Nem podia ser doutro modo porque, na realidade, todos estes ataques aos funcionários públicos apenas servem para colocar portugueses contra portugueses e desviar a atenção dos verdadeiros assuntos. Por isso, centra os seus ataques nos governos de direita que têm governado Portugal durante todos estes anos de democracia. Em contrapartida, uma das formas em que se tem empenhado para melhorar a democracia consiste na estimulação da participação cívica, quer no âmbito profissional quer do ponto de vista da militância, negando peremptoriamente que a participação eleitoral seja suficiente para manter uma democracia. Longe disso. Por essa razão, estimula e participa frequentemente em formas alternativas de participação, desde que enquadradas na acção do PCP.

7.8.3. Representação das características políticas de Hélder e dos seus principais agentes de socialização



Quanto à sua rede de relacionamentos políticos, Hélder constitui um caso paradigmático. Militante no PCP, filho e neto de militantes no mesmo partido, exhibe altos

níveis de integração política e, consecutivamente, de participação eleitoral. O alcance da socialização política no seio da família através da transmissão e assimilação de normas, valores e princípios é algo que não se discute e é antes de mais, elogiado pelo jovem.

Isso mesmo é confirmado pela alta concentração de elementos que representam a sua rede de sociabilidade política na fig. 11. Neste caso em concreto, a dificuldade em eleger um agente socializador de referência é acentuada porque tanto os pais como a avó e os amigos do partido exerceram certamente uma influência muito grande.

De qualquer forma, enquanto progenitores e educadores de referência em famílias nucleares, os pais de Hélder são seguramente quem acompanhou o seu crescimento mais de perto. Por via do maior envolvimento político do pai ao longo da vida, da partilha de actividades com este (entre as quais, o teatro amador) e o falecimento da mãe, o progenitor masculino afigura-se como um elemento determinante no processo de socialização política de Hélder.

7.9. A longa distância que separa a política da vida de Inês

7.9.1. Caracterização geral

Com dezanove anos e a frequentar um curso de Educação de Infância, Inês é uma estudante cuja única e ainda longínqua preocupação diz respeito a essa incógnita que tanto afecta os jovens de hoje, ou seja, o horizonte laboral para lá da conclusão dos seus estudos. Essa preocupação ainda distante mas latente é, de algum modo, expressa também na sua relação com a cidade, as pessoas e, de um modo geral, com a política. Não mostra interessar-se por matérias sobre as quais não sente ter competência para se pronunciar, mesmo que lhe possam dizer respeito no futuro. O facto de viver com os pais e estudar na mesma cidade conduz a que ainda nunca tenha passado por situações em que a sua autonomia é realmente posta à prova.

Católica não praticante, Inês é filha única de dois funcionários públicos regressados de uma das ex-colónias e, além de alguns interesses pouco explorados como o gosto pela fotografia, nunca se envolveu em outras actividades fossem muito além da frequência do ensino formal.

A juventude de Inês parece corresponder inteiramente ao seu percurso pessoal, o qual é pouco ou nada referenciado em virtude de uma timidez e de pouco à vontade para falar sobre assuntos tão distantes quanto o da política. Ainda assim, as recentes reformas empreendidas na administração pública suscitaram-lhe um vago interesse pelo assunto. Em causa está o emprego da mãe e a reforma do pai.

7.9.2. Caracterização política

Apesar de ter procedido ao recenseamento eleitoral, ainda nunca foi chamada a exercer um dos seus direitos políticos em eleições. Nunca teve essa experiência e, apesar de considerar a política e os governos uma dimensão importante da vida social, não se mostra particularmente entusiasmada com a hipótese de, em futuras eleições, vir a depositar o seu voto numa urna. Atribui importância à participação eleitoral, sobretudo por ser mulher, reconhecendo ter sido um direito tão árdua e tardiamente conquistado. No entanto, sente-se dividida perante o alcance que um único voto poderá ter no desfecho final de umas eleições.

Esta indefinição quanto ao alcance do voto parece colocar-se em virtude da fragilidade de interiorização de imperativos democráticos como a participação eleitoral mas, sobretudo, revela alguma descrença em Inês que se manifesta com relação à utilidade do voto. Perante milhões de votos, a sua dúvida coloca-se ao nível da importância que terá o seu, como que questionando-se sobre o que trará de novo à contagem.

É assim... acho que votar é importante e principalmente as mulheres deviam votar porque, com tanta luta que as mulheres tiveram para poder votar, acho que deviam votar, nem que seja em honra disso. Acho que tenciono votar. (...) Eu acho que é importante [votar], por um lado. Mas por outro lado, acho que... às vezes uma pessoa pensa: «não é um voto que vai alterar». Mas às vezes até vai alterar.

Sem nunca se ter manifestado interessada em política, os contactos com este mundo ao longo da sua vida foram também muito escassos. Em casa, os comentários sobre actualidade ou medidas dos governos sempre foram tratados com alguma distância e pouco destaque. O pai, branco nascido em África e a mãe, saída do Alentejo para viver durante algum tempo em Moçambique, regressaram a Portugal em 1975 com pouco mais do que a roupa que traziam vestida. Nos dois ou três anos seguintes, viveram num quarto alugado, esperando a melhor oportunidade para refazer a vida. Talvez por todas essas dificuldades e por as associarem a dinâmicas de esquerda, os pais de Inês expressam presumivelmente, segundo ela, alguma simpatia pela direita embora ela não saiba consubstanciar essa

preferência em partidos políticos. A causa deste desconhecimento tem que ver com o facto de Inês nunca ter prestado atenção e dos pais também nunca terem expressado especificamente a simpatia por algum partido político. Com efeito, a atribuição de preferências ideológicas dos pais por Inês decorre mais do tom crítico aos governos de esquerda e à autarquia, governada durante 25 anos pela CDU, do que pelo apoio declarado a algum partido político. Segundo a filha, antigamente votavam mais. A descrença e a suposta constatação de que os partidos “são todos iguais” têm afastado os pais que actualmente quando vão votar, fazem-no na opinião da filha, com pouca motivação porque “*acho que no olhar deles, não vai mudar nada, vai continuar tudo mal. Acho que é um bocado mais nessa base*”.

Se, no seio da família, a política nunca teve um especial tratamento, as referências políticas que incluem amigos, situações ou experiências que envolvessem objectos de natureza política resumem-se aos telejornais que acompanha por vezes com pouco interesse e a uma colega de turma no ensino secundário que se dizia militante da JCP. Porém, no entendimento de Inês, as intervenções da colega não faziam muito sentido por serem, na maior parte dos casos, contraditórias. Assim, os contactos com assuntos políticos sempre foram muito ténues, tal como o interesse que sente pela política. No entanto, recentes acontecimentos como a reformas da administração pública e da educação têm mobilizado um pouco mais a sua atenção porque lhe dizem directamente respeito: o pai é reformado da função pública, a mãe é funcionária pública e ela pertencerá, no futuro, aos quadros da docência.

Agora, há pouco tempo, é que estou mais atenta a isto. Por exemplo, agora com esta historia dos funcionários públicos. Como a minha mãe é funcionária pública, basicamente a partir daí é que tenho tomado mais atenção.

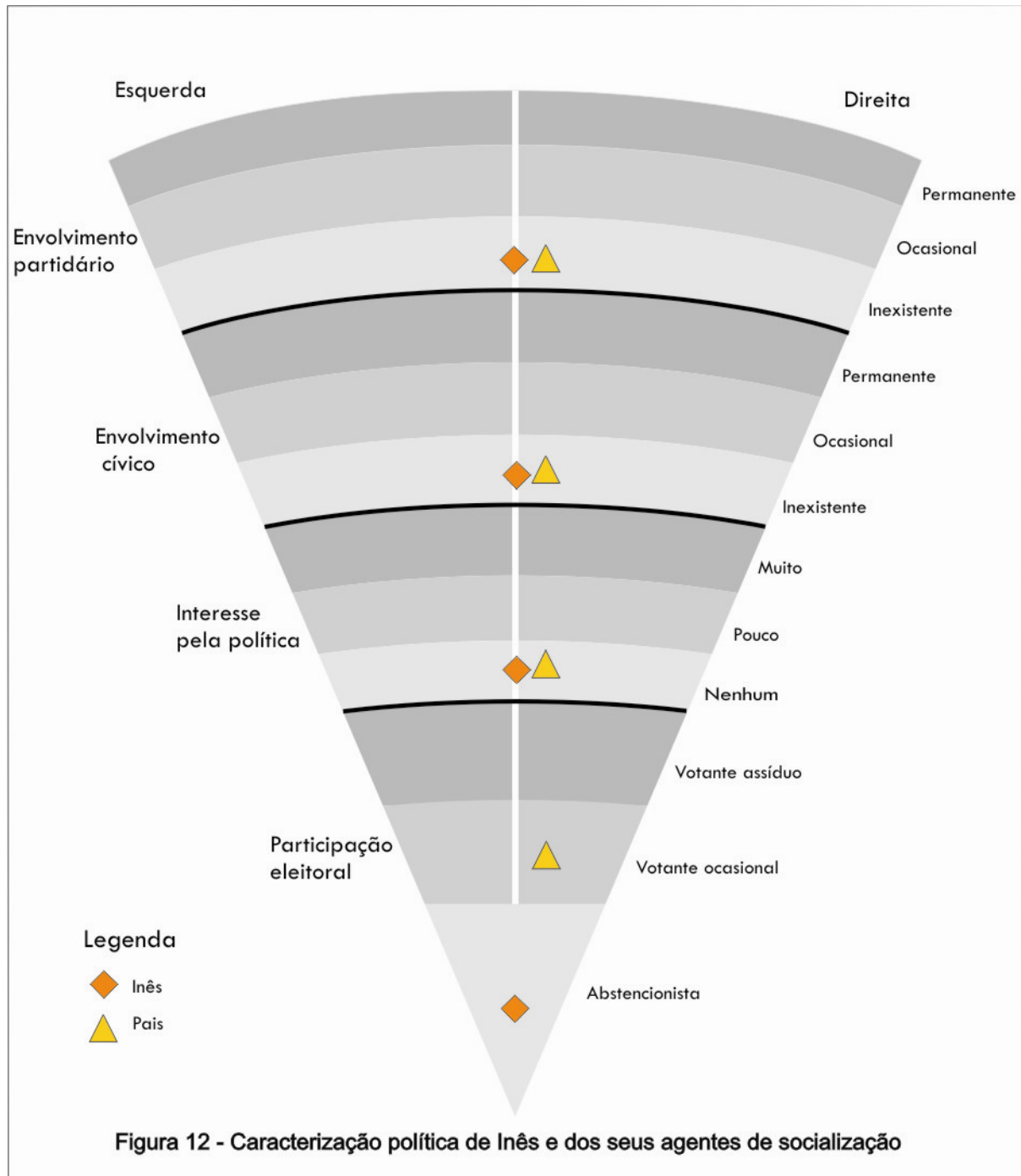
Por outro lado, revelando índices de conhecimento político muito básicos que de resto reconhece, ao ponto de perguntar se a esquerda «são os comunistas», Inês crê que a idade e as experiências de vida lhe têm induzido mais interesse pela política. A explicação para essa nova postura parece residir na constatação acerca das consequências práticas da política na sua vida.

Eu, para ser sincera... política é mesmo pouco (...) Os de esquerda são os comunistas, não é assim? E os de direita são os outros. Basicamente é mesmo isso. Sou mesmo inculta em política, admito... que sou (...) Acho que, à medida que vou crescendo, vou-me interessando mais porque vejo que é mais importante. Começo a dar mais atenção a essas coisas. Se calhar, há um ano ou dois anos atrás, não ligava mesmo nada e agora já vou ligando mais. A idade é outra. Já começamos a ver que essas coisas nos afectam mesmo a nós.

Esta dificuldade de pronunciamento sobre a política tem paralelo na opinião morna que tem acerca das instituições públicas e da satisfação quase neutral que expressa relativamente ao desempenho do governo e da Câmara Municipal de Évora.

Sem referências e alheada de um mundo que só agora sente começar a descobrir muito por força da responsabilização a que é sujeita, Inês demonstra claramente durante a entrevista que os seus interesses se passeiam nesta fase da sua vida, bem ao largo das preocupações com o défice, as grandes obras públicas ou a inflação.

7.9.3. Representação das características políticas de Inês e dos seus principais agentes de socialização



A falta de experiência atestada pela juventude de Inês e a ausência de referências políticas testemunham o pouco interesse pela política. Por não ter capacidade eleitoral

activa mas também por não se mostrar particularmente entusiasmada em vir a exercer o seu direito de voto no futuro, Inês é representada graficamente no patamar mais baixo de participação eleitoral. Devemos recordar que Inês continua a viver em casa dos pais e estes continuam a ser o elo de excelência entre ela e o mundo exterior, quer do ponto de vista das responsabilidades, quer do ponto de vista da autonomia. Nesses termos e conforme se observa no decurso da entrevista (com algum interesse pontual resultante de reformas ameaçadoras para o *status quo* profissional dos pais), nesta fase da sua vida os pais funcionam como elemento preponderante de socialização política. Ora, como ela própria indica, o interesse que eles próprios possuem é residual, talvez fruto de decepções sucessivas. Perante este quadro, as reservas que Inês apresenta relativamente ao seu futuro eleitoral são perfeitamente justificáveis.

Ideologicamente «neutra», Inês partilha com os pais o pouco interesse pela temática da política e o não envolvimento em estruturas partidárias, associativas, sindicais ou outras. Portanto, esta proximidade com o padrão atitudinal e comportamental dos pais indicia um relacionamento quase umbilical, no âmbito do qual a informação política circula de modo algo precário e esporádico.

7.10. A fonte de inspiração que representa Francisco Sá Carneiro para Júlio

7.10.1. Caracterização geral

Criado no seio de uma família conservadora da classe média, Júlio nasceu em Évora e, à semelhança de Hélder, é um jovem militante de um partido político com um alto grau de envolvimento. O pai era militar e a mãe consagrou o seu tempo à responsabilidade da gestão doméstica e à educação dos dois filhos. Essas referências, a proximidade da sua casa com a sede do PSD em Évora e o conservadorismo expresso por uma relação de também grande proximidade com a Igreja Católica, contribuíram para alimentar a predisposição de Júlio pela ideologia liberal.

A sua participação e envolvimento em actividades cívicas e outras tem a sua raiz no escutismo que praticou em miúdo e no grupo de jovens com enquadramento da Igreja. Participou num grupo de teatro amador na escola, tendo inclusive encenado uma peça de teatro, recentemente, em colaboração com um antigo professor.

Apesar disso, o percurso escolar durante o Ensino Secundário foi marcado por alguma indefinição vocacional, tendo regressado do 11º ano para o 10º ano, com o objectivo de integrar um curso técnico-profissional. Nesses termos, o Ensino Secundário seria concluído com o diploma de Técnico de Banca e Seguros. Posteriormente, candidatou-se à faculdade e entrou no curso de Gestão de Empresas na Universidade de Évora embora nunca tenha conseguido progredir satisfatoriamente.

Talvez tenha sido determinante a sua condição de trabalhador-estudante, iniciada no final do curso técnico-profissional. Com uma passagem pelo BES e três anos numa companhia de seguros, Júlio chegou até a integrar a equipa de comerciais das Pousadas de Portugal, porém, o mercado e a conjuntura menos favorável terão contribuído para a situação de desemprego em que se encontra. Hoje, aos vinte e oito anos, está sem emprego há quatro meses *“como milhares de jovens”*, sustenta. No entanto, a exteriorização das suas preocupações não se faz pela via das dificuldades e necessidades materiais, como se apressa a dizer (vive com os pais) mas sim pela ligação imediata que estabelece com os princípios ideológicos que defende e com a política, apelando para a justeza das preocupações manifestadas pelo seu partido nesta matéria. Remete o seu próprio caso para o universo de casos similares.

7.10.2. Caracterização política

Francisco de Sá Carneiro é um nome que vem constantemente à baila durante a conversa sempre que se fala de influências, estilos de actuação, avaliações de carácter, iniciativas e, até, de formas de estar na política. A referência política de Sá Carneiro é indisfarçável, revelando como o antigo primeiro-ministro e co-fundador do PSD funciona como modelo de comportamento a adoptar e reproduzir por Júlio na sua própria actividade política.

Se, por um lado, Sá Carneiro era presença assídua nas conversas de família, por outro lado, a circunstância de ter sido um dos fundadores do partido e um dos mais destacados militantes de sempre, é crucial para compreender como Júlio «cola» o seu próprio percurso e ambições políticas ao percurso de Sá Carneiro. Com efeito, não só destaca o facto de ter fundado a Distrital de Évora da JSD como lembra que se tornou o primeiro eleito na assembleia municipal a ser proveniente da JSD. E podemos confirmar esse respeito e admiração, tanto na escolha de datas simbólicas para desenvolver iniciativas à frente da JSD como na forma apaixonada como fala de Francisco Sá Carneiro. Torna-se quase um assunto místico: foi num dia 4 de Dezembro, data de aniversário do acidente em Camarate, que houve eleições para a Distrital da JSD; foi igualmente num 4 de Dezembro que Júlio, à frente da JSD, realizou uma homenagem a Sá Carneiro, no primeiro de muitos eventos que se esforçou por enfatizar, procurando sempre valorizar o seu trabalho à frente daquela estrutura juvenil.

A minha primeira actividade enquanto presidente da JSD foi fazer uma homenagem a Francisco Sá Carneiro no Palácio D. Manuel, no dia 4 de Dezembro, pelo aniversário da sua morte, em que convidamos uma série de oradores. E aquilo tinha um simbolismo particular. Foi a última vez que Sá Carneiro – pouca gente sabe isso – foi a última vez que Sá carneiro falou em público, foi no Palácio D. Manuel. Depois, recebeu um telefonema, foi para Setúbal apanhar o avião para o Porto e morreu. Apanhar o avião em Lisboa e morreu (...) [O Sr. Ramos, militante n.º 9 do PSD] conta histórias do olhar de Sá Carneiro, que era um olhar... eles costumam dizer: «com aquele olhar de raposa que ele tinha», que era inconfundível. Pronto, houve ali um elan e as pessoas ficaram logo... ou seja... a partir desse dia, dissemos: «por fim, conquistámos os mais velhos».

De resto, o trabalho que desenvolveu desde que entrou para a JSD torna-se um assunto que Júlio retoma de forma recorrente, esforçando-se por enfatizar os resultados, a dinâmica gerada e o espírito de missão com que abordou a presidência da JSD em Évora. É supostamente o reconhecimento desse trabalho que o conduziu à eleição para a Assembleia Municipal de Évora em 2005, órgão onde apenas dois militantes do PSD têm assento. Desde logo, por ter ficado posicionado nos lugares elegíveis da lista. Esse mesmo reconhecimento que o leva a acumular cargos regionais e nacionais dentro da estrutura do partido, como a recente nomeação para a JASD (Jovens Autarcas Sociais Democratas).

Quando peguei na jota, para além da divisão que havia no partido, que tinha sido perto das eleições, nós tínhamos dois autarcas da jota. E eu deixei a jota com nove autarcas. Foi um resultado histórico. Em trinta anos do partido, nunca tinha acontecido isso. Nunca uma pessoa da jota tinha estado na Assembleia Municipal. E eu pensei: «bom, fiz o meu melhor, nós fizemos o nosso melhor». (...) Neste momento sou conselheiro nacional da Juventude Social-democrata e vou ser nomeado (...) coordenador adjunto do JASD. O que é que é o JASD? São os jovens autarcas sociais-democratas. Para quê? O Pedro Rodrigues, que é o actual presidente da jota, pelo trabalho que eu desenvolvi em Évora, quer que, de alguma forma, transformá-lo a uma escala maior, do país.

Com todo este envolvimento, com toda esta energia empregue no partido, os estudos saíram algo beliscados apesar da entrada na JSD só se ter dado aos 18 anos de idade. E essa relação intensa com a política parece ter estado sempre presente na sua vida, quer nas referências políticas e impedimentos do pai a esse nível por motivos estatutários da sua profissão, quer no seu próprio percurso triunfante no domínio da política comparativamente às investidas infrutíferas da irmã. Desde logo, quando conseguiu alcançar algo que a irmã mais velha sempre almejou e que, por oposição do pai, nunca conseguiu: a adesão ao PSD.

Na altura [pós Sá Carneiro], para se ser filiada a partir dos 18 anos, tinha que haver autorização dos pais⁹³. O meu pai nunca autorizou que a minha irmã fosse militante do PSD. Eu vi também um pouco ali... uma barreira que consegui ultrapassar perfeitamente. Que hoje, a nível autárquico, sou extremamente respeitado, née, a nível de jota.

Mas essa barreira é extensível ao pai que por contrariedade profissional nunca se pôde filiar a não ser quando passou à situação de reforma. Não obstante a simpatia que o pai de Júlio nutria pelo PSD, a sua condição de militar não lhe permitia tomar partido por nenhuma força política e, em consequência, era-lhe vedada a colaboração com partidos políticos. Contudo, essa condicionante nunca constituiu impedimento para manifestar as suas opiniões no seio da família sobre os partidos, as políticas e os seus executantes.

Naturalmente, as primeiras referências de acerca de Sá Carneiro surgem de «ouvir o pai», a pessoa que terá exercido a maior influência em Júlio e quem lhe despertou interesse pelo mundo da política, como o próprio admite. Mas, independentemente dessa ligação afectiva com o PSD não estranha que, tratando-se de uma família tradicional, numa época ainda algo conturbada (meados da década de 80 do século XX), o pai de Júlio tivesse negado o envolvimento partidário da irmã. Em contrapartida, essa recusa em relação ao filho não é repetida porque quando Júlio decidiu unir-se ao partido há dez anos atrás, já tinha 18 anos de idade e, por essa razão, já não precisava de uma autorização expressa. E, apesar de os pais o tentarem dissuadir ainda hoje, certo é que, após a sua entrada na JSD e a reforma do pai, este aderiu também ao PSD disponibilizando-se inclusive para integrar listas em eleições autárquicas.

Antes de Júlio pensar em militar no PSD, já tinha tido uma experiência política ao se ter candidatado à Associação de Estudantes na Escola Secundária. Saiu derrotado dessa experiência, porém, como ele próprio sublinha, já nessa altura estava perfeitamente consciente acerca da sua inclinação ideológica. A justificação para a afinidade com o PSD prende-se, de acordo com a argumentação de Júlio, com motivos ideológicos que o levam a classificar o seu partido como um partido completo, um partido de síntese entre as várias sensibilidades.

⁹³ Neste caso, o entrevistado queria efectivamente dizer que, antes de atingir a maioridade, não era acessível aos cidadãos a adesão a partidos políticos, a não ser que devidamente autorizados pelos pais. Por lapso, referiu exactamente o contrário.

Eu acho que a matriz ideológica da social-democracia portuguesa é uma matriz ideológica completamente diferente da social-democracia concubina do norte da Europa. Eu costumo dizer que o PSD tem tudo... que caracteriza o PSD como um partido de centro-direita. Direita. Considero que tem tudo o que é de bom, de esquerda ou direita. Porquê? Tem a vertente social: da preocupação com os mais desfavorecidos para criar melhores condições de vida. E depois, têm aquela que, para mim – por vezes extremamente criticada mas é a minha opinião – tem aquela vertente conservadora dos valores da família... que eu acho... são, são... é a verdadeira marca da social-democracia. Além de que, não nos podemos esquecer, do liberalismo económico, que cativa o PSD e pronto, que existe em Portugal e que sempre foi assim. Não haviam aqueles condicionalismos que são muitas vezes mais apregoados pelos partidos de esquerda.

Mas essa explicação pode ser naturalmente reforçada por motivos afectivos transmitidos certamente pelo pai, pela proximidade com a sede do partido e as imensas aglomerações de gente em torno da sede de campanha das candidaturas de Aníbal Cavaco Silva, em que o cor-de-laranja, era naquelas alturas a cor dominante. Era Júlio um pré-adolescente por alturas da segunda maioria absoluta do PSD em 1991. A este respeito, é recorrente a expressão utilizada: «amor laranja». Uns anos mais tarde, é num desses dias em que a campanha eleitoral estava ao rubro, que Júlio decide ir à Sede do PSD, localizada nas proximidades da sua casa para oferecer os seus préstimos. Começou tudo aí: o nascimento de uma estrutura juvenil permanente da JSD em Évora e o percurso de sucessos e realizações que Júlio faz questão de promover.

E eu – estava a tirar a carta de condução numa escola que era aqui ao lado – passei por aqui. Perguntei à secretária: «então, não há campanha, não há nada?». «Eu estou disponível!». Deixei o número de telemóvel, «liguem-me» e tudo o mais. No outro dia, ligaram-me. Juntei uma série deles, éramos muitos, começámos a trabalhar. Começámos a trabalhar, era um grupo de, sei lá, trinta ou quarenta. Inimaginável, para aqui (...) A partir daí, foi criado um grupo [e após as eleições internas] eu entrei para a Distrital com o lugar da Comissão Política Distrital e ainda... confesso que ainda um pouco assim: «que é isto? Sem bases nenhuma». Sem... só pelo amor laranja.

A caminhada dentro da estrutura juvenil do PSD proporcionou-lhe uma ampla integração política, não só pelas actividades desenvolvidas ou pelos cargos assumidos, como também pelo contacto com os mais altos responsáveis do partido. E, procurando mostrar isso mesmo, Júlio imprime nesses relacionamentos uma dimensão informal, característica das relações de proximidade, como por exemplo, quando descreve uma conversa com Fernando Seara, presidente da Câmara Municipal de Sintra. Aquela intimidade proveniente de um político da craveira de Seara, tal como é sublinhada, reporta Júlio para o universo de uma elite à qual se esforça por pertencer. Essa mesma interpretação pode ser novamente aplicada no elogio que faz de si mesmo ao sobrevalorizar um dos mais destacados dirigentes do PSD-Évora – António Cunha Torres – procurando posicionar-se simbolicamente no mesmo patamar político que aquele.

Então, convidei um presidente de câmara do PSD, de uma cidade Património Mundial: Fernando Seara. Excelente orador! Disse-me logo à primeira: «estou aí Júlio!». (...) Por acaso, eu e o Cunha Torres entrámos ao mesmo tempo [no PSD]. Ele já tinha estado na Comissão Política, era o vice-presidente (...). Hoje temos uma grande relação, os dois. Apesar da idade – não é muita mas pronto – temos uma grande relação os dois. Ele aprendeu, ele e a Comissão Política aprenderam-nos a respeitar e nós aprendemos a respeitar a eles.

Da longa conversa mantida com Júlio relevam naturalmente esse percurso iniciado na JSD e as múltiplas intervenções ou pontos de vista acerca do desempenho do principal opositor, quer na autarquia quer no governo, com os quais está por norma em desacordo. A experiência que vem ganhando ao longo de anos na política local permite-lhe comentar com relativo à vontade e acerto acerca das principais problemáticas da cidade, embora isso já não seja tão evidente no que diz respeito à condução dos destinos do país. Mas é o desempenho à frente da JSD que mais insiste em destacar, inclusive na definição de políticas para o concelho. Com efeito, a sua «prova de maturidade» é confirmada quando refere que nas últimas autárquicas a concelhia acolheu com agrado «90%» das propostas da *jota* integrando-as no programa eleitoral.

À semelhança do envolvimento exibido por Hélder no PCP, também neste caso, o partido é de tal ordem absorvente que Júlio não se cansa de enumerar os políticos sociais-democratas que mais admira, assim como as virtudes do seu partido em contraposição com

os restantes partidos que compõem o ramalhete partidário português. Esse envolvimento denota um profundo sentimento de pertença cuja correspondência no plano eleitoral é, obviamente, total.

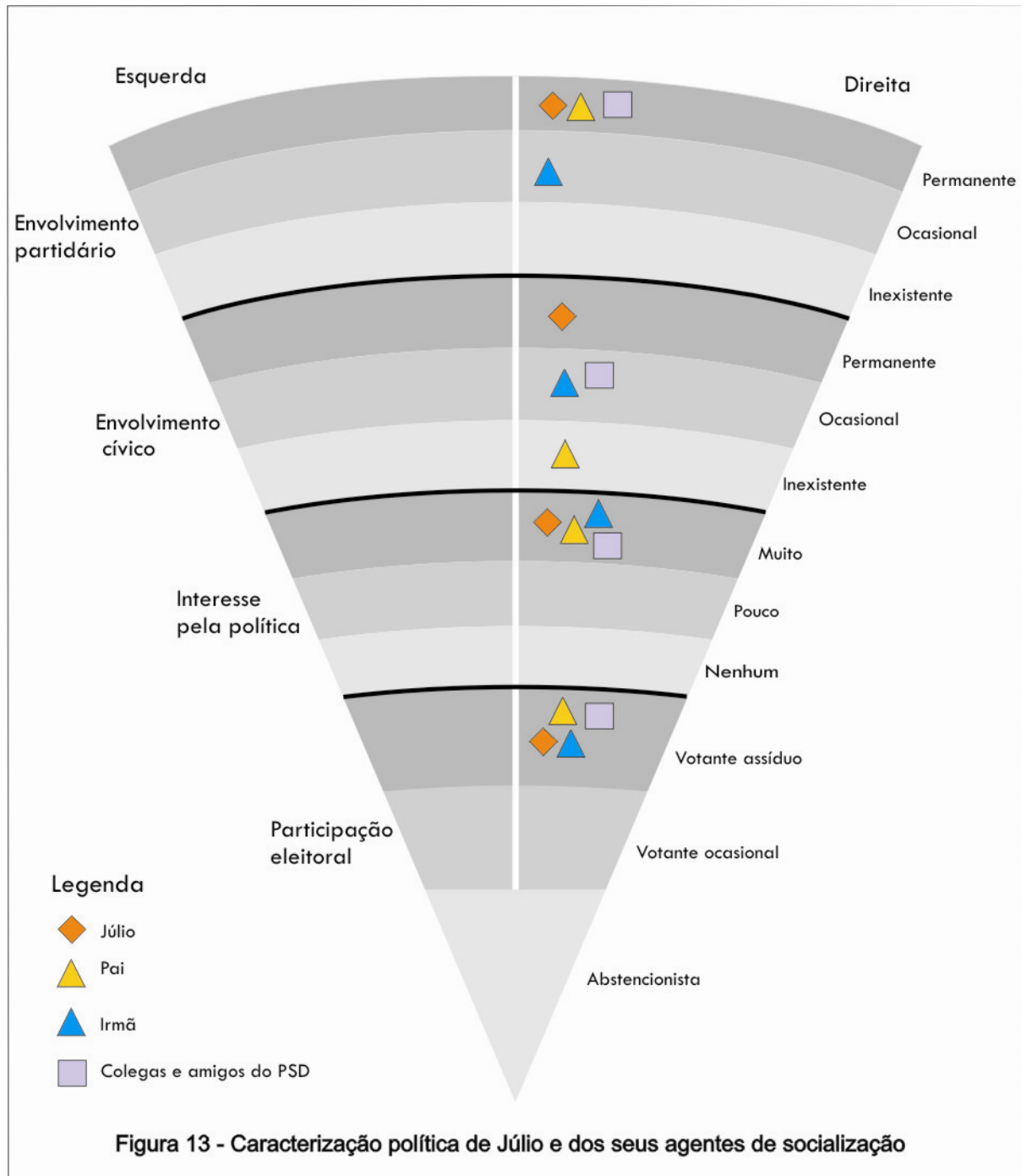
Muito identificado com o partido e com a ideologia liberal que o suporta, os ataques de Júlio à esquerda são constantes e incisivos. Desde logo, na acusação que faz à esquerda que apelida de facilitista e irresponsável. No mesmo sentido e não obstante a valorização que faz da democracia, lembra que a verdadeira democracia só aconteceu depois do 25 de Novembro de 1975, questionando-se acerca da interdição constitucional em vedar o acesso a partidos de extrema-direita. Isto porque, segundo diz, a Constituição da República Portuguesa permite a existência de partidos de extrema-esquerda como o PCP e o BE, autênticos blocos políticos radicais.

Quanto aos movimentos cívicos, não os vê como movimentos genuínos, remetendo-se a uma opinião institucional: os movimentos que identifica actualmente no espectro político nacional reflectem dissidências de vários partidos, como são os casos de Helena Roseta ou Carmona Rodrigues nas últimas eleições intercalares de Lisboa. Talvez também em virtude desse entendimento, nunca participou em actividades políticas à margem do partido. Mesmo que se tratasse de manifestações ou greves. A excepção foi a colaboração que manteve durante algum tempo com um jornal de implementação regional, no qual escrevia artigos de opinião. Contudo, o excessivo zelo editorial do referido jornal acabaria por desencadear o seu desinteresse e sequente abandono.

De qualquer modo, mais do que um indivíduo concentrado no pensamento político, Júlio vê-se sobretudo como um político de mangas arregaçadas, como era o seu ídolo em cujo discurso da tomada de posse da AD terá dito o seguinte:

«Chega de enchermos a boca com o povo! Vamos trabalhar, o país precisa de trabalho e desenvolvimento».

7.10.3. Representação das características políticas de Júlio e dos seus principais agentes de socialização



À semelhança de outros casos aqui considerados, a rede de relacionamentos de Júlio confirma amplamente a força do processo de socialização primária (em casa, na família),

complementado pela socialização secundária e integração política (a pertença a um partido político).

Como vimos, Júlio debateu-se ao longo da sua vida familiar com duas, quiçá, três interditos relacionados com a militância partidária: a do pai, militar; a da irmã, mulher e, talvez, a da própria mãe, mulher e dona de casa. Todavia, a natureza desses interditos não é ideológica mas sim social. Tanto o pai como a irmã viram-se impossibilitados de aderir ao PSD por razões externas ao apego que sentiam pelo partido: um, por interditos profissionais; a outra, por interditos de género. No caso do pai, só mais tarde é rompida essa barreira. A mesma que Júlio transpôs a partir do momento em que decidiu dar uma ajuda à campanha eleitoral, alcançando um «pico» que a irmã não conseguiu alcançar.

Ora, crescendo num ambiente familiar relativamente politizado e, por coincidência, fisicamente próximo da sede do PSD, Júlio assimila facilmente os valores e disposições ideológicas do pai e irmã. De resto, a convergência com o pai é total: ambos são militantes do PSD, ambos se revêem naturalmente na ideologia social-democrata e ambos se pautam por um comportamento eleitoral exemplar. Como é evidente, ambos acompanham com vivacidade o quotidiano político nacional, mantendo-se informados sobre a actualidade política.

A integração política proporcionada pela militância num partido e o emocionado envolvimento em objectivos, conquistas internas e cargos ocupados constituem a jusante um *apport* de socialização política avançada, um pouco como no caso de Hélder.

7.11. As prioridades na vida de Luísa e o descrédito dos políticos

7.11.1. Caracterização geral

Enfermeira no Hospital do Espírito Santo em Évora, Luísa divide o seu tempo entre os corredores e as salas de cirurgia do hospital. O trabalho é intenso e desgastante pela dimensão do sofrimento humano mas ainda lhe tem que sobrar tempo para cuidar dos dois filhos, de três e de oito anos. O marido, empregado num banco, tem os seus próprios afazeres e interesses pelo que, quase invariavelmente, é a Luísa que cabe a azáfama de levar os filhos dos treinos de futebol à casa da mãe ou da sogra. No final da semana faz as contas e verifica que o tempo que teve para si foi diminuto, resultando esta azáfama numa rotina extenuante que não consegue inverter entre os turnos no hospital.

Proveniente de uma família da classe média, diz-se católica embora, mesmo que quisesse não teria tempo para ir à missa. O seu interesse extra-laboral parece ser realmente o desporto, actividade que é comum a toda a família: o basquetebol no caso dela própria e dos dois irmãos; o futebol, no caso do marido e dos filhos. Politicamente, diz ser de esquerda embora não identifique um partido com o qual pudesse sentir uma afeição especial.

Tal como todos os outros entrevistados, não está em Évora contra a sua vontade. Tem vinte e nove anos e tendo nascido nesta cidade, elegeu-a para viver, independentemente das coisas boas e más que tem. Como todas as cidades, refere. Mas o saldo é francamente positivo, levando-a a afirmar que não trocava Évora por outra qualquer terra.

7.11.2. Caracterização política

A coincidência de alguns turnos no hospital com os domingos e os múltiplos afazeres estão entre os motivos com que Luísa justifica a sua fraca participação eleitoral, adiantando que, de qualquer modo, nunca se interessou muito por política. Por outro lado, a participação eleitoral em si não é um argumento suficientemente válido que a faça sair de casa a um domingo, sobretudo depois de ter mudado de casa sem que tivesse procedido à correspondente alteração de residência. Este pormenor quase irrelevante numa cidade de pequena dimensão em que curtas distâncias são frequentemente percorridas em veículo automóvel, é mais consentâneo com a falta de interesse em participar do que com um constrangimento efectivo. A mobilidade de Luísa é assegurada diariamente por um automóvel. O desinteresse do marido também não será o melhor estímulo para ela, funcionando antes como o álibi perfeito para não sair de casa ou ir dar um passeio justamente no fim-de-semana em que decorrem alguns actos eleitorais. A falta de interesse, associa-a à desilusão que sente à medida que os anos passam e se conforma com a confirmação de falta de credibilidade dos partidos e dos políticos. Mas esse parece mais um argumento para justificar o actual comportamento porque, em bom rigor, a desilusão só poderá ter efectivamente lugar caso seja precedida por alguma expectativa não cumprida. E expectativa em relação aos políticos, não será atitude que Luísa tenha alguma vez manifestado de forma anormal. Por isso, admite a falta de interesse e associa a desilusão com o «sistema» ao maior conhecimento que vai adquirindo com a idade e experiências.

Eu nunca liguei muito à política nem nada disso. Mas estou desiludida porque... com o passar dos anos, com o conhecimento que vou tendo das coisas, cada vez estou mais desiludida. Por isso é que eu também não ligo muito a isto. Mas devia ser ao contrário. Para tentar mudar. Mas não! Desligo.

Esta «desilusão» acaba por funcionar em Luísa como um reforço legitimador da sua falta de interesse que, não obstante a vida agitada e o trabalho, sempre sentiu. Mas é importante advertir que essa desilusão mistura dois ingredientes fundamentais para além daqueles que são tidos como usuais – as acusações de corrupção, de nepotismo, de

favorecimento, de má gestão pública e despesismo, etc. Estes dois ingredientes são, em bom rigor, a dupla face de uma mesma moeda. Se, por um lado, há dois partidos que alternam no poder, por outro lado, nenhum é o partido político com o qual sente maior afinidade, o PCP. Este aspecto é francamente curioso porque relata a suposta identificação partidária numa pessoa sem o mínimo interesse. Longe de ser inédito, é legítimo, se pensarmos que essa identificação partidária lhe foi transmitida através de mecanismos de socialização.

A suposta afinidade com o PCP é a explicação de Luísa para haver uma diferença de comportamento conforme o âmbito das eleições em disputa, isto é, as eleições locais motivam nela, historicamente, um maior interesse e menor abstenção eleitoral devido à implementação desse partido na região e ao historial de governação comunista nas autarquias locais do concelho. Neste caso, a probabilidade do PCP conseguir chegar ao poder no município e nas freguesias de Évora é substancial e empiricamente maior do que em eleições legislativas ou presidenciais.

Como foi sugerido anteriormente, a simpatia pelo PCP tem naturalmente raízes muito profundas, nomeadamente nas preferências dos pais que, apesar de nunca terem sido militantes, sempre manifestaram a sua afinidade com aquele partido. Ao contrário do marido, mais identificado com o PS. Aliás, não confirmando essa informação, Luísa suspeita que em adolescente, o marido terá chegado a pertencer à Juventude Socialista. Fosse pela influência dos amigos ou dos próprios pais, o seu marido Alberto teria colaborado com a JS, mantendo essa linha ao depositar actualmente a sua confiança no PS. Ainda que a sua participação eleitoral seja residual e tão intensa quanto a de Luísa. Mas, de regresso a Luísa, não se interessando minimamente por política, a sua suposta identidade ideológica (esquerda) tem raízes na identidade partidária dos pais. Esta identidade é transferida pelos mecanismos de *mimese* que comporta a socialização primária e, naturalmente, pela apreensão de um referencial político patente nas atitudes e comportamentos dos pais. A este respeito, interessa notar como é vulgar esta reprodução de referências e conhecimentos, como por exemplo, o caso do indivíduo que tece sempre o mesmo comentário acerca de uma realidade distante ou pouco discutida, reproduzindo o teor de certa informação assimilada algures no tempo mas proveniente de uma autoridade no assunto, como um professor ou outro indivíduo de referência. Sem informações adicionais, aquela informação primária converte-se numa realidade imutável reflectindo o que foi dito *in illo tempore*. Neste caso, os «professores» de Luísa foram os pais e, tal como em muitos casos, Luísa pode assumir publicamente uma posição sem, na realidade, ter pensado seriamente sobre o assunto.

Mas, como veremos, entre reproduzir os padrões dos pais e não reproduzir nenhum, provavelmente não faria parte da sua forma de ser, muito caracterizada pela adoção de posicionamentos críticos. Há dois episódios que ilustram esse tipo de personalidade. Durante um certo período da sua adolescência, Luísa confrontou os pais afirmando-se simpatizante do PSD apenas com o intuito de os provocar e contrariar, comportamento que nunca teve consequências fosse a que nível fosse. A figura do PSD que utilizou para contrariar os pais era justamente o PSD em que algumas amigas militam ou simpatizam, sendo exactamente esse partido que actualmente Luísa contraria durante as suas conversas com elas. O epíteto de fundamentalistas que atribui às amigas demarca esse campo em que elas se integram e no qual ela não se revê. Até porque admitiria naturalmente votar noutro partido que não o PCP porque, como reforça, «não é fanática». Isso parece ficar bem claro quando verbaliza uma interrogação, no mínimo controversa: *“não sei, sinceramente não sei se não estávamos melhor na época do Salazar, do que estamos agora...”*

Neste caso, a desafeição política de Luísa ou do marido podem inclusive ser sujeitas à prova da integração em estruturas politizadas, embora essa integração nunca tenha sido efectiva, não só pela fraca intensidade das experiências como pelas razões que as motivaram. Assim, à semelhança das suas experiências na associação de estudantes de enfermagem, a adesão e integração naquelas estruturas deu-se mais por motivos relacionados com a amizade e interacções sociais do que por motivos ideológicos. Em contrapartida, a suposta adesão do marido à JS e a sua própria adesão às associações de estudantes decorrem mais das redes de sociabilidade do que em virtude da formação de uma atitude politizada em relação à realidade.

Opa, amigos. Sempre os amigos. Os amigos vão, a gente também vai. Por acaso... sempre desde o 12º ano [que pertence a associações de estudantes]. Quando fui para a escola de enfermagem também entrei logo para a associação de estudantes porque tinha a ver com o grupo de amigos.

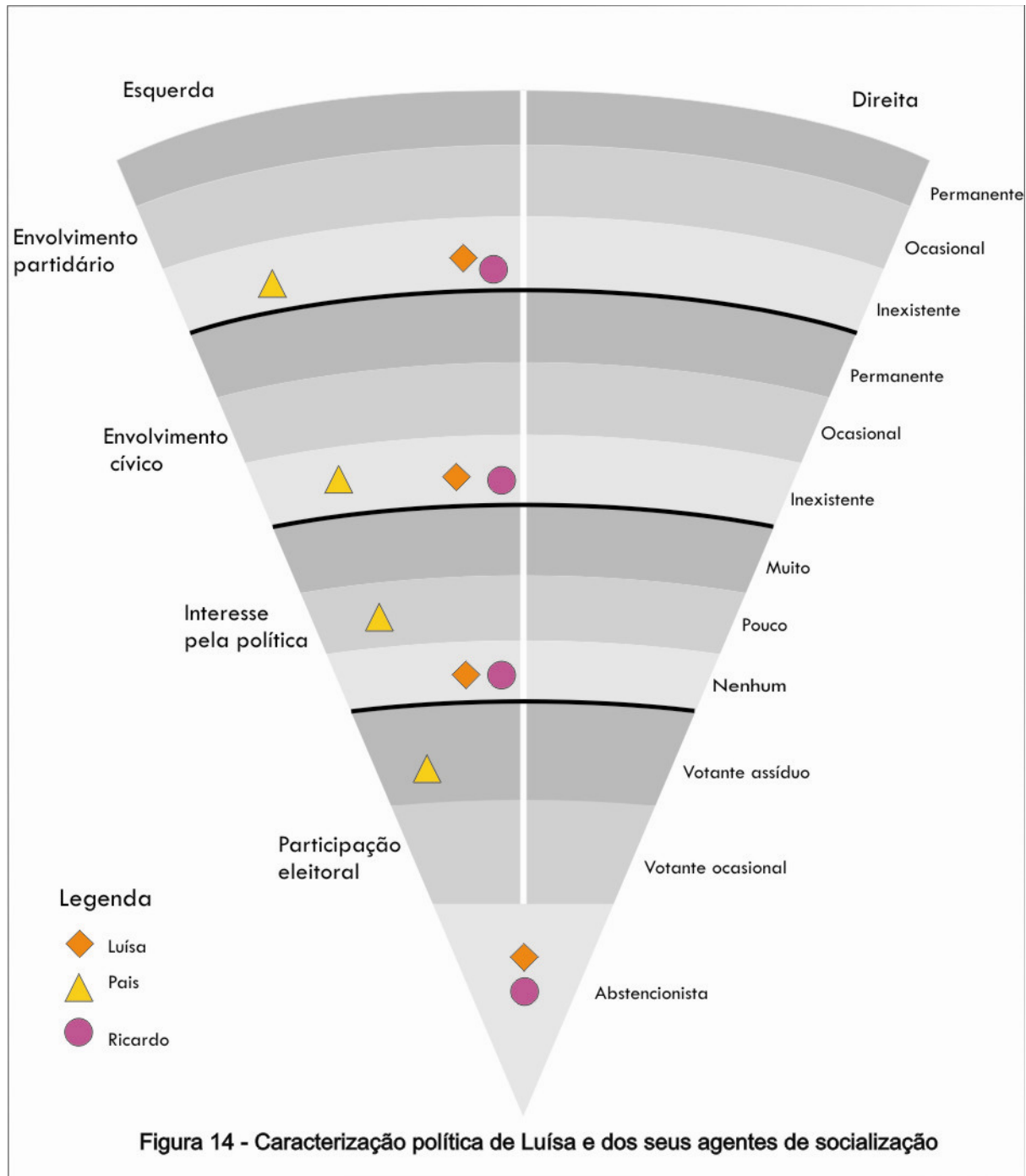
Mas, regressando à presença da política nos caminhos de Luísa, o facto de os pais serem simpatizantes do PCP nunca fez deles pessoas fortemente mobilizadas apesar de, por norma, votarem quase sempre. O comportamento inconsequente de Luísa durante essa fase em que se dizia do PSD também reforça a relativa despolitização do meio familiar (e alguma

oposição juvenil aos valores dos pais), no qual só acontecimentos mediáticos como as campanhas eleitorais suscitavam algum comentário excepcional ou alguma discussão mais empolgada. Hoje, na sua casa, continua a ser assim. Com a agravante de o marido se mostrar bastante mais desinteressado que os pais.

Como se poderá ver, o comportamento eleitoral e cívico de Luísa acompanha muito de perto o do marido mas nem por isso se distancia diametralmente do comportamento dos pais, excepto no plano eleitoral. Tal como os pais, também Luísa se mostra renitente em se envolver em projectos de natureza cívico-política, apesar de ter integrado uma associação de estudantes. Porém, convém salvaguardar que, tal como no caso de Anselmo, a participação na referida associação de estudantes é marginal e sem quaisquer elementos que nos habilitem a afirmar tratar-se de uma passagem acompanhada de um processo de efectiva integração política. Mais, quer no caso de Anselmo, quer no caso de Luísa, as respectivas passagens pelas associações de estudantes são substancialmente mais «sociais» que «políticas».

Se, em casa dos pais, a política se resumia à participação eleitoral assídua (encaixada na perspectiva do dever cívico e do direito outorgado pelas conquistas de Abril, um direito que não pode ser «desperdiçado»), actualmente, a política é vista como uma entidade abstracta longínqua, só lhe merecendo algum género de apreciação sem reservas, a acusação que faz aos políticos. Por outro lado, a idade, as responsabilidades familiares e profissionais não parecem ter desempenhado o papel normalmente entendido no plano da integração social, no sentido de capacitarem os indivíduos e impelirem-nos a uma maior mobilização eleitoral ou cívica.

7.11.3. Representação das características políticas de Luísa e dos seus principais agentes de socialização



Conforme se pode ver na fig. 14, Luísa e Alberto (marido) pautam o seu comportamento político por um abstencionismo que, não sendo contestatário, é

inequivocamente crónico e apático. Na verdade, Alberto parece personificar um elemento legitimador da desmobilização de Luísa, justificando a constatação destes comportamentos políticos tão similares. As dificuldades quotidianas e a vida conjugal estão entre os factores de desafeição indicados por Luísa. Mas como ela própria reconhece no final, o desinteresse e outras prioridades sentenciam o seu relacionamento com a política e com as eleições, relegando-as para segundo plano. Não deposita credibilidade nos políticos nem nos partidos e essa desconfiança acaba por ser a «cereja em cima do bolo» da desmobilização de Luísa.

Visão contrária terão os pais, bem mais identificados com o papel cívico que lhes coube a partir de 1974, época em que um amplo movimento revolucionário envolveu a juventude da altura implicando-a de forma inaudita no processo político. À semelhança dos outros entrevistados desmobilizados e desinteressados politicamente, em Luísa também não encontramos um agente de socialização política que possamos considerar central. Não obstante, parece claro que os votos que depositou na CDU nas poucas vezes em que participou eleitoralmente, reflectem a vivência num ambiente familiar relativamente politizado. Com efeito, os pais têm alguma importância no processo, transmitindo-lhe seguramente os valores que vê actualmente estiolados pelos políticos e que lhe causam indignação suficiente como para não acreditar na idoneidade de partidos políticos. Sem uma mobilização extraordinária, os pais sempre simpatizaram com o PCP, partido político no qual ela depositou o seu voto nas poucas ocasiões em que participou eleitoralmente. Porém, como ela admite, o seu voto ia para um homem, o presidente de câmara municipal a que ela se habitou a referenciar como tal desde a sua infância. Essa fraca identificação partidária é aliás, corroborada pela corte que fez durante a sua adolescência ao PSD em sinal de desafio e pelo facto de admitir votar em outra força política, caso volte a participar eleitoralmente algures no futuro.

PARTE IV

8. CONCLUSÕES: O PAPEL DA SOCIALIZAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

8.1. O ponto de partida da cultura enquanto elemento orientador das atitudes e comportamentos políticos dos jovens

Ao longo desta investigação foram tratados diversos assuntos que, pela sua complexidade e importância, são susceptíveis de desviar a atenção e levar-nos a seguir pistas de trabalho igualmente atraentes. Para evitar que isso sucedesse, foram fixadas algumas linhas de orientação analítica que clarificassem os passos a dar e que visam compatibilizar o processo heurístico de uma investigação deste género com os pressupostos teóricos seguidos e apresentados em capítulos precedentes. Estas linhas de orientação funcionam como faróis, como guias que devem permanecer à vista, proporcionando ao investigador um ponto de referência permanente. Revestem-se de particular importância, pois no decurso da investigação e das matérias exploradas, é natural que a imensidão de informação produzida obscureça o caminho, desviando a atenção para elementos acessórios. Porém, a sua utilidade é também confirmada pela acção de sistematização de conhecimentos que permite, amarrando a pesquisa a uma questão de partida que, no caso desta investigação, foi a seguinte: *que mecanismos ou processos sociais determinam distintamente as atitudes e comportamentos políticos dos jovens e como se manifestam?*

Como é evidente, no momento em que a socialização política – enquanto processo social de transmissão de referências políticas – passa a ser assumida como a via privilegiada para compreender melhor o distinto relacionamento dos jovens com a política – expresso pelas suas atitudes e comportamentos políticos – passámos a concentrar a nossa atenção neste tema e, concretamente, nos modos como se relaciona cada um dos nossos entrevistados com a política.

Há, sem embargo, alguns elementos estruturais que nos conduziram e, através dos quais, a questão indicada atrás pode obter respostas satisfatórias: os comportamentos exibidos (verificados pelo tipo de envolvimento cívico e pela participação política), as atitudes políticas (da identificação partidária à desafeição política; adesão a valores materialistas e/ou a valores pós-materialistas; o nível de procura de informação política e o

interesse que a política desperta). Julgamos que uma cultura de participação pode exprimir-se através dos diferentes perfis de atitudes e comportamentos exibidos pelos indivíduos. Ao defendermos o papel da socialização política na formação de atitudes e comportamentos políticos convergentes com os princípios de participação requeridos pela democracia, estamos a reconhecer o seu papel na definição de uma cultura de participação de largo espectro (exigindo uma conduta mais activa da parte dos cidadãos). Por conseguinte, estamos convictos que a socialização política funciona como um elo de ligação entre as estruturas formais de uma democracia e o ideal da cultura cívica defendida por Almond e Verba.⁹⁴

Amplamente estudada pela sociologia, “a cultura consiste nos valores de um dado grupo de pessoas, nas normas que seguem e nos bens materiais que criam”⁹⁵. Esta definição dada por Anthony Giddens é suficientemente lata para abranger uma variadíssima paleta de elementos e manifestações. Valores, normas e objectos criados pelos homens dão, por assim dizer, corpo a uma identidade que distingue uns grupos dos outros. Por seu turno, Ronald Inglehart especifica que a cultura se refere a um conjunto de valores e conhecimento interiorizados e partilhados pelas pessoas que integram uma sociedade, os quais são transmitidos de geração em geração⁹⁶. Deste conceito de cultura relevam alguns elementos fundamentais: os valores (consolidação e interiorização colectiva de princípios gerais e orientações, crenças e preferências colectivas), os recursos cognitivos (consubstanciados no capital social de uma sociedade) e a transmissão intergeracional de referências (fomentada pela socialização de elementos característicos de uma cultura, os quais são maioritariamente assimilados por *mimese*). Salvaguardamos a possibilidade da socialização, conforme dissemos no capítulo 5, envolver uma conduta mais ou menos activa, mais ou menos negociada.

Neste sentido, se estabelecermos uma ponte entre aquela conceptualização de Inglehart e a política, e se deduzirmos a última da primeira, poder-se-ia dizer que a cultura política se refere ao conjunto de valores e conhecimento políticos, interiorizados e partilhados por grupos de pessoas que integram uma sociedade ou pela sociedade como um todo. Naturalmente que este conceito não contempla unicamente os valores e práticas democráticas. A cultura política assim entendida refere-se a um património variável que tanto se adapta à adopção de referências democráticas como não democráticas.

⁹⁴ Almond e Verba [1970, 46-49].

⁹⁵ Giddens [1997, 46].

⁹⁶ Inglehart [1997, 15].

Por seu turno e inspirando-se no modelo psicológico, Almond e Verba consagram esta definição observando que a cultura política se refere aos conhecimentos, sentimentos e valorizações que a população detém em relação ao sistema político⁹⁷.

Em todo o caso, permanecem centrais os elementos relacionados com os conhecimentos políticos veiculados por uma sociedade, com os valores que guiam os seus membros e com os sentimentos que possam revelar relativamente ao sistema político. Enquanto isso, a socialização política é o meio pelo qual os membros mais recebem e reproduzem todo esse legado, intergeracional e intrageracionalmente.

Nesse caso, uma cultura de participação política como a que procuramos sinalizar neste trabalho – tendo a democracia como referência – não dispensa a interiorização colectiva de valores e princípios de referência nem a interiorização de conhecimentos políticos, necessários para fazer valer os direitos cívicos e políticos de que podem dispor os membros de uma sociedade. E dispõem efectivamente de direitos cujo accionamento depende de uma conduta activa para que sejam uma realidade, como defende Manuel Villaverde Cabral. Com efeito, as sociedades actuais apelam a um maior envolvimento dos cidadãos, o qual passa pela adopção de uma conduta mais enérgica, mais interventiva, mais opinativa, promovendo uma consciencialização de si e do seu papel no processo democrático⁹⁸.

Admitida a existência de várias culturas juvenis e de uma cultura política que mobiliza assimetricamente os jovens com referência à participação política, a participação eleitoral e cívica varia certamente em função das trajectórias individuais de vida, podendo resultar em dois movimentos gerais que acompanham historicamente cada um dos indivíduos. Tais movimentos podem-se suceder um ao outro ou entrecruzar a dada altura nos respectivos percursos individuais: um, convergente (de integração política) e o outro, divergente (ruptura, afastamento, desinteresse).

A integração dos jovens em ciclos de vida ou a observação de pontos de ruptura com o sistema podem actuar como elementos de aprendizagem e familiarização com as demandas sociais relativas à participação activa ou como elementos de dissuasão e descrença no sistema político, nos partidos políticos e nos governantes, respectivamente. Em qualquer dos casos, há um capital de conhecimento proporcionado por via teórica ou empírica que funciona como chave de descodificação da realidade. Tratando-se de um ciclo de vida

⁹⁷ Almond e Verba [1970, 30].

⁹⁸ Villaverde Cabral [2000, 86].

específico a que é normalmente atribuído um menor interesse pela política, a juventude pode, ainda assim, compreender processos de integração social que favorecem o envolvimento e participação política, seja através do sentimento de responsabilização pela maioria, seja pelo reconhecimento da importância da política no mundo real. E a juventude pode, igualmente, compreender processos de ruptura e afastamento, ditados pelo desencanto com a política. Mas, seja em que situação for, os recursos cognitivos necessários para uma tomada de decisão, seja ela qual for, têm aqui um papel fundamental pois funcionam como um regulador do interesse pela política: estimulam o interesse e são retro-alimentados por este, quando existe.

Isso mesmo sugere Pipa Norris a respeito dos sentimentos de competência subjectiva, segundo a qual a aquisição de conhecimento pela via formal e não formal funciona como um avalizador da competência de um indivíduo para se manifestar, para opinar, para decidir⁹⁹. Mas o interesse ou desinteresse pela temática podem manifestar-se subitamente a partir de um acontecimento marcante, um episódio crítico familiar dos *turning points* de que fala José Machado Pais¹⁰⁰. Ou uma sucessão deles, directa ou indirectamente experimentados.

Como teremos oportunidade de ver, a ideia generalizada entre os entrevistados sem interesses partidários de que a política não é credível, denuncia uma profunda insatisfação com o sistema e é posta a circular indirectamente pela enorme mediatização a que são sujeitas as campanhas eleitorais, a acção dos governos e o dia-a-dia dos políticos. Ou seja, sem admitirem um acompanhamento de proximidade ao fenómeno, a maior parte dos entrevistados sem interesses partidários não hesita em acusar os políticos de irresponsabilidade e desonestidade em virtude do suposto atropelo pós-eleitoral aos compromissos pré-eleitorais e de um conjunto de acusações reproduzidas nos *media*. É conveniente recordar que, na maior parte dos casos, são os *media* quem lhes faz chegar a informação, com particular relevância para a televisão. Em muitos casos, à hora das refeições nos telejornais que, como é possível depreender da análise às entrevistas, se assumem como autênticos agentes de socialização política. Ou seja, em muitos casos, o telejornal é a primeira fonte de informação política, nalguns casos filtrada à mesa por um agente socializador e, em poucos casos, debatida no círculo de amigos ou nos meios profissionais. Mas daqui releva uma predisposição pouco convergente com as exigências

⁹⁹ Almond e Verba *apud* Norris [2004, 154-156]. Almond e Verba [1970, 32 e ss]. Ver ainda Freire e Magalhães [2002, 132].

¹⁰⁰ Pais [2001, 104].

democráticas de participação e envolvimento, denunciando no plano dos conhecimentos e das normas, uma cultura política frágil.

De outro modo, a compreensão dos mecanismos de socialização e integração políticas ao longo da vida permite relacionar numa causalidade lógica essas aprendizagens e experiências vividas com as atitudes e comportamentos políticos. Adicionalmente, a sólida interiorização de princípios democráticos (igualdade política, representatividade e governo do povo), de valores centrais da democracia (liberdade, participação, etc.), e de valores associados ao funcionamento da democracia (secularismo, solidariedade, responsabilidade, reciprocidade, universalismo, tolerância, paz, estabilidade política e económica, etc.), quando transpostos para uma grelha mental de actuação, tendem a favorecer uma maior predisposição para a mobilização e envolvimento cívico. Ou, pelo menos, criam condições para que o relacionamento entre cidadãos e instituições não se caracterize pela discrepância entre *o que é* e *aquilo que deve ser*.

Em síntese, essa grelha metal de actuação não é mais do que a concretização de uma determinada cultura política de participação, em que a adesão a valores e normas com referência à democracia é de facto materializada pelos membros de um grupo ou de uma sociedade através dos seus envolvimento políticos, cívicos e sindicais, das suas opiniões, reivindicações, protestos, requerimentos aos representantes eleitos e tantas outras formas de participar activamente no processo democrático. E a este nível, observamos como a conduta dos indivíduos mais mobilizados e dos mais expostos a processos de socialização política se coaduna com os pressupostos de uma cultura de participação em democracia.

8.2. Socialização e participação política

Admitir que o relacionamento dos jovens com a política é pautado por diferenças fundamentais que ditam atitudes e comportamentos políticos igualmente distintos, implica considerar inúmeras variáveis, contextos e determinismos sociais que ajudem a explicar aquela premissa. Não podendo considerar todos estes elementos de forma igual numa investigação intensiva, elegemos a socialização política como uma dessas variáveis porque é um dos principais veículos de transmissão cultural. E, a este nível, a socialização política não só permite confrontar os jovens entrevistados entre si, como também os permite confrontar com as gerações precedentes. Através da socialização política teremos a oportunidade de identificar perfis ou *tipos ideais* (no sentido weberiano) enriquecidos pela adição de variáveis como o interesse pela política, o conhecimento e a participação política *latu sensu*. Os *tipos ideais* resultam de uma construção teórica com vista à definição de perfis de relacionamento com a política, os quais se caracterizam pela particularidade de não serem necessariamente observados na realidade. Mas a socialização política permite também compreender nos casos estudados qual a intensidade da socialização política na transmissão intra e intergeracional.

Conforme foram definidos, os objectivos propostos para este trabalho encadeiam-se num enquadramento teórico que procurámos apresentar de forma sistematizada em capítulos anteriores. Saber que os jovens não são todos iguais e não respondem de igual modo perante situações análogas é uma evidência própria da natureza humana. Apesar disso, os estudos extensivos, pela sua natureza quantitativa, apresentam os jovens como os mais abstencionistas. Interessa, pois, compreender onde radicam as propriedades que os distinguem entre si.

Em segundo lugar, ao atribuímos uma importância tão determinante ao papel da socialização na configuração de uma cultura política de participação alicerçada em valores e normas enquadrados pela ideia de democracia, não nos escusámos em compreender de que forma os comportamentos e atitudes políticos dos indivíduos entrevistados se devem às distintas socializações ao longo das suas vidas.

Finalmente, importa-nos também clarificar em que medida, nos casos estudados, as atitudes e comportamentos observados se devem ao efeito geração e ao efeito do ciclo de vida. Procuraremos dar resposta a todas estas questões nas páginas que se seguem.

8.2.1. Perfis de relacionamento dos jovens com a política

Desde o início deste trabalho que se tornaram claras as óbvias distinções existentes entre os jovens, nos modos como se relacionam com a política. Por força das circunstâncias, nos casos em que não dispõem de capacidade eleitoral activa, é natural que o desinteresse seja sobrevalorizado. Para esse desinteresse também concorrem certamente outras variáveis como a falta de experiências e a ausência de um quadro de «responsabilização» determinado pela despreocupação de quem vive inteiramente sob a tutela dos progenitores. Porém, isso não significa que, antes de a idade determinar um novo estatuto perante o sistema eleitoral, não existam jovens atentos e, nalguns casos, fortemente mobilizados. Os exemplos mais claros são fornecidos pelas juventudes partidárias.

Neste estudo foram considerados jovens que, dispendo de capacidade eleitoral real, escolham activá-la ou não através do voto. E, independentemente da activação dessa capacidade eleitoral, dispendo também de outros meios de participação política, escolham intervir social e politicamente na sociedade através das designadas formas alternativas de participação.

Para identificar perfis distintos de relacionamentos dos jovens entrevistados com a política, recorreremos à formulação dos *tipos-ideais*, no sentido utilizado por Max Weber, o que implica o isolamento de traços típicos em cada um dos indivíduos que permita fazer uma reconstrução estilizada a partir de características atitudinais e comportamentais identificadas¹⁰¹. Não se pretende identificar perfis que se possam encontrar na realidade tal como serão aqui definidos mas sim construir um quadro mental que nos guie na compreensão das diferentes atitudes e comportamentos políticos. Neste sentido, o conjunto das características individuais de cada um dos jovens conduz a uma maior ou menor aproximação a cada um dos perfis ideais, cuja construção é determinada pela confluência de teorias, investigações e, sobretudo, pela observação dos casos estudados. Neste patamar de características ou traços a que recorreremos para a construção de quatro *tipos-ideais*, foram consideradas as variáveis com que trabalhamos mais intensamente, ou seja, o interesse pela política, o grau de conhecimento político, a identificação partidária, a socialização política, o nível de envolvimento e a participação eleitoral. Comum a todas estas variáveis é a diferenciação ou diversidade encontrada nos casos estudados.

¹⁰¹ Aron [1994, 495].

Foi dito que as atitudes e comportamentos políticos dos jovens não se pautam por um padrão único, cuja diferenciação pode ocorrer por via de vários factores como a socialização e integração política; e, por via de recursos como a idade ou o conhecimento que se tem sobre assuntos políticos.

Essa diferenciação é, antes de mais, expressa pela própria diversidade de atitudes e comportamentos que cada um dos entrevistados consegue identificar em amigos ou conhecidos revelando, de algum modo, a pertinência com que a política entra nas suas respectivas vidas. Se um entrevistado não consegue identificar pessoas que circulam na sua órbita de relações e que manifestem tendências políticas, envolvimentos ou simpatias partidárias, nesse caso, diríamos que o campo da política permanece algo distante das suas experiências e relacionamentos. Em contrapartida, quando um entrevistado é capaz de identificar grupos de amigos ou outras pessoas com envolvimento ou proximidade partidária, não tendo necessariamente exercido influência na sua leitura ideológica, significa que na sua rede de relações há, pelo menos, alguns pontos de contacto com a política. Esta diferenciação também pode ser confirmada pelos interesses e *hobbies* de cada um dos nossos entrevistados, pelas respectivas opiniões mais ou menos detalhadas e críticas acerca da envolvente – a cidade, a população – e, também, pelas prioridades de cada um em termos de vivência comunitária e bem-estar individual.

Mas a diferenciação a que aludíamos é, também, atestada pelas diferenças ao nível da percepção que os entrevistados expressam a respeito das ideologias, partidos políticos, governos, líderes, envolvimento cívico e participação política, apesar de todos aceitarem e concordarem com os pressupostos teóricos da democracia, revelando um apoio difuso à democracia.

De acordo com os resultados expressos no relatório do Centro de Estudos e Sondagens da Universidade Católica Portuguesa, a importância dada à política é bastante baixa em Portugal, absolutamente incapaz de «competir» com a importância dada a outras dimensões da vida social. O mesmo se passa com o interesse pela política, cuja distribuição etária é curvilínea, apelando a uma associação clara entre idade e interesse, em que este se manifesta com menos intensidade nos extremos da distribuição etária (jovens e idosos)¹⁰².

Porém, dentro de cada segmento etário há indivíduos que se interessam mais do que outros, há indivíduos que têm mais recursos do que outros, há indivíduos que participam e

¹⁰² Magalhães e Moral [2008, 19].

se envolvem mais do que outros. E essa diferenciação é, por assim dizer, «trans-etária», isto é, ocorre independentemente da idade. Como é evidente, numa escola secundária é possível encontrar desde os jovens bastante mobilizados e concentrados na conquista pela associação de estudantes, até aos jovens cuja mobilização e interesse são catalisados pelo sucesso escolar, pelo sucesso nas relações amorosas, pela imagem, por uma campanha eleitoral ou pela eloquência de um professor de história na sala de aula quando se debruça sobre factos políticos. Ou seja, além de «trans-etária», a diferenciação é também motivada por aspectos particulares e contextuais.

Noutro sentido, apesar de a idade ser frequentemente apontada nos estudos extensivos como um bom indicador de participação, isoladamente, a sua utilização poder-se-á revelar insuficiente uma vez que os entrevistados pertencem todos ao mesmo segmento etário, não nos autorizando a estabelecer comparações rigorosas entre distintos segmentos etários. No entanto, não deixa de ser importante anotar que as responsabilidades familiares, profissionais e a própria integração no ciclo de vida dos adultos não parecerem revelar a preponderância prevista sob o ponto de vista teórico. Nomeadamente essa associação positiva, *tout court*, da idade e do assumir de responsabilidades. Essa dúvida é-nos colocada pela leitura das entrevistas a Domingos, Elisabete, Gisela e Luísa. O caso de Gisela merece um enquadramento especial porque, apesar de votar em todos os actos eleitorais, não sente um particular interesse pela vida política. E, mercê também de algum desencantamento, do afastamento partidário por razões pessoais e da sua pouca predisposição para interiorizar matérias tão elementares como aquilo que denomina «teorias malucas». Podemos afirmar que o relacionamento de Gisela com o PCP é tendencialmente instrumental, isto é, representa uma acção racional em relação com um fim: votar no PCP significa fortalecer a defesa dos direitos dos trabalhadores, logo, os dela própria enquanto jovem desempregada e integrada num mercado laboral muito agressivo. Mas significa também manter os laços de amizade que construiu lá dentro (particularmente evidente quando põe como condição de passagem da JCP para o PCP, uma decisão análoga dos seus camaradas e amigos).

No entanto, essa importância dos ciclos de vida não deixa de merecer alguma reflexão. Em alguns casos, nota-se efectivamente uma consolidação do interesse com a idade, nomeadamente por via da integração social. Um exemplo disso é a entrada na universidade e a multiplicação de interações que acarreta: diversificação das fontes de informação, aumento das interações «exogrúpis» e, certamente, a consciência de si perante a circunstância de transitar de uma fase de vida para outra.

Tivemos oportunidade de constatar isso no decorrer das entrevistas de Anselmo, Basílio e Cristina, apesar de Anselmo admitir que «sempre se interessou por política». Acontece que, com a entrada na universidade e os conhecimentos que entretanto adquiriu, sentiu despoletar um maior sentimento de competência subjectiva, tendo acontecido algo semelhante com Cristina. Em Basílio, são muitos os pontos de referência que vão sendo sinalizados por ele desde criança, facto que terá justificado bastante reflexão sobre o assunto. A sua entrevista é a nossa única testemunha.

Em contrapartida, a idade e as experiências de vida acompanham a falta de interesse pela política e participação de Domingos, Elisabete, Luísa e, até, da própria Gisela, saturada do partido e receosa em passar essa espécie de ritual iniciático que constitui a transição da estrutura juvenil do PCP para a estrutura adulta. À excepção de Gisela, cujo interesse pela política acompanha o processo de «desintegração» partidária, não poderemos falar de aumento ou diminuição de interesse nestes casos porque, tanto Luísa como Domingos nunca tiveram um interesse pela política que fosse além da curiosidade em alguns períodos eleitorais. Nestes casos, a integração social ditada sobretudo pela entrada no mercado de trabalho não funcionou particularmente como um elemento que favorecesse comportamentos políticos mais convergentes com uma cultura política de participação.

Os casos de Hélder, Nuno, Fátima e Inês apontam para uma constância que não pode ser explicada pela idade. Por duas razões distintas: nuns, porque o interesse pela política é apenas objecto de um *refreshment* proporcionado pela aquisição de mais conhecimentos e, noutros, porque a falta de interesse permanece quase intacta em virtude da imaturidade e da existência de outras prioridades. Convém recordar que a integração partidária de Fátima não tem uma correspondência positiva com interesse pela política, identidade partidária ou, sequer, com uma cultura de participação que consideremos espontânea ou *autónoma*. Fátima vota regularmente porque o namorado a leva a votar, milita num partido político porque o namorado a levou para o partido e diz-se *socialista*, presumivelmente porque esse é o nome do partido em que milita. É ela quem reconhece o seu desinteresse e, conseqüentemente, o seu desconhecimento de assuntos políticos.

O enquadramento dos ciclos de vida é fundamental para relacionar uma determinada fase de vida com as atitudes e comportamentos políticos que, não obstante serem menos confluentes com as exigências da participação em democracia na comparação com outros segmentos etários, revelam-se ainda assim diversos na comparação dentro da mesma fase de vida.

No plano das atitudes políticas, podemos considerar várias variáveis como, por exemplo, o interesse pela política, a identificação partidária, a existência de uma cultura cívica ou o apoio específico a determinado governo. Neste último caso, verificamos que o apoio difuso à democracia e aos instrumentos que a pretendem concretizar não é de modo nenhum beliscado pelos entrevistados, confirmando a tese dos «democratas insatisfeitos»¹⁰³. O apoio específico a governos ou políticos pode ser conjuntural e enquadrado num determinado período político, estando sujeito a apreciações específicas permeáveis à elisão da memória ou de novos contextos, sem que se verifique uma alteração substancial nos comportamentos e hábitos políticos. No plano dos comportamentos, como é evidente, a participação eleitoral e o grau de envolvimento (militância partidária e participação associativa) são indicadores fundamentais que espelham a diferenciação.

Começemos pela identificação partidária. Esta variável é considerada um bom indicador no estudo das atitudes políticas. E esta investigação confirma-o inequivocamente. Todavia, é importante não esquecer que somos actualmente confrontados com a crescente volatilidade do voto e, paralelamente, com a diminuição da fidelidade do mesmo em virtude da erosão do relacionamento entre partidos e eleitores a que fizemos referência no Capítulo 2.4. E, com efeito, este tipo de posicionamento mais desligado das tradicionais fidelizações partidárias pode reflectir atitudes mais críticas sem que, necessariamente, se saldem em menor participação política, convencional ou não. Efectivamente, a diversidade de que falamos envolve padrões atitudinais que vão da total integração em partidos políticos à desafeição política, denunciando atitudes francamente diferentes com relação aos partidos e à política. Porém, a identificação partidária apenas nos pode revelar uma bipolaridade de atitudes – identificação/simpatia e não identificação/não simpatia – pelo que a inclusão da variável *interesse pela política* vem contribuir para enriquecer e fundamentar a premissa da diversidade das atitudes políticas numa mesma geração.

Porque se encontra a montante da participação e do envolvimento, o interesse pela política (atestado pelo acompanhamento de assuntos políticos, pela procura de informação política e, provavelmente, pelo nível de conhecimento político) assume um papel central na clarificação desta heterogeneidade presente entre distintos grupos etários e num mesmo grupo etário.

Com efeito, os entrevistados que, ao longo da entrevista, demonstraram possuir um interesse estrutural e permanente pela política revelaram estar simultaneamente na posse

¹⁰³ Magalhães [2004, 333-361].

de um maior conhecimento político e debruçaram-se mais detalhadamente sobre aspectos da governação local e nacional. Também foram aqueles que atribuíram muita importância à política e tenderam a confirmar esse interesse pela assiduidade com que participam eleitoralmente. As excepções são Gisela e Fátima, por motivos diferentes. No caso de Gisela, a participação eleitoral está associada à identificação partidária e à militância, aspectos mecânicos resultantes de uma longa integração partidária mas que denuncia a inclusão de lógicas sociais paralelas à identificação partidária. Efectivamente, o seu interesse pela política é residual. O caso de Fátima é diferente. Militante de um partido político, Fátima reconhece que é o namorado quem a leva a exercer o seu direito de voto, reconhecendo paralelamente que o seu interesse pela política é praticamente inexistente. Assim, se a militância de Fátima pode ser explicada pela influência directa do namorado, a militância de Gisela explica-se pela dinâmica de grupo e pela interiorização de uma cultura de participação enraizada por inculcação, determinada exogenamente através do processo de socialização política a que foi sujeita pela tia e por grupos de amigos integrados partidariamente.

Quadro 2. Cruzamento das variáveis *interesse pela política* e *participação eleitoral*

		Participação eleitoral	
		Sim	Não
Interesse	Sim	Anselmo Basílio Cristina	Hélder Júlio
	Não	Fátima Gisela	Domingos Elisabete Inês Luísa

Se atentarmos ao Quadro 2, verificamos que, não fora o condicionamento mais ou menos explícito e, tanto Fátima como Gisela poderiam perfeitamente integrar a célula em branco, correspondente ao cruzamento de falta de interesse pela política e abstenção eleitoral. Assim sendo, o *interesse pela política* parece associar-se muito claramente à *participação eleitoral*, como de resto, se esperava.

Quando confrontado o *interesse pela política* com a *identificação partidária* (Quadro 3), podemos observar claramente a existência de quatro grupos de entrevistados que indiciam outros tantos tipos de atitudes com relação à política. As diferenças apuradas são

claras mas releva, uma vez mais, a aparente contradição verificada em Gisela e em Fátima, só justificada pelas explicações dadas anteriormente.

Quadro 3. Cruzamento das variáveis *interesse pela política* e *identificação partidária*

		Identificação partidária	
		Sim	Não
Interesse pela política	Sim	Hélder Júlio	Anselmo Basílio Cristina
	Não	Fátima Gisela	Domingos Elisabete Inês Luísa

Ao realizarmos o cruzamento da *identificação partidária* com o *conhecimento político* (Quadro 4), verificamos que os resultados são semelhantes. Todos os indivíduos entrevistados se posicionam uns em relação aos outros seguindo a mesma distribuição pelas células observada no Quadro 3. É importante recordar que a identificação partidária não se define pela militância partidária. Na selecção dos indivíduos e por mero acaso, nenhum entrevistado não militante se manifestou identificado com algum partido político do espectro político português. Os quatro entrevistados que revelaram identificar-se com partidos políticos são, efectivamente, quatro militantes partidários. Mas a possibilidade de terem sido entrevistados indivíduos com simpatias partidárias e sem qualquer tipo de envolvimento partidário não inviabilizaria os cruzamentos de variáveis apresentados. Caso isso pudesse acontecer, viriam a ser integrados numa das duas células disponíveis, consoante o nível de interesse pela política e conhecimento político exibidos.

Entre aqueles que se identificam politicamente com um partido, só Fátima parece ter sido integrada totalmente fora de um quadro de afeição pelo partido. Em todos os outros casos, a integração surgiu após uma primeira manifestação de simpatia: Júlio, Gisela, Hélder. Em contrapartida, verificamos que indivíduos com interesse pelos assuntos políticos – Anselmo, Basílio, Cristina – não se identificam partidariamente com nenhum partido, colocando em evidência o facto de identificação partidária e interesse pela política não terem necessariamente uma correlação positiva, como ficou expresso.

Quadro 4. Cruzamento das variáveis *conhecimento político* e *identificação partidária*

		Identificação partidária	
		Sim	Não
Conhecimento político	Sim	Hélder Júlio	Anselmo Basílio Cristina
	Não	Fátima Gisela	Domingos Elisabete Inês Luísa

A instrução, tal como foi dito, é um bom preditor da participação política. Porque, antes de mais, à instrução estão normalmente associados maiores níveis de conhecimento. O conhecimento político é uma variável mais subjectiva e de difícil medição do que os níveis de instrução ou escolaridade. Porém, tendo em conta a avaliação que foi feita ao longo de cada entrevista, é possível apurar graus distintos de conhecimento em cada um dos entrevistados, por comparação entre eles. Efectivamente, o guião de entrevista privilegiou a obtenção de dados referentes à posse de informação política. Neste caso, a informação política foi disseminada em diferentes níveis de conhecimento político exibidos por cada um dos entrevistados, aos quais foi pedido que se pronunciassem sobre três temas: *clivagens ideológicas*, *principais partidos políticos portugueses* e *sistema eleitoral*. Além disso, foram ainda sujeitos a uma ficha de perguntas directas sobre *política nacional* e *internacional*. Com base nestes elementos, demos início a um curioso exercício com vista a medir o conhecimento político dos entrevistados¹⁰⁴.

¹⁰⁴ As respostas às 27 perguntas directas da Ficha 2 (política nacional e internacional) foram contabilizadas de forma simples tendo sido o acerto convertido posteriormente em percentagens: Hélder (92,6%), Basílio e Júlio (88,9%), Cristina (70,4%), Anselmo (66,7%), Elisabete (59,3%), Gisela e Luísa (55,6%), Domingos (51,9%), Fátima (37,0%) e Inês (14,8%). Posteriormente foram definidas 5 categorias construídas comparativamente – conhecimento muito forte (entre 91% e 100%), conhecimento forte (entre 71% e 90%), conhecimento razoável (entre 51% e 70%), conhecimento fraco (entre 31% e 50%) e conhecimento muito fraco (entre 0% e 30%) – aos quais foram atribuídas pontuações de 1 (muito fraco) a 5 (muito forte). Essas pontuações foram adaptadas ao conhecimento genérico sobre clivagens ideológicas, partidos políticos e sistema eleitoral português. Finalmente, foram atribuídos pesos a cada uma das dimensões de análise, tendo em conta a respectiva complexidade. Assim, ao conhecimento sobre clivagens ideológicas foi atribuído um peso de 0,2; ao conhecimento sobre partidos políticos foi atribuído um peso de 0,3; ao conhecimento sobre o sistema eleitoral português foi atribuído um peso de 0,1; ao conhecimento sobre política nacional foi atribuído um peso de 0,25; e, ao conhecimento sobre política internacional foi atribuído um peso de 0,15. O alinhamento final reuniu os entrevistados em quatro categorias: conhecimento forte (Basílio, Hélder, Júlio, Cristina), conhecimento razoável (Anselmo), conhecimento fraco (Elisabete, Luísa, Gisela, Domingos) e conhecimento muito fraco (Fátima, Inês).

Os resultados desse exercício permitiram-nos dividir o universo dos entrevistados em matéria de conhecimento, bipolarizando-o: os que têm um razoável nível de conhecimento político e os que não têm. Por outro lado, o grupo dos entrevistados que revelaram possuir maior conhecimento político foi confrontado com a variável *instrução* e, à excepção de Hélder, confirmámos a tendência de quem tem mais conhecimento político possui, regra geral, maiores níveis de instrução. O contrário já não é tão linear, uma vez que Inês e Luísa frequentam ou concluíram o Ensino Superior, respectivamente, apresentando fracos níveis de conhecimento político.

Esta situação leva-nos a ponderar se o conhecimento não será realmente um melhor indicador do que a instrução, uma vez que um indivíduo instruído pode não revelar o interesse pela política que lhe despoletará a necessidade de se informar. Em contrapartida, factores como a socialização política e integração partidária poderão realmente funcionar como elementos que complementam a falta de instrução, induzindo a necessidade de aquisição de conhecimentos políticos.

Quadro 5. Cruzamento das variáveis *nível de escolaridade* e *conhecimento político*

		Conhecimento político	
		Sim	Não
Nível de escolaridade	Superior	Anselmo Basílio Cristina	Júlio Inês Luísa
	Básico/ Secundário	Hélder	Domingos Elisabete Gisela Fátima

De facto, as variáveis *interesse pela política* e *conhecimento político* tendem a estar associadas positivamente porque, à semelhança do Quadro 2 que ilustrava a relação entre *interesse pela política* e *participação eleitoral*, quando cruzadas as variáveis *conhecimento político* e *participação eleitoral*, o resultado é exactamente o mesmo como se poderá observar adiante.

Quadro 6. Cruzamento das variáveis *conhecimento político* e *participação eleitoral*

		Participação eleitoral	
		Votante assíduo	Votante ocasional/ abstencionista
Conhecimento político	Sim	Anselmo Basílio Cristina	Hélder Júlio
	Não	Gisela Fátima	Domingos Elisabete Inês

Como se pode ver, os entrevistados com menores níveis de conhecimento político são também aqueles que votam com menos assiduidade. Enquanto isso, Gisela e Fátima posicionam-se uma vez mais como casos excepcionais porque o seu tipo de participação é ditado pela integração partidária (Gisela) e pela rede de sociabilidade afectiva (Fátima).

Mas a conclusão mais interessante é-nos dada pela célula do quadro que resulta do cruzamento entre «votante ocasional/abstencionista» e «muito conhecimento» (célula em branco no Quadro 6), revelando a importância que o conhecimento pode ter no comportamento político e, neste caso, eleitoral. Não há, neste lote de entrevistados, indivíduos que possuam conhecimento político e, cronicamente, se abstenham de votar. Claro que há indivíduos com conhecimento político, cujo sentimento de protesto contra o sistema político ou sistema partidário, os leva a não participarem eleitoralmente. Contudo, reunir no mesmo grupo indivíduos que, cumulativamente, se interessem pela política, denotem bons conhecimentos políticos, procurem informação política mas que não participem eleitoralmente por motivos ideológicos, será uma tarefa interessante mas que, julgamos, redundará num segmento residual de jovens.

A relação entre o conhecimento e participação eleitoral parece ganhar mais peso com o cruzamento dado pelo Quadro 7, o qual confirma a associação positiva entre *conhecimento político* e o *interesse pela política*.

Quadro 7. Cruzamento das variáveis *interesse pela política* e *conhecimento político*

		Conhecimento político			
		Sim		Não	
Interesse pela política	Sim	Anselmo	Hélder		
		Basílio	Júlio		
	Não			Domingos	Fátima
				Elisabete	Inês
				Gisela	Luísa

Assim, os entrevistados que reconhecem ter interesse pela política, são também aqueles que demonstram ter conhecimentos políticos mais aprofundados. Em contrapartida, os entrevistados com menos interesse, revelam consecutivamente menos conhecimentos. De resto, esse aspecto é também de algum modo confirmado pelo tempo de duração das entrevistas, revelador do à vontade e dos conteúdos de natureza política que os entrevistados estavam dispostos ou com competência para partilhar. De um lado, as entrevistas de Hélder, Basílio e Júlio foram suficientemente longas para confirmar o interesse e nível de conhecimento possuído, sem a necessidade de intervenção do entrevistador, a não ser para recentrar as declarações do entrevistado no tema em análise ou para passar a outro tema. Em contrapartida, Inês e Fátima limitaram-se a responder directamente às perguntas colocadas fazendo das suas entrevistas as mais curtas de todas.

Tendo em conta as variáveis utilizadas – conhecimento político, participação eleitoral, interesse pela política, identificação partidária, envolvimento cívico e partidário – observa-se um conjunto de características que diferem de grupo para grupo de entrevistados e que, a este nível, possibilitam a sua reunião em quatro perfis. Da análise comparativa, resulta a constatação que uns detêm maiores níveis de conhecimento e interesse que outros, alguns dos entrevistados são voluntaristas ao ponto de se envolverem em organizações e, como é evidente, também os comportamentos políticos são distintos.

Na sequência dos trabalhos de investigação desencadeados por José Viegas e Sérgio Faria, estão neste momento a ser testados quatro *tipos-ideais* de indivíduos. Estes dois

investigadores optaram por agrupar os indivíduos segundo o critério de *proximidade a partidos políticos* e o *interesse* pela política. Assim, com referência ao corpo teórico disponível relativo a determinados perfis de indivíduos (nos seus relacionamentos com a política) e no decurso das suas próprias investigações empíricas, Viegas e Faria distinguiram quatro *tipos-ideais* definidos pela *integração partidária* (indivíduos com interesse pela política e com proximidade a partidos políticos), pela *atitude crítica* (indivíduos com interesse pela política e sem proximidade a partidos políticos), pela *atitude adepta* (indivíduos sem interesse pela política e com proximidade a partidos políticos) e pela *desafeição política* (indivíduos sem interesse pela política e sem proximidade a partidos políticos). Estes perfis pretendem indicar casos típicos de atitudes e comportamentos políticos através da medição do seu interesse pela política e da simpatia partidária.

Após testarmos aquelas características nos nossos entrevistados, ensaiámos a aplicabilidade de elementos adicionais com que temos vindo a trabalhar, para além da proximidade a partidos políticos e do interesse pela política. Assim, foram incluídos a posse de recursos cognitivos (políticos), a intensidade da socialização política, a intensidade da integração partidária e cívica, a identificação partidária e a participação eleitoral¹⁰⁵. Neste momento, torna-se fundamental advertir que, naturalmente, há características particulares de natureza psicológica, como a personalidade, que são fonte de diferenciação entre indivíduos sujeitos a um mesmo percurso social. Ou seja, torna-se fundamental advertir para o cuidado a ter em aceitar de bom grado quaisquer determinismos sociais em detrimento de outras fontes de diferenciação.

A respeito da construção dos perfis, foi parcialmente adoptada a tipologia – ainda provisória – de Viegas e Faria, com a única excepção dos *integrados*. Porque exibem grande nível de integração e socialização políticas e, além disso, porque revelam uma enorme proximidade a partidos políticos, substituiremos a designação *integrados* por *militantes*, ou seja, «aquele que está em exercício» e que se identifica fortemente com a causa em que está envolvido¹⁰⁶. Esta categoria implica uma identificação partidária sólida e difere dos «adeptos» na atitude mais activa, mobilizada, arreigada a uma causa, militante.

¹⁰⁵ A intensidade da integração partidária vai além da simples adesão formal a um partido político, isto é, entre os membros de um partido há graus distintos de integração, dada por elementos como o número de anos de pertença e o próprio sentimento de pertença. A este respeito, as diferenças entre Hélder e Fátima são evidentes.

¹⁰⁶ *Militante*, neste sentido, não se refere exclusivamente à militância partidária embora também a possa incluir. O sentido proposto considera a militância formal e a militância informal, sendo dado antes de mais pela forte identificação partidária, pelo grande interesse e pelo envolvimento activo. Ao contrário, o sentido proposto para o *adepto* é dado por uma identificação partidária seguidora, por um fraco interesse pela política e pelo envolvimento político tendencialmente passivo ou espectador.

a) Militantes

Os *militantes* são indivíduos com um alto grau de integração política. São «militantes» porque colaboram activamente em partidos políticos ou em estruturas conotadas com os partidos e revelaram uma identificação partidária sólida, em coerência com a ideologia perfilhada. Também se caracterizam pelo envolvimento em actividades cívicas e associativas, apesar da integração partidária e da participação eleitoral serem geralmente prioritárias.

Caracterizam-se também por votarem assiduamente, interessarem-se muito pela política e demonstram possuir um bom nível de recursos cognitivos. Porque sempre demonstraram interesse ao longo das suas vidas, a teoria dos ciclos de vida tende a não se lhes aplicar como em outros perfis de indivíduos.

Ainda dentro dos principais traços típicos, os militantes são caracterizados por terem passado por processos específicos de socialização política – primária e secundária – a partir das suas experiências no seio da família, no grupo de amigos, na escola e nos meios políticos em que actuam. Hélder e Júlio foram sujeitos a processos de socialização política precoce, são militantes activos de partidos políticos, revelam possuir bons recursos cognitivos e o seu interesse pela política não se revelou após a entrada na idade adulta.

Distinguem-se dos *críticos*, sobretudo pela identificação partidária e dos *adeptos* pelo enérgico compromisso com partidos políticos ou estruturas conotadas com partidos políticos. Estão nos antípodas dos *desafectos*.

Principais características:

- i. Integração partidária forte
- ii. Identificação partidária forte
- iii. Envolvimento cívico médio
- iv. Participação eleitoral forte
- v. Bom nível de conhecimentos políticos
- vi. Socialização política intensa (primária e secundária)
- vii. Forte interesse pela política

b) Críticos

Os *críticos* são indivíduos que, embora mobilizados politicamente, não integram estruturas partidárias nem exprimem uma identificação partidária definida, reagindo às propostas políticas de acordo com as suas convicções e avaliações num dado momento. Este aspecto aproxima-os do comportamento eleitoral volátil, cujas escolhas assumem mais contornos conjunturais do que estruturais. A sua predisposição à intervenção no espaço público é sobretudo alimentada pelo envolvimento e integração em estruturas associativas: Basílio é presidente de associação cultural, Cristina é dirigente de associação ambiental, Anselmo colabora informalmente com uma associação cultural. De qualquer modo, a atitude crítica refere-se à reflexão crítica que fazem acerca das propostas eleitorais e do acompanhamento atento ao fenómeno político.

À semelhança dos *militantes*, os *críticos* caracterizam-se por participar eleitoralmente com grande regularidade embora não classifiquem a participação convencional num patamar superior à participação convencional. Caracterizam-se também pelo grande interesse pela política e por possuírem um bom nível de recursos cognitivos. Não obstante a passagem por processos de socialização política nos primeiros anos de vida, o interesse pela política é consolidado pelos contactos, interacções e experiências ao longo da vida, surgindo frequentemente em virtude da entrada num ciclo de vida em que se produzem novas interacções e se assumem responsabilidades profissionais, conjugais, etc.

Também neste caso, são indivíduos que passaram especificamente por processos de socialização política (primária e secundária), embora sejam processos menos intensos que os *militantes*, sobretudo em virtude da não pertença a estruturas partidárias. Entre os entrevistados, todos foram sujeitos a processos de socialização política mais ou menos intensos e todos demonstram possuir bons recursos cognitivos e interesse pela política. Acontece que, nestes casos, a integração social revelou-se um elemento determinante para o interesse com que actualmente acompanham o fenómeno político. Todos colaboram mais ou menos activamente com associações culturais e ambientais, expondo a dimensão cívica em que actuam na sociedade. Finalmente, estes três entrevistados revelam ainda comportamentos políticos voláteis, não obstante a proximidade sentida em relação a ideologias específicas.

Principais características:

- i. Integração partidária nula
- ii. Identificação partidária fraca
- iii. Envolvimento cívico forte
- iv. Participação eleitoral forte
- v. Bom nível de conhecimentos políticos
- vi. Socialização política intensa (primária e secundária)
- vii. Forte interesse pela política

c) Adeptos

Os *adeptos* são indivíduos com alguma integração política, a qual pode provir da institucionalização dos contactos com a política através da militância partidária ou, pelo contrário, resultar da reprodução de referências político-partidárias por *mimese*, de forma semelhante ao «contágio» verificado em termos de identificação com um clube, um grupo, um colectivo. Em todo o caso, o primeiro elemento que distingue os *adeptos* dos *militantes* é aquele elemento do compromisso convicto com o partido, ou seja, a solidez da identificação partidária assente em premissas ideológicas, confirmada pelo grau de mobilização distinto de uns e outros.

O seu modo característico de adesão ou simpatia partidária enquadra-se em esquemas de acção assentes em *mimese* social. Essa condição leva-os a votar assídua e fielmente num partido político. Não revelam um interesse acentuado pela política e, regra geral, exibem um nível fraco de conhecimento político. Tal como os *críticos*, este grupo de pessoas caracteriza-se por uma maior permeabilidade ao efeito dos ciclos de vida.

Nos dois casos identificados – Gisela e Fátima – constatamos que foram sujeitas a processos de socialização política sem que daí tenha resultado um sentimento de competência subjectiva como no caso dos *militantes* e dos *críticos*: Gisela é levada pela tia a descobrir a sua adolescência em festas do PCP e a sua integração é mais social que política; por seu turno, Fátima é claramente influenciada pelo namorado e pelas escolhas deste. Neste último caso, a inclusão de Fátima neste perfil dos *adeptos* é concretizada em virtude da participação eleitoral e da militância partidária pelo que a distância que a separa entre os *adeptos* e os *desafectos* é menor que a espessura de uma folha de alface.

Principais características:

- i. Integração partidária fraca
- ii. Identificação partidária forte
- iii. Envolvimento cívico médio
- iv. Participação eleitoral forte
- v. Fraco nível de conhecimentos políticos
- vi. Socialização política média (secundária)
- vii. Fraco interesse pela política

d) Desafectos

Os *desafectos* são indivíduos que denotam uma fraca ou total ausência de integração política. Não se envolvem nem contactam com partidos políticos e a colaboração activa com organizações sociais, recreativas e desportivas é residual. Sem interesse pela política e sem recursos cognitivos satisfatórios, o seu comportamento eleitoral caracteriza-se pela abstenção, a qual é, nuns casos, a regra. Efectivamente, o perfil de desafeição política é construído pelos baixos índices de participação eleitoral, pelo desinteresse, pela falta de conhecimento e pela quase total ausência de experiências políticas, convencionais ou alternativas. No plano da política, tendem a ser mais sujeitos à acção dos ciclos de vida por efeito da integração social, embora esse aspecto não tenha uma aplicação universal.

Entre os indivíduos entrevistados, apenas Elisabete aparenta ser actualmente mais sensível à importância da participação eleitoral, na sequência do envolvimento com o companheiro. Mas continua a pôr em causa a validade da participação eleitoral. Mais permeáveis às ideias dominantes postas em circulação a respeito dos agentes políticos pelos *media*, substituem a avaliação crítica à performance dos agentes políticos pelo desinteresse e desmobilização: Domingos, Elisabete e Luísa têm em comum a opinião pejorativa acerca dos políticos e as «injustiças» que daí advém. De resto, a desconfiança relativamente aos agentes políticos é uma tónica comum.

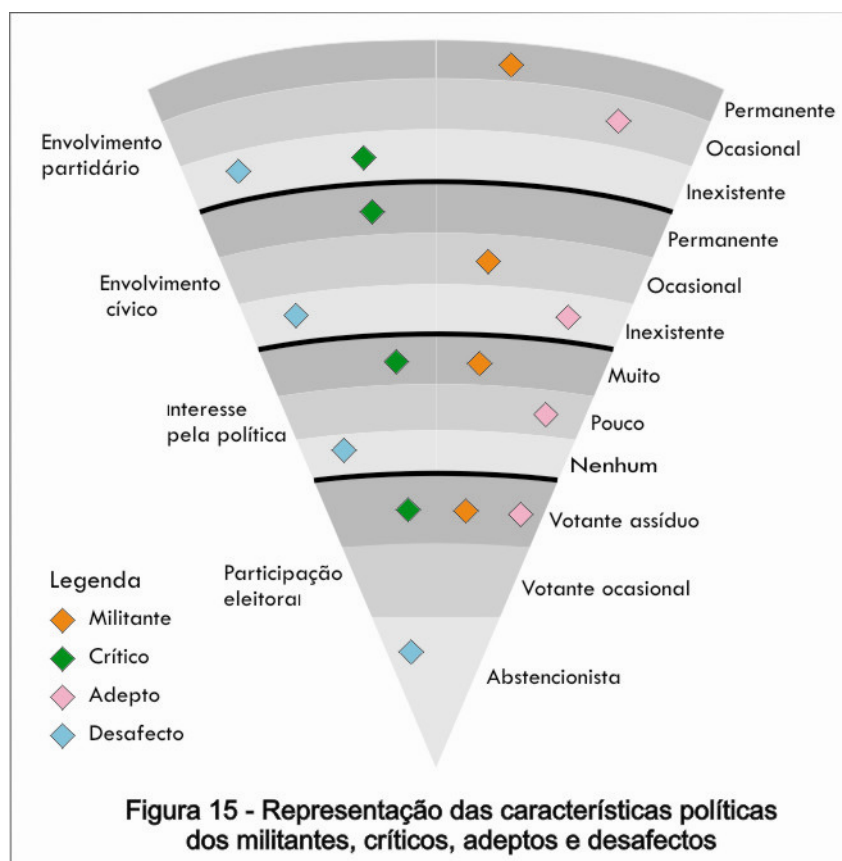
De um modo geral, não foram sujeitos a processos específicos de socialização política. No plano da socialização primária, os seus contactos com a política resumem-se quase exclusivamente ao sistema formal de ensino e a circunstâncias pontuais. É nas interacções ulteriores, no plano das socializações secundárias, que são susceptíveis de assimilar recursos

cognitivos, normas e valores políticos embora tais interações não se revelem intensas, permanentes ou determinantes. Apesar de uma tímida aproximação à categoria dos *adeptos* com a participação num par de actos eleitorais, Elisabete revela um comportamento semelhante ao de Fátima uma vez que essa participação é ditada pela influência do companheiro. Sem embargo, admite-se que o desinteresse e alguma apatia a que se habituou na casa dos pais, possam vir a sofrer alterações provocadas pela convivência com o companheiro.

Principais características:

- i. Integração partidária nula
- ii. Identificação partidária fraca
- iii. Envolvimento cívico fraco
- iv. Participação eleitoral fraca
- v. Fraco nível de conhecimentos políticos
- vi. Socialização política fraca
- vii. Fraco interesse pela política

A fig. 15 pretende sintetizar algumas das características políticas destes quatro tipos-ideais. Ao contrário das figuras precedentes, relativas às características individuais de cada um dos entrevistados, a próxima figura não considera a dimensão da ideologia política, permanecendo em contrapartida as dimensões do envolvimento partidário, envolvimento cívico, interesse pela política e participação eleitoral.



Perante a agregação dos entrevistados em conjuntos típicos construídos a partir de características que, no limite, espelham aquilo que pode ser considerado uma cultura política convergente ou divergente com a exigência de participação das democracias, dedicaremos as próximas linhas à ligação destas características com a cultura política.

Recuperemos para isso a definição de cultura sugerida por Ronald Inglehart, segundo o qual, a cultura se refere a um conjunto de valores e conhecimento interiorizados e partilhados pelas pessoas que integram uma sociedade, os quais são transmitidos de geração em geração¹⁰⁷. Nesse caso, uma cultura política que seja concordante com os

¹⁰⁷ Inglehart [1997, 15].

princípios da democracia representativa – igualdade perante a lei, separação de poderes, representatividade, primazia da lei, etc. – deverá privilegiar os valores da igualdade, da soberania popular, do bem comum, da reciprocidade, etc., que podem ser observados através da participação política convencional e alternativa e do envolvimento cívico dos membros.

Em conformidade com os elementos constitutivos da cultura política de uma comunidade ou de uma sociedade – valores encorajados pelo modelo de governação democrática, o corpo de conhecimentos que edifica instituições democráticas, as reproduz e leva à interiorização dos seus princípios pelos novos elementos de uma sociedade –, estes *tipos-ideais* indicam um conjunto de características denunciadoras de hábitos culturais que podem ser de participação activa, envolvimento político, observação distante ou total desinteresse. Conforme os casos, podemos falar de uma cultura política consistente e concordante com os princípios encorajados pelas democracias actuais ou, por outro lado, de uma cultura política incipiente e assumidamente passiva. Ora, de acordo com o conceito de cultura política de participação aqui seguido, quer os *militantes* quer os *críticos* exibem padrões culturais convergentes com o ideal de participação e envolvimento cívico postulados pela democracia. Além disso, a maior autonomia exibida posiciona-os nas imediações da *liberdade do sujeito* defendida por Alain Touraine e que, segundo este, espelha uma ideia de cultura democrática como resultado da combinação de racionalidade, liberdade pessoal e identidade cultural¹⁰⁸.

Por seu turno, os *adeptos* e os *desafectos* não manifestam de modo claro esses elementos culturais por duas razões distintas. Em primeiro lugar, os *adeptos*, exibindo comportamentos políticos convergentes, não revelam os níveis de interesse, conhecimento e autonomia demonstrados pelos *militantes* e *críticos*. Do ponto de vista das atitudes políticas, tendem a manifestar-se mais passivos, mais permeáveis ao condicionamento externo e, por isso, menos autónomos. Em segundo lugar, os *desafectos* não se revelam portadores de uma cultura política de participação por não reflectirem nos seus comportamentos políticos, atitudes políticas convergentes com tal exigência. Não é suficiente dizerem-se democratas e considerarem que a democracia «é de todos os sistemas, o menos mau».

Finalmente, os menores níveis de recursos cognitivos postos à disposição pelos níveis de integração política (como no caso da pertença a partidos, associações, tertúlias, etc.),

¹⁰⁸ Touraine [1994, 43-47].

fazem dos *desafectos* um segmento populacional com um *apport* insuficiente de contributos políticos para o capital social circulante na sociedade, ao contrário dos *militantes* e dos *críticos*.

8.2.2. O impacto da socialização política nas atitudes e comportamentos dos jovens

Vimos como o *interesse pela política* e o *conhecimento político* são duas variáveis cuja associação é bastante clara e, com as *nuances* particulares de Fátima e Gisela (integradas partidariamente mas com uma relação com a política pautada pela adesão fundada no seguidismo), ambas as variáveis estimulam condições favoráveis à participação política. Desde logo, porque o interesse num objecto predispõe à assimilação de informação acerca do mesmo. A assimilação de informação política decorrente do interesse pela política não é excepção e, naturalmente, a posse de informação política está na origem de mais interesse, habilitando o indivíduo a decidir com mais recursos ao seu dispor.

No caso dos entrevistados que revelam maior interesse pela política, essa reciprocidade entre *interesse pela política* e *conhecimento político* é facilmente demonstrável. Fazendo justiça à tese do sentimento de competência subjectiva estimulado pela posse de informação política, confirmamos que os nossos entrevistados mais interessados demonstram maior segurança nas análises políticas e nas convicções do que os entrevistados menos interessados. Isso é particularmente evidente na maior profundidade com que opinam acerca de clivagens ideológicas, clivagens partidárias e desempenhos dos governantes.

Mas a associação entre *interesse pela política* e *conhecimento político* é extensível à procura de informação política, como seria expectável. Para dar substrato ao interesse que se pode sentir por alguma matéria ou objecto é necessário que se saiba ou procure saber como funciona essa matéria ou objecto: qual a sua origem, funcionamento, aplicabilidade, agentes, consequências. Esta «sede» só pode ser saciada junto das fontes de informação disponíveis. No decurso das entrevistas foi-nos possível verificar que as duas grandes fontes de informação política para os jovens são os contactos interpessoais e os meios de comunicação de massa, os quais tendem a ser diversificados à medida que o interesse e conhecimento aumentam. Por força das suas condições de militantes activos, Hélder e Júlio juntam àquelas fontes o partido a que pertencem.

No respeitante às fontes mediáticas de informação política, a televisão, os jornais, a internet e a rádio figuram entre as preferências dos entrevistados mais atentos, embora a

televisão ocupe lugar de destaque¹⁰⁹. As três primeiras fontes de informação são frequentemente indicadas pelos entrevistados que procuram informação política com alguma regularidade (Hélder, Júlio, Anselmo, Basílio, Cristina), ao passo que a televisão é indicada por todos.

Convém ressaltar que a informação veiculada pela televisão surge – nos casos em que não há uma procura declarada de informação política – como elemento acessório, circunstância que permite imputar nesses casos uma exposição passiva à informação veiculada. E tem horas. A informação política veiculada pela televisão «serve-se» às horas das refeições e as famílias portuguesas não a dispensam quando se sentam à mesa para assistir, mais ou menos atentamente, a um produto em concreto: os telejornais. Os telejornais, fazem parte da dinâmica familiar dos entrevistados e, nalguns casos, as notícias e os comentários que merecem alguns conteúdos são a principal porta de acesso e contacto com o mundo da política.

Assim, os entrevistados que demonstram deter maior conhecimento e interesse pela política são os que, simultaneamente, procuram informação política entre a família, amigos, jornais, rádio, televisão: Hélder, Júlio, Anselmo, Basílio e Cristina (*militantes e críticos*). Contrariamente, os entrevistados que demonstram possuir menos conhecimentos políticos e menos interesse, são aqueles que reconhecem não procurar informação política: Domingos, Elisabete, Gisela, Fátima, Inês e Luísa (*adeptos e desafectos*). A informação até pode chegar-lhes pela televisão, mas isso não significa que a procurem e lhe dêem atenção. Nestes casos, a informação política veiculada pelos *media* não surte os efeitos esperados em indivíduos cuja atenção é captada por outro tipo de conteúdos não políticos.

Enquanto veículo de transmissão de conhecimento e referências culturais, a socialização vê confirmados os seus créditos pois a associação entre o interesse pela política, conhecimento e informação política parece ser extensível à socialização política. Como se pode ver, no Quadro 8, os jovens que revelam maior conhecimento político e interesse que os leva a procurar informar-se sobre assuntos de natureza política são, precisamente, aqueles que passaram por processos de socialização política – primária ou secundária – com alguma intensidade.

Quando nos referimos deste modo à socialização política, fazemo-lo com vista a demarcar simples, pontuais e inconsequentes interacções, de um processo de socialização

¹⁰⁹ Esta preponderância da televisão é confirmada pelo recente estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. Ver Magalhães e Moral [2008, 22 e 23].

contínuo cujas marcas são evidentes. Assim, o facto de Basílio ter referido um conjunto de reacções e opiniões políticas que aprendeu a identificar no pai – algumas das quais presentes em si próprio – indicam um processo de socialização primária não muito intenso, mas o suficiente para que Basílio fosse estando sempre atento ao fenómeno. Em contrapartida, para além de nunca ter sido confrontado com situações ou episódios marcantes, os contactos de Domingos com a política resumiram-se aos petiscos do avô materno em sedes de partidos políticos que só mais tarde veio a saber o que eram.

Quadro 8. Cruzamento das variáveis *conhecimento político, interesse pela política e procura de informação política, com socialização política*

		Conhecimento político		
		Interesse pela política		
		Procura de informação política nos media		
		Sim	Não	
Socialização política	Intensa	Anselmo Basílio Cristina	Hélder Júlio	Gisela
	Não intensa			Domingos Elisabete Fátima Inês Luísa

Esta associação é reveladora da influência da socialização política em variáveis que favorecem a participação eleitoral (conhecimento político e interesse pela política), ainda que não explique a ausência de interesse pela política manifestada por Gisela. Há, nesta entrevistada, um conjunto de situações que podem ajudar a clarificar este desinteresse: a precariedade laboral, a orientação da socialização a que foi sujeita para os direitos laborais e para a dinâmica da festa e da solidariedade grupal, as referências ideológicas primárias e sem grande complexidade cognitiva e, também, o afastamento do partido.

Porém, os processos de socialização política a que foram sujeitos alguns entrevistados (com maior incidência numa fase inicial de vida ou numa fase ulterior) são distintos na forma e no conteúdo. Além disso, como vimos individualmente, em quase todos os entrevistados que passaram por processos de socialização política há uma ligação directa entre os valores sociais, conhecimentos e interesse transmitidos e as atitudes políticas manifestadas. Anselmo refere que sempre se interessou por política, reconhecendo a influência dos pais. O mesmo se verificou com Cristina, Hélder e Júlio, apesar do interesse pela política ter

aumentado de intensidade com o aumento da interacção proporcionado pela experiência da universidade nos casos de Anselmo e Cristina.

Não obstante a socialização política de Basílio ter contornos diferentes dos restantes entrevistados que acabámos de indicar por se caracterizar por uma diversidade de interacções dispersas no espaço e no tempo (o pai, a família, os professores, o padre da aldeia, os amigos e os colegas de direcção) e de um processo evolutivo de auto-reflexão (a interpelação do tio, os protestos permanentes do pai e a identificação de um partido político com essa atitude e a dualidade dos meios de origem e de chegada), a entrada na universidade funcionou de forma semelhante ao que verificámos em Cristina e Anselmo. Contrariamente ao que verificámos em Luísa e Inês.

De resto, a ideia da socialização política se encontrar associada à participação pela via do conhecimento político e interesse pela política que induz o sentimento de competência subjectiva é consagrada no seguinte quadro.

Quadro 9. Cruzamento das variáveis *socialização política* e *participação eleitoral*

		Participação eleitoral	
		Sim	Não
Socialização política	Sim	Anselmo Basílio Cristina	Gisela Hélder Júlio
	Não	Fátima	Domingos Elisabete Inês Luísa

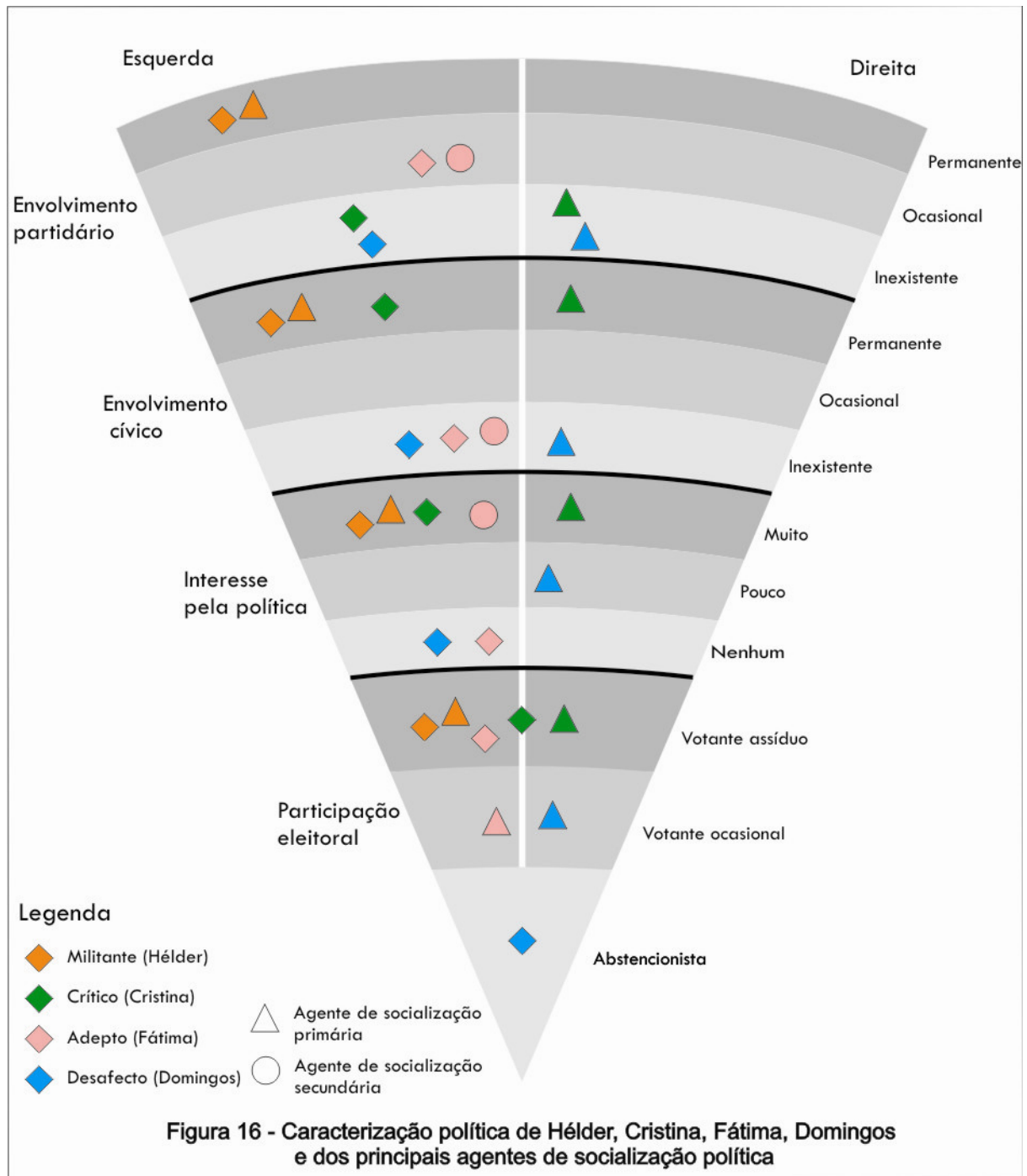
Vemos como, à excepção de Fátima, os entrevistados que passaram por processos mais ou menos intensos de socialização política (que são os mesmos que possuem mais conhecimento, têm mais interesse e procuram informação política), são também aqueles que mais participam eleitoralmente. E, na verdade, são também aqueles que mais se envolvem em outras actividades políticas, convencionais ou não. Fátima é a excepção pelos motivos referidos a respeito da influência determinante do namorado. É possível que a participação eleitoral e cívica de Gisela seja explicada por uma socialização política cujas lacunas ao nível do interesse pela política e do conhecimento político sejam complementadas por um alto nível de integração partidária e grupal.

Assim, consideramos que a socialização política favorece efectivamente o interesse pela política e a participação política, embora não seja claro qualquer tipo de associação positiva com a identificação partidária: Basílio, Cristina e Anselmo são exemplos de que a ausência de identificação partidária não é sinónimo de falta de interesse ou de desafeição política. Mas isso também não significa o inverso. A tendência abstencionista de Domingos, Elisabete, Inês e Luísa confirmam a falta de interesse conjugada com a não sujeição a processos de socialização política e a ausência de identificação partidária.

Sinalizamos a importância da socialização política na predisposição dos indivíduos à participação. Contudo, ainda nos resta explorar o papel da socialização política ao nível da transmissão específica de referências políticas aos entrevistados. Isto é, explorar como se processa a transmissão intergeracional destas referências, sem esquecer a dinâmica intrageracional.

A análise das entrevistas permitiu identificar agentes externos que, pela sua relação com os entrevistados, nos autorizam a estabelecer vínculos de socialização política entre uns e outros. Para cada entrevistado, foi construído um diagrama de relacionamentos, esperando sinalizar os agentes socializadores de referência em matéria política. Para tal, recorreu-se à utilização de cinco marcadores que visam posicionar entrevistados e agentes entre si: *ideologia*, *envolvimento partidário*, *envolvimento cívico*, *interesse pela política* e *participação eleitoral*.

A fig. 16 pretende ilustrar as diferentes redes de relacionamento dos quatro entrevistados que mais se assemelham a cada um dos *tipos-ideais* construídos: Hélder representa o tipo *militante*, Cristina representa o tipo *crítico*, Fátima representa o tipo *adepto* e Domingos representa o tipo *desafecto*.



Praticamente todos os entrevistados se posicionam na órbita dos seus respectivos agentes de socialização, indiciando uma forte ligação entre uns e outros. Essa proximidade observada na fig. 16 é, de um modo geral, extensível aos restantes casos estudados.

A maior convergência com os agentes de socialização primária é dada observar pelo relacionamento de grande proximidade de Hélder com os pais. Os comportamentos do jovem militante do Partido Comunista parecem ser decalcados dos comportamentos dos

familiares mais directos, entre os quais os pais e a avó materna. Esta grande correspondência no tipo *militante* é explicada por amplos e bem sucedidos processos de socialização primária ocorridos maioritariamente numa perspectiva de assimilação intergeracional.

Entre os *críticos*, a convergência de Cristina com o pai é também assinalável. A única divergência identificada é eminentemente ideológica. Mas esta divergência podia verificar-se no plano do envolvimento cívico, de que o relacionamento de Basílio com o pai é um bom exemplo. Em todo o caso, os processos de socialização política a que são sujeitos os *críticos* são igualmente eficazes apesar de, nestes casos, a socialização secundária adquirir maior relevância, tornando-os mais permeáveis ao efeito do ciclo de vida. Por outro lado, entre os *críticos*, a integração política não se faz tanto pela institucionalização que decorre da pertença a um partido político mas sim da própria integração social.

A diferença entre *adeptos* e *militantes* reside grandemente no grau de interesse e conhecimento político. Mas, também se verifica ao nível da socialização política, bem mais marcada e intensa dos primeiros anos de vida entre os *militantes* do que entre os *adeptos*. O caso de Fátima é paradigmático, não porque se filiou num partido político mas porque todo o seu comportamento é ditado por normas sociais e pela referência do namorado. Na fig. 16 foi apenas considerado o namorado de Fátima porque este determina o seu relacionamento com a política. Importa salientar que as primeiras referências ao partido em que se filiou não nasceram do relacionamento com o namorado mas sim de alguma presumível simpatia do pai pelo PS. O envolvimento partidário de Fátima é determinante na medida em que, mercê da pressão exercida por Jorge, Fátima exerce regularmente o seu direito de voto.

Finalmente, a quase ausência de socialização política entre os *desafectos* resulta da fraca transmissão de informação política pelos seus agentes de socialização: o avô de Domingos era homem que se interessava pouco pela política. A socialização primária de Domingos foi, assim, orientada para outros aspectos da vida social. E no desenrolar dos anos, poucos foram os contactos ou experiências que aproximassem a política dos seus interesses, determinando as suas atitudes e comportamentos políticos.

O quadro seguinte tem em vista sistematizar a informação da figura anterior, indicando o grau de convergência entre entrevistados e agentes de socialização. Foram definidos quatro tipos de convergência – *grande convergência*, *convergência*, *divergência* e

grande divergência – que resultam do somatório das pontuações/posições atribuídas a cada um dos marcadores¹¹⁰.

Estas pontuações serviram para posicionar cada um dos indivíduos com respeito às dimensões em questão, sendo a relação de convergência expressa pelas diferenças de posicionamento entre entrevistados e agentes. Portanto, significam apenas um mecanismo de posicionamento de uns e outros.

Quadro 10. Índice de convergência entre entrevistados e agentes socializadores de referência

Entrevistado (E)	Agente Socialização (AS)	Ideologia			Integração/envolvimento			Participação eleitoral			Total
		E	AS	Dif.	E	AS	Dif.	E	AS	Dif.	
Anselmo	Pais	4	5	1	3	3	0	5	5	0	0,3
Basílio	Pai	4	3	1	3	2	1	5	3	2	1,3
Cristina	Pai	4	1	3	4	4	0	5	5	0	1,0
Domingos	Pai	4	5	1	3	3	0	1	5	4	1,7
Domingos	Avô	4	2	2	3	3	0	1	3	2	1,3
Elisabete	Pais	3	2	1	2	1	1	1	1	0	0,7
Elisabete	Ricardo	3	1	2	2	2	0	1	5	4	2,0
Fátima	Pais	5	4	1	4	2	2	5	3	2	1,7
Fátima	Jorge	5	5	0	4	4	0	5	5	0	0,0
Gisela	Pai	5	2	3	5	2	3	5	3	2	2,7
Gisela	Tia	5	5	0	5	3	2	5	5	0	0,7
Hélder	Pais	5	5	0	5	5	0	5	5	0	0,0
Inês	Pais	3	1	2	2	2	0	3	3	0	0,7
Júlio	Pai	1	1	0	5	4	1	5	5	0	0,3
Luísa	Pais	3	5	2	3	3	0	1	5	4	2,0
Luísa	Alberto	2	2	0	2	2	0	1	1	0	0,0

Legenda:

Grande convergência	0,0-1,0
Convergência	1,1-2,0
Divergência	2,1-3,0
Grande divergência	3,1-4,0

Daqui se conclui que, regra geral, todos os entrevistados apresentam aspectos comuns em termos políticos (nas dimensões estudadas) com os seus agentes socializadores de

¹¹⁰ **Ideologia:** esquerda definida (5); esquerda indefinida (4); volátil/indefinido (3); direita definida (2); direita indefinida (1). **Integração/envolvimento:** cargos políticos (5); militância partidária (4); envolvimento cívico (3); sem envolvimento (2); desafeição política (1). **Participação eleitoral:** votante assíduo (5); votante regular/ocasional (3); tendencialmente abstencionista (1). Os resultados resultantes da diferença de pontuação entre entrevistados e agentes de socialização (Dif.) são posteriormente divididos por 3 (quantidade de variáveis consideradas).

referência, variando apenas na intensidade com que convergem. Incluindo entre os *desafectos*.

Não deixa de ser notável verificar que, conjugadas as três dimensões a que os entrevistados foram sujeitos nesta análise – ideologia, envolvimento político e participação eleitoral – e integradas numa escala de convergência, todos os entrevistados manifestam *grande convergência* ou *convergência* com os seus respectivos agentes de socialização. Em nenhum caso se verificou haver divergência, a não ser no caso de Gisela com o pai, cujo relacionamento optámos por sinalizar com o objectivo de controlar a fiabilidade desta ferramenta. Naturalmente que as ligações de Gisela ao pai, mas também de Luísa aos pais e de Elisabete ao namorado, configuram uma dependência fraca naquilo que são as atitudes e comportamentos políticos respectivos. Mas apenas no caso de Elisabete se poderia admitir o contrário, tendo em conta o seu recente mas insípido interesse pela política (desde que co-habita com Ricardo). Por outro lado, é bom entender que, conforme foi observado na descrição individual das entrevistas, os relacionamentos de Luísa com o marido Alberto, de Fátima com Jorge ou de Hélder com a família, representam casos paradigmáticos porque convergem totalmente, indiciando um forte ligação entre entrevistados e agentes de socialização. No caso de Hélder com a família falamos indubitavelmente de um processo de socialização política muito intenso, admitido pelo próprio e facilmente verificável. Nos casos de Luísa/Alberto e Fátima/Jorge falamos de uma forte relação de influência.

Todavia, convém explicar que o facto de registarmos grandes níveis de convergência não significa que estejamos, *tout court*, perante amplos processos de socialização política. Para isso, tratámos de acrescentar a variável da *transmissão de informação política* pelos respectivos agentes socializadores, no sentido de averiguar de que forma aquela conformidade alcançada pelos resultados do Quadro 10 se traduz. A utilização desta variável é de primeira importância uma vez que exprime um vínculo crucial no estudo da socialização política e dos modelos de comportamento: a transmissão de conhecimento político. Além disso reflecte, de algum modo, o meio mais ou menos politizado em que se dão as interacções. Assim, no Quadro 11, é pretendido ilustrar a intensidade da socialização política recorrendo à utilização de um elemento fundamental destes processos sociais: a informação política.

Quadro 11. Índice de convergência entre entrevistados e agentes socializadores de referência com a *transmissão de informação política*

Entrevistado (E)	Agente Socialização (AS)	Índice de Convergência	Transmissão Informação Política	Total
Anselmo	Pais	0,3	0	0,1
Basílio	Pai	1,3	1	1,1
Cristina	Pai	1,0	0	0,3
Domingos	Pai	1,7	2	1,9
Domingos	Avô	1,3	2	1,8
Elisabete	Pais	0,7	2	1,6
Elisabete	Ricardo	2,0	1	1,3
Fátima	Pais	1,7	2	1,9
Fátima	Jorge	0,0	2	1,4
Gisela	Pai	2,7	2	2,2
Gisela	Tia	0,7	0	0,2
Hélder	Pais	0,0	0	0,0
Inês	Pais	0,7	2	1,6
Júlio	Pai	0,3	0	0,1
Luísa	Pais	2,0	1	1,3
Luísa	Alberto	0,0	2	1,4

Intensidade da socialização política	
Intensa	0,0-0,6
Moderada	0,6-1,2
Fraca	1,3-1,9
Ausente	2,0-2,6

Neste caso, recorreremos uma vez mais à utilização do sistema de ponderações, aqui para sobrevalorizar intencionalmente a importância daquela variável relativamente às dimensões da ideologia, integração/envolvimento e participação eleitoral¹¹¹.

Assim, temos cinco relações que se apresentam fundamentais, reforçando a transmissão de referências políticas através da socialização política. Apesar de não possuir conhecimentos políticos sólidos, é indiscutível a influência da tia de Gisela no seu percurso. Da mesma forma que é indiscutível o total desalinho com o pai no que concerne à política. Mas, talvez o mais interessante é notar como em alguns casos observados anteriormente há uma grande convergência entre entrevistados e agentes que não tem repercussões em matéria de transmissão de informação política: Luísa e o marido, Fátima e o namorado, Elisabete e a mãe ou Inês e os pais. Esta constatação (expectável) permite concluir que a socialização política não coincide necessariamente com a socialização social mais ampla, uma vez que depende fortemente dos contextos, conteúdos a agentes socializadores.

¹¹¹ As posições atribuídas à transmissão de informação política foram: muita (0); alguma (1); nenhuma (2). Uma vez que se trata de isolar esta variável para perceber o seu efeito na socialização política, foi-lhe atribuído um peso de 0,7, ao passo que às dimensões da ideologia, integração/envolvimento e participação eleitoral, foi-lhes atribuído um peso de 0,1, respectivamente.

Em suma, *a socialização política constitui-se como um elemento fundamental na configuração de uma cultura de participação política, favorecendo o interesse e o conhecimento que dão corpo a uma participação política autónoma*, atenta e orientada para fins, sejam eles relacionados com convicções ideológicas, posicionamentos instrumentais ou em harmonia com valores sociais encorajados em democracia. Com efeito, os indivíduos que passaram por processos específicos de socialização e integração políticas são, invariavelmente, aqueles cujas características mais os aproximam dos *militantes* e dos *críticos*. E estes são os que revelam um padrão cultural de «natureza» mais democrata: reificam as *normas* democráticas através da participação eleitoral e através dos *input's* que fornecem ao sistema político, respeitam as regras da convivência democrática, predispõem-se a trabalhar em prol do bem comum através de associações, partidos políticos, acções de protesto, etc.

É importante fazer uma distinção entre a socialização primária e a socialização secundária. Nos casos observados, verificou-se que aqueles indivíduos mais expostos a processos de socialização política nos primeiros anos de vida correspondem na sua essência aos perfis traçados para os *militantes* e para os *críticos*. Nestes casos, a influência do meio familiar é crucial. Em contrapartida, a socialização política em fases posteriores surge como complemento ou reforço da socialização política inicial através da integração social (exemplo da idade e da entrada na universidade) e da integração política (exemplo da pertença a grupos partidários ou associativos). Menos expostos a processos de socialização política durante a infância, os *adeptos* de que Gisela é excepção (apelamos uma vez mais à natureza formal dos *tipos-ideais*) e os *desafectos* são, quando muito, mais permeáveis à acção dos ciclos de vida por via da integração social conferida pela idade, pela entrada no mercado de trabalho, pelas responsabilidades familiares. Mas essa integração social não parece ser suficiente para lhes «inocular» disposições que accionem a sua capacidade de intervenção no espaço público através da participação política convencional ou alternativa.

Em segundo lugar, o importante papel da socialização política também é observável na «ligação umbilical» que os entrevistados mantêm com os seus agentes socializadores de referência, independentemente da intensidade dessa relação. Em matéria de transmissão de informação (seja política ou não), *todos os entrevistados conseguem identificar agentes de referência com os quais se identificam ou cujas atitudes e comportamentos reproduzem*.

De qualquer modo, a ligação forte que Anselmo, Cristina, Gisela, Hélder, e Júlio têm com os seus agentes de socialização, indicia um grau de socialização política particularmente forte. No caso de Basílio, o facto de «beber» referências de múltiplas fontes e de, mais do

que qualquer outro, fundamentar a sua caminhada num processo de auto-reflexão, determina uma ligação menos intensa com o pai, quando introduzida a variável da transmissão de informação política. No entanto, o pai parece representar um papel fundamental no crescimento de Basílio, assumindo-se seguramente como um elemento de referência política durante a infância, não obstante essa ruptura empreendida com um contexto e que ele denomina a sua «pré-história». Por outro lado, a «ligação umbilical» também é visível naqueles que, não tendo passado por processos específicos de socialização política, passaram por processos de socialização social, reflectindo nas suas atitudes e comportamentos, muitas das atitudes e comportamentos dos seus agentes socializadores de referência.

Ainda se pode dizer que o papel da socialização política também resulta claro na complementaridade de variáveis fundamentais no estudo dos comportamentos políticos, como é o caso da *identificação partidária* e da *instrução*. E fá-lo pela via do nível de conhecimento e das referências culturais transmitidas. Os menores níveis de instrução de Hélder e de Gisela (comparativamente aos licenciados) são claramente complementados pelos respectivos processos de socialização política. Em contrapartida, a ausência de uma identificação partidária específica em Anselmo, Basílio e Cristina também parece ser complementada pela socialização política. Assim, a socialização política fornece um instrumento precioso na definição de um sentimento de competência entre os entrevistados, tornando-lhes menos penosas as escolhas por via do conhecimento político que detêm.

Enfim, cumpre registar que *a socialização política parece predispor os indivíduos a adoptar uma conduta mais activa na procura de informação política*. Este aspecto está intimamente ligado com o interesse que os entrevistados *militantes* e *críticos* demonstram ter nos assuntos políticos de actualidade. Nesse caso, os *media* são importantes meios de transmissão de informação e de condução de opinião, embora não pareçam ser determinantes na interiorização de uma conduta cívica activa. Entre estes, a socialização e integração política são fundamentais para a procura de informação política tendendo a filtrar a informação política veiculada pelos *media*. Estes filtros são salvaguardados pela diversidade de fontes de informação política dos *militantes* e *críticos*. E o contrário verifica-se entre *adeptos* e, particularmente, entre os *desafectos*, cujas fontes de informação política resultam fundamentalmente dos meios de comunicação de massa.

8.2.3. Efeito geracional e efeito dos ciclos de vida

As teorias da modernização cultural procuram dar ênfase à clivagem intergeracional, traduzida por uma alteração paradigmática do sistema de valores e pela ruptura com a organização burocrática. De acordo com os pressupostos que fundamentam estas teorias, nomeadamente a *hipótese da escassez* e a *hipótese da socialização*, as gerações mais jovens vivem hoje mais comodamente e manifestam preocupações mais convergentes com os valores sociais menos materialistas, levando-as a rejeitar os esquemas tradicionais de autoridade e a estrutura burocrática que são características da organização sociopolítica montada pelas gerações precedentes. Neste caso em particular, a *hipótese da escassez* remete mais para uma substituição gradual de valores (materialistas pelos pós-materialistas), admitindo a convivência axiológica de valores distintos em sociedades onde, regra geral, as necessidades primárias estão asseguradas. Por seu turno, a *hipótese da socialização* remete em grande medida para a transmissão intrageracional de referências culturais, portanto, para uma partilha e uma troca de normas e valores dentro de uma mesma geração. Não se exclui, como é evidente, a transmissão intergeracional. Contudo, é dentro de uma mesma geração que são desenvolvidas, por assim dizer, formas específicas de relacionamento com as instituições, com as gerações contemporâneas e as precedentes.

É certo que, actualmente, a adesão aos partidos políticos é mais baixa do que em períodos históricos anteriores. E, é certo que a abstenção eleitoral tem vindo a aumentar sucessivamente. Mas não é menos correcto afirmar que as formas de participação política alternativas não adquirem nestes casos uma expressão que denote um claro processo substitutivo que reverta em clivagem intergeracional, tendo em vista a importância que a participação eleitoral ainda mantém enquanto pilar da participação política. Efectivamente, o voto continua a representar para os portugueses a forma de participação política mais eficaz¹¹². Isso significa que os partidos políticos continuam a ser a grande referência na mediação entre governantes e governados, sendo essa constatação validada pela

¹¹² Ver Magalhães e Moral [2008, 27 e ss]. Por um lado, é francamente superior a percentagem dos portugueses que privilegia a participação eleitoral (com maior incidência dos segmentos etários activos, denunciando a curvilinearidade da distribuição etária do voto) e, por outro lado, a baixa participação social dos portugueses comparativamente a outros países da Europa. Apesar de tudo, um “fenómeno tendencialmente juvenilizado”, conforme dizem os autores do estudo [*idem*, 37]. Não deixa de ser curioso notar que são as associações paroquiais ou religiosas e desportivas que ocupam o topo das preferências dos portugueses.

centralidade que o voto ocupa na participação política em Portugal e pela fraca importância que a participação alternativa ainda representa no caso português.

É natural que as formas de participação alternativas estejam hoje mais disseminadas em Portugal do que há 30 anos, quer por motivos legais – até 1974 o livre associativismo encontrava inúmeros obstáculos, assim como o conjunto de liberdades e garantias individuais –, quer por motivos culturais – os novos movimentos sociais e a alteração ideológica do conceito de participação –, quer ainda, por motivos relacionados com a disponibilidade tecnológica – o acesso universal e imediato à informação.

Em suma, considerando os elementos empíricos apurados nesta investigação, não parece ser claro esse processo de substituição das formas convencionais de participação política pelas formas não convencionais embora seja perfeitamente admissível uma convivência entre valores de diversa ordem. A exceção serão os *críticos*, embora tendam a intervir e participar politicamente no âmbito da participação eleitoral convencional e da participação política não convencional. No caso estudado, mais do que uma substituição axiológica linear, a discussão poder-se-á centrar na complementaridade de formas de participação política e na coexistência de valores sociais de referência. Ora, é comum a existência de clivagens entre gerações movidas pela tensão entre velhos e novos, entre pais e filhos, mas que são suavizadas à medida que os segundos entram no ciclo de vida dos primeiros. Contudo, a generalidade dos casos estudados não nos autorizam a identificar clivagens intergeracionais vincadas com respeito aos valores sociais de referência e, muito menos, com respeito às formas de participação política. Daí ser mais prudente insistir na complementaridade de formas de participação política.

Observando o Quadro 12, verificamos que a substituição de formas de participação política em harmonia com a substituição de valores não tem expressão neste estudo porque os que participam politicamente e com regularidade são, justamente, os mesmos que se envolvem em colectividades, voluntariado, assinam petições e integram outras estruturas de participação (ocasionais ou permanentes) de cariz menos convencional. O inverso pode ser dito para aqueles que não participam regularmente. No mesmo sentido, a inexistência de ocorrências que investissem exclusivamente num tipo de participação alternativo ou não convencional, recusando as formas tradicionais de participação, pode ser mais um sinal revelador da baixa mobilização participativa a que aludíamos antes: os indivíduos desmobilizados eleitoralmente não invertem a desmobilização através de outras formas de participação. Isto significa que *as formas de participação convencional e não convencional*

não são, neste estudo, mutuamente exclusivas, visto ocorrerem num registo de complementaridade.

Quadro 12. Participação convencional e participação não convencional

		Participação não convencional		
		Sim		Não
Participação convencional (eleitoral)	Participa	Anselmo Basílio Cristina	Gisela Hélder Júlio	Fátima
	Não participa			Domingos Elisabete Inês Luísa

Ainda com respeito aos resultados apresentados no Quadro 12, não foram identificadas diferenças substanciais no que respeita à clivagem de valores materialistas e pós-materialistas entre os entrevistados. Cada um dos entrevistados foi confrontado com uma grelha de afirmações sobre diversos temas – segurança, economia, preservação ambiental, democracia, emprego e minorias – sobre as quais era pedido que manifestassem respectivamente a sua concordância, numa escala de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Em virtude da formulação das perguntas, os resultados foram posteriormente sujeitos a uma operação de conversão das valorações, tendo a escala passado a variar numa distribuição que varia entre a posição 1 (valores materialistas) e a posição 5 (valores pós-materialistas). Ou seja, os que obtiveram maior pontuação tenderão a rever-se mais em valores pós-materialistas do que em valores materialistas. Como é natural, os resultados não podiam ser conclusivos do ponto de vista estatístico. Contudo, levantam a suspeição de não existir nos entrevistados uma correspondência linear entre a adesão a valores materialistas e pós-materialistas e o tipo de participação. Com efeito, aqueles que revelaram um nível de concordância mais alto com os valores pós-materialistas foram os *militantes* e os *críticos*, Basílio, Cristina e Hélder. Comum a todos eles é a intensidade da participação eleitoral e o envolvimento cívico. Por seu turno, aqueles que revelaram um nível de concordância mais alto com os valores materialistas foram Luísa, Gisela, Júlio e Domingos. De acordo com os perfis de participação e envolvimento cívico, verificamos que, nestes últimos casos, há uma disparidade assinalável porque encontramos indivíduos integrados nos *tipos-ideais* dos *desafectos*, *militantes* e *adeptos*.

No que concerne à socialização, verificámos como os entrevistados tendem a reflectir nos aspectos considerados – participação eleitoral, envolvimento político e ideologia – as atitudes e comportamentos políticos dos seus agentes de socialização política. Com maior ou menor intensidade na transmissão ou troca de referências políticas, estes agentes de socialização são inequívocos modelos de comportamento com referência ao relacionamento destes jovens com a política. E, se atentarmos aos exemplos de Anselmo, Cristina, Hélder e Júlio (entre os mais interessados e politicamente activos), os respectivos agentes socializadores exibem um padrão comportamental semelhante, com alguma ressalva para o pai de Júlio, impossibilitado de se envolver partidariamente por motivos relacionados com ética profissional e imposição legal.

Depois, ainda dentro do lote de entrevistados mais interessados politicamente, Basílio demonstra uma excepcional mobilização relativamente ao exemplo do pai porque circunstâncias também excepcionais o levaram a envolver-se numa associação cultural de peso em Évora. Esse aspecto pode ser explicado pelos múltiplos contactos com realidades e pessoas diferentes, prefigurando uma socialização política difusa e mais proactiva do que nos outros casos, sobretudo numa fase posterior da sua vida (socialização secundária). De qualquer modo, a proximidade atitudinal e comportamental com o pai é evidente: críticos dos agentes políticos, ambos se aproximam do centro ideológico, não têm identificação partidária definida e têm o hábito de participar eleitoralmente.

Relativamente aos entrevistados integrados nos perfis de *adeptos* e *desafectos*, verifica-se igualmente uma convergência naquilo que são os seus relacionamentos com a política e os relacionamentos com a política descritos pelos entrevistados a respeito dos seus respectivos agentes socializadores, representados na fig. 16.

Assim, a clivagem entre valores materialistas e pós-materialistas operada pela substituição simples de uns pelos outros não parece ser particularmente vincada nos indivíduos entrevistados, em virtude da reprodução de valores operada pela socialização intergeracional. Esse facto parece ter ficado demonstrado pelo grau de convergência entre entrevistados e agentes socializadores de referência apresentado antes. Consecutivamente, o perfil de participação política dos entrevistados não permite de modo algum sustentar a tese de substituição da participação convencional pela participação não convencional porque, em bom rigor, estes dois grandes conjuntos de instrumentos participativos parecem actuar mais em complementaridade do que em exclusividade.

Por outro lado, a *hipótese da socialização* de Inglehart, em grande medida alavancada pela transmissão intrageracional de valores é contrariada neste lote de indivíduos porque quase todos mantêm aquela «ligação umbilical» a que nos referimos anteriormente com os seus respectivos agentes de socialização, os quais são, quase sempre, os pais ou indivíduos de gerações precedentes. O único caso em que isso não acontece e que já tivemos oportunidade de denunciar como uma falácia, é o de Fátima, o qual invoca um processo de socialização secundária decorrente da sociabilidade dentro de uma mesma geração – o namorado – que, na verdade, não tem os efeitos esperados no plano das atitudes políticas como o tem ao nível do comportamento político. A transmissão de valores dentro de uma dada geração presume mecanismos de socialização secundária e sociabilidades que, neste caso, são transmitidos por amigos, pela cultura dominante, pelos *media*, etc. Sucede que, quase sem excepção, os entrevistados mais mobilizados revelaram um comportamento político que integra formas convencionais e não convencionais, não prescindindo do voto. Por outro lado, aqueles que não participam eleitoralmente também não se mostraram particularmente entusiasmados com formas alternativas de participação.

Não quer dizer que, como sugere Machado Pais, as culturas juvenis não decorram de processos específicos de socialização que resultam de transacções entre pares, ou seja, dentro de uma mesma geração¹¹³. Contudo, talvez porque a dimensão política não seja convenientemente assimilada pelas culturas juvenis, certo é que estes jovens entrevistados apresentam diversos perfis de relacionamento com a política, assumem-se como representantes de diversos segmentos socioprofissionais e, sem embargo, mantêm padrões atitudinais e comportamentais políticos bastante próximos das gerações precedentes.

A proximidade política entre entrevistados e agentes socializadores de referência levamos a concluir que, *tanto os jovens entrevistados mais mobilizados como os mais desafectos incorporam elementos normativos, axiológicos e cognitivos políticos que receberam das gerações precedentes*. Logo, não é inteiramente pela teoria da modernização cultural que podemos explicar o comportamento político dos jovens considerados nesta investigação, não obstante os graus distintos de integração política e sem prejuízo para a transmissão social operada intrageracionalmente pela integração social e pela socialização secundária. De facto, entre os entrevistados e com referência ao universo da política, nem se verifica uma clivagem intergeracional acentuada, nem se verifica uma particular intensidade da

¹¹³ Pais [1990, 160].

socialização política intrageracional nem, ainda, se verifica uma distinção evidente entre a participação política convencional e a participação política não convencional.

Em todo o caso, é possível que a clivagem entre meio urbano e meio rural possa contribuir para clarificar esta situação. Apesar do «encurtamento espaço-temporal» operado pela partilha frenética de informação possibilitada pelas novas tecnologias e pela tendente uniformização da cultura dominante, subsistem diferenças visíveis entre o meio urbano e o meio rural. E, nesse sentido, apesar da atractividade que podem exercer as formas alternativas de participação sobre um segmento etário tão caracterizado pelo desejo de mudança como o dos jovens, é justificável que não encontrem terreno fértil em ambiências onde o anonimato, a cultura urbana, a indiferenciação e a complexa malha de interacções das grandes cidades não é, de facto, possível.

Mas também é admissível estarmos a atravessar um tempo histórico em que os valores materialistas e pós-materialistas coexistem, sendo difícil a percepção imediata do moroso processo de substituição axiológica que Ronald Inglehart estima e que não nos cumpre de modo nenhum contestar. Antes pelo contrário. A percepção de uma tal mudança torna-se hoje crescentemente ofuscada pelo extraordinário ritmo de transformações a que as sociedades são sujeitas.

Em contrapartida, a explicação dos ciclos de vida apresenta um conjunto de argumentos que vêm complementar as explicações dadas a respeito do menor interesse e participação política dos jovens. No estudo dos comportamentos políticos dos jovens, o efeito dos ciclos de vida pode ser determinante na «descoberta» da política quando estão reunidos determinados pressupostos relacionados com a integração social dada pela idade: o assumir de responsabilidades conjugais, familiares, profissionais, etc; e também pela aquisição de um stock de conhecimentos proporcionado pelas interacções sociais e experiências, o qual alimenta o sentimento de competência subjectiva aqui referido. Num estudo realizado no início da década de 90, Braga da Cruz revela que o interesse dos jovens militantes pela política terá despertado com frequência no seio da família, na escola e no convívio com os amigos, resultante portanto, de contactos face-a-face e interacções primárias¹¹⁴. Esta constatação é, de algum modo, não só adaptável como constatável nos percursos de vida observados nos militantes partidários entrevistados, incluindo Fátima, embora neste caso não possamos falar de interesse genuíno pela política.

¹¹⁴ Braga da Cruz [1990, 223-249].

Com respeito ao interesse pela política, tanto os *militantes* como os *críticos*, passaram por processos específicos de socialização política. Contudo, no caso dos *militantes* só superficialmente se poderia concluir que a idade e as responsabilidades tivessem tido um papel fundamental na formação de uma atitude interessada e participativa. No caso dos *críticos*, como fizemos questão de observar, Anselmo, Basílio e Cristina referiram alguns episódios marcantes nas suas vidas, concedendo especial ênfase à entrada na universidade. A integração num local em que as trocas simbólicas, cognitivas e culturais podem ser intensas, terá contribuído certamente para amadurecer opiniões e disposições. Porém, convém recordar que Cristina começou a voluntariar-se numa associação ambiental durante a adolescência, Anselmo sempre se relacionou com a política e, como faz questão de frisar, só agora se começa a sentir competente para dar os seus palpites – e a fasquia é alta, lá em casa – e Basílio esgrime uma batalha entre o seu «antes» e o seu «depois» apesar dos inúmeros episódios e sinais que lhe chamavam a atenção desde criança: o tio, a alegria das festas comunistas, o tom crítico do pai, os ensinamentos dos professores, a homilia do padre, a colaboração «partidária» do pai a soldo em campanhas eleitorais.

No caso dos *críticos*, a integração social (incluindo a capacidade eleitoral conferida pelo recenseamento eleitoral) e o sentimento de competência subjectiva podem, de facto, contribuir para accionar uma predisposição latente ou manifesta para o envolvimento e para a participação. Mas não nos parece que tenha sido determinante.

Quanto aos *adeptos* e aos *desafectos*, parecem figurar entre os grupos mais permeáveis ao efeito dos ciclos de vida. O relacionamento de Elisabete com o namorado pode vir a ser um exemplo disso: quer pensar em ter filhos, quer pensar no futuro e não tem condições materiais objectivas. Reconhece que, apesar de não se interessar pela política, julga possuir hoje mais alguns recursos cognitivos do que antes. E isso deve-se essencialmente à convivência com o namorado. Em sentido inverso, Luísa e Domingos, ambos com as suas «cruzes» – família e procura de emprego – não parecem alterar o seu posicionamento no decorrer da idade. Apesar de não termos, entre os entrevistados *adeptos*, indivíduos cujas referências políticas se resumam unicamente à participação eleitoral e à identificação partidária (tanto Gisela como Fátima são militantes), julgamos que a sua permeabilidade aos ciclos de vida é ditada pela *mimese* que tanto pode derivar em mobilização como em desencanto: Fátima segue o namorado e Gisela entra num impasse provocado pela exigência de iniciar, justamente, um novo ciclo de vida que passa pela integração no mundo dos adultos do partido: aguarda pela definição dos camaradas e amigos para tomar a sua decisão.

Assim, os ciclos de vida podem desempenhar um papel importante na consolidação de uma consciência cívica à medida que os indivíduos acumulam referências e conhecimento políticos com a idade. Para além da sua ligação à socialização política, o sentimento de competência subjectiva é favorecido pela integração social embora os resultados da presente investigação nos autorizem mais a reter a importância da idade enquanto acumulador de conhecimento do que enquanto elemento configurador de uma «ética da responsabilidade democrata» motivada pela entrada no mundo do trabalho e no mundo da conjugalidade. Esse aspecto é, de algum modo, atestado pelos exemplos de Luísa, Elisabete e Domingos.

Finalmente, por via da socialização política intergeracional a que foram sujeitos os entrevistados integrados nos tipos-ideais *militante* e *crítico* (que, como é evidente, também passam por processos de socialização intrageracional) e, também, por via dos seus próprios comportamentos políticos, a tese da transição paradigmática de valores que induz uma substituição da participação convencional pelas formas alternativas de participação não é clara nestes casos. Quanto muito, podemos falar de formas de participação e envolvimento político que são complementares mas, de qualquer modo, circunscritos aos mais fortemente mobilizados, isto é, os *militantes* e os *críticos*.

8.3. NOTAS FINAIS

Geradoras de crescente complexidade, as sociedades contemporâneas estão na origem de um ritmo de mudança inaudito, favorecido pelos imparáveis progressos e descobertas tecnológicas. A globalização económica e a lógica que impõe a outros domínios como o da comunicação social, o crescente individualismo e a conseqüente diminuição dos contactos face a face estão entre os aspectos apontados como causadores da erosão do capital social, aqui apontado como factor explicativo da tendência de descida dos níveis de participação eleitoral. Estes e outros factores já aqui enunciados como a insatisfação com os desempenhos dos políticos, a instabilidade económica, a coexistência entre partidos políticos e meios de comunicação social e os próprios recursos possuídos pelos jovens, advertem para a necessidade de entender a abstenção eleitoral e social dos jovens a partir de múltiplas perspectivas. De facto, o envolvimento político dos jovens está relacionado com os processos de integração social mais ampla a que são sujeitos nas diversas fases de vida mas, também, com circunstâncias particulares de cada indivíduo: os recursos, os processos de socialização política, a situação perante o emprego e outras. O interesse que possam ou não ter pela política – mais ou menos associado a envolvimento e participação política, mais ou menos contextualizado por campanhas eleitorais ou períodos de crise – depende por certo da multiplicidade de causas a que fizemos referência.

Perante os dados teóricos e empíricos coligidos, a linha desta investigação privilegiou as diferenças entre jovens numa mesma geração (numa mesma fase de vida) em detrimento da comparação entre gerações, apesar da «ligação umbilical» a que fizemos referência entre entrevistados e agentes de socialização reflectir um evidente e esperado condicionamento intergeracional.

Por seu turno, a identificação de distintos perfis de relacionamento dos jovens com a política foi possibilitada pela compreensão de atitudes e comportamentos políticos exibidos por cada um dos entrevistados, alicerçada no referencial teórico existente e pelo qual se guiou este trabalho. Diante das características políticas de cada um, as realidades sociais em que interagem e as variáveis consideradas – envolvimento político, interesse pela política, conhecimento político, participação eleitoral e socialização política – foi possível adequar a tipologia de Viegas e Faria aos entrevistados. *Militantes, críticos, adeptos e desafectos* são

tipos-ideais cujos traços distintivos podem ser observados com maior ou menor «pureza» entre a população. Não esgotam a diversidade assegurada pela subjectividade humana e pelas inúmeras combinações saídas das probabilidades mas podemos, a partir deles, aglomerar grupos de indivíduos com características semelhantes.

A adequação destes *tipos-ideais* lançou as bases para a operacionalização das conclusões acerca do papel da socialização política. De resto, a socialização política ocupa um lugar de destaque na própria definição dos *tipos-ideais* porque ficou clara uma associação entre a socialização política ocorrida nos primeiros anos e a atitude política mais activa e autónoma observada nos *militantes* e *críticos*. Pelo contrário, mais sujeitos ao efeito dos ciclos de vida (integração social) e menos expostos a processos intensos de socialização política, *adeptos* e *desafectos* demonstram um relacionamento com a política mais mecânico, no primeiro caso, e mais distante, no segundo.

Como é evidente, notou-se uma grande convergência entre entrevistados e agentes de socialização, denunciando a importância do papel reservado à socialização. Quer do ponto de vista da transmissão de referências políticas, quer do ponto de vista da transmissão de referências genéricas, verifica-se que os agentes de socialização se constituem como importantes modelos de comportamento, reflectido no relacionamento mais ou menos intenso com a política. A convergência observada entre entrevistados e agentes de socialização é de primeira importância porque permite isolar alguns traços típicos identificados no relacionamento dos indivíduos com a política, nomeadamente o à vontade para discutir assuntos políticos e o próprio interesse pela política.

Alimentado pela posse de recursos cognitivos, o interesse pela política mobiliza os indivíduos, dotando-os de um sentimento de competência para interpretar o fenómeno político muito mais marcado do que aquele que é evidentemente observado em indivíduos com fracos recursos e nenhum interesse pela política. Ora, o que a socialização política nos primeiros anos de vida proporciona aos indivíduos é, justamente, um manancial de conhecimentos e experiências que amaciam a importância do efeito dos ciclos de vida. Ou seja, no caso dos *críticos* e, sobretudo, dos *militantes*, o interesse pela política é estimulado numa fase anterior à entrada na fase de vida dos «adultos» com responsabilidades profissionais e conjugais pelo que, nestes casos, o interesse pela política não sucede com a entrada na universidade, casamento ou nascimento de um filho. Esse aspecto traça um primeiro nível de diferenciação entre jovens com acesso prematuro ao mundo da política e jovens que, por vezes, têm o primeiro contacto com este mundo na «emancipação» formal concedida pelo recenseamento eleitoral.

Em face das conclusões a que chegámos, podemos afirmar que a socialização política facilita a configuração de uma cultura de participação política, na medida em que permite transmitir referências, valores e informação política de umas gerações para as outras. Modela os indivíduos menores e facilita-lhes por sua vez o contacto antecipado com um universo separado do seu por um interdito: o da maioridade. Os dezoito anos representam a baliza entre a incapacidade e a capacidade eleitoral, descrevendo a linha de desigualdade entre duas classes de cidadãos que pode ser disfarçada nos casos em que os menores se envolvem em associações de estudantes ou em juventudes partidárias. O quadro de orientação geral representado por uma cultura que estimule inequivocamente a participação política lança nos indivíduos uma predisposição para a participação política necessariamente diferente da que encontramos nos «indivíduos-espectadores». O elemento de acção implícito na diferença entre os indivíduos actantes e os não actantes apela a um conceito de cultura política em harmonia com os pressupostos asseverados por Alain Touraine – racionalidade, liberdade pessoal e identidade cultural. De resto, uma cultura de participação política autónoma, esclarecida e matizada por referências cognitivas, a qual é identificável sobretudo entre os *militantes* e os *críticos*.

Finalmente, a transição paradigmática de valores colocava uma interrogação desconfortável, não no que respeita à gradual adopção de valores pós-materialistas pelos jovens, mas sim pela ideia de substituição linear das formas convencionais de participação pelas formas não convencionais. Ora, fazendo justiça aos recentes resultados publicados por Magalhães e Moral bem como às próprias conclusões desta investigação, o voto continua a ser a forma de participação preferencial, convivendo com formas não convencionais de participação que, de resto, foram ligeiramente mais observadas nos *críticos* e, a seguir, nos *militantes*. Em contrapartida, os menos mobilizados do ponto de vista eleitoral afirmaram-se como os menos mobilizados social e politicamente, independentemente da forma de participação política.

Em suma, sem a pretensão de questionar efectivamente a substituição de formas convencionais por formas não convencionais de participação política, é prudente salvaguardar que, nos casos estudados, verificou-se uma complementaridade ou coexistência, com particular ênfase nos entrevistados mais mobilizados politicamente. Estes recorrem a ambos tipos de participação política, verificando-se o oposto nos menos mobilizados. Além disso, é também prudente ter em linha de conta a clivagem urbano/rural, indiciadora de práticas e referências distintas, as quais podem ter ficado latentes nesta investigação. Em todo o caso, é possível que a discussão sobre a opção por formas

alternativas de intervenção política no espaço público se inscreva acentuadamente no aprofundamento do estudo das clivagens ideológicas e das culturas políticas conotadas com a esquerda e a direita. Mas esse é um assunto para explorar em outras circunstâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Ferreira (1999): *Classes Sociais nos Campos: camponeses parciais numa região do Noroeste*, 2ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney (1970): *La Cultura Cívica, estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones*, Madrid, Euramérica, pp. 19-59.
- ARENDT, Hannah (2006): *As Origens do Totalitarismo*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ARON, Raymond (1994): *As Etapas do Pensamento Sociológico*, 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BECK, Ulrich (2002): *"The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization"* in Ulrich Beck et al, *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press, Cap. 1.
- BECK, Ulrich (2002): *Risk Society: Towards a New Modernity*, 3ª ed., London, Sage Publications.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1999): *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro, pp. 137-154.
- BOBBIO, Norberto (1998): *O Futuro da Democracia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BOURDIEU, Pierre (1993): *"Comprendre"*, in Pierre Bourdieu (ed. lit.), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, pp. 903-925.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel et al (1984): "A condição social da juventude portuguesa", *Análise Social*, Vol. XX (81/82), pp. 285-308.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel (1990): "A participação política da juventude em Portugal – as elites políticas juvenis", *Análise Social*, Vol. XXV (105-106), pp. 223-249.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1998): "Atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens portugueses", in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, Cap. VII, pp. 359-382.
- CABRAL, Manuel Villaverde (2000): "O exercício da cidadania política em Portugal", *Análise Social*, Vol. XXXV (154-155), pp. 85-113.
- CARLISLE, Juliet e SMITH, Eric (2001): *"Postmaterialism vs egalitarianism as the key environmental value"*, *PROceedings Paper Abstract*, pp. 1-25.
<http://pro.harvard.edu/browse.htm> (14.06.03).
- CASTELLS, Manuel (1998): *La Société en Réseaux: l'ère de l'information*, Paris, Fayard, pp. 525-535.
- CASTELLS, Manuel (1999): *The Information Age: economy, society and culture*, Oxford, Blackwell Publishers, Vol. II, Caps. 5 e 6.
- CASTORIADIS, Cornelius (1998): *A Ascensão da Insignificância*, Lisboa, Bizâncio.
- CAYROL, Roland (1994): *"Télévision et Engagement Politique"*, in Pascal Perrineau (dir.), *L'Engagement Politique, déclin ou mutation?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, pp. 423-438.
- CROZIER, Michel e FRIEDBERG Erhard (1977): *L'Acteur et le Système. Les Contraintes de l'Action Collective*, Paris, Éditions du Seuil.

- DAHL, Robert (1999): “*Can International Organisations be Democratic? A skeptic’s view*”, in Ian Shapiro e Casiano Hacker-Cordón (eds.), *Democracy’s Edges*, Cambridge, University Press, Cap. 2, p. 19-36.
- DAHL, Robert (2000): *Democracia*, Lisboa, Temas & Debates.
- DALTON, Russel (1998): *Citizen Politics in Western Democracies*, New Jersey, Chantam House.
- DALTON, Russel (1999): “*Political Support in Advanced Industrial Democracies*”, in Pipa Norris, *Critical Citizens, global support for democratic governance*, Oxford, University Press, pp. 57-77.
- DALTON, Russel e WATTENBERG, Martin (eds.) (2000): *Parties Without Partisans: political change in advanced industrial democracies*, Oxford, University Press, Caps. 1, 2, 3, 4 e 12.
- DALTON, Russel (2005): “*The Social Transformation of Trust in Government*”, World Values Survey, pp. 1-26, <http://www.worldvaluessurvey.org/> (17.05.05).
- DELLA PORTA, Donatella (2003): *Introdução à Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa.
- DUCHESNE, Sophie (1994): “*Engagement ou Politique, le paradoxe de la citoyenneté*”, in Pascal Perrineau (dir.), *L’Engagement Politique, déclin ou mutation?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, pp. 185-214.
- ESPADA, João Carlos (1995): “*Direitos sociais de cidadania*”, *Análise Social*, Vol. XXX (131-132), pp. 265-287.
- ESPERANÇA, Eduardo (2005): “*A sociedade, a tecnologia e os valores*”, *Economia e Sociologia*, Évora, ISESE, pp. 145-162.
- FREIRE, André (2000): “*Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995*”, *Análise Social*, Vol. XXXV (154-155), pp. 115-145.
- FREIRE, André e MAGALHÃES, Pedro (2002): *A Abstenção Eleitoral em Portugal, 1975-2001*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, Cap. 1 e 6.
- GALBRAITH, Kenneth (1983): *Anatomia do Poder*, Lisboa, Difel.
- GAXIE, Daniel (2002): “*Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales*”, *Revue Française de Science Politique*, Vol. 52, nº. 2-3.
- GIDDENS, Anthony (1997): *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GIDDENS, Anthony (1997b): “*Duas Teorias da Democratização*”, in *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*, Oeiras, Celta Editora, pp. 91-115.
- HABERMAS, Jürgen (1997): *Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Lisboa, Edições 70.
- HABERMAS, Jürgen (2000): *O Discurso Filosófico da Modernidade*, 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- HELD, David (2002): “*Democracy, the Nation-State and the Global System*”, in David Held, *Models of Democracy*, Cambridge, Polity Press, pp. 335-361.
- HIERNAUX, Jean-Pierre (1997): “*Análise Estrutural de Conteúdos e Modelos Culturais: aplicação a materiais volumosos*”, in Albarello et al, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 156-202.
- HUNTINGTON, Samuel (1996): *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva.

- INGLEHART, Ronald (1997): *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, University Press.
- INGLEHART, Ronald (1999): "Postmodernization Erodes Respect for Authority, but Increases Support for Democracy", in Pipa Norris, *Critical Citizens, global support for democratic governance*, Oxford, University Press, pp. 236-256.
- ION, Jacques (1994): "L'Évolution des Formes de L'Engagement Politique", in Pascal Perrineau (dir.), *L'Engagement Politique, déclin ou mutation?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, pp. 23-38.
- JOIGNANT, Alfredo (1997): "La socialisation politique: stratégies d'analyse, enjeux théoriques et nouveaux agendas de recherche", *Revue Française de Science Politique*, Vol. 47, nº. 5.
- KANT, Immanuel (1960): *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Coimbra, Atlântida.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter (1999): "Mapping Political Support in the 1990's: a global analysis", in Pipa Norris, *Critical Citizens, global support for democratic governance*, Oxford, University Press, pp. 31-55.
- KRIESI, Hans Peter (1999): "La estructura organizacional de los nuevos movimientos sociales en su contexto político", in McAdam, McCarthy e Zald, *Movimientos Sociales: perspectivas comparadas*, Madrid, Istmo, pp. 221-261.
- LIPOVETSKY, Gilles (1989): *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água.
- MAGALHÃES, Pedro (2004): "Democratas, Descontentes e Desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político", in Freire et al, *Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 333-361.
- MAGALHÃES, Pedro e MORAL, Jesus Sanz (2008): "Os Jovens e a Política", Lisboa, Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.
- MANIN, Bernard (1995): "Métamorphoses du Gouvernement Représentatif", in *Principes du Gouvernement Représentatif*, Paris, Calmann-Levy, Cap. IV.
- MARCUSE, Herbert (1975): *Eros e Civilização: uma introdução filosófica do pensamento de Freud*, 6.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MARCUSE, Herbert (1979): *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MARSHALL, T. H. (1963): "Citizenship and Social Class", in *Sociology at the Crossroads and other Essays*, London, Heinemann Educational Books, pp. 67-127.
- NEWTON, Kenneth (1999): "Social and Political Trust in Established Democracies", in Pipa Norris, *Critical Citizens, global support for democratic governance*, Oxford, University Press, pp. 169-187.
- NORRIS, Pipa (org.) (1999): *Critical Citizens, global support for democratic governance*, Oxford, University Press, Caps. 1, 11 e 13.
- NORRIS, Pipa (2004): *Turnout in Electoral Engineering, Voting Rules and Political Behaviour*, Cambridge, University Press, pp. 151-176.
- PAIS, José Machado (1990): "A construção sociológica da juventude, alguns contributos", *Análise Social*, Vol. XXV (105/106), pp. 137-165.
- PAIS, José Machado (1996): *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Parte I e II.

- PAIS, José Machado (2001): *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto, Ambar, Caps. 2, 3 e 4.
- PETTERSSON, Thorleif (2003): “*Basic Values and Civic Education, a comparative analysis of adolescent orientations toward gender equality and good citizenship*”, *World Values Survey*, pp. 1-33, <http://www.worldvaluessurvey.org/> (17.05.05)
- PUTNAM, Robert (1993): *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*, Princeton, University Press, Cap. 6.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992): *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- RETO, Luís e NUNES, Francisco (1995): “Para um modelo do estudo da abstenção em Portugal: um estudo exploratório”, *Análise Psicológica* n.º 4 (XIII), pp. 471-486.
- RETO, Luís e SÁ, Jorge (2000): “Segmentação e Tipologia dos Abstencionistas em Portugal”, *Revista Portuguesa de Gestão*, pp. 64-74.
- REZSOHAZY, Rudolf (1976): *La Définition des Valeurs: La méthodologie de leur étude, leur évolution depuis 1945*, Louvain, pp. 6-11.
- ROCHER, Guy (1971): *Sociologia Geral*, Lisboa, Presença.
- RUQUOY, Danielle (1997): “Situação de Entrevista e Estratégia do Entrevistador”, in Albarello *et al*, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 84-116.
- SANTOS, Boaventura S. (2000): *A Crítica da Razão Indolente*, Porto, Afrontamento.
- SAWARD, Michael (1994): “*Democratic Theory and Indices of Democratization*”, in David Beetham, *Defining and Measuring Democracy*, London, Sage, pp. 6-24.
- SEDAS NUNES, João (1998): “Perfis Sociais Juvenis”, in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, Cap. I, pp. 1-51.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.) (1986): *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- TOCQUEVILLE, Alexis (2002): *Da Democracia na América*, Cascais, Principia, Vol. I e II.
- TURNER, Bryan (1994): “*Postmodern Culture, Modern Citizens*”, in Steenbergen, Bart Van (ed.), *The Condition of Citizen*, London, Sage, pp. 153-167.
- VIEGAS, José (2004): “Tolerância Social e Política: o caso português numa perspectiva comparada europeia”, in José Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs), *Democracia, Novos Desafios, Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora.
- VIEGAS, José e FARIA, Sérgio (2004): “A Abstenção nas Eleições Legislativas de 2002”, in Freire *et al*, *Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, ICS, pp. 221-259.
- VIEGAS, José e FARIA, Sérgio (2007): “Envolvimento político e participação cívica: o caso português no contexto europeu”, comunicação apresentada no colóquio internacional *Democracia, Deliberação e Participação Política* (realizada a 23 de Novembro, Lisboa, ISCTE).
- WATTENBERG, Martin (2002): *Where Have All the Voters Gone?*, Cambridge, Harvard University Press, Caps. 1, 3, 4 e 5.

ANEXOS

ANEXO 1

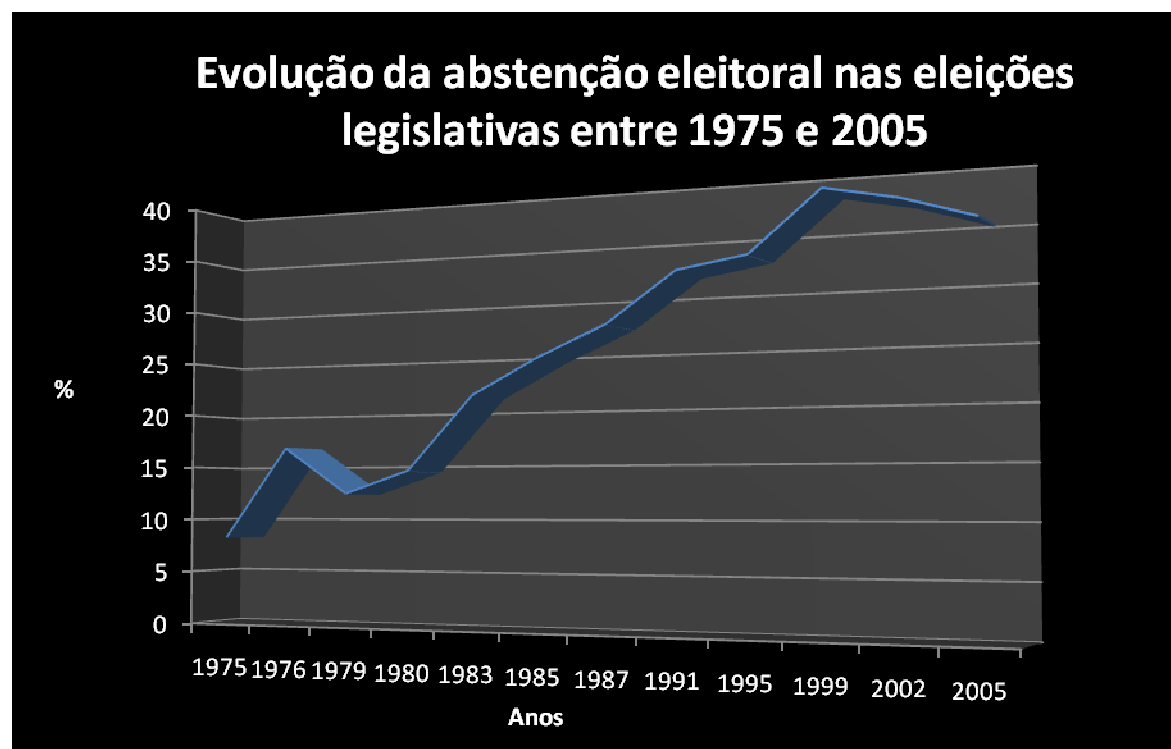
Evolução da abstenção eleitoral portuguesa entre 1975 e 2005, por distrito

Evolução da abstenção eleitoral por Distrito, entre 1975 e 2005 – eleições legislativas

Círculos	1975 ¹¹⁵	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	Média
Pais	8,27	16,73	12,46	14,55	21,36	24,63	27,36	31,82	32,86	38,16	36,91	34,97	25,01
Viana do Castelo	11,35	21,09	15,68	18,25	25,10	28,13	29,86	34,96	35,59	39,21	39,41	38,77	28,12
Braga	7,00	12,24	8,71	10,73	17,96	21,23	23,69	27,69	28,88	32,53	32,68	30,18	21,13
Vila Real	10,71	22,24	15,73	19,22	27,86	33,45	32,60	38,52	39,79	43,24	42,31	42,81	30,71
Bragança	9,18	21,16	15,73	20,33	30,54	34,56	35,05	39,07	40,33	45,34	43,82	44,22	31,61
Porto	6,16	11,81	9,38	10,89	17,99	21,28	21,99	27,71	28,74	35,01	34,30	30,83	21,34
Aveiro	8,20	15,24	11,75	13,97	21,21	24,55	25,79	29,58	31,42	35,99	36,55	34,04	24,02
Viseu	10,78	21,62	14,56	18,05	26,43	31,05	30,70	36,50	38,42	41,49	40,53	39,43	29,13
Guarda	8,08	17,75	12,02	16,41	26,04	28,74	30,49	34,89	35,44	40,40	41,04	39,69	27,58
Coimbra	10,88	22,18	15,92	18,52	25,36	28,95	30,34	33,49	33,51	38,41	38,08	35,35	27,58
Castelo Branco	9,37	19,01	13,84	16,11	23,85	26,24	28,78	32,32	32,73	36,25	37,28	34,18	25,83
Leiria	10,19	19,80	13,67	16,50	23,02	26,59	27,91	32,82	34,41	38,09	37,16	35,24	26,28
Santarém	8,33	17,74	13,71	14,98	21,76	23,64	27,38	31,06	31,98	37,77	37,40	34,63	25,03
Portalegre	5,56	12,99	10,91	12,02	17,82	19,96	25,08	28,68	29,56	36,55	38,74	34,64	22,71
Lisboa	8,05	16,75	12,38	13,58	19,36	22,43	26,43	31,60	32,95	38,23	36,77	33,89	24,37
Setúbal	6,73	14,91	11,61	13,06	18,09	20,47	27,22	32,00	32,30	39,55	39,43	35,24	24,22
Évora	5,74	11,58	9,36	10,56	16,29	19,34	24,65	29,91	30,63	37,79	38,11	33,92	22,32
Beja	8,23	8,23	13,17	13,06	21,88	25,63	32,28	36,53	35,91	41,33	41,87	37,01	26,26
Faro	9,35	9,35	15,40	16,62	22,98	25,87	29,76	33,70	35,77	42,51	41,59	38,39	26,77
Açores	35,75	21,85	16,96	23,82	33,44	39,93	45,95	42,14	43,50	49,75	51,93	51,88	38,08
Madeira	10,90	19,91	14,83	19,30	26,88	30,46	32,77	35,49	35,27	41,71	41,27	38,69	28,96

Fonte: STAPE

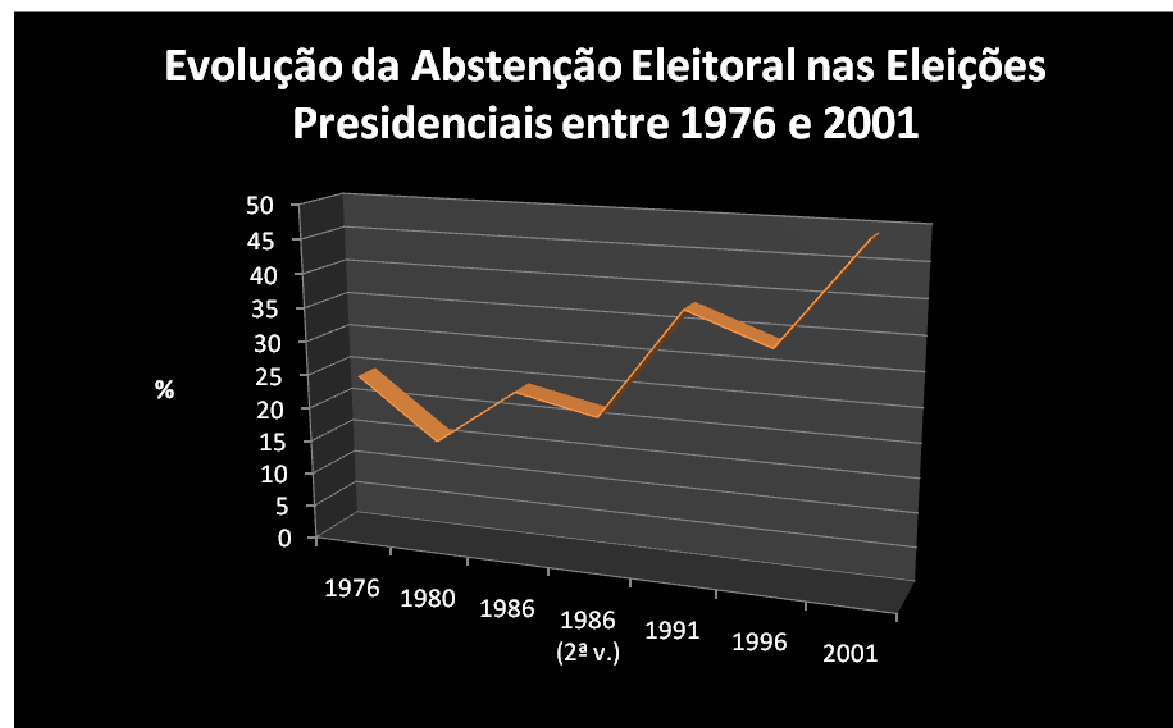
¹¹⁵ Assembleia Constituinte



Evolução da abstenção eleitoral por Distrito, entre 1976 e 2001 – eleições presidenciais

Círculos	1976	1980	1986	1986 (2ª v.)	1991	1996	2001	Média
País	24,53	15,75	24,30	21,77	38,01	33,63	49,07	29,58
Viana do Castelo	27,64	19,83	27,99	24,67	40,65	35,66	50,12	32,37
Braga	17,66	11,82	21,05	17,23	33,59	28,45	44,71	24,93
Vila Real	32,41	21,35	31,38	26,95	45,37	40,90	53,64	36,00
Bragança	31,29	22,49	33,71	27,60	46,82	42,58	56,54	37,29
Porto	19,24	11,83	20,95	17,76	34,61	29,72	46,90	25,86
Aveiro	22,62	15,55	23,94	20,05	35,64	30,99	48,04	28,12
Viseu	30,19	20,96	29,82	24,85	42,04	38,37	51,93	34,02
Guarda	27,36	18,87	30,15	25,07	41,77	39,25	52,29	33,54
Coimbra	32,49	19,57	28,61	23,99	38,92	34,10	49,54	32,46
Castelo Branco	26,34	18,26	27,23	23,63	39,71	36,87	47,59	31,38
Leiria	26,74	17,31	25,52	21,84	39,07	33,05	48,03	30,22
Santarém	26,47	16,13	24,01	22,05	36,67	32,75	47,41	29,36
Portalegre	21,76	14,24	21,95	20,32	33,74	33,16	48,80	27,71
Lisboa	23,99	13,75	21,40	20,74	38,27	33,25	48,32	28,53
Setúbal	22,22	13,59	20,93	21,56	37,07	32,64	49,97	28,28
Évora	18,72	12,66	21,12	20,63	35,06	32,84	49,72	27,25
Beja	25,63	17,87	18,42	27,24	39,66	38,69	52,88	31,48
Faro	29,19	18,55	26,75	24,50	39,08	36,91	52,52	32,50
Açores	28,87	26,31	37,48	35,98	45,78	46,50	57,78	39,81
Madeira	25,18	22,54	30,66	25,78	42,02	37,01	50,74	33,42

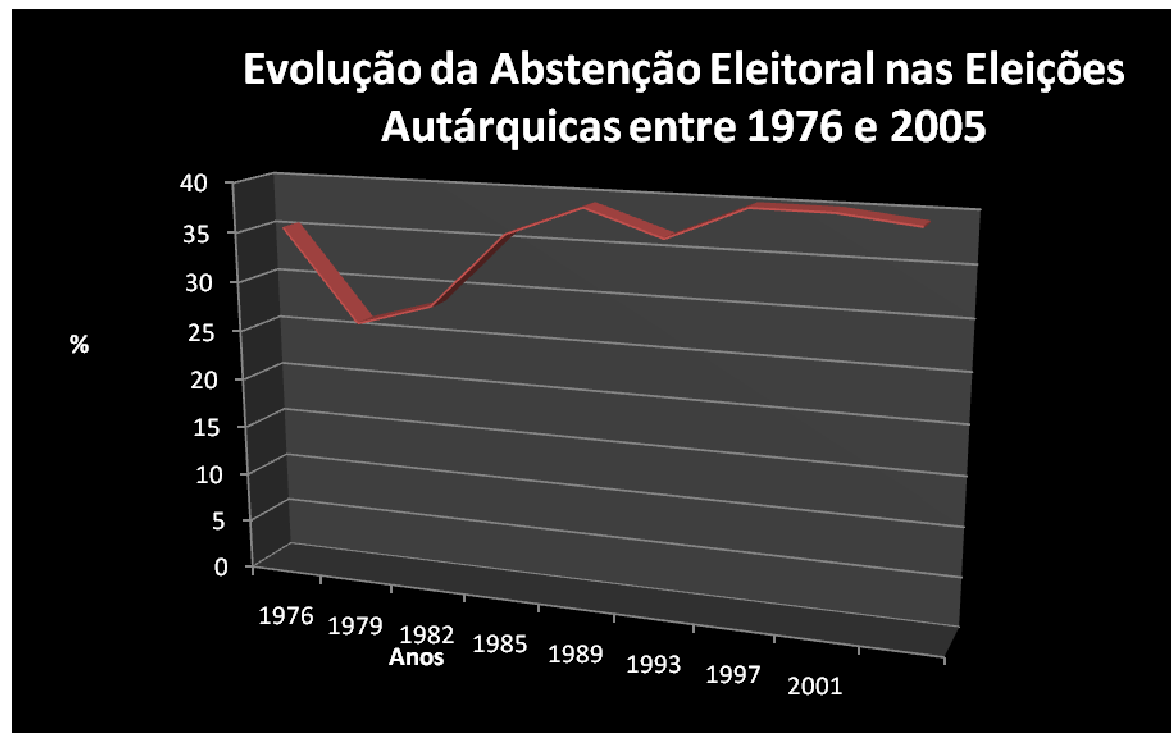
Fonte: STAPE



Evolução da abstenção eleitoral por Distrito, entre 1976 e 2005 – eleições autárquicas

Círculos	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	Média
País	35,45	26,24	28,52	36,10	39,09	36,60	39,90	39,88	39,06	35,65
Viana do Castelo	36,12	26,01	29,39	31,75	32,83	31,55	31,98	33,42	33,83	31,88
Braga	25,80	18,09	21,13	25,41	27,80	28,08	29,90	29,07	29,29	26,06
Vila Real	38,72	27,21	31,50	34,51	34,09	34,22	35,21	34,45	35,10	33,89
Bragança	44,00	35,08	32,61	37,88	34,40	32,26	33,71	32,44	33,18	35,06
Porto	29,06	22,33	25,25	34,02	37,50	33,60	37,89	39,84	35,34	32,76
Aveiro	33,33	27,21	30,00	34,33	35,25	33,81	35,68	35,73	36,51	33,54
Viseu	40,23	31,53	32,18	34,58	34,90	33,55	34,79	33,71	34,18	34,41
Guarda	39,15	25,99	29,95	33,41	31,80	31,69	33,53	31,15	31,05	31,97
Coimbra	43,83	33,61	34,31	40,69	38,03	35,49	36,74	35,60	37,12	37,27
Castelo Branco	41,74	30,16	32,62	36,31	35,99	33,75	35,16	32,27	33,61	34,62
Leiria	39,00	30,68	35,27	40,63	41,59	38,57	39,12	40,08	39,57	38,28
Santarém	38,54	28,47	32,45	36,04	37,77	35,33	38,58	39,22	38,54	36,10
Portalegre	30,59	22,87	25,48	27,50	30,65	29,64	32,18	33,24	32,19	29,37
Lisboa	35,23	25,50	27,58	39,61	45,69	43,30	48,46	47,38	46,97	39,97
Setúbal	33,91	25,11	25,83	37,12	46,44	42,67	48,74	49,73	49,83	39,93
Évora	27,28	19,09	23,09	29,12	35,49	33,79	36,46	36,41	37,68	30,93
Beja	31,94	22,66	27,15	35,16	39,89	35,86	37,71	36,75	36,29	33,71
Faro	38,58	30,50	29,49	37,45	40,49	37,33	40,16	42,16	42,42	37,62
Açores	42,30	30,13	38,01	43,71	44,71	41,02	45,55	38,84	38,28	40,28
Madeira	45,11	25,72	31,82	42,27	41,77	37,18	38,33	41,37	39,08	38,07

Fonte: STAPE

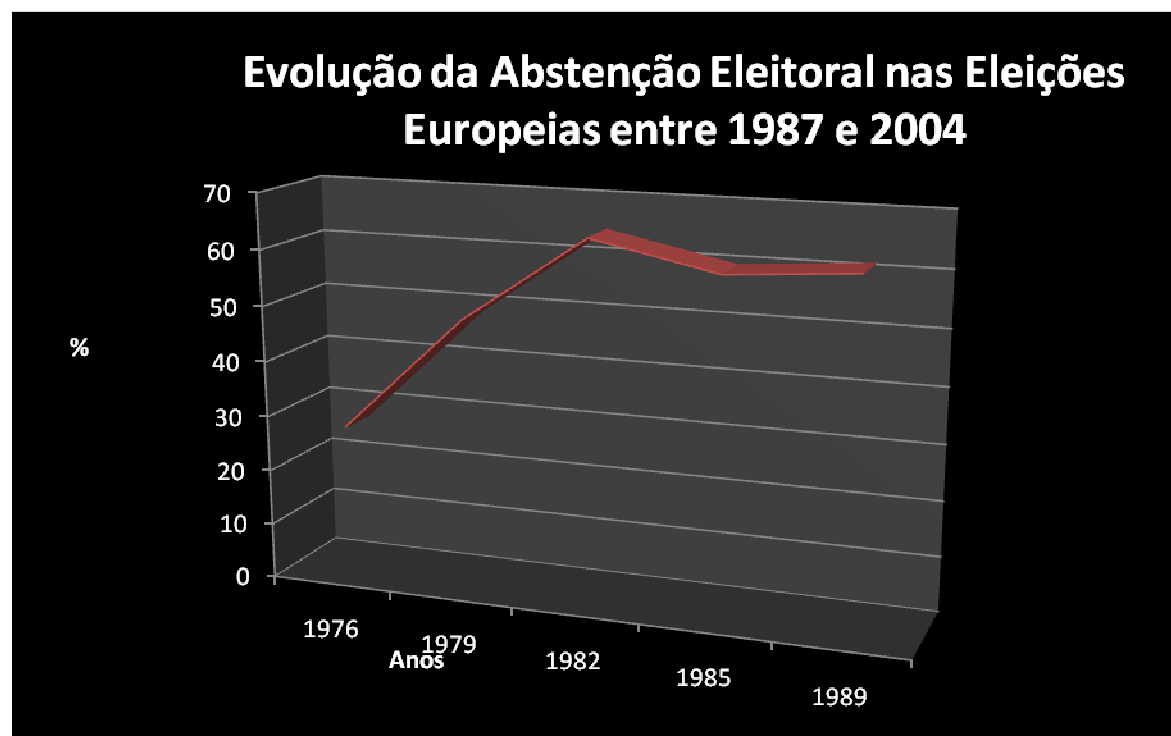


Evolução da abstenção eleitoral por Distrito, entre 1987 e 2004 – eleições europeias¹¹⁶

Círculos	1987	1989	1994	1999	2004	Média
Pais	27,36	48,72	64,38	59,71	61,40	52,31
Viana do Castelo	29,87	49,28	62,39	59,46	64,21	53,04
Braga	23,68	44,55	59,60	56,08	58,53	48,49
Vila Real	32,76	50,09	61,58	61,47	66,87	54,55
Bragança	35,07	53,92	63,45	66,56	68,27	57,45
Porto	21,91	44,92	60,80	58,17	58,45	48,85
Aveiro	25,77	50,89	66,00	60,66	62,28	53,12
Viseu	30,72	53,83	67,31	63,77	67,86	56,70
Guarda	30,49	48,43	61,06	59,39	63,56	52,59
Coimbra	30,35	53,37	67,58	61,08	63,36	55,15
Castelo Branco	28,79	50,20	62,10	57,85	61,43	52,07
Leiria	27,90	53,66	69,34	61,47	64,00	55,27
Santarém	27,37	50,11	65,07	59,72	62,00	52,85
Portalegre	25,08	45,15	61,03	58,70	62,11	50,41
Lisboa	26,45	47,00	67,48	58,72	58,62	51,65
Setúbal	27,22	48,99	66,89	60,33	60,93	52,87
Évora	24,65	43,84	61,43	58,65	60,84	49,88
Beja	32,28	50,03	63,73	60,23	62,31	53,72
Faro	29,81	55,04	69,27	63,52	68,03	57,13
Açores	45,95	59,44	63,35	69,11	-	59,46
Madeira	32,96	43,30	50,40	55,34	54,28	47,26

Fonte: STAPE

¹¹⁶ Os dados referentes a 2004 são provenientes da CNE.



ANEXO 2

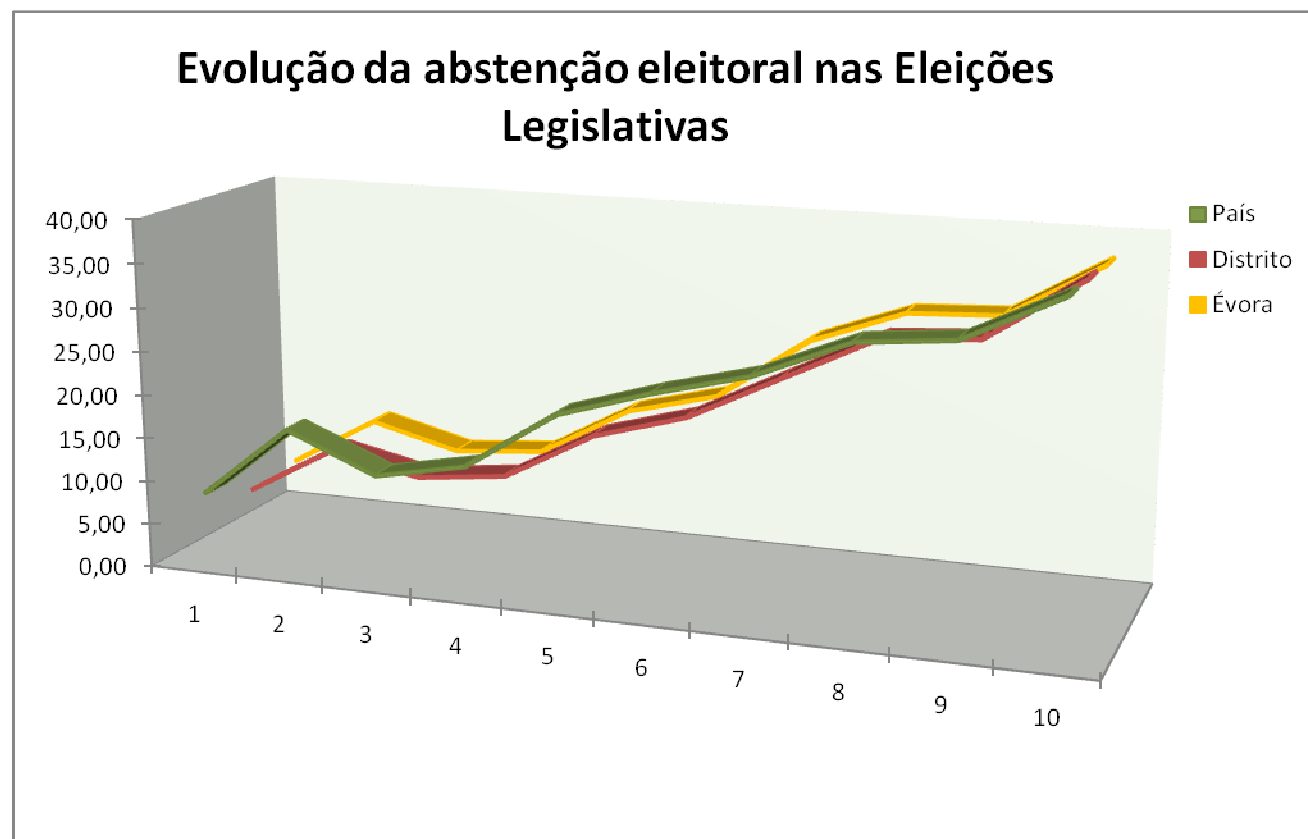
Evolução da abstenção eleitoral portuguesa entre 1975 e 2005, no distrito de Évora

Evolução da abstenção eleitoral por concelho – eleições legislativas¹¹⁷

Círculos	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2005	Média
Pais	8,27	16,73	12,46	14,55	21,36	24,63	27,36	31,82	32,86	38,16	34,95	23,92
Distrito	5,74	11,58	9,36	10,56	16,29	19,34	24,65	29,91	30,63	37,79	33,92	20,89
Alandroal	4,53	11,30	9,51	10,32	17,45	21,09	25,73	29,42	30,31	40,04	33,30	21,18
Arraiolos	4,50	8,68	7,62	8,53	12,91	16,48	20,04	25,39	26,96	33,13	30,59	17,71
Borba	4,83	9,34	7,39	9,01	14,81	18,55	24,12	28,87	27,24	34,74	29,53	18,95
Estremoz	6,77	13,40	10,31	11,20	17,36	20,82	24,65	29,27	30,81	38,43	35,22	21,66
Évora	6,45	12,34	9,72	10,66	16,49	19,22	26,50	30,43	30,96	37,26	34,06	21,28
Montemor	4,88	8,82	5,91	8,04	12,59	14,75	18,26	24,62	26,80	32,30	30,09	17,01
Mora	4,82	8,84	8,44	9,86	14,91	15,60	19,44	27,55	30,87	36,11	35,35	19,25
Mourão	8,02	12,78	13,56	16,18	24,12	31,42	32,45	37,11	35,50	38,33	34,62	25,83
Portel	5,08	10,63	9,85	10,89	18,81	22,59	27,53	32,53	32,58	41,29	36,19	22,54
Redondo	5,62	13,32	12,53	12,85	19,77	23,71	30,28	36,51	35,89	46,67	39,25	25,13
Reguengos	5,16	11,03	11,20	14,14	18,35	22,60	29,59	35,10	34,01	41,60	36,65	23,58
Vendas Novas	6,18	14,41	8,63	10,03	15,35	17,69	21,84	28,08	29,10	37,59	34,19	20,28
Viana Alentejo	5,51	12,48	9,69	11,01	16,98	18,22	23,87	31,71	36,44	44,01	38,07	22,54
Vila Viçosa	5,82	12,87	10,76	9,71	15,74	19,44	23,19	30,51	28,94	38,39	34,54	20,90

Fonte: STAPE

¹¹⁷ Não foram encontrados dados oficiais disponíveis por concelho para o ano de 2002.

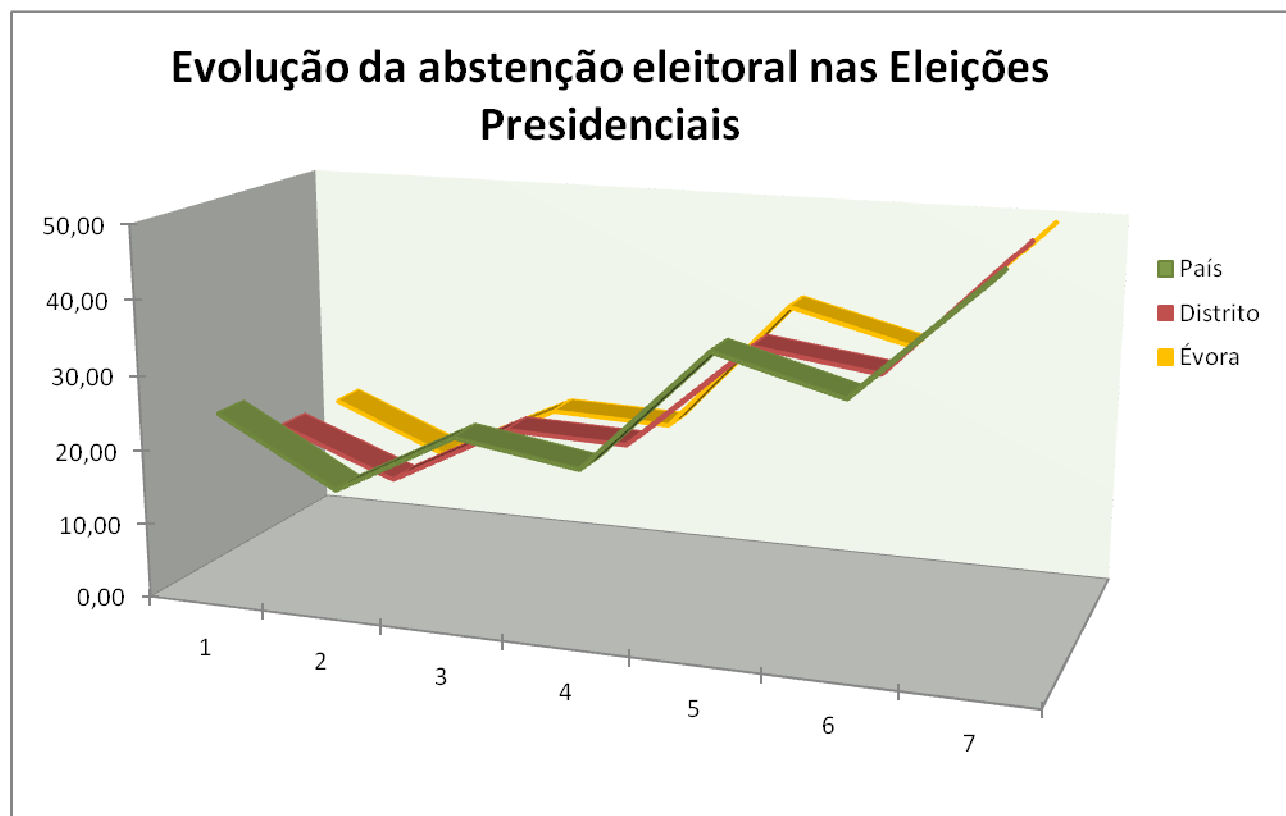


Evolução da abstenção eleitoral por concelho – eleições presidenciais¹¹⁸

Círculos	1976	1980	1986	1986 (2ª v.)	1991	1996	2001	Média
Pais	24,53	15,75	24,30	21,77	38,01	33,63	49,07	29,58
Distrito	18,72	12,66	21,12	20,63	35,06	32,84	49,72	27,25
Alandroal	20,18	13,56	24,27	23,26	37,35	35,52	53,62	29,68
Arraiolos	15,30	10,25	17,39	17,89	30,01	29,57	44,85	23,61
Borba	16,40	11,86	20,44	19,88	32,46	29,13	45,32	25,07
Estremoz	20,96	12,77	22,39	22,31	35,31	32,79	48,59	27,87
Évora	18,34	11,77	19,68	19,16	36,93	32,78	49,38	26,86
Montemor	14,51	10,49	15,75	16,36	27,75	28,21	42,36	22,20
Mora	15,78	12,22	18,66	19,44	31,74	32,86	47,90	25,51
Mourão	21,38	18,62	30,33	27,60	41,03	39,68	52,73	33,05
Portel	18,90	14,03	23,37	27,15	34,63	37,92	55,65	30,24
Redondo	23,02	17,36	28,36	27,38	43,26	39,50	59,30	34,03
Reguengos	20,47	16,10	28,43	24,79	37,76	36,56	54,75	31,27
Vendas Novas	21,73	11,63	18,93	18,58	33,12	30,38	54,75	27,02
Viana Alentejo	20,88	12,87	22,24	21,18	36,58	37,78	57,09	29,80
Vila Viçosa	19,63	13,84	22,46	19,22	36,07	29,98	52,19	27,63

Fonte: STAPE

¹¹⁸ Não foram encontrados dados disponíveis desde 2002.

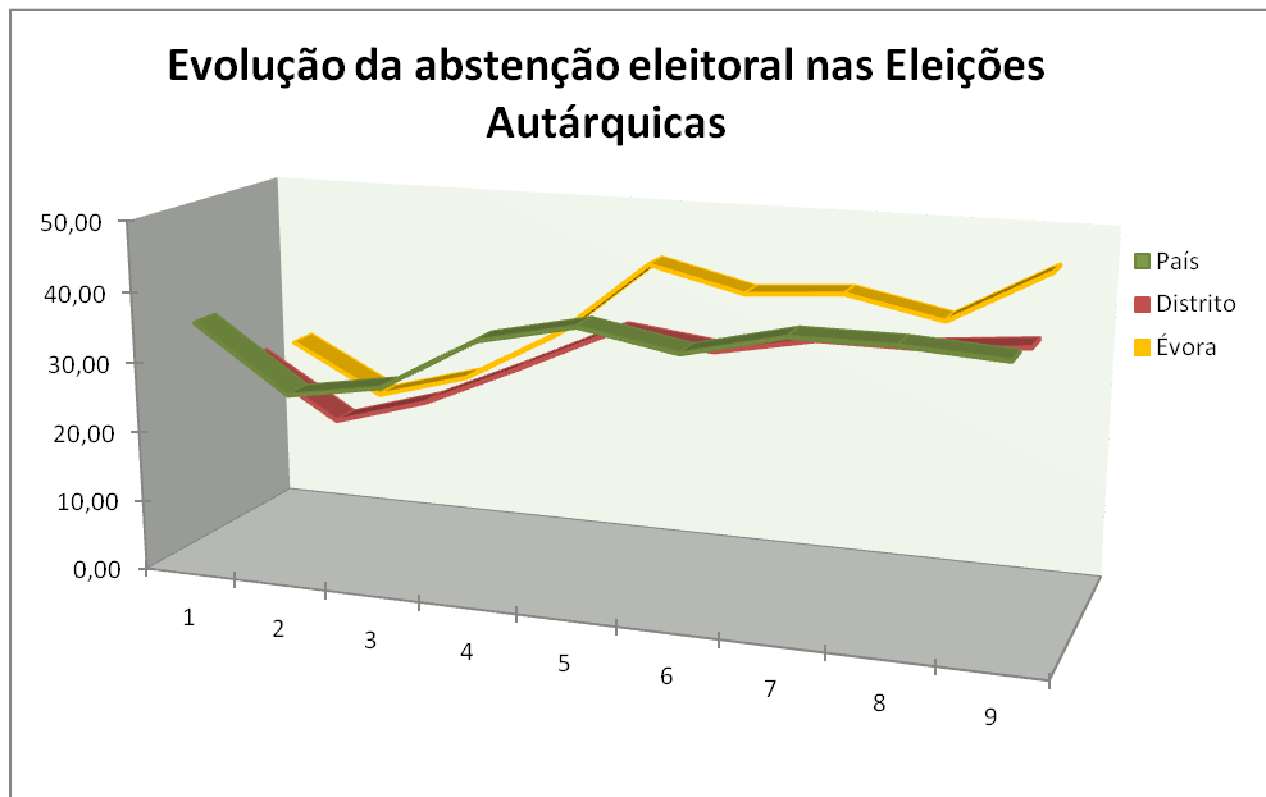


Evolução da abstenção eleitoral por concelho – eleições autárquicas¹¹⁹

Círculos	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	Média
Pais	35,45	26,24	28,52	36,10	39,09	36,60	39,90	39,88	39,06	35,65
Distrito	27,28	19,09	23,09	29,12	35,49	33,79	36,46	36,41	37,68	30,93
Alandroal	30,67	21,09	26,12	34,48	33,95	31,05	35,25	28,43	25,13	26,78
Arraiolos	22,43	15,35	20,36	23,72	31,38	29,81	32,72	36,79	35,87	23,62
Borba	23,88	14,97	22,88	25,01	30,61	27,80	30,02	28,29	31,13	22,61
Estremoz	29,59	36,38	40,46	29,99	32,68	32,17	33,83	37,55	37,62	30,29
Évora	26,62	19,63	23,44	30,97	42,28	39,01	40,01	37,22	44,94	28,80
Montemor	18,07	12,12	17,62	24,98	32,10	31,06	38,40	35,05	36,88	23,27
Mora	21,33	14,58	21,67	29,43	24,79	29,63	35,41	35,68	33,34	23,61
Mourão	42,56	23,47	26,12	26,00	25,60	29,52	23,54	27,06	23,00	24,87
Portel	27,82	20,98	26,03	27,93	27,66	26,08	26,07	24,00	25,68	22,95
Redondo	37,01	28,92	32,14	36,72	44,62	39,69	44,30	43,11	32,62	34,06
Reguengos	33,34	22,51	24,71	34,31	34,33	38,52	37,70	41,27	38,17	29,63
Vendas Novas	29,62	16,61	18,12	22,27	33,90	31,93	38,23	40,62	39,35	25,70
Viana Alentejo	30,31	23,12	22,07	29,31	32,58	30,38	37,89	37,61	37,55	27,03
Vila Viçosa	28,36	25,54	24,48	27,83	34,68	27,91	27,87	32,42	30,98	25,45

Fonte: STAPE

¹¹⁹ Só estão apurados os valores referentes ao órgão câmara municipal. A partir de 2001, os dados são oriundos da CNE.

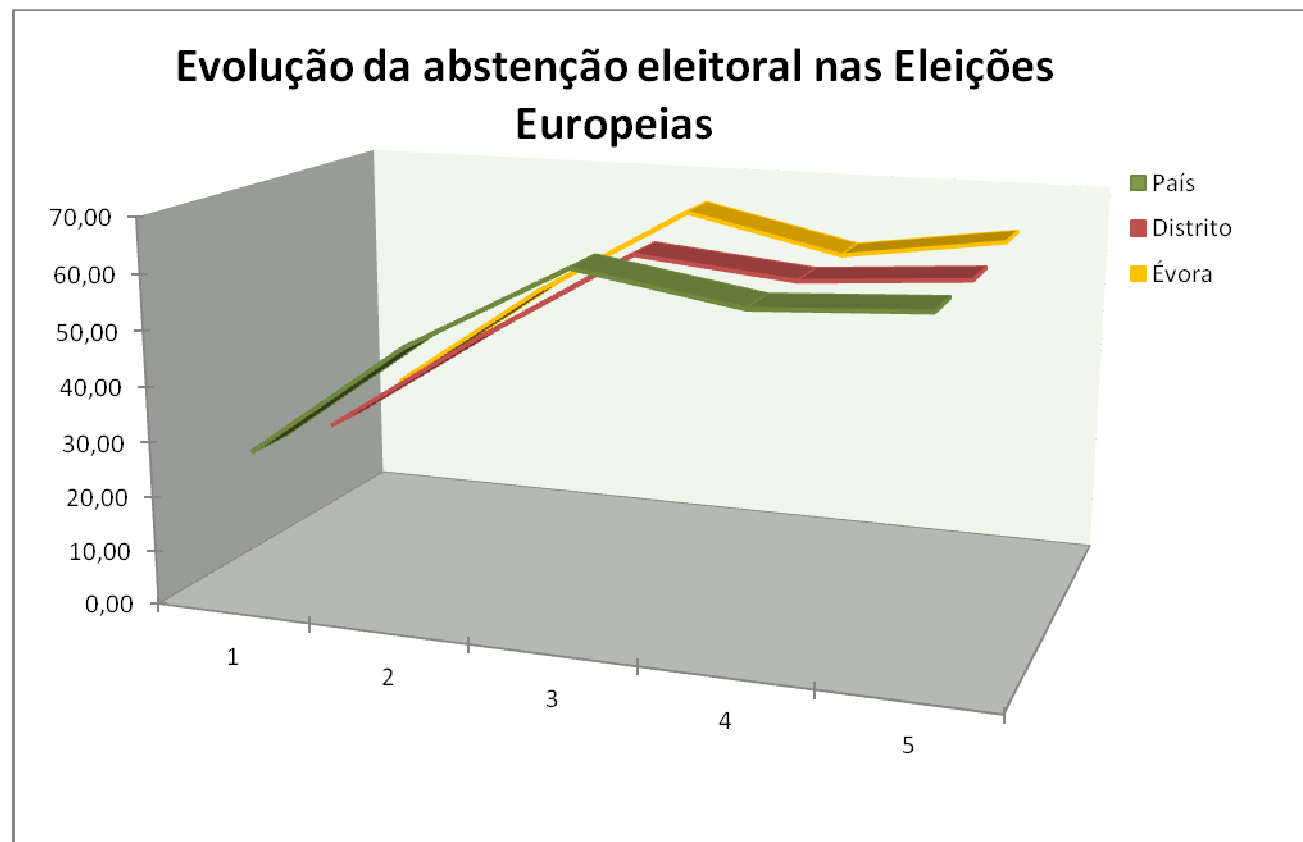


Evolução da abstenção eleitoral por concelho – eleições europeias¹²⁰

Círculos	1987	1989	1994	1999	2004	Média
Pais	27,36	48,72	64,38	59,71	61,40	52,31
Distrito	24,65	43,84	61,43	58,65	60,84	49,88
Alandroal	25,61	42,63	58,48	61,00	58,53	49,25
Arraiolos	20,39	34,22	51,78	52,12	66,87	45,08
Borba	24,12	45,63	61,97	57,16	68,27	51,43
Estremoz	24,61	44,78	62,53	59,70	58,45	50,01
Évora	26,50	47,13	64,34	57,97	62,28	51,64
Montemor	18,26	32,33	50,76	50,52	67,86	43,95
Mora	19,44	38,79	55,59	55,97	63,56	46,67
Mourão	33,14	55,33	68,59	62,36	63,36	56,56
Portel	27,53	43,63	59,53	63,17	61,43	51,06
Redondo	30,28	50,76	69,43	67,93	64,00	56,48
Reguengos	29,60	52,50	70,39	65,02	62,00	55,90
Vendas Novas	21,84	40,35	58,61	57,55	62,11	48,09
Viana Alentejo	23,87	40,54	64,00	63,25	58,62	50,06
Vila Viçosa	23,18	45,99	63,43	62,72	60,93	51,25

Fonte: STAPE

¹²⁰ Os dados referentes a 2004 são provenientes da CNE.



ANEXO 3

Declínio da participação eleitoral em democracias da OCDE, entre 1960 e 2000

Declínio da participação eleitoral em democracias da ODCE, entre 1960 e 2000¹²¹

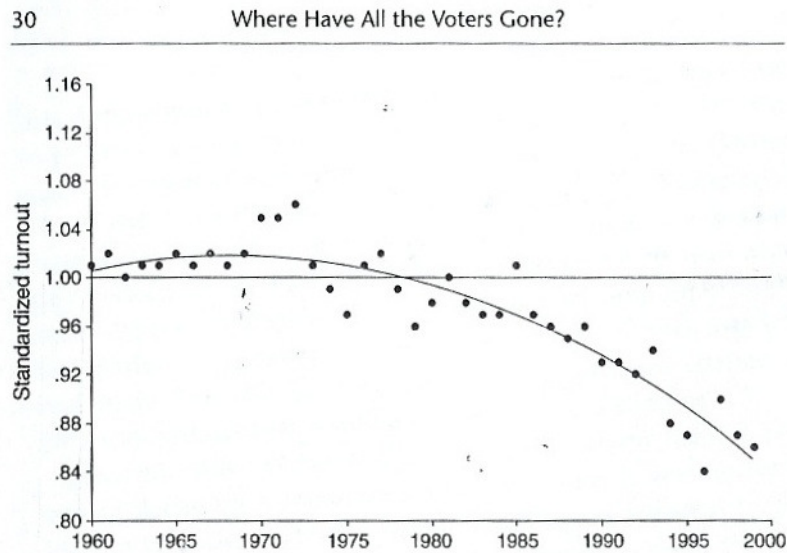


Figure 1.1 Turnout decline in OECD-member countries without compulsory voting in recent years. Entries represent a three-year moving average of standardized turnout numbers, with the average turnout in the first two elections of the 1950s serving as a baseline for each country. (Calculated by the author from data collected by the International Institute for Democracy and Electoral Assistance.)

¹²¹ Wattenberg [2002, 30].

ANEXO 4

Guião de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

I. CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA (perguntas de resposta rápida)

1. Naturalidade.
2. Estado civil e residência.
3. Nível de escolaridade, formações complementares e tipo de qualificações profissionais.
4. Identificação com uma religião e frequência da prática religiosa (adesão ao credo).
5. Profissão e situação face ao trabalho (estabilidade e instabilidade, motivação).
6. Outros interesses (música, desporto, leitura, pintura, lazer, etc.).
7. Classe social subjectiva (auto-posicionamento).

8. Opinião genérica sobre Évora (habitantes; aspectos positivos e negativos; fraquezas e forças).
9. Identidade ideológica (esquerda/direita).

II. **SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA e INTEGRAÇÃO POLÍTICA** – trajetórias de vida, descontínuos, percursos, momentos críticos, familiarização com temáticas políticas.

10. Familiar:

- 10.1. Dados biográficos dos pais (naturalidade, profissão).
- 10.2. Politização do ambiente familiar e militância partidária.
- 10.3. Posicionamento ideológico dos familiares.
- 10.4. Hábitos políticos dos familiares (eleitorais e cívicos).
- 10.5. Discussões de natureza política no seio da família (que assuntos eram abordados e em que circunstâncias tinham lugar; de que forma e por quem eram/são despoletados).
- 10.6. Pedir a opinião sobre que tipo de influência podem os familiares ter tido nas atitudes e comportamentos políticos do entrevistado (há alguma circunstância ocorrida no meio familiar que possa ter alterado a sua relação com a política?).

11. Amigos e colegas de trabalho (indivíduos de referência para o entrevistado, durante a infância/adolescência e actualmente):

- 11.1. Politização do ambiente grupal e profissional.
- 11.2. Posicionamento ideológico dos amigos/colega de referência.
- 11.3. Militância partidária de colegas/amigos de referência.
- 11.4. Hábitos políticos dos amigos/colegas de referência (eleitorais e cívicos).
- 11.5. Discussões de natureza política no seio do grupo de amigos e no trabalho (que assuntos são/eram abordados e em que circunstâncias têm lugar ou são despoletados).
- 11.6. Pedir a opinião sobre que tipo de influência podem os amigos/colegas ter tido nas atitudes e comportamentos políticos do entrevistado (há alguma circunstância que possa ter alterado a sua relação com a política?).

12. Envolvimento em organizações políticas, associativas e sindicais:

- 12.1. Militância partidária, sindical ou associativa (se é ou foi militante).
- 12.2. Cargos ocupados ao longo do percurso estudantil, associativo, profissional, partidário.
- 12.3. Que tipo de actividades são ou foram desenvolvidas durante a passagem por estas associações, partidos ou sindicatos.
- 12.4. Quem ou o quê o levou a aderir? Quem ou o quê o levou a abandonar?

13. Competência política:

13.1. Fontes de informação política (imprensa, rádio, televisão, internet, cartazes, comícios, amigos, conversas informais, etc.): atitude activa ou passiva; quais os conteúdos que lhe interessam? quais as consequências no seu quotidiano?

13.2. Nível de conhecimento das principais clivagens partidárias (aplicar Ficha 1).

13.3. Nível de conhecimento do sistema eleitoral, partidos, líderes e funcionamento das instituições democráticas nacionais e europeias (aplicar Ficha 2).

13.4. Opinião sobre:

13.4.1. Sistema eleitoral.

13.4.2. Sistema de partidos e a regra da proporcionalidade.

13.4.3. Relacionamento de Portugal com as instituições europeias e mundiais.

III. ATITUDES E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS

14. Democracia

14.1. Opinião sobre o conceito de democracia, o que deve ser e o que é (igualdade política, ideia de representatividade, participação política).

14.2. Que soluções aponta para alterar o que considera negativo na política.

15. Interesse pela Política:

15.1. Importância atribuída à política, comparativamente a outras dimensões sociais (de um modo geral, dá importância à vida política do país?).

15.2. Interesse pelas políticas locais, nacionais ou internacionais.

15.3. Acompanhamento de assuntos políticos em contextos específicos (eleições, escândalos, aumento de impostos, anúncio de uma medida do governo, etc.) ou permanentemente.

15.4. Temas ou assuntos que considera mais interessantes (educação, saúde, ambiente, imigração, relações internacionais, justiça, ajuda humanitária, etc.).

15.5. Concordância com algumas afirmações (aplicar Ficha 3).

15.6. Houve algum momento em que o interesse ou mobilização política tenha sofrido alterações (a entrada na vida activa, o desemprego, nascimento de um filho, casamento, mudança de emprego, mudança de residência, um acontecimento político, etc.).

16. Identificação partidária:

16.1. Proximidade ideológica e afectiva com partidos políticos.

16.2. Proximidade afectiva com líderes partidários.

16.3. Características pessoais e profissionais dos políticos que mais valoriza.

17. Comportamento político:

17.1. Participação eleitoral; abstenção; votos em branco e nulos; voto ideológico; voto útil (se vota, de que modo tem votado e qual o significado que atribui ao seu comportamento).

17.2. Fidelização partidária (se vota/apoia consecutivamente no mesmo partido e porque razão).

17.3. Opinião sobre a importância da participação em democracia e de que forma (eleitoralmente, através de manifestações, integrado em organizações, etc.).

17.4. Participação em manifestações e acções de protesto (se já participou; opinião sobre este tipo de participação quanto ao alcance, às pessoas envolvidas).

18. Confiança e satisfação política (actualidade):

18.1. Confiança nas instituições públicas (tribunais, saúde, administração local, escolas, polícias, segurança social, etc.).

18.2. Satisfação com a performance política dos executivos em Évora, no país e na Europa; E como avalia essa performance do ponto de vista histórico.

18.3. Avaliação subjectiva da competência dos partidos e dos políticos eleitos para cargos públicos.

ANEXO 5

Fichas 1, 2 e 3

FICHA 1

- a) Em duas ou três frases, o que significa para si a esquerda e a direita?
- b) Sucintamente, da esquerda para a direita, diga o que pensa sobre cada partido político e sobre o seu líder.

FICHA 2

Política nacional (sistema eleitoral; partidos políticos; políticos no activo; organização do Estado)

- a) Quantos deputados do Distrito de Évora têm assento na Assembleia da República? 3, 7 ou 10?
- b) Como se chama o Presidente da Câmara Municipal de Évora?
- c) Quem é o ministro das Finanças?
- d) Qual é o principal partido da oposição na Câmara Municipal de Évora?
- e) Qual o partido político com mais deputados na Assembleia da República?
- f) Quando se vota nas eleições legislativas, vota-se para apurar o primeiro-ministro ou os deputados à Assembleia da República?
- g) A ideologia marxista defende em primeiro lugar a tradição e os valores morais?
- h) O líder do PSD é Paulo Portas, Marques Mendes ou Marcelo Rebelo de Sousa?
- i) A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo ou executivo?
- j) Onde são produzidas as leis do país?
- k) Quem manda nos presidentes de Câmara Municipal é o primeiro-ministro?
- l) Qual é o ministério que tutela os hospitais?
- m) Os movimentos cívicos podem apresentar-se em eleições para órgãos do Estado?
- n) Qual destes partidos não é de esquerda: Partido Socialista, Partido Popular ou Os Verdes?
- o) Os círculos plurinominais elegem 1 deputado; mais do que 1 deputado; ou até um máximo de 8 deputados?
- p) Quem é o actual secretário-geral do PCP? Jerónimo de Sousa, Carvalho da Silva ou Carlos Carvalhas?

Política internacional

- a) Quantos países têm direito de veto no Conselho de Segurança da ONU?
- b) Quantas estrelas tem a bandeira da União Europeia? 12, 15 ou 25?
- c) Qual destes países se encontra em processo de adesão à União Europeia? Turquia, Roménia ou Bulgária?
- d) Como se chama o Presidente da Comissão Europeia?
- e) Em que cidade fica o Parlamento Europeu?
- f) Portugal pertence à Assembleia-Geral da ONU?
- g) A PAC é a sigla de Política Agrícola Comum, Partido de Acção Centrista ou Plano de Actividades Culturais?
- h) Quantos países integram actualmente a União Europeia? 15, 22 ou 27?
- i) Em que ano aderiu Portugal à CEE? 1980, 1982 ou 1986?
- j) Qual o país que, a partir de Julho, preside ao Conselho da União Europeia? Portugal, Espanha ou França?
- k) Qual destes países não pertence à NATO? Canadá, Turquia ou Rússia?

FICHA 3

Concordância com afirmações, numa escala de 1 a 5: discordo absolutamente; discordo; não concordo nem discordo; concordo; concordo absolutamente.

Afirmações	1 (DT)	2 (D)	3 (NCND)	4 (C)	5 (CT)
A preservação ambiental é um entrave ao desenvolvimento económico					
O mais importante no emprego é o salário					
A pobreza no mundo deve ser combatida					
Os animais têm direitos a mais					
O crescimento económico deve ser a grande preocupação dos governos					
A segurança no emprego deve ser inviolável					
Diminuir o défice público do Estado é uma prioridade incontestável					
Há excesso de liberdade					
A participação cívica é um complemento equivalente à participação eleitoral					
A soberania nacional só é assegurada se há forças armadas fortes					
Os homossexuais devem poder casar					
O país tem imigrantes a mais					
Enquanto houver petróleo, não faz sentido falar em energias renováveis					
O país precisa de governantes com pulso forte					
Há cada vez mais insegurança nas ruas					
O Estado português tem pouco poder					
As estradas são mais importantes que a cultura					

ANEXO 6

Matriz de análise de conteúdo

Jovens e Política: o papel da socialização na participação política

				Anselmo	Basílio	Cristina	Domingos	Elisabete	Fátima	Gisela	Hélder	Inês	Júlio	Luísa			
Caracterização sociográfica	Sexo			Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino			
	Idade			21	30	30	30	29	22	26	29	19	28	29			
	Naturalidade			Évora	Mirandela	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora		
	Residência	Local		Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora	Évora		
		Agregado		Pais	Amigo	Sozinha	Pai	Companheiro	Pais	Pais	Pai	Pais	Pais	Pais	Marido e filhos		
		Encargos		Pais	Autónomo	Autónoma	Pai	Autónoma	Pais	Pais	Pai	Pais	Pais	Pais	Autónoma		
		Estado civil			Solteiro	Solteiro	Solteira	Solteiro	União de facto	Solteira	Solteira	Solteiro	Solteira	Solteiro	Casada		
	Instrução			Freq. ensino superior	Licenciatura	Licenciatura	2º Ciclo EB	Ensino Sec. (prof.)	Ensino Sec. (prof.)	3º Ciclo EB	Ensino Sec.	Freq. Ensino Superior	Ensino Sec. (prof.)	Licenciatura			
	Religião			Agnóstico/ateu	Agnóstico	Agnóstica	Católico	Católica	Católica	Agnóstica	Agóstico/Ateu	Católica	Católico praticante	Católico			
	Profissão	Situação laboral		Estudante	Monitor de TIC	Bióloga	Motorista	Operadora call center	Administrativa	Aux. educação	Funcionário do PCP	Estudante	Desempregado	Enfermeira			
		Estabilidade		Estável	Instável	Instável	Instável	Instável	Estável	Instável	Estável	Estável	Instável	Estável			
		Satisfação		Satisfeito	Muito insatisfeito	Muito satisfeita	Satisfeito	Insatisfeita	Muito satisfeita	Insatisfeita	Muito satisfeito	Nem satisfeita nem insatisfeita	Insatisfeito	Satisfeita			
	Preocupações futuras			Não tem	Arranjar emprego	Não tem	Manter o emprego	Arranjar emprego	Não tem	Arranjar emprego	Não tem	Acabar os estudos	Arranjar emprego	Não tem			
	Outros interesses			Normais	Cívicos/políticos	Cívicos/políticos	Normais	Normais	Normais	Normais	Normais	Cívicos/políticos	Cívicos/políticos	Normais			
Classe social subjectiva			Média	Média	Média	Média-baixa	Média-baixa	Média	Média	Média	Média	Média	Média-baixa				
Opinião sobre a envolvente			Opinião média	Opinião aprofundada	Opinião aprofundada	Opinião superficial	Opinião superficial	Opinião superficial	Opinião média	Opinião aprofundada	Opinião média	Opinião aprofundada	Opinião superficial				
Identidade ideológica			Esquerda	Esquerda/socialista	Esquerda difusa	Esquerda difusa	Nenhuma	Esquerda	Esquerda/comunista	Esquerda/comunista	Nenhuma	Direita	Esquerda difusa				
Socialização Política	Famíliares			Naturalidade			Évora/Alentejo	Trás-os-Montes	Évora	Évora/Alentejo	Évora/Alentejo	Évora/Alentejo	Alentejo	Alentejo/África	Alentejo	Alentejo	
				Profissão			Público/formação média e superior	Público e indiferenciado/formação básica	Privado e indiferenciado/formação média/superior	Público e privado/formação básica	Privado/formação básica e média	Público e indiferenciado/formação básica	Público/formação básica	Público/formação superior	Público/formação básica e média	Público e indiferenciado/formação básica e média	?
			Politização do meio familiar	Práticas de discussão política	Frequência	Muito frequente	Frequente	Muito frequente	Pouco frequente	Pais: nada frequente; Companheiro: frequente	Pouco frequente	Pais: pouco frequente; Tia: frequente	Muito frequente	Pouco frequente	Muito frequente	Pouco frequente	
					Elemento despoletador	Qualquer motivo	Notícias refeições	Notícias refeições e imprensa	Notícias refeições	Notícias refeições e imprensa	Notícias refeições	Notícias refeições	Saídas bares, festas	Qualquer motivo	Notícias refeições	Qualquer motivo	Notícias refeições
				Temáticas	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	Generalidades	

Jovens e Política: o papel da socialização na participação política

			Justificação	Pais muito interventivos e com uma estrutura social muito implicada politicamente	Pai era o motorista pessoal do chefe: "o meu pai vivia nesses mundos". Normalmente, o pai era sempre do «contra».	Pai organizava tertúlias regulares em casa com amigos	O avô materno (com quem foi criado), nunca se interessou muito por política	Desde há 3 anos é que recebe mais informação política porque o companheiro se interessa	É o namorado quem lhe incute o interesse e a orienta politicamente	Nunca houve conversas devido ao passado do pai e por discordar deste. A tia materna funcionou como um agente integrador	Pais e avó altamente envolvidos politicamente	Os pais interessam-se pouco e sentem-se descrentes	O pai e a irmã eram simpatizantes, apesar de só recentemente o pai ser militante (imposições institucionais)	Só em alturas de eleições
			Interlocutores	Pais	Pai	Pais	Pai	Companheiro	Pais	Tia	Pais e avó	Pais	Pai e irmã	Pais e marido
		Atitudes políticas	Identificação partidária	Pais: PCP	Pai: centro; mãe: não sabe	Pai: PSD; mãe: PSD	Avô materno: PSD; avó paterno: PS; pai: PS	Pais: não sabe; companheiro: PSD	Pais: não sabe	Pai: PSD; mãe: não sabe; tia: PCP	Pais e avós: PCP	Pais: não sabe	Pais e irmã: PSD	Pais: CDU; marido: PS
			Posicionamento ideológico	Pais: esquerda	Pai: centro; mãe: não sabe	Pais: direita	Avô materno: esquerda; avó paterno: PCP; Pai: PS	Pai: esquerda; mãe: não sabe; companheiro: direita	Pai: esquerda; mãe: não sabe	Pai: direita; mãe: direita; tia: esquerda	Pais e avós: esquerda	Pais: direita	Pais e irmã: direita	Pais e marido: esquerda
		Comportamentos políticos	Envolvimento político (partidário ou cívico)	Envolvimento pontual com partidos; envolvimento intenso em associações	Por motivos financeiros, o pai entrou numa campanha do PSD	O pai nunca foi militante mas foi dirigente da Associação de Agricultores do Alentejo	Nenhum envolvimento	Nenhum envolvimento	Nenhum envolvimento	A tia envolve-se muito civicamente	Pais e avó muito envolvidos partidariamente; pai: Assembleia Municipal e dirigente associativo; avó: presidente de junta de freguesia	Nenhum envolvimento	O pai é um militante de base mas integra normalmente as listas para as autárquicas	O Marido fez parte da JS quando era novo
			Hábitos eleitorais	Muito frequente	Frequente	Muito frequente	Avô materno: oscilante; avó paterno e pai: frequente	Pais: regular; companheiro: muito frequente	Pai: frequente; mãe: regular	Pais: regular; tia: frequente	Pais e avós: muito frequente	Pouco frequente	Pais: muito frequente	Pais: muito frequente; marido: pouco frequente
		Opinião sobre influência exercida pelos pais		Reconhece forte influência dos pais	Reconhece alguma influência do pai	Reconhece grande influência do pai até sair para a universidade	Não reconhece influência do avô materno nem do pai	Não reconhece influência dos pais mas reconhece alguma influência do companheiro	Não reconhece influência do pai	Não reconhece influência do pai; A convivência com a tia proporcionou-lhe informação e identificação com o PCP.	Reconhece uma forte influência dos pais e avó	Não reconhece influência dos pais	Reconhece influência do pai e da irmã	Não reconhece influência dos pais nem do marido
Amigos e colegas	Politização do meio amical e profissional	Práticas de discussão política	Frequência	Frequente (amigos e colegas)	Pouco frequente (amigos e colegas)	Pouco frequente (amigos); frequente (colegas)	Nada frequente (amigos e colegas)	Nada frequente (amigos e colegas)	Frequente (amigos); nada frequente (colegas)	Frequente (amigos); nada frequente (colegas)	Muito frequente (amigos e colegas)	Nada frequente (amigos e colegas)	Muito frequente (amigos militantes); Pouco frequente (colegas e amigos não militantes)	Pouco frequente

Jovens e Política: o papel da socialização na participação política

			Justificação	Reuniões e jantares em casa dos pais; interesse partilhado por alguns amigos	Pouca disponibilidade e de tempo, poucas ocasiões	Colegas estão atentos às políticas de ambiente e desenvolvimento	Não há interesse	Não há interesse	No trabalho não se fala de política; namorado e amigos militantes	Amigos e prima são militantes do PCP; no trabalho não se fala de política	Trabalha no PCP	Ninguém se interessa	Amigos muito envolvidos politicamente	Fraco interesse na política
			Interlocutores	Amigos dos pais, colegas da universidade, amigos	Alguns amigos partidariamente	Alguns amigos envolvidos civicamente	Ninguém	Ninguém	Namorado e 2 ou 3 amigos	Amigos e prima	Amigos e colegas estão envolvidos partidariamente	Ninguém	Amigos do partido	Amigos
		Atitudes políticas	Identificação ideológica - partidária	Direita e esquerda	PS e PCP	Direita e esquerda	Não sabe	não sabe	PS	PCP	PCP	Não sabe	PSD e PS	Não sabe; PSD
		Comportamentos políticos	Envolvimento político (partidário ou cívico)	Amigos dos pais militantes; muitos amigos em associações	2 amigos militantes (PS e PCP); muitos amigos em associações	Amigos em associações	Não sabe	não sabe	Namorado e 2 ou 3 amigos	Amigos e prima (JCP e PCP); amigos em associações	Muitos são militantes na JCP e no PCP; amigos em associações	Não	Alguns militantes no PSD e amigos em associações	Algumas amigas da JSD
			Hábitos eleitorais	Uns votam mais do que outros	Uns votam mais do que outros	Uns votam mais do que outros	Não sabe	não sabe	Uns votam mais do que outros	Uns votam mais do que outros	Uns votam mais do que outros	Não sabe	Uns votam mais do que outros	Não sabe
	Opinião sobre influência exercida pelos amigos/colegas			Admite uma influência genérica mas sem conotação política apesar de debater frequentemente e algumas ideias com os amigos	Alguns professores alertaram-no para a importância de estar atento à realidade	Admite a influência de colegas e amigos no plano da aquisição de novos conhecimentos e do enriquecimento proporcionado por qualquer interação	Não sente que haja qualquer influência	Nunca se sentiu influenciada por amigos ou colegas	Aderiu ao PS na sequência do envolvimento do namorado e rebocada por este	Admite haver influência dos amigos, também militantes da JCP.	Não sente que hajam influências políticas de amigos	Não sente que se verifique a este nível, influência de amigos ou colegas	Tem alguns amigos que o influenciam mas há um colega por quem ele tem uma particular admiração: é o actual vereador do PSD na CME	Não sente influência
	Factos pessoais em retrospectiva ou momentos críticos			Interesse pela política aumenta com a idade e entrada na universidade (ciclo de vida e integração)	Circunstâncias pontuais (as advertências do padre e do tio; conselhos de professores) marcam a relação do entrevistado com o tema. A idade funciona como precursor do interesse (ciclo de vida e turning point)	A idade, a entrada para a universidade e a diversificação de fontes de informação marcam o aumento de interesse (integração e ciclo de vida)	A desconfiança nos políticos e o descrédito da política retiram-lhe vontade de participar. Há uma fase da vida do José, marcada por comportamentos marginais e de deficiente integração social (turning point)	É o contacto com o companheiro que lhe suscita um tímido interesse pela política (turning point)	Foi para o PS por causa do namorado e sente, desde essa altura, talvez mais algum interesse pela política e pelos partidos (turning point)	A acção da tia é fundamental. A in experiência do primeiro emprego levou-a a também a procurar refúgio no PCP. A aversão ou antipatia com a direita foi reforçada pelo passado do pai (integração)	A sua acção tem em vista a transformação da sociedade para melhor. Reivindica um virtuosismo moral pela sua infância e pela educação recebida. Aos 5 anos já acompanhava a avó nas campanhas eleitorais (Integração)	Não há nada na sua vida que possa ter fundamentado uma tomada de posição ou fosse o que fosse no plano político (ciclo de vida)	Sempre viu na impossibilidade e da irmã se filiar, um obstáculo a transpor. Sá Carneiro é um mito (integração)	Nunca se interessou por política, apesar de em certos períodos da adolescência de posicionar no PSD apenas para contrariar os pais. Sente um desinteresse crescente.

Jovens e Política: o papel da socialização na participação política

Integração Política	Envolvimento Político Institucional	Partidos	Percurso	Não	Não	Não	Não	Não	Militante há um ano	Militante há 8 anos	Militante há 13 anos	Não	Militante há 10 anos	Não		
			Iniciativa							Namorado	Grupo	Iniciativa própria		Iniciativa própria		
			Sentimento de pertença	Identificação com os objectivos							Fraca identificação com o partido	Forte identificação com o partido	Muito forte identificação com o partido		Muito forte identificação com o partido	
				Explicação para o envolvimento							Em período de campanha eleitoral, provavelmente para estar mais tempo com o namorado	A influência da tia. Valoriza muito o trabalho em equipa (que lhe vem do tempo de escuteiros). A entrevistada precisa da protecção do grupo, daí o trabalho em equipa, os escuteiros, as associações. A festa e a animação também ajudam (em período de festa)	A educação que recebeu, o passado da família e a vontade de mudar coisas estão entre as explicações (em período de feira)		Tinha a inclinação para o PSD e morava perto da sede, tendo oferecido os seus préstimos em período de campanha eleitoral	
				Cargos ocupados							Sem cargos	Sem cargos relevantes	Com cargos muito relevantes		Com cargos muito relevantes	
			Actividades							Apoios pontuais	Colaboração permanente	Colaboração permanente		Colaboração permanente		
		Associações	Percurso	Cultural e de estudantes	Cultural e desportiva	Ambiental e escutismo	Não	Não	Não	Ambiental, solidariedade social e escutismo	Direitos humanos, ambiental, cultural e estudantil	Não	Cultural e estudantil	Estudantil		
			Primeiro contacto com relevância	14-15 anos	22-23 anos	14-15 anos				15-16 anos	12 anos		16-17 anos	17-18 anos		
			Iniciativa	Pais e colega	Amigos e iniciativa própria (eleições)	Irmã e iniciativa própria				Irmãos e amigos	Pais e iniciativa própria		Professores e amigos	Amigos		
			Sentimento de pertença	Identificação com a associação	Fraca identificação	Forte identificação	Forte identificação				Forte identificação	Muito forte identificação		Moderada identificação	Fraca identificação	
				Actividades	Pontuais	Permanentes	Permanentes				Permanentes	Permanentes		Pontuais	Pontuais	

Jovens e Política: o papel da socialização na participação política

				Explicação para o envolvimento	Laços afectivos	Interesse pela cultura e laços afectivos	Interesse pela área e mobilizada para a intervenção cívica				Solidariedade com irmãos e quem precisa. Gosto pelas festas e eventos	Interesse pelas áreas e mobilizado para a intervenção cívica		Interesse pelo teatro	Amigos
				Cargos ocupados	Não	Cargos muito relevantes	Cargos muito relevantes				Não	Cargos muito relevantes		Não	Não
Informação política	Fontes			Jornais, televisão (telejornais e Canal Parlamento), família, amigos, pais e internet	Internet (Sic Notícias, Público, RTPN), amigos e televisão	Jornais, televisão, amigos, internet (Expresso)	Jornais (classificados, manchetes e títulos) e televisão (notícias)	Jornais, revistas, televisão (informação genérica) e companheiro	Televisão, amigos e internet	Televisão, amigos, internet (blogues)	Televisão (Canal 1, SIC, TVI), jornais (Público e Avante)	Vista superficial nos jornais e televisão	Televisão (Notícias da Uma na SIC Notícias), jornais (DS, Público, DN, Expresso) e internet	Televisão (telejornais), jornais e amigos	
	Nível de procura de informação			Procura pouco	Procura bastante	Procura bastante	Não procura	Não procura	Não procura	Não procura	Procura bastante	Não procura	Procura bastante	Não procura	
Nível de conhecimento político	Clivagens ideológicas	Tipo de análise	Polarização ideológica do universo político	Polarização ideológica do universo político: acção colectiva/individual, atitude progressista/conservadora	Polarização ideológica e social do universo político: social/económico; igualdade/estratificação social	Polarização social do universo político: pobres/ricos	Polarização social do universo político	Não sabe	Polarização moral do universo político: bons/solidários e maus/egoístas; polarização social do universo político: pobres/ricos	Polarização sócio-sindical do universo político: pobres/ricos; trabalhadores/patrões	Polarização moral do universo político	Polarização moral do universo político: valores do liberalismo económico versus valores do facilitismo	Polarização ideológica do universo político		
		Nível conhecimento	4	5	4	2	2	1	2	4	2	4	2		
	Clivagens partidárias	Tipo de análise	Objectiva	Objectiva	Objectiva	Subjectiva	Objectiva	Não sabe	Subjectiva	Subjectiva	Não sabe	Subjectiva	Subjectiva		
		Nível conhecimento	3	4	4	2	2	1	2	4	1	4	2		
	Sistema político português			2	4	3	1	1	1	4	1	3	1		
	Ficha 2	Política nacional		4	5	4	2	3	2	4	5	1	5	3	
		Política internacional		2	4	3	3	3	1	1	4	1	4	3	
Total			0,64	0,89	0,75	0,41	0,46	0,25	0,45	0,85	0,24	0,83	0,46		
Atitudes Políticas	Adesão a valores políticos de referência geral	Democracia		Identificado	Muito identificado	Identificado	Identificado	Identificado	Identificado	Identificado	Identificado	Identificado	Identificado		
		Igualdade política		Concorda bastante	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda		
		Representatividade e Proporcionalidade		Concorda	Concorda		Concorda c/reservas	Concorda		Concorda c/reservas			Concorda	Concorda com reservas	
		Participação política	Eleitoral	Concorda muito	Concorda muito	Concorda muito	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda	Concorda muito	Concorda	Concorda muito	Concorda	
			Cívica	Concorda muito	Concorda	Concorda muito		Concorda		Concorda	Concorda muito		Concorda	Concorda	
		Multipartidarismo/Pluralismo		Concorda	Concorda c/reservas	Concorda		Concorda	Concorda	Concorda	Concorda totalmente		Concorda muito		
Adesão valores materialistas/pós materialistas: ficha															

Jovens e Política: o papel da socialização na participação política

		3												
Interesse pela política	Importância da dimensão política	Muito importante	Muito importante	Muito importante	Importante	Importante	Importante	Importante	Muito importante	Pouco importante	Muito importante	Importante		
	Nível de interesse	Interesse médio	Interesse forte	Interesse forte	Interesse fraco	Interesse fraco	Interesse fraco	Interesse fraco	Interesse muito forte	Interesse fraco	Interesse muito forte	Interesse muito fraco		
	Evolução	Interesse crescente	Interesse estabilizado	Interesse crescente	Interesse decrescente	Interesse crescente	Interesse crescente	Interesse decrescente	Interesse estabilizado	Interesse estabilizado	Interesse estabilizado	Interesse decrescente		
	Palavra-chave	Conhecimento e idade	Vida das pessoas	Assuntos trabalho	Descrédito	Companheiro	Namorado	Saturação	Forte integração	Outras prioridades	Forte integração	Descrédito		
	Interesse por nível de abrangência	Local (país)	Nacional e internacional	Todos	Nacional	Nacional e internacional	Internacional	Local	Todos	Nacional	Todos	Local		
	Acompanhamento de assuntos políticos	Regularmente	Regularmente	Regularmente	Nunca	Pontualmente	Pontualmente	Pontualmente	Sempre	Nunca	Sempre	Nunca		
	Interesse por temáticas	Temas mediatizados	Temas mediatizados	Temas mediatizados profissionais	Temas mediatizados necessidades	Temas mediatizados	Temas mediatizados	Temas mediatizados necessidades	Temas mediatizados	Temas mediatizados	Temas mediatizados	Temas mediatizados necessidades		
	Desinteresse		Grande mediatização	Descredibilização política	Descredibilização política	Descredibilização política	Outras prioridades	Clausura banda gástrica e afastamento PCP		Falta de conhecimento		Descredibilização política		
	Picos de interesse	Campanhas eleitorais e medidas controversas	Sem oscilações	Volume de trabalho	Sem oscilações	Campanhas eleitorais e medidas controversas	Campanhas eleitorais	Sem oscilações	Sem oscilações	Medidas controversas	Sem oscilações	Campanhas eleitorais		
Identificação partidária	Proximidade e ideológica/afectiva	Partidos	Sem identificação partidária	Fraca identificação com o PS	Sem identificação partidária	Sem identificação partidária	Sem identificação partidária	Fraca identificação com o PS	Identificação com o PCP	Forte identificação com o PCP	Sem identificação partidária	Forte identificação com o PSD	Fraca identificação com o PCP	
		Políticos	Sem identificação pessoais	Políticos socialistas	Sem identificação pessoais	Sem identificação pessoais	Político socialista e social-democrata	Sem identificação pessoais	Políticos comunistas e social-democrata	Políticos comunistas	Sem identificação pessoais	Políticos sociais-democratas e liberais	Sem identificação pessoais	
	Importância dos partidos e líderes	Colectivo	Igual	Colectivo	Personalidade	Personalidade	Sem opinião	Colectivo	Colectivo	Sem opinião	Iguals	Colectivo		
	Características valorizadas nos políticos	Capacidade trabalho; responsabilidade	Domínio dos assuntos; espírito de sacrifício	Honestidade, transparência, competência	Proximidade; honestidade; solidariedade	Honestidade	Sem opinião	Proximidade; simplicidade	Humildade, proximidade	Sem opinião	Sensibilidade, habilidade, oportunidade	Honestidade		
Comportamentos Políticos	Participação Política	Eleitoral	Frequência	Sempre	Desde que transferiu residência	Quase sempre	Quase nunca	Raramente	Sempre	Sempre	Sempre	Nunca	Sempre	Quase nunca
			Tipo de eleições	Todas	Todas	Todas	Autárquicas	Presidenciais e Referendo	Todas	Todas	Todas	Nenhuma	Todas	Local e referendo
			Fidelização partidária	Eleitorado volátil à esquerda	Eleitorado volátil ao centro esquerda	Eleitorado volátil ao centro	Eleitorado volátil à esquerda	Eleitorado volátil ao centro	PS	PCP	PCP	Não aplicável	PSD	PCP (com reservas)
			Justificação do comportamento político	Avaliação racional das propostas e dos competidores	Avaliação racional das propostas e dos competidores	Avaliação racional das propostas e dos competidores	Não tem confiança nos políticos	Avaliação afectiva dos políticos	Fidelização partidária	Fidelização partidária	Fidelização partidária	Não aplicável	Fidelização partidária	Falta de disponibilidade e falta de interesse

Jovens e Política: o papel da socialização na participação política

			Frequência	Raramente	Raramente	Frequentement e	Nunca	Nunca	Nunca	Frequentement e	Frequentement e	Nunca	Raramente	Raramente
		Cívica	Tipo de intervenção	Protesto burocrático (abaixo-assinados)	Protesto burocrático (petições)	Protesto burocráticos (petições) e intervenção técnica				Protesto burocrático (petições) e acções de protesto (manifestações e greves)	Acções de protesto (manifestações), intervenção cívica e protesto burocrático		Intervenção cívica (jornal)	Greve
			Justificação do comportamento político	Pouco alcance	Não se revê na forma de intervenção	Não se revê na forma de intervenção				Complemento à participação eleitoral	Complemento à participação eleitoral		Ingerência nos textos escritos	Por motivos funcionais
Apoio Específico	Confiança	Social	Sociedade		Crítica frequentemente e os portugueses	Identifica insatisfação da população	Identifica muita insatisfação da população	Identifica muita insatisfação da população	Identifica alguma insatisfação da população	Identifica muita insatisfação da população	Identifica muita insatisfação da população		Identifica uma crise de valores da população	Identifica muita insatisfação da população
			Instituições públicas	Confia na generalidade; má imagem da justiça	Demasiado burocrática	Boa imagem das finanças; má imagem da saúde e justiça	Má imagem dos hospitais e segurança social	Demasiada corrupção	Má imagem da saúde e justiça	Demasiada corrupção e compadrio	Total confiança nas instituições públicas	Má imagem dos tribunais	Confia na generalidade mas há demasiada corrupção	Serviços públicos funcionam mal
		Política	Partidos	Confiança c/ reservas	Confiança c/ reservas	Confiança c/ reservas	Pouca confiança nos partidos de poder	Pouca confiança nos partidos de poder	Sem opinião	Pouca confiança nos partidos de poder	Só tem confiança no PCP	Sem opinião	Confiança c/ reservas	Pouca confiança nos partidos de poder
			Políticos	Confiança c/ reservas	Pouca confiança	Confiança c/ reservas	Pouca confiança	Pouca confiança	Sem opinião		Só tem confiança nos políticos comunistas	Sem opinião	Confiança nos políticos PSD	Pouca confiança
			Distância ao poder		Sociedade afastada da política			Sociedade civil afastada da política		Sociedade civil afastada da política	Sociedade civil afastada da política		Sociedade civil afastada da política	
	Satisfação performanc e política		Nacional	Satisfeito	Satisfeito	Satisfeita	Nada satisfeito	Sem opinião	Não sabe	Totalmente insatisfeita	Totalmente insatisfeito	Insatisfeita	Totalmente insatisfeito	Totalmente insatisfeito
			Local	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Pouco satisfeita	Satisfeito	Insatisfeita	Nem satisfeita nem insatisfeita	Totalmente insatisfeita	Totalmente insatisfeito	Nem satisfeita nem insatisfeita	Totalmente insatisfeito	Nem satisfeita nem insatisfeita

